

Missões Jesuíticas Patrimônio da Humanidade

CELEBRANDO A CONVENÇÃO DA
UNESCO | 1972 - 2012

Arcais

4

Missões Jesuíticas Patrimônio da Humanidade

CELEBRANDO A CONVENÇÃO DA
UNESCO | 1972- 2012

CRÉDITOS

Presidenta da República do Brasil
DILMA ROUSSEFF

Ministro da Cultura
JUCA FERREIRA

Presidenta do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional
JUREMA MACHADO

Diretoria do IPHAN
ANDREY ROSENTHAL SCHLEE
CÉLIA MARIA CORSINO
LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
MARCOS JOSÉ SILVA RÊGO
ROBSON ANTÔNIO DE ALMEIDA

Superintendente do IPHAN/
Rio Grande do Sul
ANA LÚCIA GOELZER MEIRA

Coordenação Editorial
SYLVIA MARIA BRAGA

Fotos
ARQUIVO IPHAN

Tradução para o português
ELGA PÉREZ-LABORDE

Projeto gráfico e diagramação
CRISTIANE DIAS

Fundação Ortega y Gasset Argentina

Presidenta
MARTA CAMPOMAR

Vice-presidente
ENRIQUE AGUILAR

Vocais
CARLOS NEWLAND
ROBERTO ARAS
JOSÉ VARELA ORTEGA

Diretora
INÉS VIÑUALES DE SANTIVÁÑEZ

Autoridades do Seminário

Direção Acadêmica
ARQ. RAMÓN GUTIÉRREZ

Coordenação Acadêmica
MARÍA PÍA MOREIRA

Oficina de UNESCO Montevideo, Cluster MERCOSUR:

Responsável do Setor Cultura
FRÉDÉRIC VACHERON

Assistente do Setor Cultura
CORINA FUGASOT

I59m. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
Misiones jesuíticas patrimonio de la humanidad : celebrando la Convención de UNESCO:
1972-2012 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF : Iphan, 2013.

290 p. : il. color. ; 24 cm. – (Anales ; 4)

ISBN: 978-85-7334-245-1

1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio Mundial. 3. Missões religiosas. I. Título. II. Série

CDD 363.69

© De los textos: sus respectivos autores, 2012

© De esta edición: Fundación Ortega y Gasset Argentina, 2012

APRESENTAÇÃO

Por entender a cultura como fator central do desenvolvimento humano, a Fundação Ortega y Gasset Argentina vem atuando e colaborando na formação de agentes culturais e do patrimônio, desde 2001. O Programa cresceu ao longo desses anos e se desdobrou em diversas atividades e projetos, consolidando o setor e fazendo da Fundação um fidedigno referencial na Argentina.

Como parte desse processo, ampliaram-se as linhas de cooperação com outros espaços geográficos, estendendo-se a ações de fortalecimento de competências no interior do país e trabalhando projetos com países vizinhos. Nesse contexto – reforçado pela celebração em 2012 do 40º aniversário da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural –, o escritório regional da UNESCO em Montevidéu nos incumbiu de organizar um seminário, com abordagem analítica da problemática, das conquistas e das possibilidades da Convenção. Visava-se promover um balanço do impacto da aplicação da Convenção na região e refletir sobre os desafios ainda pendentes. O Seminário também incluiu como eixo temático um dos patrimônios culturais mais significativos, e compartilhado pelos países da região, que são as Missões Jesuíticas Guaranis.

Sob esses eixos, o diretor acadêmico do Seminário, arquiteto Ramón Gutiérrez, e a coordenadora acadêmica, María Pía Moreira, traçaram o programa e convidaram especialistas do Uruguai, Brasil, Argentina e Peru para participar, com sua experiência, na abordagem dos temas propostos.

Da mesma forma e seguindo o critério de multiplicar o conhecimento, jovens pesquisadores e estudiosos do patrimônio e da gestão foram convidados a expor trabalhos, práticas e opiniões, de modo que um público mais amplo pudesse conhecer suas linhas de ações desenvolvidas.

O Seminário foi realizado de 26 a 28 de setembro de 2012, no Centro Cultural Borges, o prédio-sede da Fundação Ortega y Gasset, em Buenos Aires.

No encerramento foi projetado o documentário *Las fiestas patronales de las misiones jesuíticas de Chiquitos, Bolivia*, do cineasta Sergio Raczko. A participação de profissionais da gestão cultural e do patrimônio foi de 260 pessoas, nos três dias.

Para facilitar e permitir a consulta pública do material apresentado nas três jornadas, a Fundação Ortega y Gasset Argentina se dispôs a publicar o conteúdo das exposições e nesse sentido, agradece sinceramente a oferta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), de tomar sob sua responsabilidade a edição deste volume para ser incluída na coleção ANAIS.

O material aqui exposto está organizado na primeira parte com as dissertações e fotografias dos palestrantes convidados e na segunda parte, com os expositores que apresentaram suas experiências de pesquisa e gestão¹.

Esperamos que o presente volume possa servir de consulta a todos os interessados nos temas apresentados e que se constitua em referencial para futuros debates e reflexões sobre o Patrimônio Mundial e sua gestão.

1. Por não contarmos com sua versão corrigida, não foram incluídos os trabalhos sobre El Centro Histórico de Lima en Riesgo: el caso de barrios altos, nem Conservación preventiva aplicada al traslado del patrimonio cultural de bibliotecas, archivos y museus.

Inés Viñuales

Em primeiro lugar, eu gostaria de dar as boas vindas a todos. Muitos vieram de longe para participar deste encontro. É uma satisfação para nós que a UNESCO tenha pensado na Fundação Ortega y Gasset Argentina para organizar este seminário comemorativo dos 40 anos da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, como ato significativo desta região de América.

Lembravam-se em dias passados que as conversas com Frédéric Vacheron, aqui presente, levaram mais de ano para encontrar fórmula e tema que resultassem do maior interesse à convocatória, mas que, sobretudo, se projetassem temas de interesse global, como a Convenção, e se abordasse algum caso concreto de sítio de patrimônio. Recordávamos também quando há doze anos iniciamos na Fundação esse campo de trabalho em gestão cultural e patrimônio, com Ramón Gutiérrez e María Pía Moreira, os organizadores acadêmicos deste ato, e propusemos a pós-graduação em gestão cultural e patrimônio, com o apoio do Instituto Universitário Ortega y Gasset da Espanha.

A eleição dessa área de trabalho respondeu a uma profunda reflexão sobre o papel da cultura e do patrimônio na vida dos povos, tanto em seu caráter único e singular quanto em sua potencialidade como recurso para o desenvolvimento da comunidade.

Para uma fundação cultural e acadêmica plenamente instalada na Argentina foi um verdadeiro desafio liderar a implantação de uma linha de fortalecimento de capacidades em gestão cultural e patrimônio – um papel quase ausente em nossa comunidade. A dinâmica de crescimento do programa promoveu sua multiplicação em distintos espaços de formação e de pesquisa, levando-nos a províncias argentinas como Salta, Jujuy e Santiago del Estero, sempre trabalhando com a convicção de que o patrimônio e a cultura favorecem o desenvolvimento humano, porque:

- Reforçam a identidade e a coesão social;
- Melhoram a qualidade de vida;
- Dinamizam a atividade econômica.

O Seminário para o qual hoje somos convocados significa o reconhecimento da nossa ação como Fundação neste campo de trabalho.

Alinhados com o lema proposto pela UNESCO para este aniversário, Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável: o papel das comunidades locais, queríamos abordar uma temática de perspectiva regional sem perder o seu caráter universal, como é no caso das Missões Jesuíticas Guaranis. Desta forma, focaliza-se também o rol ativo das comunidades locais na proteção e gestão do seu próprio patrimônio.

O Seminário estruturado para expositores convidados e mídias foi proposto com a finalidade de:

• **Favorecer a circulação do conhecimento** através da presença de especialistas convidados e dos aportes de estudiosos e gestores do patrimônio que exibirão seus trabalhos e experiências.

• **Gerar o debate e a difusão de boas práticas** entre todos os que trabalhamos na gestão cultural e patrimônio.

• **Promover a partir deste encontro a geração de redes** e pontes para todos os que estão em um mesmo campo de trabalho, de modo a configurar uma plataforma de conhecimento e intercâmbio de gestão.

Gostaria de destacar a qualidade dos sócios que hoje nos acompanham: o escritório regional da UNESCO, a Secretaria de Cultura da Nação, o Centro Cultural da Espanha, a Telefônica da Argentina, a Fundação Bunge y Born, o CEDODAL, o Centro Cultural Borges, a Federação de Amigos de Museus, e o CAEC. Quero agradecer-lhes a confiança em nós depositada. Seu apoio e sua presença demonstram que compartilhamos a visão de que, para se obter resultados há que se somar, e que o caminho do futuro o construímos entre todos.

Quero, ainda, transmitir nosso desejo de máximo aproveitamento dessas jornadas e comunicar o compromisso da FOGA, de continuar trabalhando com dedicação, convicção e expectativa no caminho escolhido.

Muito obrigada.

Bom dia a todos, senhor Embaixador, caros participantes, amigos.

É um grande prazer estar aqui com vocês para celebrar os 40 anos da Convenção sobre o Patrimônio Mundial, especialmente com esse lema, o tema deste ano, que é o Patrimônio Mundial e o Desenvolvimento Sustentável: o papel das comunidades locais. Gostaria de agradecer a todos que nos têm brindado com a possibilidade de celebrar o aniversário e em especial à Fundação Ortega y Gasset Argentina. Como dizia Inés, passamos um ano pensando num evento para contribuir com essa importante celebração, e pareceu-nos muito procedente e interessante tratá-lo através do caso das Missões Jesuíticas.

Um especial agradecimento ao arquiteto Ramón Gutiérrez, que dispensa apresentação, porque todos o conhecem. É um grande expert, mas também um grande amigo da UNESCO, há muitos anos. Eu, ainda não trabalhava na UNESCO quando Ramón já defendia a Organização e quando participou na elaboração desta Convenção, que agora é das mais conhecidas no sistema das Nações Unidas e sem dúvida, uma das de maior sucesso.

Não vou me estender muito porque me deram o privilégio de fazer uma modesta apresentação, na qual farei uma reflexão sobre o balanço desses 40 anos, e das soluções e respostas que, quatro décadas depois, esta Convenção segue dando às grandes questões vinculadas ao desenvolvimento.

Gostaria de dizer que, apesar das dificuldades financeiras que enfrenta a UNESCO hoje e o mundo em geral, temos visto uma mobilização inacreditável em nossos sócios para celebrar este 40º aniversário. Em Mendoza, no mês de abril, organizou-se o ICOMOS Argentina com uma extraordinária reunião sobre os itinerários culturais, mobilizando o mundo acadêmico e os gestores. Organizaram-se também, através da cátedra de Turismo Cultural da UNESCO, várias atividades na Argentina, no Mercosul cultural, assim como em Córdoba, onde destacou-se a importância de seguir trabalhando a Convenção conjuntamente a nível sub-regional – reforçando especialmente o tema das Missões Jesuíticas com o apoio técnico de Ramón, que foi consultor da UNESCO nesse contexto. Também em outros países vizinhos, como o Uruguai, onde terminamos de organizar com a presença da diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, uma importante atividade e um olhar cruzado entre Colonia del Sacramento e Cartagena

das Índias – dois centros históricos que estão trabalhando e enfrentando dificuldades comuns sobre como preservar seu patrimônio e ao mesmo tempo desenvolver-se. Também no Paraguai, onde trabalhamos o tema do turismo cultural com um evento realizado recentemente.

Essa celebração tem que seguir além de 2012, e contamos com vocês e com sua colaboração, porque se trata de uma Convenção que lhes pertence, que não pode viver sem as comunidades, que há de continuar promovendo e fazendo entender que vive e evolui, e que teve, apesar do texto ser curto, um progresso extraordinário, e tem podido adaptar-se, como dizia Ramón, à evolução da noção de Patrimônio.

Agradeço a todos e desejo-lhes excelentes jornadas.

Primeiro, gostaria de agradecer a possibilidade de compartilhar com vocês essas jornadas, que constituem uma forma de celebrar os 40 anos da Convenção do Patrimônio Mundial.

Em Veneza, em 1964, um conjunto de técnicos profissionais redigiu aquela carta do Patrimônio que foi, durante um tempo importante, um guia de acordos sobre critérios, formas de atuação e ideias fundamentais. Porém, foi realmente no ano de 1972, quando se sanciona a Convenção do Patrimônio Natural e Cultural da UNESCO, que se dão os passos para que muitos países reconhecessem essa possibilidade, em uma forma de atuação que se tem aperfeiçoado através do tempo.

Talvez seja isso uma das coisas essenciais que podemos celebrar hoje, essa ductilidade da UNESCO para avançar num processo de 40 anos, nos quais, as ideias foram-se afinando, acumulando, sedimentando e dando lugar a diferentes possibilidades e olhares, integrando-as e procurando de alguma forma aperfeiçoar aqueles conceitos originais. Passamos assim do monumento aos conjuntos, dos conjuntos aos povoados, dos povoados aos centros históricos e avançando sobre as maneiras de entender, compreender e sobretudo atuar, gerando as ferramentas adequadas. Assim, trabalhamos sobre os itinerários culturais e logo sobre as paisagens culturais, e ao mesmo tempo foram-se definindo outras novas convenções, como a Convenção do Patrimônio Material no ano de 2003 e a Convenção da Diversidade Cultural, em 2005.

Tudo isso constitui de alguma forma o processo que está nos levando hoje à possibilidade de gerar novas ferramentas, de promover para o século XXI fórmulas mais adequadas, mais perfeitas, de preservar o nosso patrimônio. Essas mudanças incluem não só as novas práticas, mas implicam outros olhares e aproximações, por exemplo, de aceitar como Patrimônio uma visão integradora da paisagem histórica urbana.

A Convenção do Patrimônio foi então o ponto de partida para que muitos países adotassem em conjunto algumas linhas de ação, alguns critérios que fomos aperfeiçoando através de todo esse tempo. E celebramos tomando talvez aquele caso mais importante em nosso desenvolvimento cultural, social, político e econômico, como foi o caso das Missões Jesuíticas dos Guaranis que abrange vários de nossos países e que tem sido considerado pelo Mercosul um tema prioritário para ação conjunta. Isto é o que estamos celebrando, e agrada-me muitíssimo fazê-lo com vocês.

Muito obrigado.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO		
3	ABERTURA	104	As Missões Jesuíticas como Espaço para o Desenvolvimento Social e Cultural Ramón Gutiérrez
11	I PARTE – EXPOSITORES		
	CELEBRAÇÃO 40º ANIVERSÁRIO DA CONVENÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL		
	Frédéric Vacheron		
24	PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO: BENEFICIANDO AS COMUNIDADES LOCAIS	125	
	Elías Mujica Barreda	155	
42	PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL, MAIS FÁCIL DIZER DO QUE FAZER. A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DOS ANDES	137	
	Gabriel Klein		
52	ACESSIBILIDADE E INTERPRETAÇÃO PARA OS VISITANTES DOS SÍTIOS DO PATRIMÔNIO. O CASO DAS MISSÕES JESUÍTICAS	189	
	Carlos Fernández Balboa		
64	A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, MATERIAL E IMATERIAL DAS REDUÇÕES JESUÍTICO-GUARANIS NO BRASIL	167	
	Ana Lúcia Goelzer Meira		
77	A DISPERSÃO DAS IMAGENS RELIGIOSAS JESUÍTICO-GUARANIS EM CORRIENTES, NA ÉPOCA POSTERIOR À EXPULSÃO DOS JESUÍTAS	173	
	Alfredo J. E. Poenitz		
89	A ESCULTURA GUARANI – JESUÍTICA. O MISTÉRIO DOS INÍCIOS, A REFORMA BARROCA, SEU APOGEU E O SURPREENDENTE FINAL		
	Božidar D. Sustersic		
			As Missões Jesuíticas como Espaço para o Desenvolvimento Social e Cultural Ramón Gutiérrez
			II PARTE – PALESTRANTES
			O PATRIMÔNIO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PLANO DE GESTÃO DE COLONIA DEL SACRAMENTO
			Virginia Pereira Corbo e Nelsys Fusco Zambetogliris
			ARQUEOLOGIA DA TERRA ESCURA EM ENTRE RÍOS
			Marcelo Weissel e Beatriz Rodríguez
			CONSTRUÇÕES DE PRODUÇÃO E SERVIÇO NO CORREDOR DO RIO URUGUAI: TESTEMUNHA LATENTE DO PATRIMÔNIO HISPÂNICO GUARANI NA ARGENTINA
			Vivian Fernández, Andrea Morello, Carlos Moreno, Adriana tem Hoeve e Martín López Bustigorri
			...TÃO LIMITADAS SÃO SUAS CAPACIDADES CONSIDERAÇÕES NEGATIVAS SOBRE A PRÁXIS MUSICAL NAS MISSÕES JESUÍTICAS
			Ramiro Albino
			REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA CONVENÇÃO EM SEUS PRIMEIROS 40 ANOS, MISSÕES JESUÍTICAS GUARANIS E MISSÕES FRANCISCANAS NO TEXAS
			Mercedes Garzón Maceda

- 186 PAISAGEM COM MEMÓRIA VIVA MISSIONÁRIA
ANCORADA NO PARAGUAI
Isabelino Víctor Martínez Galiano
- 195 UMA VERSÃO PORTUGUESA DAS ALDEIAS
PARA OS GUARANIS
Luísa Durán Rocca
- 206 AS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANIS. UMA
ECÚMENE
Luis Bisio, Carlos María Gutiérrez e
Gerardo Sanguinetti
- 217 MISSÃO JESUÍTICA GUARANI DE LA
SANTÍSSIMA TRINIDAD DO PARANÁ
Ana Rosa Lluís O'Hara
- 224 UMA APOSTA PARA O TURISMO CULTURAL.
MISSÕES JESUÍTICAS GUARANI DE TRINIDAD,
JESUS E SÃO COSME E SÃO DAMIÃO
Ana Burró
- 235 O WORLD MONUMENTS FUND E O PROJETO
SAN IGNACIO MINI. UM APORTE PARA A
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO JESUÍTICO
GUARANI
Marcelo L. Magadán
- 248 VISITA GUIADA DE CUBO A CUBO: UM
DISPOSITIVO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE
CIDADÃ
Adriana Careaga e Alejandro Giménez
Rodríguez



CELEBRAÇÃO 40º ANIVERSÁRIO DA CONVENÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

*Frédéric Vacheron**

É um grande prazer estar aqui com vocês para celebrar o 40º aniversário da Convenção do Patrimônio Mundial, sob o tema Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável: o papel das comunidades locais. Agradeço a todos os que nos deram a oportunidade de celebrar esse aniversário com uma importantíssima reflexão sobre a aplicação da Convenção na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, reconhecendo suas conquistas e analisando o seu papel no presente e para o futuro. Estendo minha saudação muito especialmente ao arquiteto Ramón Gutiérrez, secretário do Centro de Documentação de Arquitetura Latino-Americana (Cedodal); a Inés Viñuales, diretora da Fundação Ortega y Gasset Argentina; e ao Alberto Petrina, diretor Nacional de Patrimônio e Museus, que tornaram possível esse espaço.

É sempre um prazer visitar a Argentina, onde temos realizado várias atividades para celebrar com entusiasmo os 40 anos da Convenção, e sempre reforçando o compromisso de proteção do rico patrimônio deste maravilhoso país, onde a UNESCO mantém constante e frutífero intercâmbio com as autoridades culturais e a comunidade.

O Patrimônio da Humanidade é uma ideia que nos une. Ideia simples, porém revolucionária. É a ideia de que o mundo celebra o patrimônio cultural e natural de valor universal, que a humanidade deve proteger em conjunto, como seu legado indivisível. Salvar os templos do Egito e desmontar pedra por pedra o templo de Abu Simbel, na década de 1960, foi o primeiro ato de reconhecimento dessa ideia.

A noção de Patrimônio Mundial tem diferenças entre outras convenções, pois, ainda que os sítios inscritos na lista constituam um patrimônio de toda a humanidade, remetem-nos à ideia de continuarem sob a soberania do Estado Parte. O Estado, portanto, tem o dever de dedicar todos seus

* Graduado em Direito Internacional e História do Direito. Especialista do programa Setor Cultura e Patrimônio Mundial, Representação da UNESCO para o Mercosul.

esforços na proteção dos sítios de Patrimônio Mundial que estejam em seu território e de conservá-los para o resto da Humanidade. A menos de uma geração depois da Segunda Guerra Mundial, temos demonstrado com isso que podemos mover montanhas quando estamos unidos pelo mesmo ideal.

Como se sabe, a Convenção do Patrimônio Mundial, criada há 40 anos, é hoje o instrumento global indiscutível para a proteção do patrimônio cultural e do patrimônio natural. Lembremos que, até o momento, 188 Estados têm unido suas forças para salvaguardar 962 sítios em 157 países.

A Argentina conta com oito sítios na Lista do Patrimônio Mundial:

- Parque Nacional Los Glaciares
- Missões Jesuíticas Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María Mayor, Ruínas de São Miguel das Missões (Brasil)
- Parque Nacional do Iguazu
- Cueva de las Manos – Rio Pinturas
- Península Valdés
- Parques Nacionais Ischigualasto / Talampaya
- Manzana e Estâncias Jesuíticas de Córdoba
- Quebrada de Humahuaca

Em 40 anos, os projetos cresceram e tornaram-se mais complexos, fazendo com que o nosso maior desafio seja não somente o de salvar templos ou igrejas, centros históricos ou parques nacionais. O conceito de Patrimônio, muito mais amplo, salvaguarda o bem, o seu entorno e até o seu espírito. Agora há uma tendência, por exemplo, à inclusão das paisagens culturais e dos sítios transfronteiriços compartilhados por vários países. Trata-se, além do mais, de dar resposta às pressões da mudança climática, da urbanização rápida e massiva, do turismo massivo, da perda de população nas cidades históricas, dos desastres naturais, dos conflitos locais, assim como do tráfico ilegal de espécies. Também somos conscientes do impacto que as novas infraestruturas podem exercer sobre as condições ambientais e paisagísticas do local, sem contar os “parques temáticos”, pseudo-históricos que invadem alguns sítios culturais.



Missões Jesuíticas Guaranis

Outro fator que ameaça o Patrimônio são os conflitos armados e religiosos que tomam forma de destruição. Como foi o caso da triste destruição de duas magníficas estátuas de Buda, esculpidas dentro das montanhas da Paisagem Cultural e Restos Arqueológicos de Bamiyan, no Afeganistão, por parte de talibãs, em 2001. Apesar da riqueza que ainda conserva o sítio em seu conjunto, graças aos enormes aportes que por séculos fizeram culturas como as dos índios, dos helenos, dos romanos e dos islâmicos, entre outras, a lamentável destruição das duas estátuas de Buda foi uma grande perda para a humanidade.

Nesse ponto, é primordial mencionar casos que hoje deveriam atrair a atenção mundial, como aquele de Mali, onde um patrimônio inestimável está gravemente ameaçado por situações de conflito armado no norte do país. Na mesma reunião de São Petersburgo, o Comitê debateu amplamente essa situação e tomou decisões a respeito dos sítios patrimoniais de Mali. O próprio país manifestou sua preocupação pelas ameaças a sítios como Tombuctu e o Túmulo de Askia. A diretora geral da UNESCO enviou uma missão de alto nível para avaliar o estado de conservação dos sítios e

tomar medidas de emergência. Apesar dos esforços, o Comitê considerou que o valor universal excepcional de ambos os sítios achava-se em risco iminente e decidiu incluí-los na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. A medida procura uma forma de garantir a proteção dos sítios, por isso vai acompanhada de uma petição a ICOMOS e ao Estado Parte para trabalharem em ações corretivas que permitam remover o sítio da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, quando a situação interna do país tenha retornado à normalidade.

Igualmente, o Comitê pediu a cooperação dos Estados fronteiriços com Mali para evitar o tráfico ilícito de objetos culturais, especialmente aqueles vinculados aos sítios em alto risco, assim como a cooperação para desenvolver uma estratégia de conservação conjunta. Nesse mesmo sentido, fez referências às organizações regionais e continentais para prestarem apoio financeiro e técnico que permita superar essa desafortunada situação. Adicionalmente, instou-se a Mali a solicitar ajuda do fundo de emergência, assim como assistência de ICOMOS e ICROM. O Comitê aplicará um mecanismo de monitoração que lhe permita reportar ações de seguimento em sua próxima sessão.

Porém, não são somente os sítios culturais os que estão ameaçados; também os sítios naturais são vulneráveis à ação do homem. Tal é o caso da Reserva de Vida Selvagem Okapi, na República Democrática do Congo, onde caçadores furtivos atacaram a sede administrativa, assassinando vários guardas florestais e vários Ocapí, uma rara espécie de girafa que habita o local e que dá nome ao parque. Esse trágico evento acessou os alarmes e lançou um chamado da UNESCO e da ONG Flora & Fauna Internacional à comunidade internacional para reconstruir as instalações afetadas e prosseguir com a proteção das espécies que vivem na reserva, entre as quais se encontra a maior população de elefantes do Congo.

Nesse caso, as reações de monitoração têm servido para advertir problemas que vão além da caça furtiva e expandem-se à exploração mineira que coloca em risco os valores do sítio, apesar da proibição das normas. O Comitê tem pressionado o país a aplicar corretivos, embora tenham-se reconhecido certos avanços em esforços de conservação.

Frente a todas essas situações, os encarregados da proteção do Patrimônio e administradores de sítios devem redobrar seus esforços para manter a credibilidade dos sítios e o seu estado de conservação. Neste sentido, e apesar das extraordinárias mudanças que o mundo tem vivido

desde 1972, o texto da Convenção contém princípios e orientações de atuação que continuam totalmente válidos, quatro décadas após depois de sua aprovação.

O curto texto da Convenção composto apenas de 28 artigos pode parecer, à primeira vista, extremadamente generalista e pouco preciso. Entretanto, lido detidamente, o documento assinala com clareza os princípios básicos do espírito fundador, os quais conservam vigência e relevância fundamentais no mundo globalizado de hoje. Então, a proteção do Patrimônio chama-nos para nos adaptar continuamente e sermos cada vez mais inventivos para resolver as dificuldades que frequentemente se estendem além e através dos Estados e suas fronteiras. Deste modo, é interessante analisar a evolução que viveu o conceito de patrimônio, a reformulação das diretrizes operacionais e as novas recomendações da UNESCO ou de outros organismos especializados.

Em primeiro lugar, em 40 anos, operou-se uma ampliação extraordinária do conceito de patrimônio. Portanto, essa evolução reflete-se, por exemplo, com uma melhor incorporação da Comunidade, eixo central da comemoração que hoje nos reúne. Como esse conceito de Comunidade se integrou de maneira mais profunda na noção de patrimônio e na gestão dos sítios de patrimônio mundial?

Sem ter a ambição de responder de forma exaustiva a essa questão, gostaria de compartilhar algumas contribuições com vocês. É destacável, por exemplo, a introdução do Critério 6 na Convenção, que tem permitido associar melhor a noção de Patrimônio com acontecimentos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias que possuem importância universal excepcional.

Nesse sentido, o Patrimônio da Memória e do Nunca Mais tem podido entrar na lista e render homenagem à população ou às comunidades que tem sofrido tragédias humanas. Auschwitz, Hiroshima ou Robben Island são tristes exemplos a nos lembrar que o desenvolvimento dos povos e das comunidades requer sempre processos simbólicos prévios de memória e reparação. Patrimônio e Memória configuram um tema crucial para muitas comunidades, e a programação do projeto dos sítios da Memória da Rota do Escravo contribui com esse objetivo. O Comitê aplicará um mecanismo de monitoração que deve lhe reportar, na próxima sessão, as condições para tomar ações de seguimento.

Gostaria de lembrar, como outro exemplo de integração da noção de Comunidade que, em 1992, as diretrizes operativas adotaram o novo conceito de Paisagem Cultural, conformado pelas obras conjuntas da natureza e da humanidade que expressam uma longa e estreita relação entre os povos e seu meio ambiente natural. A paisagem cultural está muito vinculada ao conceito de Comunidade e do patrimônio imaterial, especialmente no caso da paisagem cultural associativa, que se justifica em virtude das fortes associações religiosas, artísticas ou culturais do elemento natural, mais do que na evidência cultural, que pode ser insignificante ou inexistente. Interessamos destacar que, na recente declaração Paisaje Cafetero Colombiano, o plano de gestão desta paisagem incorpora de maneira exemplar a questão das comunidades e do patrimônio cultural imaterial, como tradições, modos de produção, conhecimento ligado à relação com o meio ambiente, música, gastronomia e muitos outros aspectos.

Sabemos, por outro lado, que as comunidades e seu patrimônio transcendem com frequência as fronteiras nacionais. As culturas maias, guaranis ou mapuches, por exemplo, vivem em vários países. As instâncias e os textos relacionados aos direitos humanos enfatizam, hoje, a necessidade de reconhecer essa situação, com o fim de garantir o exercício e o gozo satisfatório dos direitos culturais dessas mesmas comunidades. Entendemos então melhor, neste contexto, a importância do conceito de Itinerário Cultural para estas comunidades e povos.

O conceito de Itinerário Cultural enriquece a noção de Patrimônio e ao mesmo tempo estimula o diálogo intercultural, o desenvolvimento sustentável e o turismo cultural. Os itinerários culturais oferecem também uma oportunidade às comunidades de exercer seus direitos culturais, visto que o patrimônio e as comunidades transcendem com frequência as fronteiras nacionais. Essa nova categoria de itinerário foi incluída pela UNESCO, nas diretrizes da Convenção do Patrimônio Mundial, em 2005.

Entretanto, foi em 2007 que se efetivou o mais notável reconhecimento do papel das Comunidades. Lembremos que no ano de 2002, na ocasião do 30º aniversário da Convenção, o Comitê adotou a “Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial”, com base em quatro objetivos estratégicos chaves conhecidos como as “4C”: credibilidade, conservação, capacidades e comunicação. Uma quinta “C” foi acrescentada em 2007: a de comunidades, pondo em destaque a importância da participação das comunidades locais na preservação do patrimônio mundial.

Por outro lado, muitas comunidades vivem hoje em dia em um entorno urbano que contribui com a vida cultural, social e econômica, além de dar sustentabilidade aos centros históricos. Como imaginar os centros históricos sem seus artesãos, seus comerciantes, seus habitantes, que emprestam ao local seu caráter, sua alma e seu espírito? A paisagem urbana histórica é a proposta de uma nova ideologia, que responde à necessidade de integrar e articular melhor as estratégias de conservação do patrimônio urbano.

Entende-se por paisagem urbana histórica a zona urbana resultante de uma estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, o que transcende a noção de conjunto ou centro histórico, para abranger o contexto urbano geral e seu entorno geográfico. Esse contexto geral inclui, por exemplo, os usos e valores sociais e culturais e os aspectos imateriais do patrimônio na sua relação com a diversidade e a identidade. Essa nova ferramenta ou metodologia de trabalho, adotada em setembro de 2011 pela Conferência Geral da UNESCO numa nova recomendação, poderá, sem dúvida, contribuir para uma melhor articulação entre a gestão dos centros históricos e as prioridades das comunidades que vivem nesses mesmos centros.

Gostaria de mencionar um exemplo de contribuição de um dos importantes parceiros da UNESCO, que é o ICOMOS, e que, junto com os outros órgãos assessores, UICN e ICCROM, aporta sua valiosa experiência na reflexão sobre a Convenção. Neste debate sobre a Comunidade, é importante mencionar a Declaração de Quebec do ICOMOS, de outubro de 2008, sobre a preservação do espírito do local para salvaguardar o patrimônio material e imaterial. Essa declaração propõe novos conceitos para considerar o espírito do local, faz algumas advertências sobre a necessidade de conservar esse espírito e recomenda medidas para transmiti-lo às gerações futuras.

Essa noção permite reconhecer melhor o caráter vivo e permanente dos sítios e das paisagens culturais, ao mesmo tempo em que dá uma visão mais forte, dinâmica, larga e inclusiva do patrimônio cultural. O espírito do local existe de uma forma ou outra em todas as culturas do mundo e reflete-se especialmente nos elementos imateriais. Essa noção é essencial para a vida das comunidades que não podem sequer se desenvolver nem viver corretamente sem um ambiente, sem um local adequado: os chamados locais antropológicos “que se opõem aos não locais”, desenvolvido pelo antropólogo francês Marc Augé.

Como mencionamos anteriormente, o turismo pode ser tanto uma oportunidade quanto uma ameaça para o patrimônio e as comunidades. Em 1976, a UNESCO e o Banco Mundial organizaram uma importante oficina intitulada “Turismo, passaporte para o desenvolvimento?”, durante a qual foram colocadas as principais preocupações que surgem desse matrimônio de amor e ódio entre Turismo e Patrimônio.

Os gestores do Patrimônio na UNESCO procuram soluções, e é notável a criação do conceito da “capacidade de carga”. Muitos dos sítios e manifestações são frágeis, e a relação qualidade/quantidade (de visitantes ou turistas) deve se definir a partir da noção de capacidade de carga do sítio. Trata-se de um conceito complexo, porém necessário para a gestão sustentável do sítio. Não existem fórmulas para determinar a capacidade de carga: são essencialmente as comunidades locais e os responsáveis pela gestão dos sítios os que devem definir essa capacidade de carga em termos práticos e gerenciar o sítio para fazer cumprir esse número máximo.

Outro fenômeno relacionado ao Desenvolvimento e ao Patrimônio merece uma atenção especial. A UNESCO reconhece que a renovação de núcleos urbanos tem trazido como consequência uma “frequente duplicação ou triplicação dos tributos, ficando caro demais para residentes de baixa renda permanecerem em suas casas e bairros, e às vezes provocando uma epidemia internacional de desalojamento forçados”. Esse fenômeno é chamado de gentrificação e pode prejudicar gravemente os habitantes do sítio.

A UNESCO empreende contínuos esforços com promotores urbanos para analisar as tendências atuais em cidades e bairros históricos, fomentar o diálogo entre os diversos atores urbanos e trabalhar em prol do desenvolvimento dos entornos da maneira mais social, cultural, econômica e ambientalmente sustentável. A ideia é participar de iniciativas de reflexão sobre o tema da “sustentabilidade social em distritos históricos” e encontrar medidas para combater o fenômeno da gentrificação. De maneira geral, os trabalhos de supervisão do patrimônio mundial demonstram que muitos dos problemas que afetam os sítios resultam da falta de um plano de gestão ou de peças-chaves no plano, quando não, de ausência total de regime de gestão.

Entretanto, em muitos casos percebemos maior consciência, como por exemplo a integração da noção de comunidade e do patrimônio imaterial em alguns planos de gestão dos sítios do Patrimônio Mundial, caso do novo plano da Colônia de Sacramento no Uruguai, recentemente elogiado pela diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, durante sua visita ao país e a

esta cidade. Lá, a diretora destacou também a inclusão da comunidade local na gestão do sítio e a ampliação da zona de amortecimento até as ilhas próximas ao Rio de La Plata.

Todas essas ferramentas ou noções adotadas têm como propósito melhorar a gestão dos sítios de Patrimônio Mundial e da mesma forma, incorporar a gestão de sustentabilidade na mesma gestão.

Essa noção de sustentabilidade é um eixo central que existe em todas as convenções culturais da UNESCO (que hoje dispõe de sete Convenções Internacionais). De fato, tem se reconhecido que também a cultura e o patrimônio são um novo e essencial pilar na definição da sustentabilidade do desenvolvimento. Ou seja, uma política de desenvolvimento que não considera a cultura, a diversidade cultural ou a salvaguarda do patrimônio não é sustentável. É importante mencionar essas Convenções porque, apesar de que hoje tratamos essencialmente a Convenção de 1972, a articulação de todas elas assegura uma verdadeira eficiência da defesa da diversidade cultural e proteção em todas as suas facetas. A Convenção de 2003 sobre a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial deve encarar também os problemas da globalização e dos efeitos negativos do desenvolvimento e do turismo.

De fato, essa Convenção de 2003 e suas diretrizes identificaram alguns riscos vinculados à relação entre desenvolvimento e patrimônio cultural imaterial. A desaparecimento, a folclorização, a mercantilização, a coisificação, a fossilização, a instrumentalização ou apropriação indevida, a dominação do turismo cultural e a degradação do meio ambiente são alguns dos riscos identificados. Os esforços das duas convenções deveriam ajudar a entender melhor essa relação entre desenvolvimento sustentável e patrimônio.

Sobre esse último ponto, gostaria de compartilhar alguns avanços dos dois últimos anos que demonstram que a Convenção tem a capacidade de se ajustar e se adaptar à situação do mundo de hoje, sem questionar seu espírito, seus fundamentos ou seus princípios reitores. Na sua 34ª sessão, em Brasília, em 2010, o Comitê adotou o Plano de Ação de Paraty, que contém “atividades a serem programadas com o propósito de integrar uma perspectiva de desenvolvimento sustentável na Convenção do Patrimônio Mundial”.

Na sua 35ª sessão, em Paris, em 2011, o Comitê adotou várias emendas às Diretrizes Operativas, para que os sistemas de gestão dos sítios do Patrimônio Mundial integrem os princípios do desenvolvimento sustentável.



Patrimônio Cultural Natural, Glaciar Perito Moreno.

Foto: CC - Kerry O'Connor (<http://www.flickr.com/photos/kjbo/>)

Também, merece destaque a obra do Centro de Patrimônio Mundial para se tomar em conta o tema do Patrimônio nos resultados da Conferência de Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 no Rio de Janeiro (RIO + 20), e na nova agenda para o desenvolvimento, a ser adotada em 2015, pela comunidade internacional.

Nas consultas preparatórias da RIO + 20, a UNESCO enfatizou vários resultados e exemplos que demonstram com clareza a relevância do patrimônio cultural e natural para a economia verde.

De maneira geral, cabe destacar a iniciativa liderada pela UNESCO, que tem permitido a adoção de duas resoluções da Assembleia Geral de Nações Unidas, em 2010 e em 2011, para integrar a Cultura em estratégias e políticas públicas e superar a ausência da Cultura como tema prioritário dos Objetivos do Milênio. O plano estratégico para a programação da Convenção 2012-2022, desenvolvido no contexto das reflexões sobre o “Futuro da Convenção”, e adotado pela Assembleia Geral em Paris 2011, integrou na sua visão para 2022 a problemática da Convenção e do Desenvolvimento Sustentável e as comunidades.

Há que se mencionar a atual formulação de política geral da UNESCO sobre os povos indígenas, e muitas reuniões sobre como integrar melhor

as comunidades na gestão dos sítios. Destacamos também os esforços das organizações especializadas da sociedade civil e especialmente o ICOMOS que, em 2011, publicou as Orientações sobre as avaliações do impacto sobre os bens do Patrimônio Cultural da Humanidade, e sua Assembleia Geral adotou no mesmo ano a Declaração de Paris sobre “Patrimônio, motor de desenvolvimento”. O ICOMOS Noruega está desenvolvendo um trabalho sobre a dimensão de Direitos Humanos na gestão dos sítios.

Uma iniciativa importantíssima que integra a celebração do 40º aniversário é a reunião de consulta sobre patrimônio mundial e desenvolvimento sustentável, celebrada em Ouro Preto de 5 a 8 de fevereiro de 2012. Aproveito a oportunidade para agradecer novamente ao Brasil, especialmente ao IPHAN e à sua presidente, pela generosidade de ter organizado esta reunião, da qual participaram 50 delegados entre experts, órgãos consultivos e centros categoria II, entre outros. Essa reunião trouxe a oportunidade de debater e aprofundar o marco geral e o relacionamento entre patrimônio mundial e desenvolvimento sustentável. Fez notar que preservar o patrimônio e atingir um desenvolvimento sustentável, concebido como um desenvolvimento que incorpora as preocupações sociais e meio ambientais, não deveria se entender como meta contraditória.

O conceito de patrimônio é fundamental para a lógica do desenvolvimento sustentável como resultado da dinâmica do patrimônio e a contínua relação entre as comunidades e seu meio ambiente. Enfatizou-se que o resultado de uma interação dinâmica pode atravessar as dimensões do tangível e do intangível. Portanto, pediu-se uma definição mais ampla do patrimônio no contexto do Patrimônio Mundial, que daria ênfase na sua relação inerente às comunidades locais e seu bem-estar.

Isso também reforçaria os vínculos operacionais entre a Convenção do Patrimônio Mundial e as políticas nacionais do patrimônio destinadas a melhorar a vida das comunidades locais, e fomentar a cooperação entre os países sobre a conservação do patrimônio em nome do desenvolvimento sustentável. Destacou-se também que se o setor do patrimônio não assumir plenamente o desenvolvimento sustentável e aproveitar os benefícios recíprocos para o patrimônio e a sociedade, poderá se tornar uma vítima de si mesmo, em vez de ser um catalizador para uma mudança mais ampla.

A reunião observou a necessidade de um guia prático sobre desenvolvimento sustentável para as pessoas envolvidas na proteção dos bens do patrimônio mundial. Portanto, os participantes concluíram também

que existe a necessidade de uma política específica que permita integrar a preocupação pelo desenvolvimento sustentável dentro dos processos operacionais da Convenção do Patrimônio Mundial.

O objetivo desta política deveria:

1. assegurar que o potencial do patrimônio mundial que contribui ao desenvolvimento sustentável esteja plenamente aproveitado;
2. ajudar a profissionais, instituições, comunidades e redes que atuam no patrimônio mundial a aproveitarem os benefícios que a participação no desenvolvimento sustentável pode oferecer aos bens do patrimônio mundial;
3. assegurar que as estratégias mundiais de conservação do patrimônio e dos programas estejam alinhados com os objetivos mais amplos do desenvolvimento sustentável.

A reunião de Ouro Preto também identificou uma série de “princípios gerais”, que deveriam informar sobre essa nova política, em relação aos processos específicos da Convenção.

Eventualmente, a programação desta política poderia requerer que a prática da conservação incorporasse um novo enfoque multidisciplinar e intersetorial. Isso deverá se complementar, se possível, com uma série de atividades (recomendação da reunião de Paraty) que inclua o desenvolvimento de um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável, que poderia se aplicar à conservação do patrimônio, à realização de estudos específicos e ao desenvolvimento de ferramentas de criação de capacidades e programas.

Finalmente, reconhecendo o papel crucial da cooperação internacional na correção de desequilíbrios e em atingir um desenvolvimento sustentável, a reunião de Ouro Preto recomendou que o Comitê acrescentasse a seus objetivos estratégicos uma sexta “C”: a Cooperação. Foi proposta, também, a possibilidade de elaborar uma Declaração Universal da UNESCO sobre Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade Cultural, tendo em conta a estreita relação e interdependência entre a diversidade biológica e cultural e a necessidade de uma melhor integração e aprendizado, através das convenções relacionadas com a cultura e a biodiversidade.

As conclusões de Ouro Preto sugerem que a conservação do patrimônio, no contexto da Rio+20, poderia ser vista como uma estratégia para um desenvolvimento mais sustentável, que fomente uma economia mais verde e sociedades mais unidas e flexíveis. Os bens declarados Patrimônio Mundial poderiam servir de banco de provas, onde poderiam se explorar enfoques inovadores e desenvolver modelos de boas práticas. Resulta-me impossível resumir todos os resultados dessa reunião, mas queria insistir sobre sua importância para os futuros avanços e evoluções relacionadas à Convenção.

Há outros temas importantes a se considerar neste contexto, mais especificamente as reflexões que ocorreram na 36ª sessão do Comitê de Patrimônio Mundial, em São Petersburgo. É importante que, para se cumprirem os objetivos da Convenção, existam mecanismos de seguimento das atividades realizadas pelos Estados Parte e as regiões. O Comitê do Patrimônio Mundial reafirmou essa necessidade, especificando, nas diretrizes operacionais da Convenção, a necessidade de trabalho conjunto entre a Secretaria, os órgãos consultores e os Estados Parte para o desenvolvimento de programas de longo prazo, que serão revisados pelo próprio Comitê, dependendo das necessidades identificadas pelos Estados nos informes periódicos. Com esse tipo de medidas, espera-se que as necessidades regionais se façam mais evidentes e se facilite a realização de um vínculo entre os objetivos estratégicos e a assistência internacional.

Termino minha intervenção citando o grande poeta chileno Pablo Neruda que, em 1943, inspirado num famoso sítio do patrimônio mundial peruano, escreveu: “Machu Picchu revelou-se diante de mim como o perdurar da razão acima do delírio, e a ausência de seus habitantes, de seus criadores, o mistério de sua origem e de silenciosa tenacidade desencadearam para mim a lição de ordem, que o homem pode estabelecer através dos séculos com sua vontade solidária”.

Parabéns, e obrigado pela atenção.

PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO: BENEFICIANDO AS COMUNIDADES LOCAIS

*Eliás Mujica Barreda**

*Arqueólogo
e antropólogo.
Consultor em
gestão, inclusão e
desenvolvimento.
Peru

Celebramos os 40 anos da Convenção sob um lema muito significativo: Patrimônio mundial e desenvolvimento sustentável, o papel das comunidades locais. Não vou me referir, em minha apresentação, à comunidade local no marco da noção de Patrimônio, tampouco à comunidade e sua relação com a gestão do Patrimônio. Vou me concentrar no benefício direto e indireto que as comunidades podem e devem receber de uma gestão apropriada de nosso patrimônio cultural e que se refere ao conceito de sustentabilidade, tanto do Patrimônio quanto da comunidade em seu conjunto.

Tomo por base duas experiências, ambas relacionadas a sítios arqueológicos, os Templos do Sol e da Lua (Huacas del Sol y de la Luna), em Trujillo (Região La Libertad), e as pirâmides de Túcume, em Chiclayo (Região Lambayeque), situados na desértica costa norte do Peru. A particularidade desses casos, junto com uma terceira intervenção que estamos iniciando nos povoados históricos de Andahuaylillas, Huaro e Urcos, na província de Quispicanchi (Região Cusco), é de integrarem o “Programa de Inversão Social Corporativa para a Promoção do Desenvolvimento Econômico através da cotização de monumentos culturais”, da Fundação Backus, uma instituição de interesse social, apolítica e sem fins de lucro, criada pela União de Cervejarias Peruanas Backus e Johnston S.A.A., com o objeto de contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país.

O programa visa o fortalecimento de capacidades humanas e a promoção do desenvolvimento econômico local, além da geração de emprego através de intervenções interdisciplinares, onde a pesquisa, a conservação e a consolidação de sítios arqueológicos e de espaços culturais como atrativos turísticos de primeira magnitude, constituam-se em polos de desenvolvimento, garantindo o incremento do fluxo do turismo e o conseqüente benefício econômico da população local.

QUAL É A RACIONALIDADE DO PROGRAMA?

A racionalidade do programa é muito simples, pelo menos na sua formulação, ainda que mais complexa no momento de colocá-la em prática. O Peru é um país que se sobressai pela quantidade e qualidade do seu patrimônio cultural pré-hispânico, colonial e republicano – embora grande parte dele se encontre em situação precária, pela dificuldade do Estado em financiar sua pesquisa e conservação. Contraditoriamente, o patrimônio cultural constitui um dos atrativos turísticos de maior demanda em nível mundial, e no caso do Peru é o que gera a maior decisão de viagem dos turistas que nos visitam. Tradicionalmente, a maior motivação concentra-se em poucos destinos posicionados no âmbito internacional, destacando-se Cusco e Machu Picchu.

O turismo responsável é um dinamizador do desenvolvimento econômico e social devido à quantidade e diversidade de negócios que a atividade demanda, e que pode gerar empregos qualificados e melhorar a qualidade de vida da população do entorno dos atrativos turísticos. Para a fórmula turismo + patrimônio = desenvolvimento sustentável funcionar adequadamente, requer-se pesquisar e valorizar os monumentos, prepará-los e aperfeiçoá-los para a visita turística, promover adequada e responsabilmente o setor, e fortalecer as capacidades técnicas e empresariais da população local.

Dentro dessa racionalidade, os objetivos específicos do programa são: o desenvolvimento econômico das populações associadas a monumentos culturais, promovendo projetos de intervenção integrais em nosso patrimônio cultural que combinem a pesquisa arqueológica com a conservação; o uso social dos monumentos e o desenvolvimento da população local, fomentando alianças público-privadas, nacionais e estrangeiras, para o manejo de fundos e a cooperação técnica e científica, dando especial ênfase no desenvolvimento técnico e empresarial da população do entorno e fortalecendo a identidade local. Procuramos, além disso, replicar as experiências em nível regional.

TEMPLOS DO SOL E DA LUA (HUACAS DEL SOL Y DE LA LUNA)

(Trujillo, La Libertad)

A cultura Moche é talvez a cultura mais emblemática da costa norte do Peru, devido ao alto nível de desenvolvimento obtido, à qualidade de seus

objetos e à majestade de suas construções. Desenvolveu-se entre os anos 50 e 850 de nossa era.

Localizados ao pé do mítico Monte Blanco, onde habita o Deus das Montanhas, segundo a tradição oral que se mantém até hoje entre os moradores da zona rural de Moche, os Templos do Sol e da Lua compõem a cidade sagrada mais importante dos Moche. Hoje são parte essencial do destino turístico emergente mais original e interessante do Peru: a Rota Moche, localizada a poucos quilômetros da cidade de Trujillo, a uns 550km ao norte de Lima e a apenas 6km do litoral, na margem esquerda do rio Moche.

Os Templos do Sol e da Lua são os dois prédios mais importantes da cidade capital. O Templo do Sol é uma das maiores construções de adobe das Américas, de aparente função cívica, onde foram empregados cerca de 140 milhões de adobinos, atingindo uma proporção aproximada de 345m de comprimento, por 160m de largura e 30m de altura. Lamentavelmente, o monumento foi alvo de aventureiros em busca de tesouros durante o século XVII. O Templo da Lua foi um recinto sagrado, o santuário maior, dedicado ao culto do Deus das Montanhas. Entre ambos expande-se o núcleo urbano, uma trama de praças, avenidas, ruas, residências e oficinas destinadas à produção de diferentes manufaturas: cerâmicas, têxteis, implementos de metal e joias de ourivesaria, adornos e colares.

O Templo da Lua, onde se concentra a maior quantidade de trabalho, é um complexo arquitetônico constituído por três plataformas de forma piramidal truncada e quatro espaços abertos ou praças delimitadas por amplos muros de adobes que servem de áreas de circulação e de conexão entre as plataformas. As pesquisas arqueológicas têm permitido definir que na realidade tratam-se de dois templos, um mais antigo e o outro mais recente, construído quando o primeiro tinha deixado de funcionar, por volta do ano 600 d.C. O primeiro, o “templo velho”, é composto pela plataforma I, chamada também Plataforma Principal, que é a mais importante do complexo por seu tamanho, sua localização e suas características, cuja fachada principal faz frente a uma grande praça cerimonial de 175m de comprimento por 75m de largura; e a plataforma II, que é a menor e está localizada na esquina sudeste do complexo. Entre ambas as plataformas existem praças que funcionaram como elementos articuladores, com claras evidências de terem sido espaços rituais, e neste contexto destaca-se a Praça 3, pelas evidências de sacrifícios humanos encontrados *in situ*. Todo o conjunto esteve circunscrito por um grande muro perimetral, denotando



Núcleo urbano nas Huacas de Moche em processo de pesquisa. Ao fundo se sobressai a Huacadel Sol, um dos maiores prédios de barro das Américas.

seu caráter reservado. O segundo templo, mais recente, está constituído pela plataforma III que se localiza na esquina nordeste, sobre a ladeira do Cerro Blanco.

Dois fatos são dignos de serem mencionados sobre o “templo velho” de Huaca de la Luna. O primeiro é que tem 650 anos de ocupação contínua, cujo volume que vemos na atualidade é produto de uma superposição de seis prédios que se foram cobrindo e reconstruindo cerimonialmente, uma e outra vez, ao longo desse tempo. Um prédio construía-se sobre o outro, expandindo-se para os lados e crescendo para cima, e se recheando cuidadosamente o anterior por meio de adobes tramados com consistência. Graças a esse processo, perdura até nossos dias a decoração dos diferentes momentos construtivos, sejam murais ou frisos em alto relevo vistosamente policromados.

O segundo é sua fachada principal, com a frente voltada para o norte. Constava durante a última ocupação de oito degraus (o último degrau já não existe), decorados na base de frisos em alto relevo policromado com diversos motivos (de baixo para cima): o desfile de guerreiros vitoriosos e dos vencidos; os sacerdotes de mãos dadas; a aranha antropomorfa degoladora; a deidade pescadora; no degrau onde se desenvolve a rampa de acesso, uma seção baixa apresenta um canhão e uma serpente, e logo a divindade da montanha, com dois rostos de felinos em cada lado apoiados

sobre as patas e garras de aves de rapina, sem apresentar o corpo; na parte superior da rampa há um desfile de guerreiros. No último degrau visível foi representada a divindade do templo, conhecida como o “Deus das Montanhas”, ou “Degolador”. Trata-se de um discurso ligado aos sacrifícios humanos, cerimonial e ritual bem documentado pelo achado de indivíduos que mostram sinais de terem sido degolados e descarnados na Praça 3, como já mencionamos.

Na praça principal do “templo velho”, fazendo ângulo com a fachada antes descrita, há um recinto na esquina sudeste.

O recinto possui um átrio com teto em dois dos seus lados, com complexos murais policromados representando cenas em aparente desordem, onde se podem observar a representação de partes dos diversos temas estudados na iconografia moche: combates, sacrifícios, cenas de pesca, animais e flora.

Sem dúvida, o Templo da Lua foi um prédio religioso e cerimonial, por excelência. Desde 1991, vem sendo realizado um dos projetos interdisciplinares mais importantes dessa área no Peru, desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Trujillo, com o apoio do Patronato Huacas del Valle de Moche e da Fundação Backus.



Muro decorado com o Deus da Montanha, que delimita um pátio da Plataforma Principal do templo velho de Huaca de la Luna.



Fachada norte da Huaca de la Luna (Templo da Lua), o centro cerimonial Moche por excelência e recinto da grande praça cerimonial. Os moche inundaram de cor a desértica costa norte do Peru

Durante esse tempo, e com base nas alianças desenvolvidas e no modelo de gestão implementado, o Templo da Lua foi transformado, de um montículo de terra sem forma nem sentido, num monumento esplêndido, que recebe atualmente mais de 120 mil visitantes por ano, gerando emprego e proporcionando desenvolvimento à comunidade do seu entorno e às cidades vizinhas, como veremos.

AS PIRÂMIDES DE TÚCUME (CHICLAYO, LAMBAYEQUE)

O complexo arqueológico de Túcume é o sítio mais extenso e de maior concentração de arquitetura monumental em Lambayeque. Tem extensão de 221,50 hectares e um conjunto de 26 grandes pirâmides de adobe, dispostas ao redor de um grande monte, Cerro La Raya ou Cerro Purgatório. Associadas a elas existem estruturas de menor expressão, como praças, montículos, pátios, sistemas de canais e muros. Túcume está localizado a quase 800km ao norte da cidade de Lima. Os resultados das pesquisas arqueológicas em Túcume permitem afirmar que o assentamento teve início durante o período Lambayeque (1050 d.C a 1350 d.C) e continuou funcionando dinamicamente durante os períodos Chimú (1350 d.C a 1470 d.C) e Inca (1470 d.C a 1532 d.C), cuja presença e significado registram-

se por sucessivas remodelações na arquitetura e nas associações culturais recuperadas. Durante os três períodos, o sítio constituiu o centro do poder político da região, uma das mais ricas da costa norte peruana pela extensão das áreas agricolamente produtivas e a segurança de contar com água.

Os componentes monumentais mais importantes de Túcume são Huaca Larga, Huaca I, Huaca de las Estacas e a Praça Central, localizadas no lado nordeste e na área nuclear do complexo arqueológico, onde se concentraram de início as obras de pesquisa e conservação. Dentre elas sobressai Huaca Larga, uma imensa plataforma localizada no extremo nordeste e de dimensões realmente impressionantes: 700m de comprimento, que nascem no centro de Cerro Purgatório, um pouco mais de 30m de altura e 280m de largura variável. A rampa de acesso principal, de forma reta e curta, localiza-se ao norte. O sítio foi escavado por Alfredo Narváez no marco do Projeto Túcume, nos anos de 1991 a 1993, e encontraram-se interessantes evidências da superposição arquitetônica desde as épocas Lambayeque, Chimú e Inca, que deram forma final ao prédio. Em cada uma dessas épocas utilizaram-se materiais construtivos e formas diferentes: os Lambayeque usaram um adobe plano convexo e pintura de cor verde cremosa; os Chimú,



Huaca Las Balsas no complexo arqueológico Pirâmides de Túcume: exemplo da arte decorativa Lambayeque. Pode-se observar que todo o montículo está protegido e adequado para receber visita

um adobe plano retangular e pintura tricolor, vermelho, branco e negro; e os Incas preferiram o uso de muros de pedra, com rebocos cinza polidos, sem evidências de pintura.

Em geral, no sítio identificaram-se espaços cerimoniais, de cozinha, de produção artesanal, administrativos e sistemas de acesso. Na parte média e mais elevada de Huaca Larga há uma plataforma elevada, de 48m de comprimento por 36m de largura, com recintos Incas que foram construídos em pedra e sepultaram os recintos de adobe da época Chimú. No interior dos prédios Incas descobriram-se 22 fardos funerários, associados ao sepultamento de um dos últimos governadores Inca dessa região, acompanhado de dois enterros de varões e 19 mulheres, várias delas dedicadas ao ofício de tecer em tear de cintura. Essas valas e os recintos foram preenchidos por um material que suportou uma forte chuva, tendo logo em seguida acontecido um grande incêndio intencional, que corresponde ao momento de abandono do sítio, por volta de 1532 ou início de 1533, quando se começava a conquista espanhola, com a morte de Atahualpa.

No outro extremo do complexo arqueológico, no sudoeste, encontra-se uma concentração de pirâmides de menor tamanho: Huaca de los Gavilanes, Huaca de las Abejas, Huaca Facho e Huaca de las Balsas, esta última é um pequeno prédio, famoso pelos relevos em barro, até agora, os mais importantes da área lambayecana, que têm permitido documentar relevos com novos temas e também associar sua construção monumental com prédios residenciais localizados em seus contornos. Durante os últimos anos, Huaca Las Balsas tem sido completamente pesquisada, conservada e protegida, e constitui um dos pilares do circuito de visita ao monumento.

O MODELO DE INTERVENÇÃO

Embora ambos os conjuntos arqueológicos encontrem-se na costa desértica do norte do Peru e a matéria-prima de construção foi a terra, os dois monumentos apresentados resumidamente diferem não só pela sua cronologia, mas também por suas características gerais, na natureza e disposição de seus componentes, na localização dos sítios arqueológicos em relação às populações locais, no entorno natural e inclusive na filosofia das equipes executoras dos projetos.

Contudo, em ambos os casos, as intervenções sustentam-se em quatro pilares ou componentes: pesquisa arqueológica, conservação do patrimônio,

uso público dos monumentos e desenvolvimento da comunidade local. Dois eixos transversais garantem a sustentabilidade da gestão do sítio: a capacitação de recursos humanos e a promoção e difusão com fins turísticos. Essa forma de abordar as intervenções em nosso patrimônio cultural de maneira integrada tem sido um dos aportes mais importantes da Fundação Backus no início da década dos anos 90, na medida em que seu compromisso de longo alcance possibilitou que a arqueologia no Peru se transformasse de intervenções curtas de “pesquisar e cobrir”, em projetos integrais de longo prazo. Essa forma permite, com as garantias de financiamento adequadas, “pesquisar, conservar e mostrar”, facilitando que nossos monumentos arqueológicos sejam adequadamente apresentados ao turismo e garantindo também a sua conservação e gestão sustentável.

A pesquisa arqueológica é o ponto de partida, além de suas implicações intelectuais e acadêmicas, que não é o caso discutir nesta oportunidade. Nos projetos multicomponentes como os que propomos não pode haver conservação integral sem pesquisa prévia; não se pode dar uso público adequado ao bem patrimonial sem antes terem sido transformados os resultados dessa pesquisa em informação para o visitante, seja em roteiros para os guias de turismo, materiais para os turistas, ou a simples sinalização



A valorização de Huaca las Balsas em Túcume permitiu consolidar uma nova frente de visita, com os serviços necessários para o atendimento ao turista

dos circuitos de visita; não pode haver desenvolvimento local sustentável, se essa pesquisa não nos fornecer os elementos para que ele se sustente na identidade e na permanente associação do público com seu patrimônio. Igualmente, a conservação, em projetos de longo alcance que promovam o uso social do patrimônio, é uma tarefa duplamente complexa. Não se trata apenas da obrigação de conservar um monumento, frágil e fatigado, mas também de cuidar do que esteja exposto ao uso público, o que obriga a um compromisso adicional: a monitoração sistemática, que implica uma série de trabalhos complementários para uma conservação normal e garantida visitas que não afetem minimamente o bem patrimonial.

O uso público, terceiro pilar da intervenção, procura transcender a simples visita ao monumento. Não se trata simplesmente de promover o turismo, ou que os monumentos se encham de visitantes, mas que estes o façam de forma adequada e pertinente para garantir sua conservação por um lado, e por outro, receber uma visita de qualidade, uma experiência de vida, tanto para transmitir conhecimentos e valores ao visitante quanto conseguir sua satisfação plena, redundando diretamente no crescimento do turismo. Por intermédio de cada turista satisfeito chegam outros dez.

INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Medimos o desenvolvimento local na geração de postos de trabalho, diretos e indiretos, alguns relacionados às atividades que se executam nos projetos de intervenção e outros a atividades ligadas a serviços oferecidos para benefício dos turistas. Os primeiros são empregos diretos, cobertos pelos orçamentos dos projetos; os segundos, indiretos, gerados pelos próprios empreendedores.

No entanto, um primeiro indicador necessário a ser avaliado é o crescimento das visitas aos monumentos, na medida em que os turistas são os principais usuários dos serviços que se oferecem. Desse modo, o sucesso da gestão adequada do bem patrimonial tem um correlato direto com o aumento de visitantes.

No caso dos Templos do Sol e da Lua (Huacas del Sol e de la Luna), em Trujillo, o projeto teve início em abril de 1991 e abriu suas portas ao turismo em agosto de 1994, quando o monumento tinha as condições básicas para uma visita apropriada e segura. Durante 1994, apenas visitaram o monumento, pagando ingressos, 2.792 turistas, enquanto no ano de

2011 foram 120.938, com ritmo de crescimento sustentável em maior porcentagem que o crescimento médio nacional. No caso de Túcume, em 1993, visitaram o monumento apenas 2.643 turistas e visitantes, número que em 2011 subiu para 52.208. É importante destacar que em ambos os casos, a quantidade de visitantes é maior à assinalada, já que a população local não paga direitos de visita, assim como algumas delegações especiais de centros educativos etc. Por que a diferença entre esses casos? Principalmente porque, no primeiro, o componente uso público do projeto integrou como parte de suas atividades rotineiras o planejamento e a promoção sistemática do monumento como atrativo turístico, já no segundo, trata-se de um crescimento mais espontâneo.

Em relação aos empregos gerados pelos projetos, no caso dos Templos do Sol e da Luna, em 1991, início do projeto, a equipe era composta por 17 pessoas, entre profissionais e assistentes, enquanto hoje há uma média de 140 pessoas trabalhando. O crescimento progressivo dos empregos consiste na capacidade dos executores do projeto em alavancar fundos, nacionais e internacionais, para a execução de atividades específicas que lhes permitam a contratação de pessoal. Uma característica desse projeto é a quantidade de pessoal com nível de assistentes de campo, mais 60%, que provêm da comunidade vizinha e que são progressivamente capacitados para as tarefas especializadas vinculadas à intervenção de um patrimônio cultural.

Tomo o exemplo das Pirâmides de Túcume, em Chiclayo, para documentar mais detalhadamente a classe de empregos gerados nesse tipo de intervenções, usando como referência as cifras de 2011. Túcume gera uma média de 84 empregos, não todos permanentes. Essa situação depende da disponibilidade orçamentária e da programação dos trabalhos. Durante 2011, os empregos flutuaram entre 110 no mês de janeiro e 67 no mês de agosto, mas se somarmos todos os empregos/mês, a média anual envolve 84 pessoas.

Desse número, o Museu de Sítio gera 13 empregos; em arqueologia trabalham 29 pessoas e 24 em conservação; 14 empregos estão destinados a trabalhos com a comunidade, e quatro vagas repartem-se entre guias de turismo e técnicos, em topografia, desenho etc. Importante destacar a ênfase do projeto nos trabalhos com a comunidade que, como veremos, é uma de suas características mais notáveis, destinando-lhe maior quantidade de pessoal que à própria administração do Museu do Sítio e do centro de pesquisa.

Quanto aos empregos indiretos gerados em ambos os projetos, no caso dos Templos do Sol e da Lua concentram-se no centro de visitantes,

localizado ao pé do Templo da Lua e ao longo do interior em Moche, aquele espaço do vale pelo qual, para chegar, transita-se pela estrada Panamericana Norte. Quando a área comunal do Museu do Sítio Huacas de Moche, recentemente inaugurado, estiver implementada, teremos um terceiro setor de impacto. Sobre o primeiro, são aproximadamente 37 empregos relacionados às diversas atividades, como os guias, que não aparecem nas planilhas do projeto: 18 famílias de artesãos da rosa com um espaço de venda em um local espacialmente preparado, a cafeteria que oferece produtos básicos aos turistas (dois empregos), uma loja de souvenirs (dois empregos) e nove famílias fornecedoras de alimentos às pessoas que trabalham no projeto (em 2011, forneciam 91 refeições diárias de almoço).

Em relação à campina de Moche, trata-se de um espaço muito tradicional da região onde vive uma comunidade, em grande parte, de evidente origem mochica, o que se reflete em sua fisionomia e nos sobrenomes. Provavelmente, é das poucas comunidades de profundas raízes históricas que perduram na costa norte do país. Nossos esforços por agora concentram-se em empreendimentos relacionados às habilidades dos habitantes, por um lado, e aos serviços que podem progredir sustentavelmente na atenção aos visitantes, por outro. Assim, concentramos nossas ações como parte integral do projeto, o trabalho no ramo do artesanato, de alimentos e bebidas, e de motoristas ou orientadores locais. Em relação ao setor de alimentos e bebidas, quando se iniciou o projeto, em 1991, existiam no interior de Moche 25 restaurantes e ramadas (restaurantes tradicionais), que geravam 23 empregos; em 2010, registramos a existência de 43 restaurantes que geravam 224 empregos. Aqui vemos com clareza como um projeto dessa natureza permite não só a geração de novos e melhores empregos, como também consolida melhores locais de atendimento com melhores serviços.

Há outro tipo de negócios que se desenvolvem do crescimento do turismo, se bem que de forma mais espontânea do que os que mencionei, cito dois como exemplo, para dar ideia do impacto que um projeto integral pode gerar na economia local. O primeiro caso é o das bodegas, essas pequenas lojas que oferecem de tudo como pequenos supermercados. Durante os primeiros quatro anos do projeto, havia apenas uma que atendia uma população de aproximadamente duas mil pessoas e gerava um posto de trabalho, obviamente para sua proprietária.

Existem hoje 33 bodegas com 54 empregos, ou seja, não apenas mais empregos, mas uma evidente melhora na qualidade de vida da população

local. O segundo exemplo é o transporte público. Não disponho de cifras atualizadas, mas quando se iniciou o projeto das Huacas del Sol e de la Luna, em 1991, cinco veículos comunicavam a campina de Moche com o povo de Moche, capital do distrito e cidade de Trujillo, capital da província, onde se encontram todos os serviços que um município dessa magnitude oferece. Geravam 20 postos de trabalho e ofereciam um serviço limitado demais. Em 2004, quando o monumento já recebia um fluxo significativo de turistas, deu-se um salto quantitativo importante: 23 unidades de transporte público, gerando 92 empregos, graças à constituição de nova cooperativa de transportadores semiurbanos. Em 2007, essa cifra havia subido para 26 unidades, com 104 empregos.

Vejamos agora o caso das Pirâmides de Túcume em Chiclayo. Para começar, a lógica de intervenção do projeto com relação ao caso das Huacas del Sol e de la Luna é diferente. Por um lado, tendo como eixo o Museu do Sítio, dá-se prioridade ao trabalho com a comunidade do entorno, desde o início, como um mecanismo para a apropriação do seu patrimônio e do fortalecimento de sua identidade.

Um reconhecimento internacional a essa atitude foi o VI Prêmio CAB Somos Patrimônio, criado no âmbito do Convênio Andrés Bello, e outorgado em 2006, na categoria Organização Mista, pelos seguintes valores: a criação e gestão comunitária do Museu do Sítio como centro ativo de convocação, para que a população local e regional resgate seus valores patrimoniais e os incorpore à sua vida cotidiana; o fomento à apropriação da comunidade no uso e na gestão do seu patrimônio material e imaterial e à criação de novas formas de expressão a partir de suas raízes; a possibilidade de réplica dessa experiência que, partindo da habilitação de um sítio arqueológico para sua adequada preservação e apresentação, possa melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Por outro lado, as características do monumento (configuração, componentes, localização geográfica, população do entorno localizada sobre seus limites) obriga, no caso de Túcume, a concentrar suas atividades dentro do mesmo sítio e em seu entorno imediato, e não a se expandir em um âmbito maior, como no exemplo anterior. No entanto, essas características próprias do bem monumental nos permitem identificar as possibilidades de gerar empregos de forma criativa, cumprindo ao mesmo tempo o compromisso com a comunidade local e com atenção adequada aos visitantes.

Os empregos que promovemos, fortalecemos e monitoramos de forma

permanente em Túcume são detalhados a seguir. Mais que a quantidade, meu propósito é mostrar a diversidade, com exemplos de empreendimentos que podem ser fomentados em sítios arqueológicos. Durante o ano de 2011, e novamente utilizando cifras da média/mês que nos permitem contabilizar de forma real as médias/ano, nas Pirâmides de Túcume foi gerada uma média de 47 empregos mensais para moradores da localidade: 5 guias profissionais de turismo, 24 artesãos agrupados em duas associações, 7 jovens ceramistas que optaram por transformar o artesanato em cerâmica (praticamente desaparecendo no âmbito local), em seu trabalho cotidiano, 7 senhoras com serviços de almoço de pratos tradicionais da rica gastronomia regional, duas senhoras com postos especiais de venda de frutas e sucos típicos da região e duas famílias que produzem e vendem produtos típicos de bosque seco, cujos últimos remanescentes existem na mesma localidade (pólen e mel de alfarroba).

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Em síntese, o objetivo da minha apresentação tem sido mostrar de forma resumida a relação entre patrimônio cultural e a geração de emprego, no marco de dois casos de intervenção. Como conclusão, algumas reflexões sobre as experiências descritas.

Os trabalhos arqueológicos na costa norte do Peru tem marcado a diferença durante as últimas duas décadas, no que se refere à pesquisa e conservação do nosso patrimônio cultural. O desenho e a execução de projetos integrais e de grande fôlego, as alianças estratégicas, o levantamento de fundos e o envolvimento da população local são as características fundamentais que definem com clareza uma nova forma de abordar o conhecimento de nosso processo histórico, a conservação de nosso patrimônio para as gerações futuras e o fortalecimento e benefício da comunidade. Nessa contribuição, demonstramos dois dos vários exemplos existentes.

PRIMEIRA REFLEXÃO

Uma primeira reflexão sobre patrimônio e o desenvolvimento de empreendimentos locais foi o tema central de minha apresentação. Acredito ter demonstrado que projetos integrais de intervenção em patrimônio cultural geram empregos e melhoras nos ingressos da população de seus entornos e fortalecem a identidade local. Para consegui-los, é necessário que o desenvolvimento local faça parte integral dos projetos, um dos



No centro de visitantes de Huaca de la Luna, artesãos da campina de Moche oferecem seus produtos num local especialmente adequado, a praça dos artesãos. Promove-se a produção artesanal de qualidade e com identidade

componentes ou pilares da intervenção, por norma geral restritos à pesquisa e conservação e em alguns casos, a seu uso social. Trata-se de articular o desenvolvimento local com os outros componentes, de fazê-lo integrar os projetos e não deixar que isso ocorra de forma espontânea. O crescimento espontâneo de empreendimentos próximos ou relacionados aos sítios patrimoniais pode ser desastroso, seja pelo impacto visual na paisagem ou na qualidade não adequada dos serviços ou produtos oferecidos, que afetam a imagem dos monumentos tanto quanto o seu atrativo para os turistas. São, portanto, geralmente pouco sustentáveis.

Além dos empreendimentos tradicionais que oferecem serviços aos turistas, e que podem ser artesanato, alimentos e bebidas para citar os mais comuns, há um conjunto de empreendimentos inovadores potencializáveis, relacionados à visita em geral, que agregam valor ao monumento: são pequenos negócios que permitem o sustento de uma ou duas famílias, ou os de maior envergadura e impacto, envolvendo a formação de grupos de empreendedores que tenham algo de qualidade a oferecer.

Algo importante de se destacar é que sob esse enfoque pode-se promover de forma sustentável a recuperação de práticas tradicionais e a conservação de nosso entorno natural. Isso, como todos os outros empreendimentos, requer de um plano de intervenções extremamente estruturado, da mesma forma como planejamos uma intervenção arqueológica ou conservação do monumento. Portanto, deve-se estudar o potencial de mercado, identificar os beneficiários, estabelecer padrões de competência, capacitações produtivas e empresariais, assistência técnica, avaliações e monitoração. Somente assim se pode garantir a sustentabilidade dos empreendimentos e evita-se a frustração da população local.

SEGUNDA REFLEXÃO

A segunda reflexão refere-se à sempre delicada relação entre patrimônio e turismo. Somos conscientes de que o turismo é uma ameaça para o patrimônio cultural, na medida em que o patrimônio é vulnerável. Vulnerável porque normalmente é frágil pelos materiais empregados em sua construção e se encontra fatigado pelo passar do tempo. Deve-se considerar isso, antes de começar as intervenções, ainda no momento do seu desenho, a fim de garantir um componente de conservação sólido e permanente. Devem-se tomar todas as precauções para que essa relação patrimônio-turismo não provoque efeito contrário. Como assinalamos no início, o componente de

conservação tem dupla responsabilidade em intervenções, cuja finalidade é o uso público do patrimônio cultural.

TERCEIRA REFLEXÃO

Em terceiro lugar, a fórmula Patrimônio + Turismo Responsável = Desenvolvimento Econômico tem se convertido em clichê. Menciona-se sempre, mas para que funcione adequadamente requer uma série de compromissos e obrigações realmente profundas com relação tanto ao bem patrimonial quanto ao tipo de turismo que queremos promover. Não se trata de encher os sítios e monumentos de turistas e a partir disso obter crescimento econômico como por arte de magia.

Quando falarmos da variável patrimônio na fórmula mencionada, não estamos nos referindo a qualquer bem patrimonial, mas ao que deve ser um bem patrimonial cientificamente pesquisado, que nos permita saber com exatidão o que e como é, e transformar essa informação científica em informação pertinente para o desenvolvimento turístico com discurso válido, verdadeiro, autêntico e que transmita valores. Referimo-nos igualmente ao patrimônio que tem de garantir a visita pública e conservação rigorosa, assim como à adequação indispensável, que possibilite e facilite a visita turística, garantindo o cuidado do monumento e uma experiência gratificante. Uma coisa é ter um monumento bem conservado e apresentado que possa suportar o turismo, e outra coisa é levar turistas a um local sem nenhum tipo de proteção, que em poucos anos terá desaparecido.

A variável turismo na fórmula antes mencionada refere-se igualmente não à pessoa do turista, mas à forma de fazer turismo em sítios patrimoniais. Cada monumento tem suas próprias características e limitações, de onde se desprende a capacidade de carga, os espaços que podem ser visitados e os que não podem, tudo isso traduzido em um regimento de visita, pelos menos, ou um plano de uso público para reger seu funcionamento. Porém, para que essa variável tenha sentido, essas condições são colocadas pelos gestores do bem patrimonial – os que nem sempre estão dispostos a assumir esse compromisso. É mais fácil deixar esses aspectos “ao setor turismo”, em vez de adotá-los como parte de um projeto integral, com as consequências por todos conhecidas.

QUARTA REFLEXÃO

Dos parágrafos anteriores desprende-se uma quarta reflexão, que se

refere à gestão do patrimônio cultural. Uma coisa é dirigir um projeto de pesquisa e/ou conservação de um sítio ou monumento, e outra muito diferente é gerenciar um bem patrimonial. O primeiro refere-se às atividades pontuais com relação ao bem, o segundo é a articulação das partes intervenientes com uma visão comum e metas estabelecidas com médio e longo prazos. Quando falamos de gestão do patrimônio incluímos também todos aqueles aspectos que em geral arqueólogos e conservadores não desejam nos involucrar. Implica ter uma visão holística, ver o que ocorre no monumento e em seu entorno, fortalecer nossas equipes humanas, administrar os recursos, e muitas vezes consegui-los. Significa, sobretudo, fazer com que todas as partes funcionem adequadamente.

O patrimônio cultural tem que estar bem administrado, de outra forma, projetos como os resenhados nesta contribuição correm o risco de não serem sustentáveis e de fracassar no caminho. Um ponto crucial da gestão consiste na monitoração do que se faz, a forma como a visita turística pode afetar o patrimônio, a satisfação dos visitantes etc. Igualmente, outro ponto da gestão é a busca da qualidade do que se faz no monumento em todos seus aspectos: na pesquisa e conservação, em publicações e serviços, e em tudo aquilo que um bem patrimonial merece, especialmente se a intenção é de lhe dar uso público.

QUINTA REFLEXÃO

Finalmente, as experiências descritas são resultantes de processos a longo prazo, não são produto de um dia para outro. Também não se trata de copiá-los e aplicá-los de forma automática. O modelo pode ser de utilidade, porém sua aplicação na prática concreta requer tempo, demanda adaptação às diversas situações e sobretudo a construção de relações com um conjunto diverso de atores. Tudo isso leva tempo. Parte desses processos, efetivamente, está relacionada com a necessidade de fomentar alianças estratégicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. Os dois exemplos apresentados não teriam sido possíveis sem as alianças de diversas naturezas estabelecidas ao longo dos anos. Requeremos, para terminar, uma mudança na visão de Patrimônio do ponto de vista de seu uso social. Isso é precisamente o que estamos celebrando nestes 40 anos da Convenção. O patrimônio cultural e natural deixou de estar encerrado numa urna de cristal há mais de duas décadas. Agora, o que a UNESCO nos pede neste importante aniversário, é procurar as formas que nos permitam beneficiar as comunidades, e isso se consegue a partir do uso social de nosso patrimônio.

* Consultor
experto em
Turismo Cultural
para a UNESCO
e a World
Monuments
Fund nos Talleres
Técnicos Missões
Jesuíticas
Guaranis de
Argentina, Brasil
e Paraguai.
Diretor do grupo
MCK del Plata.
Argentina

PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL, MAIS FÁCIL DIZER QUE FAZER.

A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DOS ANDES

*Gabriel Klein**

O tema concreto neste caso é criar algo que não existe. Não estamos nos referindo a um bem natural ou monumental, mas criando algo que não existe e que vai interpretar um patrimônio natural e cultural: o Centro de Interpretação dos Andes. Acreditamos estar criando um ícone para o desenvolvimento local.

QUAIS SÃO AS CHAVES QUE PODEM NOS LEVAR AO SUCESSO NESTE PROCESSO?

Fomos convocados para desenvolver um plano estratégico de turismo para a Província de Salta, pelo governador Juan Manuel Urtubey, no fim de 2010. Ele via Salta como um dos mais visitados destinos turísticos na Argentina, mas o derramamento econômico do turismo alteño concentra-se na cidade de Salta e nos Valles Calchaquíes, e o governador queria em primeira instância que chegasse a todos os habitantes da província. Ou seja, queria melhorar a distribuição do turismo e, em alguns locais, inclusive, que gerasse uma mudança no peso relativo das atividades produtivas, vale dizer que certos locais que vivem hoje possivelmente apenas da mineração, pudessem ver diversificada sua matriz produtiva e que o turismo se incorporasse como um elemento a mais. Em outra instância, que através de planos de gestão propuséssemos que não fosse apenas turística, mas que equilibrássemos com o desenvolvimento de localidades próximas ao principal convocador.

A primeira chave que acreditamos poder nos levar ao sucesso nesse processo é a da visão e decisão política.

O QUE NOS FOI SOLICITADO COMO MANDATO?

1. Desenvolvimento sustentável, valendo dizer que o derramamento econômico e a geração de empregos pelo turismo cheguem a todos os habitantes e em todos os cantos da província.

2. Que trabalhemos na construção de políticas de Estado, ou seja, gerando um processo de trabalho que nos conduza a consensos para conseguir a ferramenta de gestão e neste caso, se transformando em uma política de Estado, o que quer dizer, transcendendo a sua própria gestão de governo. Não estávamos pensando nos quatro anos de gestão do governador e sim que tínhamos de construir uma ferramenta para transcendê-lo no tempo. No caso concreto da Província de Salta, que se consolide como destino turístico local e que comece a avançar numa lógica de liderança internacional.

O segundo grande ponto é a participação da comunidade. Se quisermos construir políticas de Estado, a participação da comunidade é vital, e para tal objeto participou-se na determinação das expectativas: o que essa comunidade acreditava que era o turismo e se havia vocação turística, ou não; trabalhou-se na busca de consensos e também na validação das estratégias de futuros e nos projetos concretos. Vale dizer que quisemos quebrar a lógica da participação, à que sempre se lhes convoca para os diagnósticos, para ver como estamos, qual é a situação atual. Normalmente, tratam-se de exercícios de catarse e decidimos que, se queríamos gerar credibilidade sobre as ferramentas que estávamos construindo, tínhamos que discutir e estabelecer um consenso para o presente e o futuro.

O terceiro ponto foi o rigor técnico em relação ao desenvolvimento do trabalho e a partir de uma metodologia de planejamento estratégico; o rigor está na metodologia e em sua aplicação em termos de tempo. Isso gera credibilidade. Conseguimos dominar os grandes marcos teóricos quando levados a concreto, e a comunidade sente que está sendo valorizada, por exemplo, com a pontualidade. O segundo grande tema do rigor técnico tem a ver desde a partida com componentes do turismo cultural, se bem que já estávamos construindo um plano estratégico de turismo.

Por definição, para nós a cultura é a base do turismo cultural. Então, os encarregados da gestão da cultura é o pessoal da cultura e não o pessoal do turismo. O que pode fazer o turismo nesse caso? Determinar onde há potencial se não foi ainda identificado, falar com o pessoal da cultura para

valorizá-lo, administrá-lo e trabalhar na pesquisa, conservação, avaliação etc. Nós, nesta situação, o que podemos fazer é melhorar o marco do quadro, a captação de públicos e os serviços próprios do turismo (alimentação, transporte etc.).

Com essas premissas seguimos avançando e o que tínhamos de conseguir era o grande mandato do desenvolvimento do turismo sustentável.

O QUE ENTENDEMOS POR DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL?

Primeiro, que a comunidade esteja satisfeita, e vale dizer que nós não fazemos planos de turismo para os turistas, pensamos em melhorar a qualidade de vida dos que moram no local. Que essa comunidade deseje morar no seu local, que esteja orgulhosa e deseje compartilhá-lo. Se conseguirmos isso, ouvindo as pessoas poderemos ter turistas satisfeitos, no caso de também quisermos procurá-los. O turista vem, mas nem sempre o que chega é o que esperamos. E quando isto ocorre, o turismo poder se transformar em ameaça, pois é quando temos turistas que não compreendem a proposta de valor que oferecemos como destino turístico. Isso pode acontecer por duas razões: porque não os procuramos ou porque não sabemos explicar os objetivos da proposta.

O terceiro grande tema refere-se ao retorno sobre o investimento, do ponto de vista da lógica. Se pensarmos no setor público, estamos nos referindo à melhoria da qualidade de vida dos moradores, se pensarmos no arraigamento, estamos ponderando sobre o orgulho do próprio, e se considerarmos o setor privado, pensamos na rentabilidade do negócio para poder sustentá-lo, crescer e melhorar seu rendimento.

O último ponto refere-se a gerar os mínimos impactos ambientais e culturais possíveis. Obviamente, não podemos falar de nulo, porque no momento em que alguém pisa no local está gerando um impacto, porém podemos minimizá-lo através da elaboração de planos estratégicos ou de gestão de planos de manejo, estabelecendo capacidades de carga, de intangibilidades, de uso público etc. Nesse marco referencial houve um trabalho de análise técnica sobre o destino de Salta. Concentrando-nos na busca de consenso, trabalhou-se muito com a comunidade – e quando fazemos esse tipo de trabalho, estamos falando de mais de 25 mil quilômetros de Salta recorridos –, e essa comunidade fala de diferentes

formas. Por exemplo: através de comissões organizadas sobre as diferentes temáticas que podemos abordar com a sua participação, trabalhar sobre roteiros semiestruturados escritos anonimamente, para não sentirem que alguém os esteja avaliando. Depois abrimos o debate.

O acima exposto é um exemplo de como se vai gerando credibilidade a partir do rigor dos processos. Na primeira reunião de trabalho que fizemos em San Antonio de los Cobres, onde vamos implantar o Centro de Interpretação, o marco de convocações terminava em zero. Tivemos de combater a falta de credibilidade da própria população por processos iniciados e nunca concretizados. Um mês depois, a convocatória começou a mudar e à apresentação pública do plano chegaram três ônibus de San Antonio de los Cobres, carregados, em apoio ao seu desenvolvimento.

Outra forma de gerar credibilidade é falar com as pessoas e ouvir suas opiniões. Se quisermos que se sintam proprietárias, temos que ser coerentes com o processo de participação. Outra forma que usamos também foi fazer uma página do plano no facebook, que se carregava em tempo real, o que permitia que as pessoas nos pudessem seguir durante a sua elaboração. Isso terminou com mais de mil *salteños* emitindo opiniões sobre o processo de participação.

Outro tema que desenvolvemos foi posicionar turisticamente a província. Construímos um mapa usado normalmente para fazer planejamento: um eixo que vai da natureza à cultura, outro que vai das sensações aos estímulos, em função do potencial e do que ela hoje promove, e tem-se aí estruturada a província. Situamos Salta numa situação de equilíbrio entre natureza e cultura e ao lado, as sensações, apoiado em três grandes temas: as paisagens, o sorriso e o patrimônio histórico. Esse é o posicionamento atual e com esse marco avançamos e começamos a formular as estratégias do futuro.

Essas estratégias levaram-nos a definir dois grandes temas: o que queremos ter e vamos promover definitivamente; o que queremos ser como destino turístico e o que vamos comercializar. Isso nos leva a tomar uma série de decisões estratégicas que vão se condicionando de maneira contínua; também, leva-nos a uma visão de futuro, no caso, para 2020; uma estratégia de desenvolvimento e uma estratégia de marketing que concretizem essa visão; um posicionamento desejado; uma carteira de produtos de mercado que permitam a nossa promoção e saber quais mercados; objetivos e propósitos; o qualitativo e o numérico de turistas, por exemplo, quantos vão pernoitar e quanto vão gastar, quanto

poderemos captar nos anos 2013 ou 2015 ou 2017 ou 2020, e ainda, calcular o orçamento. Do contrário, fica-se apenas no exercício intelectual. Devemos gerar o compromisso do público para o investimento.

VISÃO

Definimos nessa visão de futuro como queremos que Salta seja vista como destino turístico no ano de 2020, e queremos um destino de liderança na Argentina e na região, um destino sustentável, equilibrado e inovador no seu desenvolvimento e no seu marketing turístico e para cada uma das regiões, uma definição concreta: para a Capital; para a região dos Valles; para a Puna, o local onde as montanhas cobram vida através de histórias ancestrais; para o Sul histórico; para o Norte, verde e andino da selva à montanha, a terra onde os povos originários vivem e compartilham suas culturas e seus costumes em total harmonia e paz, com uma série de lugares mágicos e produtos turísticos de extraordinária qualidade, onde se destacam a Rota 40, o turismo religioso, de aventura e rural, a pesca desportiva, os artesanatos e a autêntica gastronomia salteña, tudo isso com a inconfundível e cálida hospitalidade e o estilo de vida do povo salteño. Concretamente, estou destacando aquilo que tem a ver com o Centro de Interpretação, porém, essa visão não é coerente com o posicionamento atual que tem a província e está nos obrigando a uma mobilização.

TERMO DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Falamos em equilibrar o desenvolvimento turístico provincial, em gerar desenvolvimento sustentável, em melhorar a competitividade turística e a qualidade dos recursos humanos, e em nos integrar com outras áreas do governo e do município, para não gerar duplicidade de investimentos e de trabalhos. Isso levou-nos a algo que aprendemos naquele percurso pelas Missões Jesuíticas Guaranis – pensar no sistema como conjunto de partes e de relacionamento entre as partes. Então, um Centro de Interpretação não podia ser um fato isolado, tinha que ser parte de uma lógica mais ampla, e tentamos deslocar a construção que fizeram os Jesuítas com os Guaranis, para trabalhar sobre projetos transversais, polos de desenvolvimento turístico e programas de caráter geral. Projeto transversal é aquele que abrange toda a atividade turística, o polo é um local concreto que definimos e o programa de caráter geral é o que abrange uma temática e pode-se dar em diversos lugares da província.

Em termos de marketing, pensamos em aumentar a visibilidade da província no curto prazo; integrar toda a oferta turística da província, hoje concentrada em dois ou três pontos; aumentar os ingressos diretos e os empregos diretos gerados pelo turismo. Isso nos obriga à mobilização nesse mapa de posicionamento. Queremos Salta vigente em 2020, com o tema da natureza e da cultura integrados, mas estamos indo do quadrante das sensações ao quadrante dos estímulos. O que precisamos do turismo é que haja crescimento econômico para melhorar a qualidade de vida da comunidade. Por isso, nos remetemos ao campo dos estímulos, o mais estruturado e onde se gera o gasto, mas apoiando-nos nas paisagens e transformando esse patrimônio histórico em atividade cultural. Esse patrimônio deve ser vivido e tenho que procurar a forma de vivê-lo e de experimentá-lo, gerando gasto e respeitando a sustentabilidade do mesmo. Não há que perder o sorriso, mas transformá-lo em hospitalidade e melhorar a qualidade do serviço turístico. Vivenciar o estilo de vida *salteño*, que é único e alimenta esse sorriso, e transformar a sensação de liberdade em desconexão ativa. Por exemplo, promover cavalgadas ou passeios em bicicleta. Apoiado nos espetáculos da capital, o turismo de reuniões e espetáculos, promover a recuperação e valorização da gastronomia *salteña* no mapa de oportunidades de investimento e de negócios que gera esse tema.

Para Puna, um dos sete polos que definimos, o que propusemos? Queríamos um espaço natural de referência ecoturística internacional, um destino ideal para o montanhismo, o lugar onde as montanhas cobram vida a partir de histórias ancestrais. Ou seja, não apenas viver do patrimônio natural, mas encontrar o valor cultural que está nesse patrimônio e contar a história para que o turista obtenha valor agregado nessa vivência.

Para tal fim, definimos e apresentamos uma série de projetos prioritários, relacionados com o enfoque sistêmico que temos sobre o desenvolvimento do local: refúgios temáticos para montanhistas; capacitação e treinamento específico para guias de montanha; um centro de resgate e auxílio para montanhistas; um centro de interpretação para os Andes; um hotel-escola de hotelaria e gastronomia em San Antonio de los Cobres, para formar nossos próprios recursos humanos no local e não ter que trazer sempre os recursos de Salta capital, que, além disso, serviria para gerar um padrão de qualidade.

Em resumo, se empreendermos essa tarefa, poderemos gerar um padrão de qualidade a ser copiado ou replicado pelo restante dos estabelecimentos

gastronômicos e hoteleiros da localidade; adequar os restaurantes e os comércios, o que tem a ver com a busca de temáticas para nossos locais, para oferecer uma imagem única e homogênea tanto em restaurantes quanto nos comércios; plantas de tratamento de resíduos para a região etc. Tratam-se de projetos concretos e diretos, assim como de uma série de projetos vinculados com os transversais e os de caráter geral, como centros de apoio para os empreendedores; mercado artesanal; um mercado de alimentação para valorizar os produtor ou matérias primas às vezes desperdiçadas como, por exemplo, a quinoa, as batatas andinas etc.; o desenvolvimento da gastronomia autêntica *salteña*; tema de observação, capacitação e treinamento e um tema de adequação do Trem das Nuvens (*Tren às Nubes*).

O Trem das Nuvens é um grande veículo de atração, com percurso de quase 11 horas, saindo de Salta cidade, com aproximadamente 15 ou 20min. de *San Antonio de los Cobres*, e transformando a localidade em uma área de passagem. Hoje está se adequando uma saída de Quijano, que diminui em hora e meia a viagem. Além disso, estão em estudo sistemas de viagem em trem e de retorno em veículo de passageiros, o que permitiria gerar pernoites na localidade.

Explico dois ou três projetos transversais concretos, que impactam no sentido de beneficiar a comunidade. Um deles é o Centro de Apoio aos Empreendedores. Em geral, encontramos nesses percursos pessoas que têm ideias maravilhosas, mas sem condições de financiá-las. Esses Centros de Apoio procuram ajudar os interessados na formulação e no andamento dos projetos e planos de negócios, nas parcerias e na geração de mercado para colocarem à disposição seus serviços ou seus produtos. Esses centros de apoio se descentralizam e aproximam-se das pessoas, para evitar que elas tenham que se deslocar até a capital, e funcionam em diversas cidades do interior da província. Quando já têm o projeto, aparece outro grande problema: não têm um título de propriedade ou uma garantia.

O segundo projeto transversal é então a criação de um Fundo Fiduciário PYME, conjunto entre a província e uma sociedade de garantias recíprocas, é a ferramenta que permite outorgar créditos destinados a PYMES e microempreendimentos turísticos da província, e entre suas competências está o fornecimento de avais, incluindo garantias comerciais. O Fundo também serve de apoio a outras linhas de financiamento que tenham por objetivo assistir com créditos a PYMES ou micro empreendimentos em projetos de

investimento. Assim, não apenas ajudamos a alavancar os projetos, mas damos garantia aos créditos que as pessoas necessitam para desenvolver seu serviço.

O terceiro é a capacitação e treinamento mais orientado a donos dos restaurantes e hotéis. Retornamos então à estruturação de planos de negócios, marketing, gestão de recursos, qualidade de serviços e idiomas. De concreto, na planta urbana de San Antonio de los Cobres a intervenção é integral para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Um córrego que atravessa o povoado servirá de base para um parque, como forma de criar espaços públicos para desfrute dos moradores do local e estimular a visita de turistas.

Dentro desse marco, com uma bateria de projetos e uma intervenção urbana específica em San Antonio de los Cobres, planeja-se nesta cidade a construção de um Centro de Interpretação dos Andes, que deverá ser transformado em ícone internacional pela sua temática, seu desenho arquitetônico, harmônico com o entorno, a tecnologia aplicada e a sustentabilidade ecológica.

Uma definição inicial: um Centro de Interpretação serve para promover o ambiente para o aprendizado criativo; apoia-se na pesquisa, conservação, divulgação e no aprimoramento do objeto que o constitui. Interpretar é traduzir a linguagem técnica e às vezes complexa do legado natural, histórico, cultural e patrimonial para uma fórmula simples e compreensível para o público. Trata-se, então, da arte de apresentar ao público um local ou um objeto ou ainda um conjunto deles para sua informação, diversão e conhecimento. Queremos que esse lugar seja transformado em um espaço vivo, um lugar para sentir, viver e compreender a Cordilheira dos Andes em toda sua extensão. Desde a perspectiva natural e cultural, através de um relato breve, dinâmico, inspirador, sugestivo, participativo, poético, claro e atualizado, que permita ao visitante experimentar a visita mediante o uso dos sentidos, com modernidade e tecnologia em suas formas, capaz de estimulá-lo a vivenciar no território a interpretação que iniciou no Centro. Vale dizer que a visita não deve se esgotar, mas ser a porta de entrada para um universo a ser vivido. Tem que funcionar como um detonador para visitas a San Antonio de los Cobres, Tolar Grande, Santa Rosa del Tástil etc. e, ao mesmo tempo, para aumentar a permanência e ampliar a matriz de serviços turísticos vinculada.

PÚBLICO ALVO

Habitantes da província, estudantes de todo o país, turistas nacionais e internacionais, especialistas.

SUA ESTRUTURAÇÃO

Em primeiro lugar, a estruturação do Centro de Interpretação dos Andes busca, a partir de dois conceitos, atravessar temporal e territorialmente a Cordilheira dos Andes de forma dinâmica e sensorial, e saber como aconteceram, acontecem e acontecerão os fatos naturais e culturais. A ideia é dimensionar de modo aproximado sua magnitude nos fatos e acontecimentos transcorridos ao longo de sua história, facilitando sua compreensão. A parte mais emocional e de alto impacto apresenta-se através de dez quadros demonstrativos, com seus capítulos correspondentes em conteúdos que ilustrem as diferentes temáticas que cruzam a história dos Andes e o futuro do homem vinculado à Cordilheira de maneira inovadora e didática. Os dois conceitos são: 1º “a Cordilheira dos Andes e a obra de Deus”, e desta forma podemos encontrar a origem, as diferentes teorias, a evolução geológica, a biodiversidade etc.; o 2º grande conceito é “a Cordilheira dos Andes e a mão do homem”, onde podemos encontrar os povos originários, o pré-incaico e o incaico, os fatos históricos e as correntes migratórias, e os sistemas socioeconômicos; tudo o que quisermos acrescentar como atividade do homem nesse meio natural. Os dez quadros: Machu Pichu, Titi Caca, Gesta dos Andes, o Aconcágua, as crianças de Yuyayaco, os vulcões, o milagre dos Andes; a aventura que podemos viver na Cordilheira; a Cordilheira vista como instrumento de integração dos povos; o passado, o presente e o futuro do homem; desde a descoberta dos estromatólitos como local onde foram encontradas as condições mais exigentes até o lítio como potencial elemento que pode nos levar a diversificar a matriz energética no mundo. Além de tudo isso, biblioteca temática, sala de reuniões e de apresentações, bar restaurante temático, loja de souvenirs etc.

Criamos uma marca desenvolvida em projeto executivo e empregos de licitação, e em 2013 começa sua construção e a elaboração do roteiro científico, a partir do Ministério de Cultura e Turismo da província de Salta, além da licitação para a construção definitiva. O projeto utiliza a capacidade de ícone e o resultado é um prisma de 18x18x18, que se reflete na pedra e mediante duas translações, uma frontal e outra lateral de cerca de 3 metros,

produz a sensação de um cubo giratório, de onde se contempla cada inclinação como uma necessidade da paisagem circundante. Essa ponte é a última curva do Trem das Nuvens e o ingresso em San Antonio de los Cobres. Para ser melhor contemplada, cada uma das grandes janelas têm 5m x 5m.

A vista interior permite ver o céu e ter atividades diurnas e noturnas. Na sala inicial estão os dois conceitos, onde o público pode ir subindo na construção e apreciando os dez marcos. Porém, tudo se passa de forma simultânea, o que dá um caráter caótico à representação e a sensação de que tudo acontece ao mesmo tempo, permitindo jogar com projeções nas diferentes paredes. A experiência permite encontrar respostas simultâneas a todas as questões que possam surgir sobre a Cordilheira dos Andes. No local encontram-se o restaurante, a sala de reuniões e as apresentações, a biblioteca e o terraço como espaço de uso para o dia e a noite. Uma das atrações de subir ao terraço consiste em sentir o vento e o clima frio da Puna num local encravado na própria montanha.

A SITUAÇÃO DO PLANO GERAL

Em 2011, foi elaborado; em 2012, o início do empreendimento e da gestão de fundos; de 2013 a 2020, a gestão e a adequação contínua, em função da evolução do empreendimento. Conseguimos transformar o orçamento aplicado ao turismo em US\$ 80 milhões de investimento direto, o qual irá afetar a comunidade e o tema concreto do Centro de Interpretação dos Andes: em 2011, ano de término do plano, elaborou-se o seu projeto executivo; no ano de 2012 encontra-se em processo a elaboração da gestão de fundos e para o de 2013 está prevista sua construção. O investimento nesse Centro de Interpretação vai ser de US\$ 2 milhões de dólares, com dois primeiros anos de investimentos para garantir o seu funcionamento e, evidentemente, através de programas de responsabilidade social empresarial, está-se garantindo seu financiamento ao longo do tempo, sem necessitar de fundos públicos. Está previsto que, através do fluxo turístico e da responsabilidade social empresarial, o plano possa ser financiado.

Muitíssimo obrigado pela sua atenção.

ACESSIBILIDADE E INTERPRETAÇÃO PARA OS VISITANTES DOS SÍTIOS DO PATRIMÔNIO: O CASO DAS MISSÕES JESUÍTICAS

*Carlos Fernández Balboa**

* Licenciado em Museologia. Intérprete do Patrimônio. Argentina.

Muito obrigado por compartilhar desta mesa de notáveis. O que vou apresentar são dois conceitos básicos, um vinculado ao tema de acessibilidade e outro à interpretação do patrimônio como disciplina. Como museólogo, considero-me um intérprete do patrimônio, tema bastante atual na Argentina, porém, existe há mais de 70 anos nos Estados Unidos, na Espanha e em outros lugares, e sempre que possível tento promover o conhecimento dessa disciplina, porque acredito na sua efetividade. Vejo-a como uma ferramenta, uma das poucas ferramentas concretas que permitem vincular o visitante em seu tempo livre a um sítio de valor patrimonial.

Começo pelo conceito de acessibilidade. Acessibilidade é um conceito geral e integral, que numa primeira aceção podemos definir como a necessidade das pessoas de ter acesso ao patrimônio. Numa de suas aceções, a Real Academia estabelece que *“a acessibilidade é o grau no qual todas as pessoas podem utilizar um objeto, visitar um lugar ou acessar um serviço, independentemente de suas capacidades técnicas, cognitivas ou físicas”*.

Talvez o fato de estarmos hoje nesta sala com 87 pessoas esteja relacionado com o modo de como temos comunicado o patrimônio, de como temos feito para que essa acessibilidade seja mais concreta para o grande público. Vou apresentar o tema da acessibilidade em três níveis. O primeiro trata-se de um reducionismo do conceito com respeito às pessoas com capacidades especiais. Pensamos na acessibilidade como conceito de inclusão, mas na realidade o que precisamos fazer é integrar mais que incluir.

Todos têm que aceder ao patrimônio e esse conceito resulta muito mais forte quando se trata de um patrimônio de nível “mundial”, que possui valores universais, como é o caso das Missões Jesuíticas, que permitiriam essa categoria para qualquer pessoa. Mudemos um pouco o conceito de acessibilidade pensando-o na forma como nos aproximamos, de que

maneira os gestores culturais facilitamos essa acessibilidade do patrimônio à comunidade.

Há uma primeira acessibilidade, a **Acessibilidade Emotiva**. Pensando nesta conversa, há cerca de mês e meio realizei uma rápida pesquisa, não muito profunda nem muito concreta, entre meus alunos da Universidade de San Martín e da Universidade de Lanús.

Leciono tanto para estudantes de Turismo como para Licenciados em Museologia, e com uns 150 estudantes fiz uma pesquisa sobre o que pensavam sobre as Missões Jesuíticas e as ruínas jesuíticas e algumas dessas sensações, questões relacionadas com a emotividade, ou com a primeira acessibilidade que é a emotiva, porque na área do turismo o que se vende é uma ideia. Vende-se um tema que nada tem a ver com a forma como se deve aceder a isso; vende-se uma sensação da experiência que se pode produzir ou não no local. Ou seja, é algo imprevisível, mas o tema da acessibilidade é fundamental. Trata-se então de algumas das coisas que os universitários que eram, insisto, pessoas bastante envolvidas com o tema do Patrimônio, falavam. Escolhi algumas: “As ruínas são um local velho”, “Teriam os índios



Reduz-se o conceito de acessibilidade física para satisfazer as necessidades das pessoas com capacidades especiais. Rampas e outras formas que facilitem o acesso físico devem ser consideradas para todo tipo de público

presos”, “Os missionários fizeram as missões para escravizar os índios”, “Não há muito o que fazer”, “É um lugar chato” – esta última parece-me muito significativa: o sítio histórico chato, entediante.

Quero chamar a atenção para o que tem a ver com o combate da crença de que os sítios históricos ou os sítios patrimoniais são entediante. A interpretação de uma de suas características, que é a amenidade, nos conduz a esse ponto. Para haver interpretação, tem que haver pertinência, tem que haver amenidade, tem que ter um tema claro e organização. Para que exista a disciplina têm que estar presentes essas características. Outra das coisas que têm a ver com a acessibilidade emotiva são as referências imediatas ou próximas que a pessoa possui sobre o bem.

Alguns desses estudantes, não todos, porque são rapazes muito jovens, entre 18 e 27 anos, falaram do filme *A Missão* como uma das ideias e sensações que eles tinham com respeito ao ocorrido nessa história. Embora o filme não seja completamente fidedigno em termos históricos, sua popularidade é uma referência que não podemos ignorar, e o assunto tem que ser levado em conta na hora de se organizar um plano. É importante saber o que pensam as pessoas. Falamos de interpretação como uma das premissas da disciplina, considerando que qualquer interpretação que não esteja vinculada de alguma forma com a personalidade ou a experiência do visitante será estéril. O autor dos princípios da interpretação é muito categórico nesse ponto. Diz “estéril” querendo significar que se não temos em conta algum aspecto da personalidade ou a experiência de visitante do local, nada do que lhe contemos pode dar um resultado efetivo ou fundamental. As primeiras acessibilidades a considerar são as emoções, as emotivas, a do preconceito, esteja certo ou não.

Há um forte preconceito nesse ponto. Leopoldo Lugones quando escreve *El Imperio Jesuítico* instala de maneira significativa a seguinte ideia: “Quem viu uma ruína, viu todas”, e essa ideia ficou impregnada na província de Missões e está latente nos planos turísticos e de desenvolvimento. Por isso, é importante o crescimento ou o apoio de San Ignacio em detrimento do restante do circuito jesuítico, que poderia ser também um expressivo circuito turístico. Gabriel Klein esclareceu esse conceito: “Cada uma é parte de um todo”. Esse conceito também tem a ver com uma questão que devemos colocar para a comunidade. Temos que instalar a ideia de que a experiência de viajar até localidades como Loreto, de conhecer Santa Ana, tem um sentido e um significado e que esse esforço logístico vai ser

recompensado. Também tem a ver com a acessibilidade emotiva e com a possibilidade de brindar esse desenvolvimento de circuito que estamos falando tanto em nível integral, o circuito das Missões Jesuíticas.

Vejamos agora outro tipo de acessibilidade: a **acessibilidade cognitiva**. O que sabemos das Missões Jesuíticas? A partir do que podemos encontrar na Internet até o que têm nos ensinado na escola primária, secundária ou inclusive na universidade. Neste caso, apelamos à informação presente e começamos a selecioná-la a partir do mais simples (enciclopédias ou acesso a páginas da rede) até documentos ou tratados específicos. Desde o cognitivo, também temos que apelar por mudanças profundas nas mensagens para não resultarem em simplificações de dados, ou por informação que permita analisar os processos – especialmente, neste caso – da forma mais neutra possível.

A quantidade de informação sobre o tema é esmagadora. O importante não é a quantidade, mas a qualidade e o objetivo, em função das mensagens que desejamos que as pessoas recebam dos sítios. Estabelecendo o princípio básico da Interpretação do Patrimônio, escrito por Freeman Tilden, em 1957, podemos dizer que *“a informação como tal não é interpretação, porém, para realizar interpretação se requer a informação, apesar de serem duas coisas totalmente diferentes”*. Algo que deveríamos ter em conta ao apresentar a informação é a necessidade de demonstrar mais processos que fatos, e evitar os tecnicismos desnecessários e as “lições”.

Esse ponto das lições é especialmente dedicado às pessoas que trabalham nos locais de valor patrimonial e exibem aos visitantes uma erudição de conhecimentos difíceis de reter. Há mensagens concretas que poderiam ser oferecidas no marco das Missões Jesuíticas tanto *in situ* quanto *ex situ*, como: *“As missões são o exemplo da cultura do trabalho”*, mensagem poderosa que atravessa os sítios e que em cada um deles poderia se demonstrar com clareza. *“Narrar as ações dos homens e instituições que preservaram o patrimônio”*. *“Revelar o significado da cultura da erva mate”*. *“Os sistemas de construção das ruínas (colocar em prática através de estratégias de demonstração)”*. *“Apresentar os sistemas de ensino de artes e ofícios e o desenvolvimento do artesanato”*. *“Como vivencia o sítio a comunidade local?”*. *“O que se sente vivendo ao lado de uma ruína patrimônio da humanidade?” São informações significativas, e muitas delas não estão planificadas nos locais e nem nos meios massivos.*

Sem dúvida, um grande desafio e uma oportunidade que temos ao visitar esses sítios é a possibilidade de gerar no visitante o sentimento de



No caso das Missões Jesuíticas Guaranis, é necessário trocar o conceito de que se “tem visto uma e tem-se visitado todas”, pela mensagem de que “cada Missão é um complemento de um todo unificado que respondia a um projeto político e social”. Na foto, o Centro de Interpretação de San Ignacio

pertencimento. Essa é talvez a maior missão que os argentinos devam cumprir com os nossos locais de valor patrimonial. Por diferentes motivos nós argentinos carecemos ou temos um baixo sentido de pertença com respeito ao nosso patrimônio. As razões se devem a uma questão educativa, pois a educação não forma para fazer sentir orgulho genuíno a partir do conhecimento e das sensações sobre os nossos bens naturais e culturais; devem-se também a uma situação proveniente de nossos antepassados, imigrantes na sua maioria, que ainda têm grande apego pelo seu local de origem e que nos tem sido dado como herança; assim, muitos filhos de espanhóis conhecem ou sentem mais os temas do Velho Mundo que os dos seus próprios locais... e os exemplos poderiam continuar.

O contato direto com o patrimônio é uma oportunidade para facilitar os sentimentos e valores que esse patrimônio nos transmite e para propor ações práticas, concretas e factíveis de se realizarem, que redundem na sua comunicação e preservação efetiva. Esse tipo de informação cognitiva não está muito desenvolvido nos locais. Finalmente, no uso de informação,

não há que se deter apenas em aspectos tradicionais, ou seja: nas Missões Jesuíticas seriam os relacionados à arquitetura ou à história. Existe também a oportunidade de apresentar um relato mais completo em relação às artes e aos aspectos que os visitantes considerem mais próximos, “aprende-se mais do que está próximo do que daquilo que está distante, sempre”. Assim poderíamos falar dos viajantes que, como eles, chegaram também a esses locais: a história de Juan Bautista Ambrosetti; o já mencionado Leopoldo Lugones; Horacio Quiroga e sua viagem fotográfica que o envolveu e o apaixonou pela floresta. Aspectos vinculados como o cinema, como a obra de *Los Mensu*, ou *Las aguas bajan turbias*, ou também aprofundar na vida daqueles que tenham trabalhado a favor da conservação dos sítios, como o caso dos arquitetos Carlos Onetto ou Mario José Buschiazzo.

Em definitivo, se se trabalha uma informação vinculando-a a mensagens, cada sítio das ruínas jesuíticas poderia estabelecer mensagens diferenciadas, justificando o circuito e uma experiência inédita para o visitante. Facilita-se o aprendizado quando conceitos e práticas aproximam-se ao nosso coração e à nossa pele; quando podemos construir a partir do que sabemos até o que não sabemos. Nesse sentido, poder fazer um breve diagnóstico de quais são os conhecimentos que trazem os visitantes é fundamental para assegurar a abordagem à visita.

Finalmente, a mais óbvia, porém não menos importante: a **acessibilidade física**. Como o visitante chega ao sítio? E algo chave: qual é a sua experiência no local?

Em relação a como se chega, há que se fazer uma análise geográfica espacial da região: que meios de transporte permitem chegar ao sítio? Há facilidade e conectividade nesses meios? Na área, há suficiente comunicação, desde o aeroporto, ou estação de serviços e de coletivos mais próximos para se chegar ao sítio? Há postos de informação turística no setor? Ou ainda, como um visitante que chega à região pode alcançar o local patrimonial do seu interesse?

Uma vez no sítio, calculam-se todas as dificuldades de acesso que possam obstruir o passo às pessoas com diferentes capacidades: rampas, escadas. As dificuldades no acesso são algumas das condições a ser consideradas. Nesse sentido, coloca-se em jogo a acessibilidade integral do sítio considerando: circulação, roteiro, fio condutor, serviço de guias, banheiros, faixas informativas, interpretativas, normativas, idiomas, *folders*, acesso à maior informação, serviços gastronômicos e de souvenirs,

artesanatos, conectividade com outros espaços, segurança em todo o prédio e, fundamentalmente, **a avaliação da experiência do visitante**.

Consideram-se dois elementos fundamentais que canalizam essa experiência: o papel do guia intérprete do sítio (preferencialmente, uma pessoa local) e os serviços gráficos (cartazes, sinalizações e folhetos), sendo a máxima expressão de serviço um centro de visitantes ou de interpretação. No caso que nos ocupa, nas ruínas jesuíticas, todo o serviço, ou 80% do mesmo, tem sido posto em San Ignacio, em detrimento dos demais sítios que complementam com outros espaços próximos de valor patrimonial.

O centro de visitantes tem passado por diferentes instâncias e hoje essa consolidação, ainda que não se analise com clareza, é a experiência ou são as mensagens que levam os visitantes. O serviço de guias continua ancorado com força demais na informação, muito mais que numa experiência vivencial.

Provavelmente isso ocorra porque o sítio está incluído em um circuito de turismo industrial, segundo o especialista mexicano Sergio Molina, que prioriza o tema econômico ao da experiência do visitante. Porque o turismo



Os centros de visitantes são uma ferramenta de comunicação e de administração do patrimônio. Sua realização deve estar planejada no contexto de gestão do sítio de valor patrimonial e sua manutenção, garantida

massivo e não planejado impacta negativamente o patrimônio. Não se trata de que o turismo seja algo ruim por si, como muitos se empenham em difundir. Acontece que o patrimônio é muitas vezes – por essência – único e frágil. Por exemplo, o Centro de Interpretação de San Ignacio requer um ajuste em seus alvos de informações, para que, além de ferramenta de comunicação, se converta em ferramenta de gestão.

Finalmente, revalorizamos a interpretação do patrimônio como uma disciplina necessária para os visitantes que no seu tempo livre se encontram em um sítio patrimonial. A interpretação permite uma série de vantagens em relação a qualquer forma de comunicação. Gera sentido de pertença, é pessoal e dirigida a uma série de pessoas, permite-nos fornecer informação e somar cidadãos à causa do patrimônio, quase sem perceberem.

Segundo Freeman Tilden, o criador da disciplina: *“A interpretação é uma atividade educativa que pretende revelar significados e interrelações através do uso de objetos originais, com um contato direto com o recurso ou por meios ilustrativos, não se limitando a dar uma mera informação dos fatos”*.



As estratégias de participação são fundamentais ao público que realiza visitas aos sítios de valor patrimonial no seu tempo livre. A interpretação do patrimônio utiliza estratégias de participação, demonstração e animação

Essa disciplina tem características específicas que a definem:

1. A interpretação é divertida;
2. A interpretação é pertinente;
3. A interpretação é organizada;
4. A interpretação tem mensagens.

Característica 1: A interpretação é divertida. Quer dizer que entretém. Toda boa comunicação entretém no sentido de que mantém a atenção da audiência. Se as audiências não se encontram à vontade, provavelmente dirigirão sua atenção para algo mais interessante. Uma coisa que parece sobressair em toda interpretação de sucesso é a informalidade e não a formalidade, como na aula; tem que parecer um jogo, ser participativa, conter movimento, com objetos tridimensionais, mudanças de cena, cores vivas, humor, música. No caso das atividades pessoais, a presença do guia ou simplesmente uma questão de atitude (um sorriso) pode ser o ponto de inflexão entre uma boa experiência e outra que seja sem importância para o visitante.

Característica 2: A interpretação é pertinente. Quer dizer que tem um significado, e que é pessoal. São dois conceitos diferentes, porém relacionados. Existe informação que tem significado para nós, mas que não é pessoal. Somar esses dois conceitos permite-nos conseguir fazê-la pertinente para nossas audiências.

Que quer dizer significativo?

Quando a informação é significativa para nós é porque somos capazes de relacioná-la com algo que já está dentro de nosso cérebro, quando a entendemos no contexto de algo a mais que sabemos. Para que nossa informação tenha mais significado, podemos evitar termos técnicos difíceis de compreender e estabelecer pontes entre um mundo desconhecido e algo que a audiência saiba. Consegue-se isso usando exemplos, analogias e comparações.

Que significa ser pessoal?

Refere-se ao primeiro princípio de Freeman Tilden: *“Qualquer interpretação que não relacione de alguma forma o que se está exibindo ou descrevendo com algo da personalidade ou experiência do visitante será estéril”*. É melhor relacionar a informação com algo pelo qual os visitantes se interessem. Se se trata de algo que já sabem, deve-se pelo menos criar suficiente expectativa para que ponham atenção.

Nossa tendência em prestar atenção na informação pessoal é tão poderosa que o fazemos mesmo quando tratamos conscientemente de não o fazer. Os melhores comunicadores sempre tratam de vincular suas ideias às vidas de suas audiências. Como não podemos nos referir individualmente a cada pessoa que esteja nos escutando, podemos recorrer à autorreferência como técnica concreta.

Autorreferência é conseguir que a audiência pense sobre ela mesma e em sua própria experiência, na medida em que se lhe fornece nova informação. Isso provoca que relacionem as novas ideias que recebem com algo que é de seu interesse: eles mesmos. Por exemplo: “Pense na última vez que você...”, “Alguma vez você...?”, ou “Em um tempo ou outro, a maioria de vocês, provavelmente...” Essas frases aumentam consideravelmente o nível de interesse de sua comunicação. A autorreferência usa a palavra “você”. Esta é uma palavra poderosa em todas as línguas e os intérpretes a usam com frequência. Inclusive, substituindo a palavra você não se perde força em casos como, “pense na última vez que uma pessoa que conhece fez isso ou aquilo”, ou, “suas crianças tem...?” ou “em um tempo ou outro, a maioria de nós...”

Característica 3: A interpretação é organizada. Quer dizer que é apresentada de tal forma que é fácil de seguir. Não requer grande esforço de sua audiência. As audiências não cativas mudarão sua atenção se for preciso fazer muito esforço para seguir a corrente de pensamentos. Os experts em comunicação têm desenvolvido uma fórmula: A probabilidade de uma audiência não cativa prestar atenção é igual à recompensa (benefício pessoal) dividida pelo esforço (quantidade de trabalho requerido). Quando não entendo o que me dizem e ocupo todo o tempo tratando de raciocinar, em vez de desfrutar do que me dizem. Se as ideias se apresentam numa sequência lógica de pensamento mantêm-se organizadas com pouco esforço. Do contrário, aparecem como fatos isolados não relacionados entre si. Nós temos muito pouca capacidade de manter na memória fatos isolados, necessitamos que estejam unidos por um fio condutor ou dentro de um cenário que lhes dê sentido.

Uma quantidade manejável de informação para o nosso cérebro estaria determinada pelo que chamamos de “número mágico”: Sete mais ou menos dois (7 ± 2). A quantidade manejável na realidade é cinco ou menos de cinco. Todas as apresentações que incluem cinco ou menos ideias principais serão mais interessantes e entendíveis que quaisquer outras que pretendam comunicar mais. Somos capazes de dar sentido apenas a



A manchete não é um fato isolado do plano de comunicação do sítio. Deve ser coerente com os princípios da interpretação do patrimônio e pode ser tanto informativa, quanto normativa ou interpretativa

7 ± 2 ideias separadas e novas de uma vez só. Essa pauta aplica-se a todo tipo de apresentações, sejam elas faladas ou escritas, auditivas ou visuais. A audiência deveria distinguir entre os pontos principais e a informação subordinada que fala de cada um deles; e não superar os cinco pontos ou temas a tratar.

Característica 4: A interpretação tem mensagens. Pelo fato de podermos reter, no máximo, apenas cinco mensagens, na condição de um sítio patrimonial e pensando em nosso tempo livre (não em nosso tempo de estudo), tenho que escolher bem aqueles que quero transmitir. Agora sei que a capacidade de retenção do visitante é muito limitada e não posso perder tempo em falar de muitas coisas cuja importância é secundária.

Dizemos que a interpretação é temática se tem um tema ou ponto principal. Vamos distinguir dois conceitos bem diferentes: o tópico ou objeto motivo da apresentação, e o tema que é a mensagem que o comunicador quer transmitir sobre esse tópico. Temos dado algumas mensagens que poderiam se referir muito bem sobre as Missões Jesuíticas. Há que se escolher, já que em comunicação tudo é nada.

O relato é o importante. As apresentações deverão ter as características de um relato, ou seja, ter um princípio e um final, com uma lição moral ou

mensagem. Sobre um tópico posso falar de diferentes temas e abordá-los da forma que eu quiser. Um exemplo de tópico seria: a contaminação da água; e o tema seria: a contaminação da água ameaça tanto a nossa saúde quanto a nossa economia.

Ao falar apenas de tópicos, a conversação flui sem foco ou direção, como se se tratasse de escrever tudo e nada ao mesmo tempo. As apresentações que não têm temas levam-nos a nos perguntarmos: o que?

Por outro lado, quando há um tema, nossas mentes ordenam-se e se aderem aos fatos e detalhes do tema, da mesma forma que um argumento se adere a um filme. Se os intérpretes revelam antecipadamente o assunto e como está organizado, suas audiências serão favorecidas em termos de entendimento e compreensão. Além do mais, todas as apresentações deveriam responder à pergunta: o que? Ou, o que importa?

Assim, sabemos que para uma apresentação seria útil fazer o seguinte: eleger um tópico; cinco ou menos de cinco temas; revelar à audiência o tema com as ideias principais, de forma a organizá-lo com suas respectivas curiosidades, analogias, fatos, conceitos; e que o possam seguir sem esforço. Tudo isso se assemelha ao fato de conhecer a parte divertida de uma estória e de preparar o restante do relato para captar a atenção do público. Sempre se espera a revelação do final de uma anedota, porém, na interpretação temática é melhor conhecê-la desde o início. Toda a informação que não tenha relação com o tema, em vez de esclarecer, confunde. Em definitivo e para não cansá-los, a ideia é de que uma visita às Missões Jesuíticas possa se transformar em uma experiência inesquecível para quem a realiza; que o visitante não leve apenas informação, mas vivências, e saiba que esse sítio, ainda que seja só uma pequena parte, lhe pertence, e que ele pode fazer algo pela sua conservação.

Para os patrimonialistas, facilitar o acesso do cidadão a um monumento, a um museu ou a um bem de qualquer tipo, deveria ser uma oportunidade de somar mais pessoas à causa da preservação dos bens culturais e naturais da Argentina. A essa altura da gestão cultural, do desenvolvimento turístico e da situação de nosso patrimônio, estamos em condições de estabelecer técnicas, métodos, comprovadamente eficazes, para atrair pessoas e oferecer a elas acessibilidade integral ao seu próprio patrimônio. Devemos começar a aplicá-los, para o nosso benefício e o das futuras gerações.

Muito obrigado.

* Arquiteta. Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Superintendente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul, Brasil

1. Os Sete Povos das Missões eram parte dos Trinta Povos Jesuítico-Guaranis que integravam a Província Jesuítica do Paraguai, como é do conhecimento de todos os participantes deste seminário. Devido ao Tratado de Madri, em 1750, os sete povoados, localizados ao oriente do Rio Uruguai, passaram a ser território português e posteriormente brasileiro. As missões religiosas eram destinadas à catequização, porém, quando essas se realizavam nos povoados estáveis, chamavam-se “reduções”. Usualmente, utiliza-se o termo genérico de “Missões” para denominá-las.

2. Nota da tradutora: Em português, o vocábulo tombamento equivale à inscrição de um bem de interesse cultural, com as respectivas condições legais.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DAS REDUÇÕES JESUÍTICO-GUARANIS NO BRASIL†

**Ana Lúcia Goelzer Meira*

Há 75 anos, o então recém-criado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN, iniciava pesquisas em torno dos vestígios dos “Sete Povos das Missões”¹, no mais meridional dos estados brasileiros. A partir do Tratado de Madri, estes foram incorporados aos domínios lusitanos. Um jovem arquiteto foi contratado no Rio de Janeiro, naquele tempo, Capital Federal de Brasil, para inspecionar as ruínas dessas sete reduções Jesuítico-Guaranis, e empreendeu sua memorável viagem ao final de 1937. Poucos anos depois, ele projetaria Brasília. Era Lucio Costa.

As reduções eram São Nicolás, São Miguel Arcanjo, São Lorenzo Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga, Santo Angel Custódio e São Borja. As ruínas das quatro primeiras foram tombadas² como patrimônio histórico e artístico nacional e são propriedade do governo federal. Sobre as três últimas desenvolveram-se cidades. São Miguel Arcanjo, situada na área do atual município de São Miguel das Missões, foi também inscrita na Lista do Patrimônio Mundial.

A viagem de Lucio Costa marcou o início da ação do IPHAN na preservação do patrimônio cultural missioneiro. Antes disso, já tinham sido tomadas algumas medidas nesse sentido por parte do governo do Estado de Rio do Grande do Sul. Desde então – primeiras décadas do século XX –, os vestígios missioneiros são protagonistas de ações públicas exemplares no campo da preservação, com melhoras metodológicas, ampliação de conceitos, maior número de associações para realizar essas ações, incremento de recursos técnicos e financeiros. Isso permite estabelecer uma proposta de periodização que se apresenta a seguir.

Propõem-se quatro etapas. A primeira inicia-se nos anos 1920 e continua até o final de 1970. A segunda começa em 1980 e estende-se até o ano

† Texto original em português com tradução de Luisa Durán Rocca.

2000, e a terceira compreende a primeira década do século XXI. A quarta está em desenvolvimento, e ainda no começo.

Não se pode deixar de mencionar uma iniciativa específica e pioneira, mas que não teve continuidade. Essa foi relatada pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que no início do século XIX percorreu diversas regiões do Sul do Brasil. Referimo-nos aos planos de um governador a respeito da Igreja de São Miguel Arcanjo:

João de Deus, um dos primeiros governadores desta província, pretendia fazer reparações nesse prédio [Igreja de São Miguel Arcanjo], tendo para isso reunido materiais de custo muito alto. Ao ser substituído, seu sucessor não levou a cabo os seus projetos. As reparações foram interrompidas e os gastos realizados tornaram-se inúteis. (...) São Miguel é a primeira aldeia onde vejo realizar algumas reparações. Se desde o início tivessem tido cuidado sempre que necessário com isso, as aldeias não estariam quase totalmente destruídas (...)³.

A “reparação” da igreja de São Miguel Arcanjo pode ser considerada como a primeira tentativa documentada de preservação de um bem arquitetônico no Rio Grande do Sul. A partir do relato do viajante francês, pode-se afirmar, com certeza, que os antigos povoados continuavam sendo habitados no século XIX. Essa é uma observação importante, uma vez que a experiência Jesuítico-Guarani no Brasil tende a ser considerada como finalizada depois da Guerra Guaranítica e da expulsão dos Jesuítas (comumente acredita-se que houve um massacre, que os indígenas foram exterminados sem influências posteriores).

Quase cem anos após a iniciativa de João de Deus, desenvolveram-se as primeiras ações de preservação do patrimônio edificado dos vestígios missionários, por conta do governo do estado.

Com elas inicia-se a primeira etapa aqui proposta. No *Regulamento de Terras* de 1922, de inspiração positivista, há um capítulo intitulado “Lugares Históricos”, segundo o qual, “os sítios que foram palco de fatos relevantes na evolução do estado seriam mantidos como de domínio público ou declarados como tal e devidamente conservados”⁴. As ruínas de São Miguel Arcanjo receberam essa distinção, e foram reconhecidas como notáveis na trajetória estatal. É interessante ressaltar que, na década seguinte, essa contribuição seria revista por uma corrente importante de historiadores.

O termo faz referência ao período colonial, quando eram registrados os bens da Coroa Portuguesa nos livros da Torre do Tombo de Lisboa; por extensão deste vocábulo passou a designar a ação de salvaguarda cultural

3. SAINT-HILAIRE, apud MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2008. p. 333. Saint-Hilaire retornou a Paris em agosto de 1822. É possível que depois de 1925, ao ser publicado na França o seu relato sobre a viagem ao Rio Grande do Sul, o botânico tenha revisado seus diários de viagem, agregando informações, como esta notícia de que as obras do governador não tiveram continuidade.

4. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual das Obras Públicas. Relatório

da Diretoria de Terras e Colonização. Porto Alegre: Secretaria Estadual das Obras Públicas, 1923. p. 486

5. Autores como Christian Norberg-Schulz trabalharam em torno desse tema: *The Phenomenon of Place* (publicado originalmente em *Architectural Association Quarterly* 8, n.4, 1976) y *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture* (Nova York: Rizzoli, 1980). Kevin Lynch, entre outros, escreveu: *What time is this place?* (MIT, Cambridge, 1972).

6. Rodrigo Melo Franco de Andrade foi o primeiro diretor da SPHAN (neste texto designado IPHAN, para facilitar sua compreensão, já que a Instituição teve várias denominações), e dela esteve à frente por 40 anos. Em 15.10.1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Informava a Augusto Meyer, representante do IPHAN no Rio Grande do Sul: “Obtive de Lucio Costa o favor inestimável de ir até lá para proceder pessoalmente

Observe-se que no Regulamento se fala de “lugar”, expressão que será chave nas reflexões sobre arquitetura 50 anos depois⁵. A partir do disposto no Regulamento de Terras, São Miguel Arcanjo converteu-se no primeiro “patrimônio histórico” oficial de Rio Grande do Sul (Foto 1). O presidente do estado autorizou a execução de obras de consolidação que salvaram a igreja do colapso, e construiu uma cerca para proteger o entorno imediato do monumento.

No informe da visita de Lucio Costa, estabeleceu-se um programa de trabalho para a conservação dos vestígios de São Miguel Arcanjo, o qual passou a orientar os trabalhos técnicos em monumentos nacionais a partir desse momento (dada a falta de experiências precedentes para a conservação de monumentos em Brasil). Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade⁶, o relatório também inspirou a criação dos museus regionais. Cyro de Oliveira Lyra outorga-lhe o papel fundador na prática institucional no Brasil.

(...) [o informe] pode ser considerado um marco inicial na trajetória da formação dos técnicos que iriam enfrentar os desafios de conservar e restaurar o patrimônio arquitetônico. As observações sobre a situação dos vestígios e as diretrizes propostas para sua preservação iniciaram uma prática de diagnóstico e proposta baseada em conceitos não explícitos, mas que se tornariam paradigmáticos⁷.



Foto 1 - A igreja de São Miguel Arcanjo nos anos 1920 Arquivo Noronha Santos – IPHAN

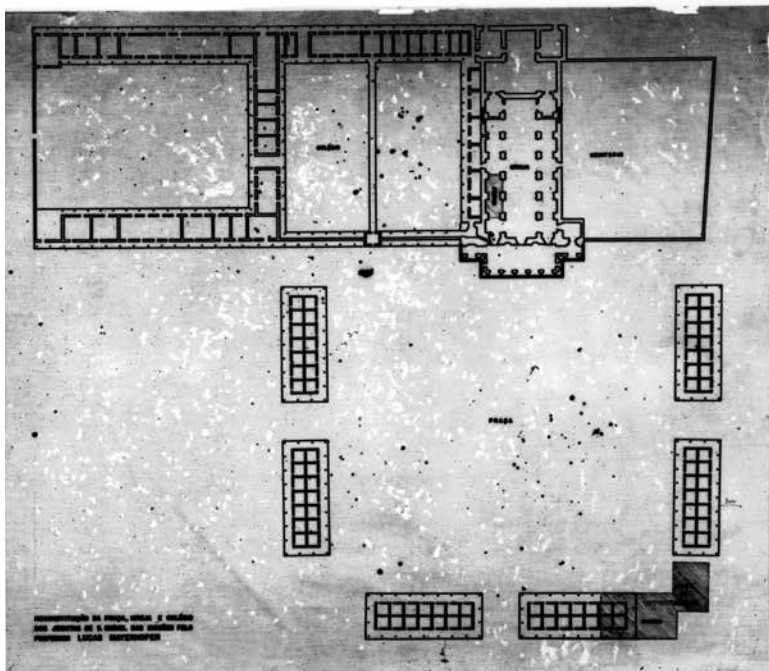


Figura 1 - Reconstituição da Praça de São Miguel Arcanjo com a localização do Museu no vértice, por Lucas Mayerhofer, ca. 1940 – ANS/IPHAN.

nos estudos necessários sobre os remanescentes das Missões” (Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa).

7. LYRA apud MEIRA, op.cit.,p.337.

8. COSTA, Lucio. 1937: Igreja de São Miguel (ruínas) – São Miguel das Missões(RS). In: PESSOA, José (Org.). Lucio Costa: Documentos de Trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. p. 21-42.p.25.

O informe apresentava uma descrição objetiva da situação do monumento e um diagnóstico de cada sítio visitado; a definição de uma diretriz conceitual que, no caso de São Miguel, deveria se limitar à consolidação e à conservação das ruínas; a definição de medidas a serem tomadas e que compreendiam escavações, limpeza, levantamento arquitetônico do conjunto, consolidação, construção do museu e da casa do zelador, e a remoção de objetos esculpidos para São Miguel. Referia-se também à necessidade de um assessoramento por especialistas e demonstrava preocupação com o caráter educativo do lugar, recomendando o uso de linguagem acessível.

A orientação para os vestígios foi: “não se pode pensar em reconstruir São Miguel nem em recompor quaisquer de suas partes; os trabalhos deverão se limitar apenas a consolidar e conservar”²⁸. Essa orientação revelava a preocupação pelo documento da “história verdadeiramente extraordinária das Missões” e constituiu-se na ferramenta referencial até nossos dias. Em relação aos fragmentos e imagens achados dispersos nos sítios, propôs-se a construção de um pequeno museu ao lado das ruínas, que foi implantado de forma a marcar o vértice da praça original do antigo povoado, sugerindo a amplitude do principal espaço de socialização do assentamento. (Figura1).

9. A casa foi demolida em data não identificada.

10. MEIRA,
op.cit.

Lucio Costa deu uma lição de desenho urbano ao estabelecer um entorno construído para os vestígios arquitetônicos, por meio da implantação do museu e da casa do zelador. A cruz missioneira, trazida de Santo Ângelo, ajudou a conferir um caráter solene ao lugar. O museu, localizado nesse sítio representativo dos séculos XVII e XVIII, apresenta a linguagem do seu tempo – o século XX –, diferenciando-se dos elementos centenários.

O informe também expressou a pertinência da inscrição dos vestígios do antigo povoado de São Miguel Arcanjo como patrimônio histórico e artístico nacional. Mais ainda, priorizou a inscrição da denominada “casa de material missioneiro” existente ao lado das ruínas de São João Batista (Foto 2)⁹. Só em tempos recentes foi compreendido o verdadeiro significado simbólico dessa decisão: as soluções arquitetônicas da casa vernácula construída com pedras retiradas das ruínas sensibilizou o jovem arquiteto. Foi essa casa simples, e não a majestosa igreja, a primeira edificação protegida como patrimônio nacional no Rio Grande do Sul. De maneira tal que há que se revitalizar, ao menos no caso de Rio Grande do Sul, a crítica de uma concepção exclusivamente monumental por parte dos intelectuais que construíram a ideia de patrimônio histórico e artístico nacional¹⁰.

É sabido que a proteção das obras dos jesuítas em território nacional foi uma prioridade durante os primeiros anos do IPHAN. No caso específico



Foto 2 – Casa construída com material das ruínas, tombada em 1938, pelo IPHAN-ANS/IPHAN

das reduções jesuítico-guaranis, provavelmente também houve apoio e interesse por sua preservação pelo então presidente da República Getúlio Vargas, missioneiro de nascimento. Entretanto, o reconhecimento da influência do ciclo missioneiro na formação do Sul de Brasil se inscreve num contexto de controvérsia historiográfica. Isso foi questionado pelos historiadores que privilegiaram o legado lusitano¹¹, enquanto outros deram mais importância à influência platina.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio Grande do Sul, que formava parte do primeiro grupo, nos anos 1950 foi chamado a se pronunciar sobre as homenagens ao bicentenário da morte de Sepé Tiarajú, comandante indígena que morreu em combate na Guerra Guaranítica. O Instituto decretou que o referido herói missioneiro era espanhol.¹² Cabe mencionar que, posteriormente, Sepé Tiarajú foi reconhecido como herói gaúcho e brasileiro.¹³

O informe de Lucio Costa alinha-se com a historiografia pro-lusitana, ao afirmar que São Miguel Arcanjo era um monumento espanhol. Relatou que ao “examinar in loco e decidir o que devia se fazer com as ruínas dos chamados Sete Povos da província Jesuítica **espanhola** (grifo nosso), foi que elas terminaram **incrustadas** deste lado”¹⁴. O arquiteto continuou argumentando que as Missões se constituíram em “um setor autônomo dentro do conjunto de monumentos coloniais brasileiros, verdadeira ‘minoría’ – a única –, uma vez que os holandeses[...] pouco ou nada deixaram”¹⁵. Também não reivindicou o reconhecimento da influência posterior das Missões na cultura de Rio Grande do Sul. O historiador Moysés Vellinho registrou que “apenas uma coisa nos ficou do passado morto: o papel de depositário de ruínas alheias”¹⁶.

Nos anos 1970, o arquiteto e historiador Francisco Riopardense de Macedo referiu-se à Igreja de São Miguel Arcanjo como “uma construção que nada tem a ver com as origens do sul do Brasil”¹⁷. O arquiteto Júlio N. B. de Curtis, primeiro diretor do IPHAN no Rio Grande do Sul, também foi partidário dessa vertente: “Sem nenhuma interferência na definição do quadro cultural de nosso estado, ficam, contudo, essas ruínas como documentos preciosos de uma civilização insólita”¹⁸. Essa qualificação relaciona a experiência jesuítico-guarani com a ideia de um legado estranho, apesar de seu civismo ser reconhecido. Assim, o conceito de que os vestígios missionários eram uma herança estrangeira, desvinculada da história brasileira, perdurou até recentemente.

11. Os que se Manifestaram, a partir da década de 1920, segundo: GUTFREIND, Ieda. A historiografia rio-grandense. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

12. GUTFREIND, op.cit.

13. O governo do estado promulgou a Lei nº12.366/2005, que reconheceu a Sepé Tiarajú como herói e incluiu o dia 7 de fevereiro, data de sua morte, no calendário oficial de eventos do estado. A Lei Federal que incluiu o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria é a de nº 12.032/2009.

14. COSTA, Lucio. Registro de uma vivência. 2. ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1997, p. 18.

15. COSTA, op.cit. p. 488

16. VELLINHO, apud idem, ibidem, p.96.

17. MACEDO, Francisco Riopardense. Rio Pardo: a arquitetura fala da história. Porto Alegre: Sulina, 1972. p.13.

18. CURTIS, Júlio N. B. de. Vivências

com a arquitetura tradicional do Brasil. Porto Alegre: UniRitter, 2003. p.23.

19. Nota da tradutora: “gaúcho(a)” utiliza-se como gentílico para designar cidadãos naturais do estado do Rio Grande do Sul.

20. Nota da tradutora: “chimarrão” é a infusão preparada com erva mate que se bebe no sul do Brasil, como nos países platinos.

21. Sobre as representações associadas a São Miguel Arcanjo ver MEIRA, Ana Lúcia G.; PESAVENTO, Sandra J. (Org). Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

22. Banco de dados das intervenções nos bens tombados, realizado pelo Departamento de Patrimônio Material - DEPAM/Rio de Janeiro, a partir da documentação existente no Arquivo Noronha Santos.

As afirmações anteriores demonstram uma análise restrita aos bens materiais, reduzindo o significado do patrimônio missioneiro. Eram ignoradas as influências antropológicas, com as quais a experiência marcou a cultura gaúcha¹⁹ até hoje: a cultura da erva mate, a preparação e o consumo do chimarrão²⁰; o gado missioneiro que foi fundamental para o desenvolvimento econômico baseado na pecuária; a persistência de traços indígenas que configurou um “tipo missioneiro” característico; as palavras herdadas do vocabulário cotidiano; as pedras reutilizadas para fundar as novas cidades que se formaram na região, entre outras influências.

A consolidação das ruínas da São Miguel Arcanjo foi executada pelo engenheiro e arquiteto Lucas Mayerhofer, da administração central do IPHAN, no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 e 1940, a partir das orientações de Lucio Costa. No sítio foi implantada uma “imagem moderna” concebida por um dos maiores arquitetos do século passado. As ruínas posicionadas sobre um tabuleiro de grama verde evidenciam sua monumentalidade. E não deixaram de transmitir a imagem da experiência humana extraordinária que simbolizam²¹. A solução arquitetônica é um interessante exemplo que demonstra a proximidade com que o passado e o presente eram harmonicamente trabalhados pelos grandes arquitetos modernos brasileiros.

A construção do museu também foi executada por Lucas Mayerhofer, que ao mesmo tempo empreendeu a tarefa de desmontar e rearmar a torre sineira da antiga igreja que ameaçava colapsar. As obras destinadas a salvaguardar os fragmentos das ruínas e, particularmente, a intervenção na torre da igreja, foi a primeira grande obra do IPHAN em todo o Brasil, segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, e uma ousadia, se considerarmos as condições precárias do local na época. No percurso do século XX, o IPHAN realizou outras obras concretas. Num levantamento parcial²², referenciam-se obras realizadas em 1948, 1950, 1952, 1954, 1956, 1968, 1970 e outras sucessivas orientadas por arquitetos da administração central, no Rio de Janeiro, depois pelo IPHAN de São Paulo e, finalmente, pela representação do Instituto no Rio Grande do Sul.

Ações fundamentais como a declaração de Lugar Histórico, a inscrição como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o relatório de Lucio Costa que deu origem à primeira grande obra do IPHAN, apesar de alinhados a uma preocupação restrita aos bens materiais, permitiram consagrar os vestígios de São Miguel Arcanjo como o bem patrimonial mais importante

do Sul do Brasil e resumem a primeira etapa aqui proposta. O espetáculo de Luz e Som, uma das maiores atrações turísticas do estado, foi implantado ao final desse período, fomentando a promoção do sítio, objetivo das ações das décadas seguintes²³.

O início da segunda etapa está definido pelas visitas técnicas do consultor da UNESCO, o engenheiro Roberto Di Stefano, às ruínas de São Miguel Arcanjo, em 1980 e 1982 (Foto 3)²⁴. Na primeira visita, solicitaram-se estudos e análises para a elaboração de um diagnóstico mais preciso sobre o estado da igreja. Assim como a recomendação de elaborar um plano geral de restauração e valorização dos vestígios dos antigos povoados, inseridos dentro do planejamento municipal e estatal – preocupação de acordo com as recomendações da Carta de Veneza de 1964²⁵.

Posteriormente, o consultor avaliou os estudos realizados e recomendou a elaboração de um plano urgente de conservação e valorização do sítio. Com a consultoria da UNESCO, novamente o sítio de São Miguel Arcanjo foi colocado como referência das políticas públicas de preservação, desta vez como marco de uma aproximação científica ao tema do patrimônio arquitetônico. De acordo com o arquiteto Júlio N. B. de Curtis, “nenhum



Foto 3 - Augusto da Silva Telles, Aloísio Magalhães, Júlio N. B. Curtis (IPHAN) e Roberto Di Stefano (UNESCO) no sítio de São Miguel Arcanjo, década 1980. Foto: Acervo IPHAN-RS.

23. O espetáculo foi implantado em 1978 pelo governo do estado, e contou com a participação dos maiores atores nacionais da época, como Paulo Gracindo, Fernanda Montenegro, Juca de Oliveira, Armando Bógus, Rolando Boldrin e Lima Duarte.

24. Notícias sobre as visitas do Ing. Di Stefano e as providências dessas resultantes foram registradas nos Boletins SPHAN/FNPM, editados em Brasília pela Fundação Nacional Pró-Memória: n.ºs 7, 9, 10, 13, 16 e 17, durante os anos de 1980 a 1982.

25. As reuniões em São Miguel contaram com a presença de Aloísio Magalhães, secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidente da Fundação Nacional Pró-memória; Roberto Di Stefano, consultor da UNESCO; Augusto Carlos da Silva Telles, diretor da Divisão de Conservação e Restauração do IPHAN; Fernando Leal, da Empresa ResCon – Restauração e Conservação Ltda.,

Júlio N. B. de Curtis, diretor regional do IPHAN; e dos arquitetos investigadores argentinos Ramón Gutiérrez e Graciela Viñuales.

26. CURTIS, op.cit., p. 309.

27. Alguns esclarecimentos necessários em relação à denominação adotada a partir da inscrição na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO: hoje se opta pelo termo “remanescentes” [em português, traduzido neste texto como vestígios] dos antigos povoados, no lugar de “ruínas”. Também é importante esclarecer que São Miguel das Missões é o nome do município e São Miguel Arcanjo é o nome do povoado, entidades portanto, distintas.

28. Disponível em <<http://whc.unesco.org/>>. Acesso em 21/09/2012. Outros sítios representativos das Missões Jesuítico-Guaranis na Argentina e no Paraguai foram

monumento exigiu até hoje, neste país, exames, levantamentos e controles tão meticulosos quanto amplos, para que o diagnóstico de sua deterioração fosse estabelecido com a maior clareza possível”²⁶.

As intervenções pontuais em São Miguel Arcanjo, como também as dificuldades de comunicação e infraestrutura, continuaram até o final dos anos 1980. Desde então, a presença do IPHAN passou a ser constante, com a criação de uma sede no sítio e com o trabalho de consolidação e manutenção constante, executado por operários do Instituto.

Em 1983, as “ruínas de São Miguel das Missões” foram inscritas na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO²⁷. O critério utilizado para evidenciar seu valor universal foi o fato de ser “exemplo de um tipo de prédio ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem que ilustra significativas etapas da história humana”²⁸. Durante as duas décadas seguintes, enfatizaram-se as ações de promoção do legado missioneiro pela grande repercussão da inscrição, sem deixar de continuar com as obras de consolidação da alvenaria de São Miguel Arcanjo.

Cabe ressaltar, nesse período, o projeto Missões 300 Anos, patrocinado pelo governo do estado e o IPHAN. Este desenvolveu diversas ações de valorização, entre as quais se destaca a exposição Visão do Artista, realizada em Porto Alegre e Brasília. Vários artistas consagrados realizaram obras em torno do tema das Missões: Daniel Senise, Cildo Meireles, Luiz Carlos Felizardo, Vera Chaves Barcellos, Moisés Baumstein, Rafael França, Lívio Abramo, Jacques Bedel, Maurício Bentes, Rubem Campos Grilo e Ester Grinspum. Uma das obras, Como construir catedrais, de Cildo Meireles, foi exposta em 2008 na Galeria Tate Modern de Londres e depois no Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (Foto 4). Também foi levada a Houston e Los Angeles, mas nunca foi admirada pelos habitantes da região missioneira.

Ações de educação patrimonial foram realizadas na década de 1990, com alunos da rede municipal de educação: eram simuladas escavações arqueológicas para estimular a imaginação infantil e para aproximar os estudantes do legado material missioneiro. As oficinas desenvolveram-se até o presente de maneira descontínua e sem se programarem indicadores de continuidade, o que impede uma avaliação sobre a eficácia do método.

Nessa época também foi realizado o Inventário da Estatuária Missioneira, que identificou mais de 500 imagens relacionadas com o período



Foto 4: Instalação de Cildo Meireles na exposição Visão do artista, nos anos 1980. Disponível em http://confessionsofanapper.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html

missioneiro. Trabalho de tal magnitude implica a necessidade de realizar estudos para a identificação precisa da procedência das mesmas²⁹. Uma parte do legado encontra-se em museus e instituições públicas, outra em coleções particulares. Exemplos importantes são ainda objetos de culto, tais como imagens da Igreja de São Luís Gonzaga e da capela do Instituto Anchieta de Pesquisas, na cidade de São Leopoldo.

No início do século XXI começa o terceiro período das políticas de preservação do patrimônio cultural das Missões; as ações propostas pelo IPHAN refletem a ampliação de conceitos relativos ao tema. Novos olhares foram estimulados, superando a visão hegemônica dos arquitetos e dos ar-

também inscritos na Lista de Patrimônio Mundial

29. O arquiteto Ramón Gutiérrez clama há anos por estudos detalhados sobre a imaginária missionária nos países platinos. Ver texto não publicado “Esclarecimentos sobre a imaginária das missões jesuíticas”, de sua autoria

30. SOUZA, José Otávio Catafesto et al. *Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra: os M'byá-Guarani nas Missões. Porto Alegre: IPHAN, 2007.*

queólogos (até esse momento, sempre subordinados aos primeiros). Incluíram-se historiadores, sociólogos, antropólogos, museólogos, educadores, etnomusicólogos, paisagistas, geógrafos e historiadores de arte em ações específicas. A inclusão nas políticas de preservação do patrimônio cultural dos indígenas guaranis que tinham se instalado em São Miguel das Missões, na Aldeia Koenju, fomentou o tema do patrimônio imaterial. Foram pesquisados os processos culturais e as formas de como são reelaboradas as influências missioneiras no imaginário e no modo de vida Guarani, particularmente em relação ao sítio do Patrimônio Mundial³⁰. Oficinas para a elaboração de vídeos permitiram que jovens guaranis registrassem e valorizassem sua própria realidade. (Foto 5).

Reinterpretações da imagem da antiga igreja perduram tanto nas artes visuais quanto no artesanato popular. Muitos artistas, ao longo do tempo, referem-se ao significado das ruínas em suas criações, como no caso de Plínio Bernhardt, Leonid Streliaev, Fernando Brentano, entre outros. Emblemático foi o resultado da Convocatória Arte e Patrimônio, em comemoração aos 70 anos do IPHAN, em 2007, que financiou projetos destinados a estabelecer



Foto 5 – Jovem guarani em processo de registro cinematográfico no sítio missioneiro. Foto: L.A. Catafesto – Acervo IPHAN-RS.

diálogos entre as artes visuais contemporâneas e o patrimônio artístico e histórico nacional. Três dos 11 trabalhos premiados foram desenvolvidos em São Miguel Arcanjo: as obras de João Eduardo Loureiro – Um trabalho para São Miguel; Carlos Vergara – O sagrado coração: a missão de São Miguel Arcanjo; e Luiz Carlos Felizardo – O sonho e a ruína. Essas obras foram parcialmente expostas na cidade missioneira, embora, devessem estar permanentemente acessíveis, como forma de socializar os diferentes olhares sobre o patrimônio, de instigar a reflexão nos visitantes e naqueles que são os guardiões do legado das Missões.

No âmbito da cooperação internacional, desenvolveu-se um projeto com o apoio da UNESCO, World Monuments Found e de países envolvidos com o tema: o Programa para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas dos Guaranis. O projeto Guia da Paisagem Cultural das Missões, realizado em parceria com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico, extrapolou o âmbito dos quatro sítios de propriedade da União Federal e passou a ter como horizonte o território que compunha, originalmente, o núcleo dos Sete Povos. Hoje em dia, a área corresponde a 26 municípios agrupados na Associação dos Municípios das Missões.

Na sua origem, com é sabido, os Trinta Povos formavam um sistema complexo de assentamentos, caminhos, plantações com espécies nativas e trazidas pelos europeus, currais para criação de gado, hortas, cisternas, fontes e reservatórios, capelas e oratórios, florestas, nascentes e outros. Esse sistema foi-se modificando ao longo da história, com a contribuição de outras culturas, como a dos imigrantes europeus que se estabeleceram no Rio Grande do Sul durante os séculos XIX e XX. “A chave para entender o sistema Jesuítico-Guarani e sua influência até nossos dias, incluindo outros aportes que não tiveram relação direta com as reduções, está na leitura do território e da paisagem em escada regional”³¹.

O Guia da Paisagem motivou a criação do Parque Histórico Nacional das Missões – “um parque em constelação”³² que, descentralizando a partir dos quatro sítios federais, contribuirá para promover a relação com outros lugares que permitem preservar e revalorizar o espaço territorial das Missões. Trata-se de uma unidade de gestão que pretende preservar os bens culturais materiais e as relações culturais, sociais e ambientais, contribuindo com o desenvolvimento regional. Busca também reconhecer, definitivamente, o legado Jesuítico-Guarani como parte da diversidade cultural brasileira. “A partir da implantação do Parque serão intensificadas e diversificadas as ações

31. ESCOBAR, Pedro S.; MEIRA, Ana Lúcia G. Guia da Paisagem Cultural do território das Missões Guaranis no Brasil. In: 4º Congresso Europeu sobre Investigação Arquitetónica e Urbana - EURAU 08. Madri: Ministério de Fomento. CEDEX-CEHOPU; Universidade Politécnica de Madri, 2008. CDRom.

32. Metáfora criada pelo ex-diretor do Museu das Missões – Ing. Luis Cláudio da Silva.

33. ESCOBAR,
PS.; MEIRA,
A.L.G., op.cit.

de conhecimento, promoção, revalorização, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial da região, procurando a consolidação de um vínculo entre passado, presente e futuro”³³.

Atualmente, inicia-se uma nova fase nas políticas de preservação das Missões, que pode ser considerada como uma quarta etapa.

O projeto do “Itinerário Cultural das Missões”, no âmbito do Mercosul Cultural, propõe construir uma alternativa de desenvolvimento integrado entre os governos nacionais, buscando superar a escala ou registro dos bens patrimoniais isolados na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e as iniciativas técnicas particulares. Passa a incluir o território, os sítios históricos, as paisagens culturais, os caminhos, as comunidades locais e as cidades da região missioneira, em uma perspectiva sistêmica, estabelecendo novas conexões entre os sítios e promovendo as especificidades da cada um, com o apoio institucional em nível federal.

Assim, inicia-se a implantação de projetos com tecnologias digitais, como forma de estabelecer a comunicação com novos públicos e/ou melhorar a relação com os públicos tradicionais que visitam os sítios. Principalmente, crianças e jovens, atualizando uma iniciativa anterior da *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, de reconstituição computadorizada da redução de São Miguel Arcanjo. Busca-se programar os recursos tecnológicos hoje disponíveis, a partir de áreas como a computação gráfica e a visualização de dados, que viabilizam o desenvolvimento de sistemas para atender às necessidades de interação dos usuários. Pretende-se que o material esteja disponível no aplicativo de consulta para dispositivos móveis, como *smarthphones e tablets*.

As reinterpretações artísticas e as representações virtuais demonstram a extraordinária capacidade de atualização de um patrimônio com mais de 300 anos, ampliando as lições de humanidade que podem iluminar nossas sociedades.

A DISPERSÃO DAS IMAGENS RELIGIOSAS JESUÍTICO-GUARANIS EM CORRIENTES, NA ÉPOCA POSTERIOR À EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

*Alfredo J. E. Poenitz**

Ao período de pouco mais de três décadas de decadência econômica, social, populacional e política após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, em 1768, continuou um ciclo de outras três décadas em que a sociedade guarani-missioneira caiu num naufrágio irremediável. Ao final dessa etapa, a Província Guarani das Missões desapareceu como entidade formal, os povos ficaram absolutamente arruinados depois de longos anos de guerra e premeditada destruição, as estâncias próximas aos povos em conflito abandonadas e as mais longínquas, reocupadas por fazendeiros crioulos. As famílias indígenas finalmente se misturaram com a população crioula, iniciando-se um rápido processo de mestiçagem étnico e cultural, que identifica ainda hoje um amplo setor dos habitantes dos âmbitos rurais do litoral rioplatense¹.

Dentro desse processo geral de decadência e dissolução que foi a brilhante experiência jesuítica entre a população guarani, destaca-se como a estocada final da desapareição da Província das Missões a década posterior à Revolução de Maio, em especial o ciclo artiguista (1811-1820). Nesse período conflitivo, o povo missioneiro transformou-se num povo militarizado e seus componentes, os índios guaranis, converteram-se em cidadãos soldados, submetidos a permanentes mobilizações militares.

A popularidade de José Artigas, que deslumbrou os índios missioneiros, teve seu sustento na política antilusitana do líder oriental. Abandonado pelos poderosos comerciantes, que a princípio lhe foram leais, preocupados em salvar seus interesses particulares, o caudilho ficou só com os que pouco ou nada tinham. Os gaúchos enfileirados em sua cavalaria, grupos de charruas e os modestos naturais das Missões se uniram firmemente em torno de sua liderança, e mais ainda quando ele designou um índio missioneiro, Andrés Guacurarí, como comandante-geral das Missões Armadas.

* Professor de História e Latim. Mestre em Artes e Doutor em Antropologia Social. Especialista em História Regional Misioneira, no período pós-jesuítico. Diretor da CONEAU (Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria). Argentina

1. Esse é o tema principal do livro de Edgar e Alfredo Poenitz, *Misiones Provincia Guaranítica: defensa y disolución*, Editorial Universitaria de Misiones, Posadas, 1993.

Em geral, durante as guerras artiguistas, 1815-1819, a região mostrou dois cenários. Um sobre a fronteira do rio Uruguai com o Império português, onde os exércitos guaranis dessangravam-se em intermináveis combates com as forças luso-brasileiras de Chagas Santos. O outro cenário foi o do rio Paraná, onde, se não houve importantes sucessos militares, os missionários tiveram que lidar com as pretensões paraguaias sobre esse território.

A maior parte dos quinze povos que ficaram em território argentino no final das guerras artiguistas, em 1819, foi destruído e incendiado, culminando com isso o ciclo da diáspora do povo guarani.

Nos Sete Povos Orientais, em poder português desde 1801, viveu-se o mesmo processo. Em contrapartida, os oito povos que ficaram em território paraguaio sobreviveram a seu regime de comunidade até 1848, quando Carlos Antonio López decidiu libertá-los desse regime e convertê-los em cidadãos da República.

A cisão dos oito povos missionários que ficaram sob o governo paraguaio foi uma consequência do fracassado intento de Manuel Belgrano de buscar adesão desse distrito à Revolução de Maio. Depois das conhecidas derrotas do exército patriota em Tacuarí e Paraguarí frente às forças paraguaias, em 1811, os dois governos assinaram um tratado, no qual se dispôs que o Departamento de Candelária (formado pelos povos de Loreto, Corpus, San Ignacio Miní, Santa Ana e Candelária) ficaria sob custódia do governo de Assunção, enquanto o Departamento de Santiago (os oito povos ao ocidente do Paraná) se integraria definitivamente ao estado nascente. A negativa do Paraguai de participar na Assembleia de 1813 fez com que o caráter provisório da administração do Departamento de Candelária se transformasse em definitivo.

Em 1815, Andrés Guacurari recuperaria temporariamente esse distrito. Porém, por um par de anos, enquanto esse comandante indígena com os valentes soldados guaranis dos povos de Uruguai dessangravam-se em intermináveis lutas contra as forças luso-brasileiras de Francisco das Chagas Santos, comandante das Missões portuguesas, o governador paraguaio Gaspar Rodríguez de Francia, em 1817, invadia, incendiava e destruía os povos de Candelária, conduzindo essa população ao seu território. Nesse contexto histórico, um grupo de famílias conseguiu resistir à coerção e fugiu para o território do Iberá, fundando os novos povos de Yatebú (Loreto) e São Miguel.

O resultado desse triênio de lutas permanentes foi gravíssimo para a sociedade guarani missioneira. Enquanto a maioria da população ativa morreu nesses longos anos de guerra, os anciãos, mulheres e crianças tiveram que abandonar suas aldeias e fundar pequenos povoados, que mais do que entidades urbanas constituíam-se em albergues temporários ou refúgios improvisados. Os mais importantes foram San Roquito e Cambay, no extremo sul do Iberá, de efêmera duração e São Miguel e Yatebú (Loreto) que sobreviveram no setor norte desse pantanal.

Durante esse período do artiguismo em Missões, uma pintura comum era aquela que mostrava às ensolaradas campinas transitadas por grupos de velhos, mulheres e crianças, que se deslocavam em peregrinação de um lado para outro em busca de refúgios seguros contra as guerras. As descrições que ficaram sobre essas migrações internas das Missões coincidem, em geral, com as profundas demonstrações de fé desse povo castigado por dezenas de anos de constantes penúrias. Na região oriental do Uruguai, por exemplo, quando Fructuoso Rivera, no meio da Guerra Cisplatina invade o território das Missões Orientais, concentra as famílias guaranis que ainda residiam nos antigos Sete Povos e as desloca ao território oriental, onde funda uma nova localidade: Santa Rosa da Bela União, à beira do rio Quareim, na fronteira entre a Banda Oriental e o Império do Brasil.

Essa peregrinação, que durou mais de dois meses (entre novembro de 1827 e janeiro de 1828), teve uma testemunha direta: dom Manuel Antonio Pueyrredón, que deixou uma testemunha excepcional do novo êxodo guaraní: “Cada redução ou tribo marchava como em procissão, encabeçada pelos anciãos que levavam os santos principais. O povo conduzia uma multidão de santinhos. À frente ia a música. Cada tribo tinha a sua, composta de violinos. Os músicos são também os cantores. E mais adiante acrescenta, “...as carroças contêm santos, sinos ou objetos semelhantes, de indígenas fanáticos e apegados a essas coisas...”

De Bela União guardamos esses vívidos relatos de testemunhas oculares. Porém, de outros êxodos semelhantes da mesma época não contamos com testemunhas tão eloquentes. Mas, sim, se sabe por exemplo que, uma vez chegado o grupo de guaranis missionários de La Cruz e Yapeyú a Cambay, em 1819, uma das prioridades foi levantar uma igreja, que pela duração efêmera da comunidade nunca se concluiu. Significa que a necessidade de um centro de culto era importante demais para esses migrantes.

2. Edgar e
Alfredo Poenitz;
Misiones
Provincia
guaranítica... cit.
p. 293

As peregrinações de velhos, mulheres e crianças “com seus santos nas costas” repetem-se em toda a zona da dispersão guarani missioneira. Assim, por exemplo, destruída Yapeyú em 1817, grupos de famílias migraram para Mandivosí, onde depositaram suas imagens religiosas numa capela fundada em 1777 por dom Juan de San Martín. Essa imagem é hoje a Padroeira da Diocese de Concordia². Outra imagem da Imaculada Conceição, entronizada no modesto acampamento de Caá-Carai, nas margens do rio Aguapey, foi levada em peregrinação até Itatí, quando se abandonou essa guarnição em 1818. Nicolás Aripí, um dos caudilhos que sucederam André na liderança dos povos missioneiros, organizou uma peregrinação de Itatí até San Roquito para deslocar uma imagem da Virgem para aquele povo que nascia. A imagem tutelar de Nossa Senhora da Conceição foi transferida via fluvial pelo rio Uruguai, para ser protegida da destruição pelos luso-brasileiros de Chagas, e foi depositada na localidade correntina de São Roque. Esses são os casos documentados, os que estão preservados. Quantos mais terão ocorrido que desconhecemos por falta de dados!

Meio século depois da culminação do projeto missioneiro jesuítico com a comunidade guarani, o aporte cristão para essa cultura eminentemente religiosa permanecia nas gerações herdeiras dessas lições, dando esperanças a esse povo migrante e peregrino. Com o tempo se constituirá numa característica fundamental do novo tipo humano que se começava a gestar nos campos correntinos, que se mistura fisicamente, porém, em sua essência mantém a espiritualidade que foi tomando diferentes formas com o passar do tempo.



Imaculada Conceição. 1,70m. Museu de São Roque.
Corrientes

SAN MIGUEL E LORETO, COFRES DA IMAGINÁRIA JESUÍTICO-GUARANI

Nos fins de 1817, aproximadamente 1.700 guaranis provenientes dos povoados de Candelária, Loreto, San Ignacio, Santa Ana e Corpus – todos destruídos e incendiados pelo general paraguaio Rodríguez de Francia –, levando sobre seus ombros como único apetrecho suas imagens religiosas, peregrinaram por mais de 150 km para se estabelecer na zona chamada Lomas de Yatebú, ao norte do Iberá.

A diferença desses grupos com as famílias migrantes do oriente missioneiro de Miriñayé que o seu assentamento em antigas estâncias jesuíticas do norte de Iberá foi definitivo, sobrevivendo estes núcleos urbanos até a atualidade. Esses povos constituem a última manifestação, em solo atualmente argentino, dos guaranis que tentaram sobreviver de acordo com seus antigos costumes e tradições.

As imagens transportadas em 1817 por essas famílias emigradas dos povos do departamento de Candelária tomaram diferentes rumos, ao longo de toda a campina correntina. Algumas, talvez as mais admiráveis por seu tamanho, foram destinadas com o tempo a centros de culto importantes, como o imponente Jesucristo Yacente que se exhibe na Catedral de Corrientes.

Outras são mantidas em museus improvisados que se encontram na sacristia de São Miguel ou na antiga capela de Loreto. Outras, ainda, estão em capelas menores, geralmente rurais, e muitas se acham em pequenos



Cristo Crucificado transformado em Yacente. Catedral de Corrientes

3. Em 1982, a Academia de Belas Artes de Buenos Aires publicou um inventário dos objetos de arte de Corrientes, onde constam algumas das imagens que nos referimos neste trabalho. Patrimônio Artístico Nacional. Inventário de Bens Móveis. Província de Corrientes. Buenos Aires, Academia Nacional de Belas Artes, 1982

4. Bozidar D. Sustersic; Arte Jesuítico-Guarani e seus estilos; Faculdade de Filosofia e Letras, UBA, Buenos Aires, 2010

oratórios familiares. Temos encontrado imagens guaranis missioneiras nesse tipo de ermidas num amplo espaço perto de Loreto e San Miguel. Existem em San Antonio de Mburucuyá e em locais próximos, como Manantiales Sur e Manantiales Norte, também em Caá Catí e, claro, nos postos rurais de Loreto e San Miguel, como San Juan Poriajhu, Ñu Guazú (Campo Grande), Mboy Cuá (Cova de Víboras), Curuzú Laurel, Curupayti etc.³

A Virgem de Loreto, uma das transportadas em 1817, como Padroeira fundadora do povo correntino desse nome, preside, num ornamentado altar no mais alto do templo, todas as cerimônias que ali se celebram. É uma bela talha de madeira, de 1,64m, integrante da arte guarani missioneira e que segundo afirma Sustersic, fundamenta os muitos e variados elementos propriamente guaraníticos que revestem a arte jesuítica. Uma imaginária caracterizada pela simetria, pela frontalidade e pelo enfático olhar para o espectador oferece uma particularidade notável dessa arte guarani missioneira⁴. A Igreja do povo jesuítico de Loreto abrigava essa imponente



Estado anterior ao repintado.



Estado atual da imagem de Loreto

imagem desde muito antes, entronizada numa capela própria, independente do santuário. Trata-se de uma talha esculpida nas oficinas durante a época de ouro da história guarani jesuítica.

Manteve sua originalidade e seu caráter guarani, com suas pregas retas e paralelas, sóbrias, sem ostentações, com o rosto quase adolescente, sem manto, de tez de cobre e os cabelos negros e longos, descobertos e caídos sobre os ombros, como usava em ocasiões solenes a mulher guarani, há umas três décadas, quando foi repintada por desajeitados escultores. Para os olhos científicos e os de um historiador da arte, a imagem repintada perdeu a essência com que foi concebida, perdeu o sedutor olhar para o fiel. Para os olhos do povo devoto, a Virgem voltou “zangada com o povo que a deixou ir com estranhos”, e a partir de então “já não os olha”. É o que ainda persiste no coletivo loreitano. É que a grotesca repintura modificou o essencial da imagem: seu olhar tenro e profundo, da *Madre Tupasy*⁵ que acompanha e dá esperanças ao destino de um povo sofrido e que deposita nela toda sua esperança, seu amor e sua fé. Por isso a dor que aumenta com o passar do tempo, porque “já não olha para nós”, como repetem os habitantes de Loreto.

5. Tupa'Sy, Mãe de Deus

6. Mircea Eliade; O sagrado e o profano; Labor, Calabria, 3ª. Ed., 1979.

Essas imagens, como o sentido da árvore no caso dos gauchillos correntinos ou outro tipo de simbologias religiosas, Mircea Eliade as denomina “hierofanias”. Constituem realidades que servem de apoio para fazer presente o sobre-humano. Num espaço sagrado próprio dos crentes⁶.

O espaço sagrado do correntino nesses terrenos semirrurais constitui-se de locais onde são depositadas com sentimento de fé as imagens carregadas de valor cultural e religioso. Tratam-se de experiências religiosas, segundo Eliade, onde a manifestação do sagrado através de símbolos como, por exemplo, as imagens, fundamentam ontologicamente o mundo. Um espaço sagrado permite obter um ponto fixo que orienta e dá sentido à vida do homem religioso, do crente.

O real, independente das conversas informais entre os moradores locais, é que essas imagens guardam uma “aura” que mobiliza os devotos. Essa aura, as imagens de gesso dos templos não a têm. Para o homem religioso do povo, “a imagem tem um sentido em si própria, tem se convertido num fim”.

Essa religiosidade fundada na “ligação vital dos devotos com as imagens” está intimamente atrelada à sua história e sua cultura. Cada povo se apropria de símbolos que lhe brindam uma identidade cultural, e o sujeito ressignifica

esses símbolos. Essa identificação do homem com seus símbolos culturais tem muito a ver com sua religiosidade.

AS IMAGENS FUNDADORAS

As imagens veneradas em Loreto e San Miguel fazem parte daquelas que Sustersic menciona como “imagens fundadoras”. Denomina-as assim porque não só passaram a entronizar os povos e deram seu nome a eles como tiveram um sentido fundador durante o processo missioneiro⁷.

7. Bozidar D. Sustersic; Arte Jesuítico-Guarani... Cit. p. 87 y ss.

8. Branislava Susnik, El rol de los indígenas en la formación y en la vivencia del Paraguay. Tomo I, Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales, Assunção. P. 162.

9. Bozidar D. Sustersic, A Arte Jesuítico-Guarani...cit. P. 274.

As imagens religiosas atuaram como um pajé nos grupos guaranis dos primeiros tempos da conquista religiosa, segundo indicam especialistas no tema. Enfeitiçaram o povo guarani, como também os enfeitiçou a cruz cristã, segundo assinala Branislava Susnik. “*Os guaranis viam na cruz um poder mágico similar ao que o xamã podia ter na sua mão com o chocalho, a maraca, instrumento musical que, segundo a crença antiga guarani continha no seu interior um ayvu, uma alma...interpretam-na como um poder mágico e não como um fundamento doutrinário...*”⁸

Esse poder mágico, esse pajé pode ser aplicado às imagens, a princípio pinturas sobre tela, que os jesuítas levaram como único elemento evangelizador em suas primeiras viagens missionais. E foi tal a reação inicial ante esses objetos de culto, que os missioneiros deram grande importância ao trabalho artesanal dos ateliers de produção de imagens. Não foi uma repetição das leis da estética artística europeia que mobilizou os “santos apohara” (escultores de santos). Foi o próprio sentido que as imagens lhe impregnavam, a partir da influência neles produzida. As imagens talhadas nos ateliers jesuíticos não foram concebidas exclusivamente com finalidade estética, mas com uma função muito presente no escultor: a de sedução do inconsciente coletivo de sua condição xamânica. A imagem tinha um poderoso “efeito pajé” que conquistava os guaranis.

Segundo Sustersic, todo o pensamento guarani constrói-se a partir de visões-imagens e que a forma plástica, material, dada pelos santos apohara a suas imagens foi um breve passo da concepção pré-jesuítica recebida pelos sacerdotes da Companhia⁹. A época pós-jesuítica permite apreciar, afirma Sustersic, a profunda sobrevivência da função xamânica das imagens, que se manifesta nas novas fundações dos guaranis emigrados dos diferentes povos. E aí voltaram a cumprir suas funções de presidir e estabilizar a fundação dos novos povos e dos novos lares que os abrigaram durante a diáspora.

Esse foi o caso das imagens que fundaram os povos de Loreto e São Miguel. A bela talha da Virgem de Loreto levou a substituir o nome inicial de Yatebú pelo de Loreto. O grupo de peregrinos que continuou sua marcha e fundou São Miguel, a oito léguas de distância de onde se fixou o primeiro grupo, o fez a partir de uma bela talha do arcanjo com o demônio Añá enroscado em sua base e com o rabo ameaçador sob os pés do anjo. A mulher-demônio toma sua cabeça com as mãos ante a ponta da lança de Miguel e seu rabo enrosca-se como se fosse uma serpente.

Assim como o *rollo* espanhol constituía o símbolo fundador de um povo, nas comunidades guaraníticas o símbolo fundador era constituído pelas imagens religiosas. Essas figuras se transformavam em padroeiros dos povos e toda a comunidade se identificava com o santo fundador de sua comunidade. Por isso, apesar de os trinta povos formarem um conjunto harmônico de relações recíprocas, um tupambaé, cada um deles era chamado de os lorencistas, os ignacianos, os loretanos, os nicolasistas, os trinitários etcetera. Nisso diferenciavam-se dos povos católicos de outros lugares, onde existia um santo padroeiro a quem rendiam grandes pompas no seu dia, mas existiam outros templos com outros santos protetores. Nas Missões Jesuíticas, e ainda no período posterior, havia um só santo protetor em um único templo do povo. Pequenas capelas rurais também possuíam seu santo protetor, mas em geral tratavam-se daqueles que acompanhavam as tarefas agrícolas, como Santo Isidro Lavrador, nome que se repete uma infinidade de vezes nos assentamentos rurais.



São Miguel com o demônio Añá. 0,78 cm. São Miguel. Iberá. Província de Corrientes.

OS ORATÓRIOS DOMÉSTICOS E A CUSTÓDIA DAS IMAGENS

Não tem sido possível encontrar nos arquivos documentação sobre os primeiros tempos da fundação dos povos de São Miguel e Loreto. Porém, é muito provável que as etapas de formação desses povos-refúgios tenham dado continuidade ao projeto de outros casos semelhantes, dos quais existem dados que permitem recriar esses momentos. Pelos que testemunharam a construção de Santa Rosa da Bela União, já mencionados, sabe-se que a primeira preocupação dos guaranis missionários emigrados das Missões Orientais trazidos por Frutuoso Rivera não foi, como seria de se esperar, a construção das moradias para tantas famílias transmigradas. A primeira construção foi a das sete capelas para os sete santos padroeiros dos sete povos orientais de onde procediam.

“A V.S. consta-lhe, diziam os corregedores dos Sete Povos ao novo caudilho, dom Frutos Rivera, que não tem reservado para si outra coisa que as imagens dos seus povos; submetem-se a viver fora até que fossem concluídas as sete capelas... Para colocar decentemente as sagradas imagens, só pensaram em construir quarteis e ranchos depois de concluídas as capelas...”¹⁰

Algo semelhante ocorre hoje nas pequenas capelas domésticas que existem por dezenas nos povos correntinos.

Porém, nem todas possuem o estilo dos ateliers jesuíticos. Há uma mistura de santos, que ao longo do tempo foram incorporados à ermida, própria do sincretismo religioso professado por mulheres. Pode-se ver um Cristo Crucificado em miniatura, de evidente raiz jesuítica, rodeado de San la Muerte¹¹ e o Gaúcho Antonio Gil. Ou num pequeno santuário familiar, uma Virgem crucificada, a Santa Liberata, envolvida em uma túnica vermelha, própria dos devotos do Gaúcho Gil.

Hoje essas imagens são vistas em multitudinárias procissões que percorrem as ruas de ambas as comunidades. Essas imagens foram as protetoras, fundadoras, os símbolos de um povo migrante que necessitava desses marcos nos seus novos espaços de assentamento para sobreviver como nação.

Essas imagens constituem a ligação de um povo com seu passado. Embora ignorem muito de sua história pretérita, a tradição oral tem para evitar a morte causada por brigas sabido deixar marcas profundas numa população que guarda por essas talhas sentimentos intensos. Sentimentos que se manifestam através de preces e de respeitosa contemplação. Apesar

10. Nota dos “Chefes dos Sete Povos das Missões”. Em: Oscar Padron Favre; Ocaso de un pueblo indio, Durazno, 1996, 123

11. San la Muerte, devoção pagã derivada seguramente do Cristo da Boa Morte, ou Senhor da Paciência. Talhado em tamanho pequeno, em osso ou madeira, os menchos o introduzem na pele. Muitas vezes são feitos também pequenos Sanla Muerte com cartuchos de bala. São considerados bons amuletos

da trágica história de perseguições e discriminações, ainda permanecem nos habitantes destes locais resquícios dessa antiga identidade, advinda dos mitos e da tradição oral e manifestada como forma de honrar seus símbolos religiosos. Essa veneração tem se mesclado, num riquíssimo sincretismo, com certos elementos pagãos como San la Muerte ou o Gaúcho Antonio Gil, cujas modernas imagens aparecem misturadas entre as talhas domésticas da época jesuítica em ornamentados oratórios familiares, pequenos santuários de devoção popular, de certo modo afastada da formalidade do culto, mas que adquire enorme força no encontro do crente com sua história e sua cultura.



BIBLIOGRAFIA

- AFFANI, Flavia. 2002; El tema de la Resurrección de Cristo y su recepción en la mentalidad guaraní. Prohibición, aceptación y continuidad de su celebración y tipo iconográfico en las Misiones Jesuíticas; São Paulo, *IX Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas*, 2002. (em edição).
- AUBOIN, Jean Isidoro. 1968; Bella Unión. Reciente destrucción de los indios guaranis y charrúas. Traducción al español en Barrios Pintos; *Artigas, la tierra, el hombre, revelación y destino*, Edit. Minas, Montevideo, 1968.
- DRI, Rubén. 2005. Símbolos de identificación popular. En: *Bandoleros rurales correntinos*, Estudios, Cultura Corrientes. 31-48.
- ELIADE, Mircea. 1979; *Lo sagrado y lo profano*; Labor, Calabria, 3ª. Ed.
- GARCÍA, Silvia. 1984; Algunos aspectos de la religión popular correntina, en *AA.VV., Cultura tradicional del área del Paraná Medio*, Buenos Aires, Instituto Nacional de Antropología, Secretaría de Cultura, Ministerio de Educación y Justicia, pp. 273-274.
- MACHON, Jorge Francisco y CANTERO, Daniel; 2008. (1815-1821). *Misiones, Provincia Federal*. Posadas, Editorial Universitaria de Misiones.
- MAEDER, Ernesto y POENITZ, Alfredo. 2006; *Corrientes Jesuíticas. Historia de las Misiones de Yapeyú, La Cruz, Santo Tomé y San Carlos en la etapa jesuítica y en el Período posterior, hasta su disolución*. Cultura Corrientes. Ilustrac. Carlos Moreno.
- PADRÓN FAVRE, Oscar. 1996; *Ocaso de un pueblo indio. Historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay*, Montevideo, Ed. Fin de Siglo.
- POENITZ, Alfredo y SNIHUR, Esteban. 1999; *La Herencia Misionera. Identidad cultural de una región americana*. El Territorio, Posadas.
- POENITZ, Alfredo; *Una etnohistoria regional. La pervivencia de la cultura guaraní en los pueblos correntinos de Loreto y San Miguel en el Iberá*. (Tesis doctoral en Antropología Social) (2009) (Em edição).
- POENITZ, Edgar; POENITZ, Alfredo. 1993; *Misiones, provincia guaraníca. Defensa y disolución 1768-1830*, Posadas, Editorial Universitaria de Misiones.
- PUEYRREDÓN, Manuel A. 1976; Campaña de Misiones en 1828, *Boletín Histórico del Estado Mayor del Ejército de Uruguay*, BHEME, Nos. 153-156, Montevideo.
- SCHADEN, Egon; 1981. A Religião Guarani e o Cristianismo. Contribuição ao estudo de um processo histórico de comunicação intercultural; *A População Misioneira, Anais do IV Simpósio Nacional de Estudos Misioneiros*, Santa Rosa, Rio Grande do Sul; 13-37.
- SUSTERSIC, Bozidar Darko. 2008 (inérito); *El arte de las misiones jesuíticas guaraníes: ¿guerra de imágenes o guerra de los pájé?*
- SUSTERSIC, Bozidar D. *Arte Jesuítico-Guaraní y sus estilos*; Facultad de Filosofía y Letras, UBA, Buenos Aires, 2010.
- SUSNIK, Branislava. 1982; *El rol de los indígenas en la formación y en la vivencia del Paraguay. Tomo I*, Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales, Asunción.

A ESCULTURA GUARANI-JESUÍTICA. O MISTÉRIO DOS INÍCIOS, A REFORMA BARROCA, SEU AUGE E O SURPREENDENTE FINAL

*Božidar D. Sustersic**

APRESENTAÇÃO

Poucos períodos na História da Arte estão envolvidos em tanta penumbra e mistério como as missões jesuíticas guaranis. A única obra proveniente desse ciclo, com assinatura e data, é um retrato da Virgem, em cujas costas lê-se: *J. M. Habiyú, Fecit, Itapua 1618*.

No entanto, também essa única obra com assinatura e data, guardada no Museu de Luján da Província de Buenos Aires, foi contestada por dois pesquisadores dentre as maiores autoridades na matéria: a paraguaia Josefina Plá, e o argentino Héctor E. Schenone. Essa circunstância colocou aos historiadores posteriores na disjuntiva de aceitar dita impugnação ou revisar detidamente toda a informação sobre o período, do qual parece provir esse quadro, e, especialmente, pesquisar a autenticidade de sua rubrica.

A rejeição deveu-se a dois motivos. O primeiro foi a caligrafia da inscrição, que não parecia provir do século XVII, e sim do XIX. Essa objeção foi descartada quando se retirou a madeira sobre a que estava escrita e que protegia a pintura em seu dorso. Foi então que se teve acesso à tela do quadro e pode-se ler a inscrição original com quase o mesmo texto; mudava-se unicamente o “K” por “H”, resultando Habiyú em vez de Kabiyú, como se lia antes. Porém, a nova grafia oculta até agora correspondia definitivamente ao século XVII.

A fotografia de luz infravermelha realizada durante a restauração de 1990, dirigida pelo Prof. Schenone, na Fundação Tarea, permitiu confirmar a inscrição e também descobrir um primeiro esboço, proveniente, provavelmente, do Ir. Luis Berger¹.

A segunda objeção era de índole histórica, já que ambos os pesquisadores opinavam que no início do século XVIII, as Missões estavam em condições

* Doutor em Filosofia e Letras. Diretor do Instituto de Teoria e História da Arte, Julio E. Payró, Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires. Argentina.

1. Sustersic, B. D.: Presencia de una imagen hispano-bizantina en América. Anuario 18 Academia Nacional de Belas Artes, Buenos Aires, 1991, Pag. 14-20.



Legenda - Retrato da Virgem com a inscrição no dorso: "J. M. Habiýú, Fecit Itapúa 1618." A fotografia com luz infravermelha descobre o esboço da mão europeia, ao contrário da pintura, com olhos arregalados, de mão guarani. Museu Histórico de Luján, Província de Buenos Aires.

de produzir obras do nível dessa pintura. Não foi uma discussão de pouca transcendência, já que implicava a aceitação ou negação de um século inteiro de trabalho e evolução cultural e artística, ou seja, de 1618 a 1718. O que estava em dúvida, segundo esses autores, era a possibilidade mesma de alguma produção artística durante o século XVII nas Missões. A partir de

então, as pesquisas deviam se centrar nesse século, do qual tínhamos poucas notícias. Na tarefa empenharam-se os membros de uma equipe do Instituto Julio Payró, da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, formado por Estela Auletta, Cristina Serventi e Bozidar Sustersic. Seus trabalhos permitiram descobrir e documentar a abundante produção artística das Missões no século XVII, tanto no campo da arquitetura quanto no das artes plásticas.

O livro *Templos jesuíticos guaranis* foi fruto dessas primeiras buscas, sobretudo documentários, dos sistemas construtivos que imperavam nas missões durante a primeira metade do século XVII, e a participação dos guaranis nessa arquitetura “da madeira”, que eles, habitantes de bosques e selvas, eram mestres consumados².

O relativo sucesso das pesquisas sobre a arquitetura não pode se repetir no campo das artes plásticas. As buscas bibliográficas acusavam resultados muito pobres. Muitos livros, como o clássico Império Jesuítico, de Leopoldo Lugones, deviam ser realocados entre a literatura e não entre as contribuições da História. As buscas no campo da arquitetura de Ramón Gutiérrez, da pintura de Adolfo Luis Ribera e da escultura de Héctor H. Schenone tentaram, com relativo êxito, integrar a documentação de arquivo com os trabalhos de campo.

No caso das esculturas, todos apontavam às listas das autorizações de embarque do Arquivo de Índias de Sevilha, de onde provinham as imagens europeias que deviam servir de referência aos indígenas e fundar a escultura nas Missões do Novo Mundo. Os achados de José Torres Revello têm sido significativos para provar essas importações que, no entanto, não têm podido ser confirmadas nas pesquisas de campo nas igrejas e nos museus das Missões, pelas quais a atenção foi se orientando cada vez mais para a produção de mão local. Uma das surpresas foi o achado de Cristina Serventi, entre os documentos publicados pela nossa Faculdade de Filosofia e Letras, das Cartas Anuais selecionadas, por Carlos Leonhardt³, da Carta Anual de 1626, que relata a confecção de um “famoso retábulo” em Santa Maria do Iguazú desenhado pelo padre Vicente Badía e executado por indígenas ajudantes de carpinteiros⁴. Esse documento permitiu ter a certeza de que na primeira metade do século XVIII havia retábulos de produção local já na maioria dos povos missioneiros. Dessa abundante produção escultórica dou conta em vários trabalhos publicados com os resultados de minhas pesquisas nos museus paraguaios, argentinos e brasileiros, nos quais

2. Sustersic, B. D.: *Templos jesuítico-guaranis*. Série Monográfica n°

3. Instituto de Teoria e História da Arte Julio Payró/ Faculdade de Filosofia e Letras/ Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina. 1999, 2ª ed. 2005, ISSN: 0328-9745. Carlos: Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán de la Compañía de Jesús (1615-1637) Documentos para a História Argentina. Igreja. Instituto de Investigações Históricas, Faculdade de Filosofia e Letras, Universidad de Buenos Aires, 1929, T. XX, p.291 y 292

4. Serventi, María Cristina: Tradición e innovación en la arquitectura de las primeras iglesias de las Misiones Jesuíticas de Guaraníes. Carta del P. Claudio Ruyer incluída na Carta Anua 1626-1627. En Bartomeu Melià, editor, Historia inacabada, futuro incierto. VIII Jornadas Internacionales sobre Misiones Jesuíticas de Guaraníes. Encarnación, Asunción: CEPAG, 2002, p. 286

5. Sustersic, B. D.: *Imágenes Guaraní-Jesuíticas. Paraguay-Argentina-Brasil*. Asunción, Paraguay: Centro de Artes Visuales / Museo del Barro. Editado 20 de julho de 2010. ISBN: 978-99953-869-4-8. Sustersic, B. D.: *Arte Jesuítico-Guaraní y sus estilos. Argentina-Paraguay-Brasil*. Série monográfica Nº 9, Instituto de Teoría e Historia da Arte Julio Payró/Faculdade de Filosofia e Letras/ Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina. 20011, ISSN: 0328-9745 de 2010. ISBN: 978-99953-869-4-8. Sustersic, B. D.: *Arte Jesuítico-Guaraní y sus estilos. Argentina-Paraguay-Brasil*. Série monográfica Nº 9, Instituto de Teoría e Historia da Arte Julio Payró/Faculdade de Filosofia e Letras/ Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina. 20011, ISSN: 0328-9745

surpreende a rica produção escultórica de mão autóctone praticada nos ateliers das Missões, antes da chegada do estilo barroco trazido por José Brasanelli, no final do século XVII. Em minha última obra, *Imágenes guaraní-jesuíticas, Paraguay, Argentina y Brasil*, não apenas apresento um inventário de parte daquela ampla produção, como consigo reconhecer a evolução estilística das diferentes correntes escultóricas que surgiram e reinaram naquelas oficinas na época⁵.

Os avanços alcançados por essas pesquisas, longe de esclarecer todos os mistérios das imagens das Missões Guaranis, nos permitem aproximar dos grandes enigmas da história da Arte desse período e que permanecem ainda sem se resolver – e o que é mais grave, sem tentativas de abordagem alguma. Entre os temas mais importantes e dos quais nada sabemos, figuram os três principais a seguir.

O primeiro é buscar uma resposta satisfatória ao dilema de como uma etnia que não conhecia imagens conseguiu, de repente, se afeiçoar a elas e de um modo que superou os brancos, em cuja cultura ancestral as imagens sempre desempenharam um papel muito importante. O segundo refere-se à reforma barroca trazida por Brasanelli e que, aparentemente, foi aceita pelos escultores guaranis de modo passivo, apesar das diferenças abismais quanto às formas simples, estáticas e verticais de pregas e ritmos das imagens esculpidas por eles, durante o século XVII. O terceiro diz respeito aos escultores guaranis, que já donos de um hábil ofício e do estilo barroco apreendido de Brasanelli e das imagens importadas de Europa, não se dedicaram a imitar a arte europeia, criando em estilo novo e diferente, que surpreende cada vez mais a posteridade.

As respostas, em sua maior parte teóricas a essas interrogações, provêm hoje das ciências antropológicas, as que acharam, nas teorias sobre o poder de Michel Foucault, a panaceia universal para todos os problemas surgidos na cultura missioneira dos guaranis e dos jesuítas. A crítica de esterilidade para essas perspectivas deve-se a que não trouxeram nenhum achado importante que permita continuarem sendo aplicadas nas pesquisas dos temas da arte desse remoto passado. Porém, a exploração da História da Arte com metodologias tradicionais, ou já renovadas, descobre um horizonte que vai se ampliando cada vez mais, a cada nova descoberta. A pesquisa dos três temas escolhidos oferece, como veremos a continuação, muitos exemplos para afirmar e confirmar essa conclusão.

AS PRIMEIRAS IMAGENS “HISPANO-BIZANTINAS” NAS MISSÕES, OU AS “IMAGENS CONQUISTADORAS”

Entre as mais antigas obras de arte que circularam nas Missões devem ser mencionados os retratos bizantinos ou hispano-bizantinos da Virgem, que os marinheiros venezianos distribuíam no Mediterrâneo e que passaram ao Atlântico e à América de modo pouco conhecido e pesquisado⁶. O fato incontestável é que, além do retrato da Virgem do Museu Histórico de Luján, com a data e a assinatura mais antigas das Missões e do Rio de la Plata, numerosos retratos da Virgem muito semelhantes circulavam durante o século XVII na Província Jesuítica do Paraguai, os que se contavam entre as primeiras imagens que conheceram os guaranis. Elas não foram impostas pelas armas, como as descritas por Serge Guzinski em *La guerra de las imágenes*, mas pelo aconchego dos seus olhares maternais, bizantinos⁷. Enquanto a “conquistadora” de Cortés “apoiou, legitimou e ultimou a empresa militar e terrena dos conquistadores”⁸, os retratos da Virgem dos guaranis convidavam aos encontros íntimos com Maria, a Tupa’isy ou Madre de Dios, ícone universal do culto à família e à maternidade.



Imagem da padroeira Nossa Senhora de Fé. As dobras do manto e da túnica são as tradicionais missioneiras do século XVII. Porém, o olhar provem das imagens “sedutoras” de estilo bizantino das primeiras décadas. Acha-se entronizada no altar da Igreja do Povoado de Sta. Maria de Fé. Foi talhada pelo menos uma década antes da chegada de Brasanelli ao povoado, em 1691

6. Manuel Trens: María. *Iconografía de la Virgen en el arte español*. Madrid, Ed. Plus Ultra, 1947, págs. 243 a 246.

7. Serge Gruzinski: *La guerra de las imágenes. De Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492-2019)* Fondo de Cultura Económica, reimpressão, México, 1995. A capa desta última edição leva a silhueta da Virgem de Guadalupe e a seus pés, como símbolos do seu poder, toda classe de armas, antigas e modernas.

8. *Ibidem*, pág. 44

9. Antonio Sepp:
Continuación de las labores apostólicas.
Buenos Aires,
Eudeba, 1973,
pág. 278

10. Guillermo
Furlong: *El trasplante cultural. Tomo II,*
Arte, TEA,
Buenos Aires,
1969, pag. 261.

11. Ladislao
Szabó: O húngaro
Ladislao Orosz
em terras
argentinas. 1729-
1767. FECIC,
1984, p. 69.
Também em
Sustersic, *Presencia de una imagen hispano-bizantina en América.*
Anuário 18
Academia
Nacional de Belas
Artes, Buenos
Aires, 1991,
Pág. 14.

12. Em meus
escritos anteriores
também sustento
essa suposição,
que agora admito.

No Museu Bogarín de Assunção, Paraguai, conserva-se, talvez um dos mais belos desses retratos. Na igreja dos Jesuítas de Córdoba, Argentina, venerava-se o mais importante com a invocação da Virgem da Paz. Desaparecido depois da expulsão, uma cópia do mesmo com a inscrição alusiva exibe-se no Museu jesuítico de Jesus Maria da Província de Córdoba. Outro exemplar encontra-se no Convento das Catalinas, também de Córdoba. O padre Antonio Sepp menciona a presença de um retrato da Virgem em um episódio falido da “conquista espiritual”: “*Tiraram a pintura a cores do retrato de Nossa Senhora, raspando, e o desfiguraram totalmente*”⁹. Porém o exemplar que melhor prova a popularidade da devoção dessas virgens bizantinas é uma placa para imprimir estampas, da Imprensa dos Niños enjeitados, com sua imagem, as três estrelas e a inscrição *Ntra. Sra. de la Paz*¹⁰.

Não apenas o exemplo de Habiýú de Itapua comprova que os guaranis escolhiam preferencialmente como tema de suas pinturas os retratos maternais da Virgem, mas também outro caso mencionado pelo padre Ladislao Orosz, numa carta escrita em Córdoba, em 1740, que diz:

“Tenho em minhas mãos um quadro de dois pés de altura, pintado por um dos índios. Representa um retrato da Virgem e provocaria admiração inclusive em Roma, pela sua execução e beleza”¹¹.

Apesar da grande difusão desses retratos da Virgem naquele tempo e do seu importante papel na fundação dos povos, pouco se sabe deles. Acreditava-se geralmente que a famosa “sedutora” do padre San Roque González era uma Imaculada de corpo inteiro pisando uma lua de quarto crescente¹². Contudo, é difícil pensar que essa imagem, segundo a pintam os artistas como iconografia principal do santo, pudesse influir no espírito dos guerreiros guaranis para sua conversão e redução em povos dirigidos pelos jesuítas. Na realidade, não há razão decisiva para acreditar que era uma Virgem de corpo inteiro com uma lua. Porém, muitos argumentos apoiam a hipótese de que se tratava de um retrato da Virgem, ao modo bizantino, com grandes olhos que comoviam como continuam comovendo aos que se deixam seduzir pelo seu profundo olhar maternal.

Um dos principais exemplos desses retratos é o que está no Museu Histórico de Luján e cuja data de execução e local de origem permitem presumir que se trata de uma valiosa cópia de mão guarani da Conquistadora do Padre Roque, com a qual o missioneiro fundou o povoado de Nossa Senhora de Encarnación de Itapua. A data 1615 da fundação, muito próxima a 1618 da execução da pintura de Luján, assinala mais que qualquer

outro dado que se tratava de uma cópia do quadro original, pintado pelo irmão Bernardo Rodríguez, que o padre Roque muito em breve levaria a outra de suas viagens apostólicas e que terminaram, dez anos mais tarde em Caaró, com a morte do missioneiro e a destruição da pintura. Mas então os taipuenses já teriam, graças ao empenho de J. M. Habiyú e a ajuda do irmão Luis Berger, uma cópia de sua fundadora.

Temos poucas notícias dela durante o século XVII. Podemos supor que essa mesma imagem de Habiyú foi vista por Brasanelli em 1718, justo cem anos após sua confecção, quando dirigia a oficina da nova igreja de Itapua, segundo a carta do padre Astudillo sobre sua visita a esta oficina dirigida pelo coadjutor jesuíta Lombardo.

A presença do irmão Brasanelli nos conduz ao segundo tema, à reforma barroca do século XVIII.

A REFORMA BARROCA DO IRMÃO JOSÉ BRASANELLI E A RESISTÊNCIA DOS ESCULTORES GUARANIS.

Não contamos com nenhum escrito de José Brasanelli que permita orientar o historiador sobre suas ideias em relação à arte. Apesar dessa falha, conhecem-se bastante bem os seus propósitos sobre a reforma barroca, graças aos abundantes escritos do seu companheiro de viagem à América, o padre Antonio Sepp.

O padre Sepp escrevia que pensava instaurar [...] a música segundo os métodos alemães e romanos, [...] antes da minha chegada, eles nada sabiam da partitura do órgão, do baixo sostenido, do baixo cantado [...] nada de música a dois, três ou quatro vozes. Segundo tenho ouvido, não se sabia nada disso em Sevilha ou Cádiz. Suas notas são notas inteiras ou médias de coral. Na Alemanha vende-se essa música para fabricar cartão”¹³.

“Deve-se saber que antes de minha chegada [...] tudo era feito ainda da maneira antiga, como o Antigo Testamento e a Arca de Noé, apesar de que deveria ser moderno, porque não temos nada melhor que a nova música”¹⁴.

O padre Sepp era sacerdote, “operário de índios” e, além disso, músico, enquanto Brasanelli era coadjutor, ou seja, um irmão dedicado a algum ofício, neste caso, construtor, pintor e arquiteto. A valorização de cada uma das artes segundo sua nacionalidade não era diferente em ambos, porque enquanto os germanos se destacavam na música, não se podia dizer menos

13. Leonhardt, Carlos: “La música y el teatro en el tiempo de los antiguos jesuitas del Paraguay”, em Estudios. Buenos Aires, fevereiro 1924. Citado por Furlong Guillermo S. J.: *Músicos argentinos durante la dominación hispánica*. Buenos Aires, Huarpes, 1944.

14. Sepp, Antonio: *Relación del viaje a las misiones jesuíticas*. Buenos Aires, EUDEBA, 1971, p. 203.

das esculturas de Bernini, das pinturas de Caravaggio, nem da arquitetura de Borromini. Que qualquer um dos dois pudesse ter algum apreço pelas artes autóctones era muito pouco provável, salvo que nesse reconhecimento se combinassem motivos religiosos, e não acadêmicos nem artísticos. Somente assim se pode entender que o padre Sepp aceitasse que dos primeiros ofícios natalinos participassem crianças guaranis vestidas à sua moda executando danças tradicionais e que nas suas obras pósteras, Brasanelli confeccionasse um retábulo sem imagens olhando para o céu em êxtase barroco, como em Santa Maria de Fé, ou que uma portada da sacristia talhada em pedra Itaqui fosse ornamentada, não com grotescos nem arabescos barrocos, mas como em San Ignacio Miní, com estilizações guaranis de borboletas sorvendo flores, nunca vistas até então na Europa nem na América.

O caminho da compreensão e aceitação da arte guarani foi, no caso de Brasanelli, difícil e longo. Também não lhe faltaram conflitos, especialmente nos primeiros tempos. Apesar de carecermos de documentação escrita, as notórias diferenças entre os retábulos dos povos de San Ignacio Guazú e Santa Maria de Fé assim o testemunham, sem dúvidas. Não se tratam de simples diferenças mas de claras e evidentes polémicas, sobretudo no caso dos olhares de êxtase barroco, presentes no retábulo inaciano e negadas e corrigidas nas imagens do povo vizinho de Santa Maria de Fé. A fidelidade dos escultores deste povoado ao estilo e olhar de sua imagem padroeira é comovente. Se é verdade que essa fidelidade provem da adesão às antigas imagens “conquistadoras”, também é verdade que nenhuma das numerosas mudanças no estilo das pregas introduzidas na evolução posterior tenha perturbado a ordem geométrica e a harmonia dessas pregas e roupagens com o olhar frontal de olhos abertos das imagens bizantinas das antigas “sedutoras”.

Assim pode testemunhar qualquer visitante, crente ou não, que na atualidade contemple a imagem da padroeira do povoado de Santa Maria de Fé, que do altar ainda impera e protege seus fiéis devotos com seu gesto e seu olhar. O mesmo não ocorreu com a Imaculada que presidia o retábulo de San Ignacio Guazú, a que ninguém protegeu da terrível repintura recebida no ano 2000. Depois de passar por várias aulas do colégio paroquial, terminou no museu sem merecer a veneração dos altares da imagem padroeira do povo vizinho.

Seu olhar de êxtase barroco dirigido ao céu teve algo a ver com essa falta de veneração? Essa ausência do sagrado, sensível ainda hoje para o visitante, é um vestígio da antiga polémica entre Brasanelli e os escultores

de Santa Maria de Fé? Ainda que não seja ele o seu autor, seu olhar para o céu representa com toda certeza o ideal do êxtase barroco que caracteriza as imagens de San Ignacio e de São Francisco de Borja expostas no Museu de San Ignacio Guazú e que pertenciam ao mesmo retábulo, como prova a antiga fotografia exibida na sala “Companhia de Jesus.”

Ainda que a polêmica que essas imagens documentam tenha sido extinta há séculos, seus ecos perduram e podem-se perceber nas imagens de ambos os museus, e sobretudo na afirmação do olhar da padroeira do povoado de Santa Maria, olhar e rosto não hispano-bizantinos, mas guarani-bizantinos.

Se foi consequência ou não dessa polêmica, não o sabemos, porém, uma vez instalados os retábulos cordobeses que, encarregado pelo padre Lauro Núñez, Brasanelli talhou com ajuda dos carpinteiros guaranis de Santa Maria de Fé, o irmão escultor foi transferido a San Borja, à outra margem do Uruguai, onde pode desenvolver sem obstáculo algum toda a estética barroca e berniniana do repertório trazido de Europa.

Ainda que nada tenha restado do templo, exceto algumas imagens, temos os surpreendentes relatos dos viajantes, em especial do jesuíta Jaime Oliver, que nos permitem reconstruir essa extraordinária igreja, onde Brasanelli chegou aos limites da possibilidade de adaptação de um templo de madeira às ideias barrocas mais avançadas de sua época. Para isso, construiu uma grande cúpula, belos retábulos, todos dourados com prodígios de imagens, nuvens e anjos em voo. Porém, nada sabemos da recepção guarani a esta arte barroca dificilmente assimilável à sua mentalidade.

A presença guarani logo se faria sentir no próximo destino de Concepción, onde Brasanelli dirigiu a construção de uma imensa fachada de pedra, a primeira das Missões, com seis importantes nichos para suas imagens barrocas. Mas, no lugar das mesmas, entronizou seis imagens de escultores guaranis no estilo geométrico da padroeira de Santa Maria de Fé, de dobras simétricas e olhar bizantino. O que teria ocorrido? Nenhum documento esclarece, porém ali estão para testemunhar as imagens dessa fachada demolida, três no Museu Histórico de Luján, Província de Buenos Aires, uma em Concepción e outra em Apóstoles, Província das Missões, faltando uma que não foi possível localizar.

No destino seguinte, Loreto, localizava-se a oficina de maior produção dirigida por Brasanelli. Suas imagens são muito difíceis de estudar, pois foram dispersas nas guerras pela independência dos guaranis com o

15. Como nenhum Retábulo permanece da igreja desse povoado, devemos nos basear nas reconstruções hipotéticas que se podem realizar a partir das imagens do museu. Do grande retábulo central temos a reconstrução de Estela Auletta e Cristina Serventi, “Una devoción belga en las misiones jesuíticas de guaraníes”; en: Sustersic, *Arte Jesuítico Guaraní y sus estilos*. Pág. 118. Com as cinco imagens de Brasanelli, que são a admiração do mesmo museu de Sta. Maria de Fé, de um estilo e tamanho muito semelhantes entre si, é possível reconstruir outro retábulo menor, lateral, hoje também desaparecido e que constitui nossa hipótese sobre o passo de Brasanelli por esse povoado, antes de sua última viagem à Mesopotâmia argentina, San IgnacioMiní e Santa Ana.

Paraguai e o Brasil, que causaram sua destruição e as dos demais povoados da Mesopotâmia argentina. A etapa seguinte foi Itapua, que provavelmente conheceu a pintura de Habiyú. Ainda que não passe de simples conjectura, é possível que a veneração da imagem que sempre olhava para o fiel lhe fizesse compreender os motivos da preferência do povo guarani por esses retratos da Virgem-Mãe.

Do destino seguinte, Santa Rosa, provém sua obra-prima: o grupo da Anunciação. No Arcanjo Gabriel, o escultor jesuíta desenvolveu todo o seu conhecimento do estilo e da mentalidade guarani, ou seja, simetria e frontalidade, e na sua relação com Maria, o afeto e a reciprocidade que não encontramos em nenhum conjunto religioso, nem longinquamente, parecido como das Missões. Ainda que seu autor fosse europeu, uma obra assim só poderia surgir no ambiente e na sociedade missioneiros.

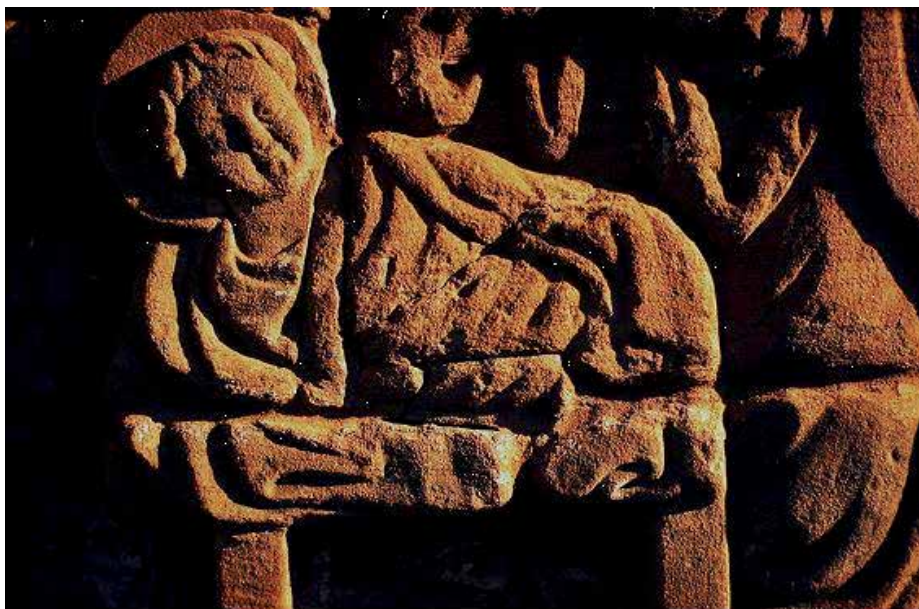
As imagens que na continuidade Brasanelli talhou para o povo de Santa Maria de Fé resultaram ser sua despedida e seu testamento. Como nada restou das talhas e dos retábulos seguintes, de San Ignacio Miní e Santa Ana, as de Santa Maria são as últimas que conhecemos de sua mão. É muito importante a descoberta de que as cinco imagens de Brasanelli em Santa Maria de Fé integraram o mesmo retábulo, apesar das pequenas diferenças de tamanho¹⁵. Todas têm seus olhos contornados por grandes pálpebras, o São Miguel, o São José e especialmente a Santa Bárbara. A Virgem da Candelária central parece influenciada pela antiga imagem da padroeira do povoado, já que, por uma única vez, a escultura de Brasanelli, adota a pose frontal e os olhos abertos sobre os devotos em oração.

Será possível que essa grande mudança tenha sido produzida pela pintura de Habiyú, supostamente contemplada durante vários anos em Itapua, ou será que a motivou a mesma imagem padroeira desse povo de Santa Maria de Fé? Ou essa mudança teria sido o resultado independente de maior compenetração de Brasanelli para com as características da mentalidade guarani? Nenhum documento esclarece algo a esse respeito. Temos somente as imagens que nos transmitem suas mensagens com a evidente esperança de que possamos nos comunicar através delas com o artista que as esculpiu, com o povo guarani crente, e supostamente com as personagens celestes invocadas nas talhas. Também é evidente que o retábulo celebra a conclusão daquela polêmica iniciada 30 anos atrás, na chegada do escultor às Missões. Podemos chamá-lo então de “o retábulo da reconciliação” do irmão Brasanelli com os guaranis de Santa Maria de Fé.

A SÍNTESE DAS IMAGENS BIZANTINAS, DAS TRADICIONAIS GUARANIS E DO ESTILO BARROCO.

Poucas vezes na História da Arte tem se dado uma síntese de estilos tão complexa e interessante como a do último período das Missões. Ela pode ser contemplada em numerosas imagens e sobretudo nos semidestruídos frisos da igreja de Trinidad. Lamentavelmente, o estado dos mesmos é muito diferente de como estavam quando pude apreciá-los e fotografá-los em 1980, ano em que começaram os trabalhos de restauração nas ruínas do templo. O uso inadequado de um produto nobre para as restaurações, como é o polaroide, por exemplo, resultou nefasto na aplicação em altas densidades sobre a pedra arenosa, arenito ou itaqui, que precisava ser protegida.

A água das chuvas abundantes da região das Missões que penetra nas paredes não pode evaporar por essa cobertura de polaroide, produzindo o desprendimento das capas superficiais impermeabilizadas, que são como a epiderme das imagens. A repetição do tratamento, para esconder essas perdas, levou a danificar e até quase destruir algumas imagens, como testemunham as sucessivas fotografias comparadas das últimas três décadas passadas. Um exemplo é o notável Menino Jesus adorado pela Virgem no presépio. Enquanto das partes do seu rosto atualmente não se distingue



Menino Jesus de roupas e olhar em “estilo bizantino”. Friso dos anjos músicos da igreja em ruínas de Trinidad del Paraná. Centro do setor do friso do Cruzeiro oeste, parede sul

rasto algum, as primeiras fotografias obtidas dos andaimes quando se aplicava o discutido produto de restauração o mostram com a face voltada para o espectador e os olhos bem abertos, ao modo bizantino.

Parece um anacronismo difícil de entender e aceitar que nas florestas do Paraguai surja esculpido um Menino Jesus em “estilo bizantino” com o corpo todo coberto, os pés e mãos, exceto a cabeça que se sobressai da coberta para olhar para o espectador. Porém, talvez o mais notável é que essa imagem, esculpida em pedra itaquí, repete o gesto e o olhar das imagens que converteram os seus antepassados há um século e meio, quando lhes foram mostradas pelos missioneiros. A fidelidade do povo guarani para com essas imagens “sedutoras”, apesar das sucessivas mudanças de estilo na arte das Missões, é um verdadeiro prodígio de constância que não se conhece em nenhum outro caso. A fotografia que o testemunha constitui um importantíssimo documento, pois sem ela seria impossível reconstituir um acontecimento tão inverossímil como é a permanência do estilo bizantino das antigas imagens conquistadoras frente à avalanche da estética barroca considerada, ainda hoje, o coroamento supremo da arte das Missões.

Algumas das outras imagens do friso, especialmente as quatro Imaculadas, acompanham esse gesto de total frontalidade, apesar de que seus panos se aderem, ainda que sem exageros, à estética das dobras barrocas. O mesmo pode-se dizer dos anjos turiferários que perfumam a Virgem com suas nuvens de incenso. Porém, os anjos instrumentistas, os arpistas, os violinistas, os violonistas ou os quatro anjos dançantes com maracas, têm sido esculpidos em um estilo sem precedentes que é, definitivamente, uma criação guarani. Parece tão inverossímil que uma nação americana, procedente da floresta, pudesse, ao filo da dissolução de sua sociedade, criar um novo estilo, e talvez por isso os historiadores da arte até hoje não se conscientizaram dessa fulgurante aparição.

Não achamos em nenhuma tradição artística do passado com o que comparar essas figuras de anjos músicos – cuja harmonia americana (pré-colombiana) obtida pelas pregas de composições geométricas, mas com o olhar frontal e a doçura dos sorrisos bizantinos –, tanto dos arpistas, violinistas e demais instrumentistas desse conjunto sagrado que merece figurar não só nos altares mas também nos museus mais importantes do mundo. Não é exagero nem hipérbole que localizemos essa obra, do ponto de vista artístico, no ápice da história da Arte americana, e do ponto de vista religioso, como a mais alta expressão de sinceridade e fé da arte cristã de todos os tempos.



Anjo arpista do friso dos anjos músicos da igreja em ruínas de Trindade del Paraná. Apesar do desgaste geral, sobretudo da cabeça, no rosto aparece algo do sorriso das “imagens sedutoras” bizantinas. Sua total frontalidade e a geometria das pregas destacam a concepção e a mão de obra absolutamente guaranis

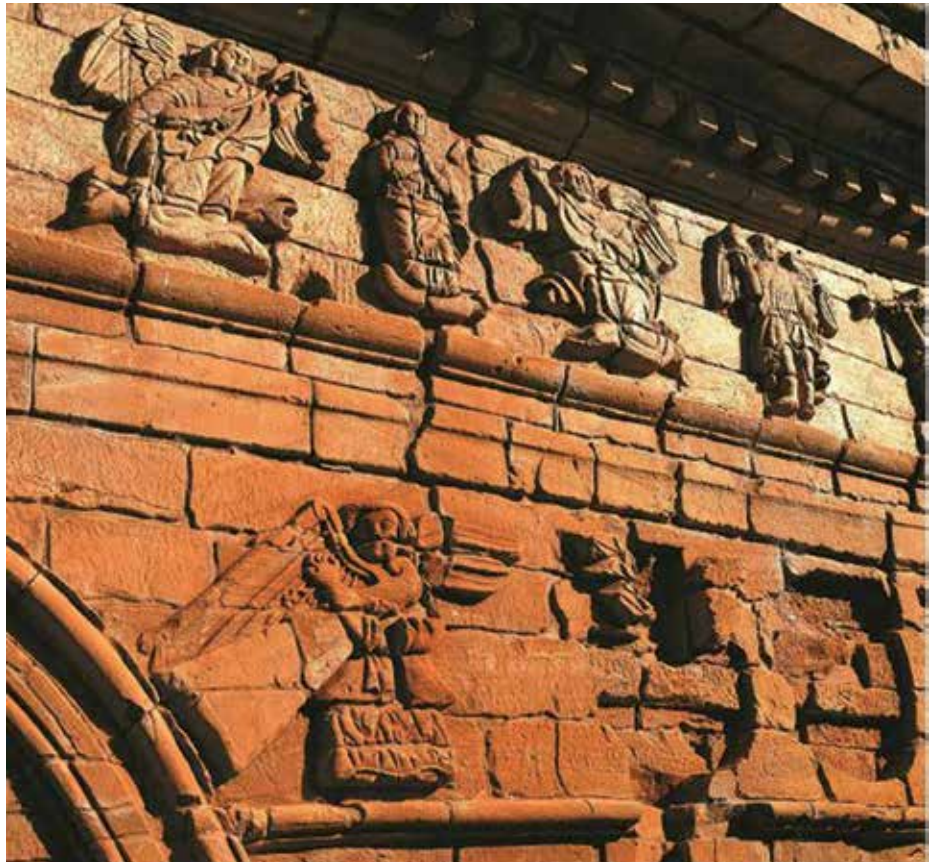
Pouco se poderia acrescentar a essas conclusões, salvo a tentativa de responder à pergunta que intriga os visitantes na saída de um museu missionário: Qual é o segredo da atração dessas imagens que as distingue das demais imagens da arte religiosa colonial ou do restante da produção dos santeiros da arte popular da região?

Esse impacto não é apenas fenômeno do passado, quando a fé religiosa parecia ser mais forte. São inumeráveis os exemplos de visitantes modernos que saíram impressionados com a visita aos museus e ruínas das antigas reduções. Um exemplo constitui os dois comoventes livros escritos pelo

16. Gianni Baldotto; Antonio Paolillo: *El Barroco en las Reducciones de Guaraníes, Provincia del Paraguay 1609 – 1768*. Treviso, Italia, 2004.
Gianni Baldotto: *Angeli Perduti nell'Arcadia Guaraní*. Treviso, Italia 2006

engenheiro italiano Gianni Baldotto, depois de sua viagem às missões de Guaraní. Essas obras representam provavelmente a última e mais recente testemunha da longa série dos viajantes que visitaram impactados as Missões¹⁶.

A pergunta das causas dessa comoção dos visitantes dos distintos continentes abrange, pela sua amplitude, as diferentes ciências do homem. A etnografia, a antropologia, a sociologia e a psicologia social teriam sua clara participação nas respostas. Talvez elas explicassem porque as famílias guaraní preferiam viver juntas nas longas casas comunais e não em moradias individuais. Talvez compreendêssemos melhor a carta do município de San Juan pedindo ao rei que os padres jesuítas permanecessem à frente dos povoados. Ou também entendêssemos, ainda que apenas



Um setor do friso dos anjos músicos de Trinidad. Corresponde à ala direita, oeste, do presbitério. A Virgem Imaculada, por sua frontalidade e seu sorriso, lembra as imagens “sedutoras” bizantinas

curiosamente, porque alguns padres, como Pedro Escandón, rezavam suas últimas orações em língua guarani. Entretanto, enquanto a História da Arte não participar desse apelo, todas as respostas serão parciais e incompletas. Só ela tem condições de pesquisar o processo da alquimia em que surgiu essa arte missioneira, síntese da que participou também a milenar cultura bizantina através das imagens maternais e “sedutoras” dos seus primórdios. Só a História da Arte como ciência poderia explicar que, nessas imagens guaranis que hoje impressionam nos museus e cuja contemplação convoca visitantes de distintos continentes, assomam os genes de um estilo milenar que foi recebido pelo povo guarani como algo próprio de sua mentalidade e de sua cultura.

Essas imagens missioneiras com fásca de olhares bizantinos expressam o já inexpressável na arte ocidental: o conjuro da eternidade frente ao simples gesto do episódio real. A eternidade e a história conseguem, por fim, não se contrapor, mas serem amalgamadas pelo artista guarani em suas criações mais felizes, como são sem dúvida esses frisos do templo de Trinidad del Paraná.

AS MISSÕES JESUÍTICAS COMO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

Ramón Gutiérrez*

* Arquiteto.
Pesquisador da
História da
Arquitetura e
a Conservação
do Patrimônio.
Diretor do
Centro de
Documentación
de Arquitectura
Latinoamericana
(CEDODAL).
Pesquisador
do CONICET.
Argentina

A presente dissertação está vinculada às ideias de inovação e desenvolvimento potencial que suscita o tema das Missões Jesuíticas de Guaranis e de Chiquitos, hoje um eixo nas propostas do MERCOSUL cultural, como tema básico e de estruturação orgânica para definir itinerários e políticas em comum entre nossos países.

Uma das primeiras coisas que me parece fundamental termos clareza é que o projeto das Missões Jesuíticas de Guaranis se formula num contexto de inovação para as duas partes envolvidas, simultaneamente: os jesuítas e os guaranis. Trata-se pois de um projeto de conformação em comum, em que os fenômenos de transferência e de transculturação agem também em ambas as direções. Situação essa que devemos repensar e revisar, e sobre as quais vou apresentar a seguir algumas razões históricas.

Em primeiro lugar, a Companhia de Jesus tem uma linha de ação fundamental chamada “a formação dos seletos”, ou seja, a capacitação de pessoas que vão influir na sociedade e portanto atuar eficazmente na possibilidade de aperfeiçoar os valores culturais, sociais, econômicos e políticos dessa sociedade. Vale dizer que a ordem educativa constitui o plano central na Companhia de Jesus, predominando neste sentido, portanto, a formação dos colégios, universidades e noviciados, isto é, tudo aquilo que representa sua vinculação com a educação. Assim, por exemplo, as estâncias de Córdoba que são patrimônio da humanidade, são na realidade elementos que ajudam na manutenção econômica do sistema educativo dos jesuítas. Por outro lado, a visão dos jesuítas sobre como evangelizar as comunidades indígenas privilegia a modalidade do que eles chamavam “*entradas*”. Entrada significava o ato de pregar uma, duas ou três vezes por ano. Diferentes religiosos entravam, predicavam e retornavam ao colégio, à cidade.

Portanto, quando o vice-rei Toledo lhes pede no último tercio do século XVI, pouco antes da chegada dos jesuítas ao Vice-Reino do Peru em 1572, que assumam o comando das Missões da zona do Altiplano Peruano em

torno ao lago Titicaca, eles dizem que não. Argumentam que sua função não é fazer Missões nem assumir a organização dos povos indígenas como reduções, já que sua tarefa principal não estava vinculada a essa atividade. Nesse momento, o vice-rei Toledo envia uma carta ao rei dizendo que transfira os jesuítas de América, que sua presença aqui não serve porque não cumprem com as necessidades que nesse momento a Coroa precisa. Além disso, a zona do Altiplano Peruano era uma área que pertencia à Coroa, portanto não tinha encomenderos, sobretudo na área de Chucuito, importante para o rei, o que complicava a situação.

Isso dá origem a uma complexa negociação, até que finalmente os jesuítas aceitam assumir a condução do povo de Juli. Consideram a negociação não como uma Missão ou uma redução, mas como o que chamavam um “seminário de línguas”, onde podiam ensinar e também aprender as línguas indígenas das diferentes zonas onde tinham que fazer suas entradas: língua de Mojos, língua de quéchuas, aimarás e puquinas. Era uma forma inteligente que lhes permitia capacitar seus próprios religiosos para uma ação de comunicação com o mundo indígena. Há que se levar em conta que os jesuítas, com essa ideia de formação de uma elite, haveriam de fundar, em Cuzco e noutros setores, colégios para os filhos dos caciques, já que eles seriam também caciques e teriam, portanto, influência assegurada na sociedade.

Funda-se, em 1576, o Seminário de Línguas de Juli, que tem impacto extraordinário, porque os jesuítas percebem o processo de deterioração dos povoados com a perda da população indígena mais jovem indo trabalhar nas minas de Potosí. Eles verificaram que esses indígenas partiam e geralmente não retornavam a seus povoados, pois a mortalidade era muito grande ou porque os que tinham condições de continuar nesse duro trabalho optavam por ficar. Essa desagregação da mão de obra jovem provocou uma desestruturação geral dos povoados, e rapidamente deteriorou o processo reducionista iniciado pelo vice-rei Toledo.

Ao contrário, o sucesso de Juli verifica-se na mobilização da população. Começa com 3.500 habitantes que em uma década chegam praticamente a mais de dez mil. Todos os indígenas queriam ir para Juli, o que gerou a chamada “Roma americana”, pela ideia de ser um centro privilegiado, pois os Jesuítas começam a apresentar soluções um pouco heterodoxas. Por exemplo, o que chamavam de o índio de *bolsillo* consistia no pagamento de um indígena de outro local para trabalhar nas minas de Potosí, evitando assim a

saída de outro indígena de seu povoado. Ou seja, eles protegiam os indígenas de Juli para que permanecessem lá mesmo, dessa forma consolidando sua estrutura populacional.

A ideia do laboratório de aprendizado, a exigência de limitar a permanência dos espanhóis no povoado indígena, a verificação do drama do que significava estar perto do caminho Real (porque os indígenas eram obrigados no trabalho a tráfegar e carregar as coisas), enfim, tudo isso constituiu uma experiência fundamental para entender as posteriores exigências das Missões do Paraguai. Isso porque de Juli vai sair, durante a reitoria de Diego de Torres, a ideia de formar as Missões no Paraguai, em 1609/1616, quando são enviados os jesuítas Cataldino e Masetta, que fundarão San Ignacio Guazú. Nessa perspectiva podemos entender que a experiência alcançada em Juli com a língua, o manejo com os indígenas na busca de uma coesão, na ideia de libertá-los do serviço da encomienda ou mita, de controlar o comércio com os espanhóis, a busca de lugares que estivessem afastados do tráfego habitual dos caminhos reais; assim, todos esses elementos são experiências acumuladas e marcam uma inovação, porque os jesuítas entendem que não bastam as entradas, é preciso pensar as Missões e proteger o mundo indígena.

Essa é a inovação dos jesuítas, mas também há a inovação dos guaranis, povos de caçadores, povos nômades que se transformam em sedentários, o que implica assegurar a possibilidade da subsistência.

O povo é caçador porque em definitivo vai em busca do que lhe garanta o alimento, e na medida em que isto não se assegure, evidentemente, a mobilização desses povos nômades fica comprometida. Tudo isso implica, por outro lado, a unificação de setores indígenas de diversos grupos étnicos, e com isso a necessidade de unificar linguagens, de formas de comunicação, de integração etc. No caso de Chiquitos, na Bolívia, os Jesuítas têm que inventar uma nova linguagem chiquitana, pegando os dialetos de cada etnia, que são muitos, e assim gerar uma nova situação de comunicação que estimule a integração grupal.

Há uma ideia muito clara nos jesuítas, a de potencializar o que representam suas características de identidade e a identidade fundamental é a do idioma. Isso marca um signo que vai permanecer durante toda a vigência das Missões e que será o ponto de dissidência mais importante para com as ordens do rei. Nesse ponto, os jesuítas não acatarão a ordem do rei, que é de formar os indígenas no idioma castelhano. Eles os formam em gua-

rani, e em guarani serão publicados os primeiros livros. O guarani será o idioma que persiste e até hoje se mantém no Paraguai, nas zonas do litoral argentino e do Oriente boliviano, como um primeiro ou segundo idioma, de mesmo nível do castelhano.

Outro ponto fundamental é a organização da produção. Nesse aspecto, os jesuítas tiveram que inovar quase tudo. Eram bastante habituais os problemas de planejamento que afetam esse tipo de organização a curto e longo prazos. A dificuldade se apresentava nos hábitos dos povos caçadores, que lhes proporcionava o equilíbrio sustentável diário e permitia-lhes resolver o problema cotidiano com os recursos que possuíam. Demorou muito a ser instalado o planejamento, e são muitos os relatos que narram como os indígenas comiam de imediato o boi, se lhes facilitava tornar o trabalho mais eficaz.

Outro fator importante é a vontade dos jesuítas de captar os elementos próprios da cultura guarani, o que significava dar valor ao trabalho comunitário: o respeito à condição étnica, o respeito pelos caciques (responsáveis por formar nos povos de Missões o cabildo indígena, para tomar as decisões da comunidade).

As inovações afetaram as duas partes e nos fazem pensar numa realidade que interagiu permanentemente e exigiu situações criativas de valor diverso, de diversa lucidez e de acumulação de experiências. Se há algo que se pode valorizar claramente nesta condução dos jesuítas é sua capacidade de planejamento, a contingência em acumular essas experiências que foram se dando e a busca de alternativas para os projetos que se sucederam.

Outro tema que caracteriza os jesuítas é a noção do território. São eles os que fazem cartografia localizando e identificando rios, zonas de produção, afluentes, zonas de comunicação, caminhos; é deles a consciência do espaço territorial. Elemento importante, porque, como a Ordem dos Jesuítas chega tarde em relação às outras ordens religiosas que aportaram na América Latina, e por seu caráter de Companhia de Jesus, ou seja, um caráter militar de origem, eles são destinados às áreas fronteiriças, de conflito, portanto, o conhecimento do território era um dos elementos essenciais. Nesse processo de inovação e desenvolvimento produzem-se mudanças na produção e no consumo. Diversifica-se a produção na agricultura, na pecuária, no artesanato, nos serviços, ou seja, há uma circunstância organizativa quando se consolidam e se estruturam os 30 povos da zona guarani do Paraguai. Esses 30 povos vão interagir, produzindo coisas diferentes, e os

sistemas de troca e interação entre eles formam uma economia integrada que é a base de um crescimento potencial. Trata-se de uma economia que se dá com um grau de autonomia a respeito dos mecanismos habituais do sistema colonial, que a converte em suspeita. São afirmados como elemento fundamental a sustentabilidade, a partilha de roupa e de comida todas as semanas; origina-se ao mesmo tempo uma forma de produção familiar para os indígenas e outra para Tupambaé (Deus). Esse recurso econômico lhes possibilita ter um excedente para pagar ao rei o tributo e, assim, o direito de exceção dos sistemas de encomenda e mita. Com esse recurso conseguem, em 1743, uma Cédula Real, com a qual os indígenas das Missões ficam isentos de ir à encomenda para trabalhar com os fazendeiros crioulos ou espanhóis. No sistema de encomenda, que afetava todos os povos e reduções, o indígena era entregue a um fazendeiro para o qual trabalhava, e o fazendeiro pagava em seu nome o tributo ao rei, mediante o reconhecimento do trabalho do indígena.

Como corolário desse processo, os jesuítas livram 150 mil indígenas de servir como mão de obra e esta é a raiz de um conflito permanente com crioulos e espanhóis. Por isso, as Missões Jesuíticas, no Paraguai particularmente, terão sempre a ameaça daqueles que sentem que uma mão de obra e a oportunidade de ganhar maior riqueza lhes foram tiradas. A isso, agrega-se a eficácia dos missionários na organização produtiva, por exemplo, quando os jesuítas inovam no sentido de não terem que se deslocar 200km para utilizar as plantações naturais de ervas de Maracayú, mas produzirem mudas que lhes permitissem fazer suas próprias plantações do produto, um dos de maior demanda na época. Além disso, evitavam viajar para zonas de floresta, que causavam alto índice de mortalidade nos indígenas e uma série de complicações, do ponto de vista da produção. O que fazem os crioulos e os espanhóis? Exigem do rei permissão à produção dos jesuítas, pondo um limite na quantidade para evitar a competitividade.

Os jesuítas têm que organizar também um circuito de comercialização: a Procuradoria de Missões, localizada na Manzana de las Luces, controlava de algum modo os fluxos econômicos e a forma de circulação, mas cada um dos colégios jesuítas nas diferentes cidades eram também bocas de vendas desse mecanismo de comercialização.

A economia interna dos povos era integrada e complementar. Em Yapeyú ficavam os estaleiros para as embarcações fluviais, alguns povos ministravam as estâncias de gado e noutros predominavam as plantações

agrícolas, em diversos locais tinham-se instalado as oficinas onde se confeccionavam as imagens, os barris, os concentravam à produção têxtil; isto é, havia um modo de enfrentar e ver esse projeto como uma questão de caráter geral, e isso é uma criação notável e definitiva de um processo inovador numa economia colonial.

O discurso dos jesuítas baseado nessa evangelização buscava o ensino e a persuasão por meio da captação dos sentidos, e isto coincide muito com o pensamento barroco (em suas ideias fundamentais, onde o protagonismo do indígena, a participação e a persuasão são elementos chaves do universo barroco). Tal aspecto se manifesta através das expressões que estão consubstanciadas nas experiências dos próprios indígenas: a música, o canto, os coros, as danças, e organiza-se através do mecanismo de rituais e processões que não são somente de caráter religioso. Sabemos que as pessoas se reuniam com tambores na praça e organizados para sair em marcha para o trabalho, tanto nas unidades de produção familiar, quanto nas unidades de produção do Tupambaé. Isso não implica dizer que as inovações não

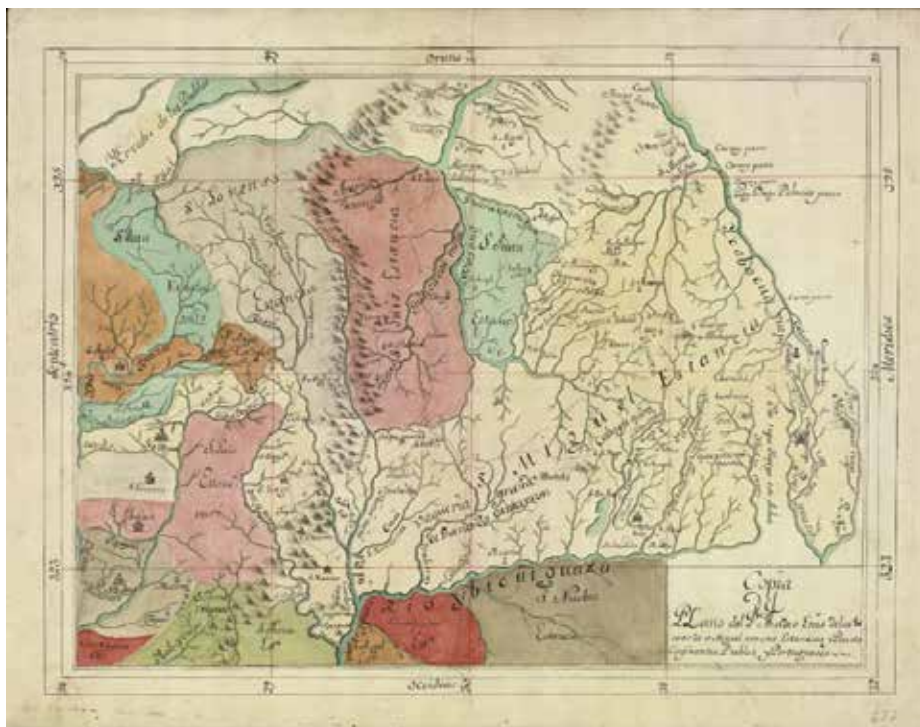


Foto 1. Plano cartográfico do jesuíta Tadeo Enis correspondente ao território das estâncias do povo de San Miguel, cujo gado sustentava a alimentação de muitos povos da região

atuaram em certas questões conflitivas entre os hábitos indígenas e a moral religiosa, porém nesses temas imperou a flexibilidade do processo educativo. Por exemplo, um dos temas-chaves foi o da poligamia e conseguiu-se depois de muitos anos que as moradias coletivas fossem divididas e organizadas em grupos familiares.

Outro tema foi o do alcoolismo. A chicha foi substituída pelo consumo de erva mate e essa substituição foi um dos fatos que modificou os hábitos indígenas. Há uma potencialização de valores particulares dos próprios guaranis, por exemplo, a noção do sagrado, já que no mundo indígena o sagrado não se desvincula do secular, pois todas as atividades têm um sentido religioso. Assim, a paisagem tem vinculação com o religioso e os elementos da natureza jogam nessa cosmovisão. A relação com a natureza e o manejo do meio ambiente que os jesuítas captam dos guaranis seriam aplicados nas Missões. Organizam-se estruturas novas do ponto de vista familiar, por exemplo, o cotyguazú, um alojamento para as “viúvas”, assim chamadas porque seus companheiros estavam trabalhando fora do povoado na navegação, nos estaleiros ou nas estâncias. No cotyguazú organizava-se um sistema de oficinas de produção têxtil, onde as tecedoras permaneciam até o retorno do marido. Ou seja, havia todo um mecanismo de reorganização.

Também são importantes os novos comportamentos, como o respeito à hierarquia e ao planejamento; estamos falando de povos de entre três mil a oito mil habitantes com dois jesuítas, um sacerdote e um irmão com alguma habilidade específica. Não havia, portanto, a possibilidade de uma situação de controle muito estrito; quem quisesse podia retornar à floresta.

O sentido solidário, comunitário, é o tema chave sobre o qual se constrói essa base social e cultural das Missões. Há uma carta escrita em guarani pelos caciques de São Luis, em 1769 (após a expulsão dos jesuítas), e enviada ao rei da Espanha, na qual lhe dizem o seguinte: “*Queremos que os Padres voltem, porque queremos viver como eles nos ensinaram, onde todos nós atendemos a todos, e não como vivem os espanhóis, onde cada um atende apenas o seu*”. Essa carta marca o que significa o mecanismo de ensino e formação jesuíta. Nisso tudo há que se destacar algo que os jesuítas cuidam muito: o exemplo pessoal de conduta, de respeito, e eles atuam como árbitros dos conflitos, tratando de desenvolver a personalidade dos próprios grupos indígenas.

A ideia de proibir a radicação dos espanhóis nos povoados tem a ver com a experiência de Juli. Eles não vão permitir que pessoas que não pertençam ao grupo indígena permaneçam mais de três dias no povoado e em

uma localização específica. Proíbe-se o comércio. A manutenção do idioma guarani não era apenas elemento de estruturação, mas de afastamento quanto ao que significava o outro circuito e a outra maneira de ver as coisas.

Os jesuítas tiveram conflitos com a autoridade política e civil, com os espanhóis e os crioulos fazendeiros pelas razões já explicadas, conflitos com os bispos que quando chegavam a algum desses povoados diziam que qualquer uma daquelas igrejas era melhor que suas catedrais, e esses conflitos eram uma forma de enfrentamento e de fazer crescer sua organização. Tudo isso leva, em 1767, o rei Carlos III a dizer, na sua Real Cédula de expulsão dos jesuítas, que o faz por razões guardadas no seu real peito. Porém, devia dizer no seu real bolso, porque o que realmente fez foi ficar com os bens dos jesuítas para resolver os problemas financeiros da Coroa. Por isso a expulsão dos jesuítas, da Espanha e de toda a América, está muito vinculada aos problemas econômicos da Espanha nesse momento, depois de várias guerras europeias.

Os jesuítas também organizam um mecanismo de regulação da população. Quando um povo ultrapassava a três mil habitantes, era habitual que o dividissem e que gerassem um novo povoado para manejar o abastecimento. A mortalidade era muito grande quando havia epidemias, e para isso também se criavam novos sistemas. Por exemplo, criava-se um espaço provisório para os infectados, outro acampamento para os familiares que poderiam ter sido contagiados, e mantinham-se no povoado os sadios. De tal forma que havia “povoados hospitalares” funcionando paralelamente. Muito importante era a distribuição de mantimentos, de carne, de roupa etc., para a qual havia um sistema de organização, assim como também o reconhecimento do território com os postos das estâncias, os aquedutos, as fontes naturais de aproveitamento, as cisternas de água, entre outros. Isso é um tema que é preciso lembrar quando pensamos no Patrimônio das Missões: não simplesmente uma somatória de vilarejos, mas um território em sua complexa gama de organização.

○ APRENDIZADO, OS SERVIÇOS E OS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO

O desenvolvimento dos ofícios artesanais é realmente notável se pensamos que se trata de indígenas que jamais tinham trabalhado a pedra e que conseguiram obras de grande qualidade. Só nos últimos anos da presença dos jesuítas nas Missões localizaram-se fornos que permitiram fazer abóbodas de pedra e tijolo e construir paredes de grande tamanho.

É o momento em que se tenta cobrir os templos com abóbodas e cúpula, substituindo assim o antigo sistema de coberturas de madeira.

O método educativo e a transmissão do Evangelho realizavam-se em seu próprio idioma e considerando seu sistema de pensamento. Em algum momento, um dos jesuítas menciona que é mais fácil explicar o mistério da Trindade aos guaranis que aos espanhóis, porque os primeiros pensam na unidade e tudo faz parte da unidade. O dois é a divisão do um e não o um mais um. Portanto a Trindade nesse conceito pode ser perfeitamente parte do um. Organizam-se imprensas que são um século anteriores à primeira que existe no Brasil e que foi instalada em 1808. Ou seja, em Santa Maria e em Loreto aparecem imprensas que fazem livros em guarani e gravuras com tipos de madeira fabricadas pelos próprios indígenas. Os mesmos jesuítas teriam imprensa em Córdoba apenas em 1765. A imprensa das Missões foi a primeira que teve o Vice-reinado do Río de la Plata.

A Biblioteca de Candelária tinha 2.500 livros, incluindo os livros de medicina mais importantes dos séculos XVI e XVII e os mais notáveis livros e tratados de arquitetura. Pode-se deduzir que se tratava de um projeto educativo e de formação de longo prazo.

A expulsão dos jesuítas provoca uma mudança fundamental. A administração política imposta pela Coroa se baseia em um sistema dual, um atende a economia e o outro atende a parte de evangelização e religião. Assim, mandam um religioso de outra ordem, que geralmente não sabia falar guarani, e colocam um administrador da Coroa cuja tarefa principal era fazer o leilão dos bens que pertenciam a esses povos e depois, com frequência, vão saqueando os povoados. Fazem um leilão fraudulento dos bens, muitos pertencentes aos jesuítas, que são comprados por pessoas vinculadas ao leiloeiro. Além disso, rompe-se com a ideia da economia integrada e pretende-se que cada povoado seja autossuficiente e produza tudo o que é necessário para viver, o que leva à deserção populacional, à imigração e à destruição dos povoados.

É importante advertir que essa experiência das Missões dos jesuítas com os guaranis é diferente da que eles tiveram em outras partes da América do Sul, o que demonstra um sentido pragmático, cujo planejamento se fez não através de um modelo rígido para ser aplicado em toda parte, mas em função de algo contextual que vai se aperfeiçoando. Há, portanto, todo um processo de aprendizado até a sua consolidação. Por exemplo, há uma nítida proximidade do método usado com os guaranis ao aplicado em

Mojos e Chiquitos, onde é possível observar uma vinculação e articulação do projeto.

Por outro lado, a organização da zona de Mainas, entre o Peru e o Equador, é diferente. Ali, dada a impenetrabilidade da floresta, o rio é o elemento de vinculação e as aldeias se localizam às suas margens, o que significa dizer que o mecanismo se baseia na manutenção aperfeiçoada do próprio assentamento dos indígenas. Deslocando-se ao Sul, para o arquipélago de Chiloé, os jesuítas fizeram as chamadas “Missões circulares”, construindo igrejas em diferentes ilhas, onde começam a realizar as entradas. Faziam um percurso anual para batizar, organizar festas paroquiais e sempre deixavam um “fiscal”, uma pessoa da comunidade encarregada de reunir o povo aos domingos e fazer as orações. Os mecanismos de resposta são segundo as condições próprias da cultura, do meio geográfico etc. É interessante entender isso pra que se perceba não se tratar de um modelo imposto de fora, mas de um processo de elaboração em função dos condicionantes de cada um dos locais.

ANÁLISE DE ALGUNS EXEMPLOS DESTAS MISSÕES QUE SÃO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Alguns dispositivos e iconografia permitem complementar os conceitos históricos e culturais antes enunciados. Nas inovações também há que se incluir o plano do povoado missioneiro. Tomando como modelo o plano que o padre Peramás realiza no exílio, no final do século XVIII, pode-se ver que seu desenho corresponde à ideia central de um plano que se encontra no arquivo da Companhia de Jesus, em Roma. Nele aparece um modelo diferente ao sistema de distribuição da terra por lotes ou quarteirões, habitual na cidade hispano-americana. Aqui, o quarteirão é na realidade cada uma das casas, que são coletivas e subdivididas, construídas com esforço próprio e ajuda mútua; não se trata de propriedade privada, pertencem à comunidade que as construiu para uso de cada família indígena. A terra e a moradia são adaptadas e modificadas em função das necessidades e das mudanças da própria família.

A praça aparece como elemento estruturador do conjunto e sua parte posterior demarca um limite. Diferentemente das cidades espanholas que podiam crescer nos quatro sentidos, o povoado pode crescer em três sentidos, porque há uma cerca marcando a localização da igreja de um lado, do cemitério pelo outro lado, e do colégio e residência dos padres na parte

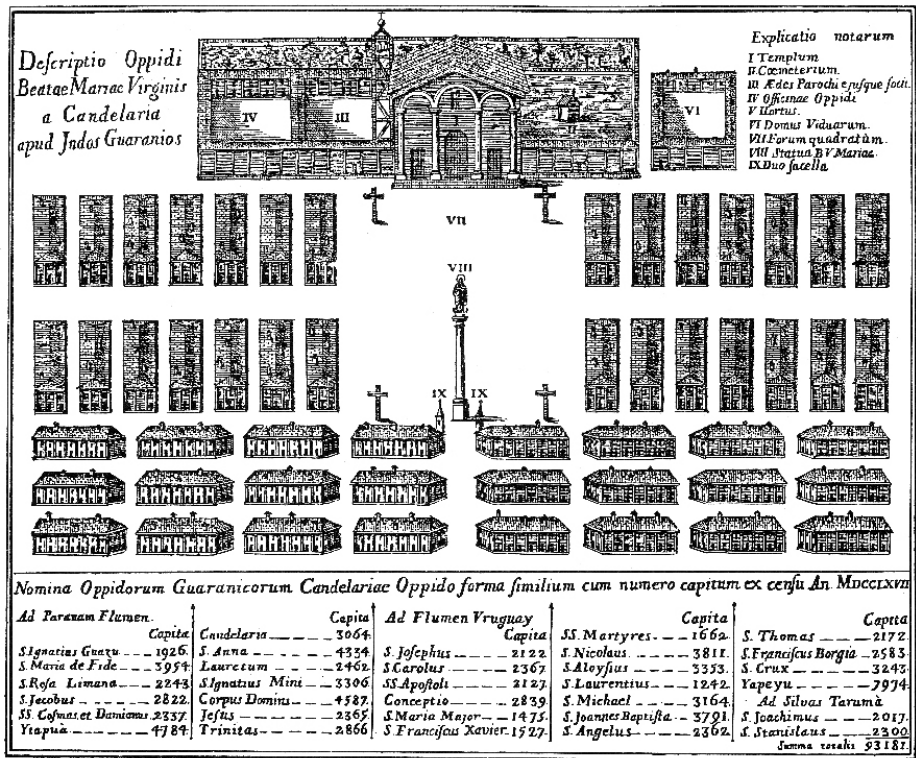


Foto 2. Plano das Missões, referente ao povoado de Candelária, onde ficava a administração central das mesmas. Foi realizado pelo padre Peramás, durante o seu exílio, logo após a expulsão dos jesuítas

posterior. Por trás desse conjunto encontra-se a horta, uma espécie de laboratório onde se fazem transplantes de espécies europeias e desenvolvem-se e estudam-se as próprias espécies americanas. O ingresso ao povoado se dá pela rua principal que leva à igreja, e na praça há duas capelas, chamadas “capelas de mortos” ou “capelas de miserere”, onde se realizam os rituais funerários. Há também quatro cruzeiros colocados nos ângulos que correspondem, no mundo americano, às chamadas capelas “posas”, onde habitualmente se ensinava o catecismo.

Toda a atividade desenvolvia-se na praça, o que é muito barroco no sentido de que marca a ideia do teatro do mundo, onde tudo acontece: o trabalho, a festa, a alimentação, a praça sendo uma espécie de grande cenário com um único privilegiado espectador: Deus. Esses elementos, junto com outros, como as ermidas ou oratórios dedicados ao Santo Isidro Labrador e também as capelas dedicadas à Virgem de Loreto, marcam a diligente devoção dos jesuítas.

Havia também a hospedaria, que recebia viajantes por um máximo de três dias, e ainda o cotyguazú, localizado ao lado do cemitério, pois os jesuítas só permitiam aos caciques serem enterrados dentro da igreja os religiosos da Ordem, e em alguns casos – embora, a rigor, as lápidas encontradas dos caciques pertençam ao período pós-jesuítico.

O plano de São João Batista que se encontra no Arquivo de Simancas, na Espanha, mostra provavelmente a entrada dos exércitos portugueses e espanhóis no povoado, quando combatiam os indígenas missioneiros guaranis, em 1756. Podem-se ver por um lado, perto da igreja, a banda de músicos com seus instrumentos e também os torneios a cavalo e os espectadores colocados diante do colégio, o que indica a notável complexidade das funções que aconteciam na praça. Uma reconstrução de Léonie Mathis de San Ignacio Miní mostra essa festa lúdica e cotidiana parecida com uma espécie de futebol que jogavam as crianças guaranis e que está registrada em algumas crônicas dos missioneiros.

A documentação que temos das igrejas até agora é mais próxima do período pós-jesuítico que dos planos originais dos jesuítas. Esses planos do Arquivo Geral da Nação em Buenos Aires são dois exemplos. A planta da Igreja de San Ignacio Miní está mostrando o momento em que se deve acomodar a cobertura de madeira com uma sustentação nos arcos e colunas de madeira que dividiam as três naves. Menos conhecido é o plano do Colégio de Mártires onde ficam a igreja e o pátio com suas diversas funções. Essa documentação nos fala da importância de fazer uma adequada recopilação dos registros que existem das Missões, porque nos ajuda a entender não apenas como foi pensada na sua origem, mas como foi se modificando ao longo do tempo.

Trinidad é o conjunto de maior envergadura no Paraguai e seu templo foi, sem dúvida, a culminação de um processo de desenvolvimento tecnológico. No momento em que foi achado, perto do povoado de Jesus, o forno de cal permitia a construção das moradias e do templo em outra escala, e totalmente em pedra e tijolo. Há que se pensar que para nós na Argentina, a pedra da Igreja de San Ignacio Miní é um simples cercado e não suporta a pressão da cobertura da igreja, que era sustentada pelos pilares de madeira embutidos dentro das paredes do cercado.

Por outro lado, podemos ver com clareza as potencialidades que tinha essa descoberta tecnológica. Também mostra-nos um processo arquitetônico que se desenvolve numa primeira fase nitidamente vinculada ao adobe e

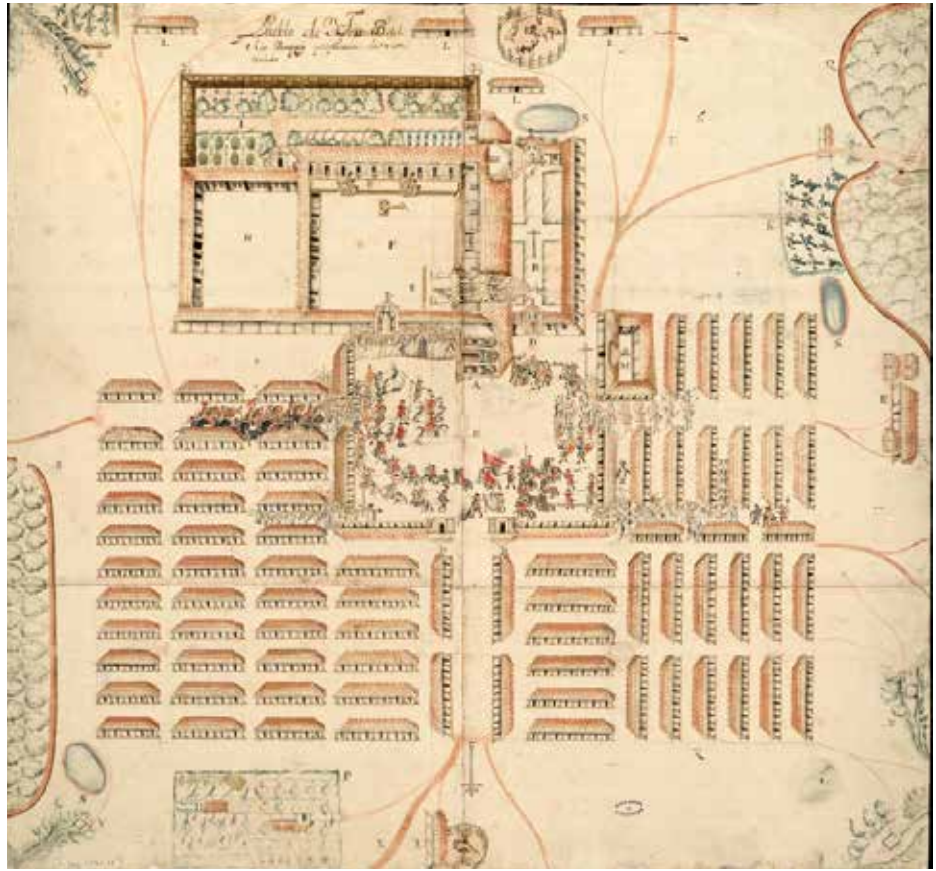


Foto 3. Plano do povoado de San Juan Bautista (hoje no Brasil) durante o conflito dos exércitos da Espanha e Portugal contra os guaranis. A utilização festiva da praça. Arquivo de Simancas (Espanha)

à madeira, e logo passa a um sistema estrutural mais complexo. Existe outro plano da igreja, provisório, que os indígenas fazem, quando o administrador do povoado de Trinidad decide tirar algumas pedras para sua casa, resultando na derrubada da cúpula e da cobertura do templo principal. O cacique, então, pede autorização para fazer um novo templo, e é este projeto que nos mostra a insistência dos indígenas em manter os seus elementos.

Nas Missões orientais, hoje, no Brasil, o templo de São Miguel é o mais importante que se conseguiu realizar, por meio de um projeto do padre Prímoli, com fachada terminada pelo arquiteto espanhol Hermano Grimau com um pórtico. Esse prédio nos mostra o ponto mais avançado da arquitetura. A igreja termina com uma única torre e ao mesmo tempo aparece esse pórtico como um elemento interessante, que se destrói no século XIX.

evidentemente, não se animaram a cobri-la com abóbodas de pedra ou tijolo. A igreja de São Miguel tem um pedaço arruinado no ano de 1780, ou seja, 20 anos depois da expulsão dos jesuítas, e já não há no povoado artesãos que possam reconstruir essa parte. Esta situação os leva a Buenos Aires, em busca de um mestre de obras correntino que saiba falar o guarani e que possa resolver o problema, e também lá contratam o escultor para refazer o retábulo que havia caído.

Ou seja, 20 anos depois, os magníficos artesãos que estavam nas Missões tinham-se dispersado e alguns se encontravam trabalhando em Correntes, em Buenos Aires, no Paraguai etc.

A experiência das Missões mostra que as formas guaranis e europeias de construir se dão as mãos. Discutia-se, ao final do século XVIII, se a igreja dos jesuítas em Assunção teria ou não que ser demolida. O engenheiro espanhol Julio Ramón de César elaborou um plano mostrando o sistema de cobertura com abóboda feita em madeira, utilizando as vigas, ou colunas, que suportassem a estrutura. Essas abóbodas de madeira foram empregadas primeiramente em Assunção, depois em Córdoba, onde podem ser

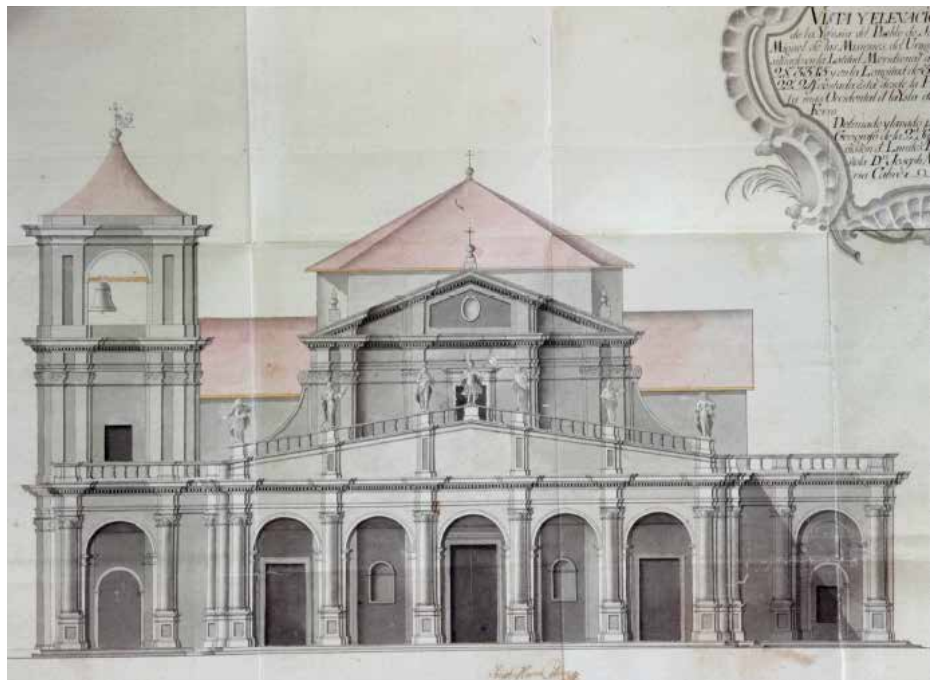


Foto 5. Igreja de São Miguel das Missões, desenhada pelo engenheiro militar José María Cabrer. Arquivo do Itamaraty. Rio de Janeiro

vistas na Igreja da Companhia, posteriormente em Salta e na Igreja de la Merced (antigamente, dos jesuítas), na cidade de Santa Fé.

O habitual nas Missões da região guaraníca, em Mojos e em Chiquitos, será sem dúvida o sistema de construção em que se faz a armação de colunas e cobertura e se levantam os muros delimitando o espaço. A qualidade dos espaços interiores, seu tratamento cromático, suas texturas e o manejo da luz são valores irrefutáveis nesses templos. As descrições que temos de Santa Rosa, no final do século XIX, e de outros viajantes, mostram o apogeu da pintura mural, ou em São Rafael de Chiquitos, onde os revestimentos da capela maior com malacacheta produziam reflexos que iluminavam os templos. A ideia de persuasão, de surpresa, a sensualidade que apela aos sentidos visuais e comove e o cenário dos fenômenos que não se podem explicar geram o assombro próprio do barroco.

Esse tema nos apresenta novas leituras e necessariamente novos olhares sobre o barroco. Percebe-se claramente que há um olhar italiano de Brasanelli e dos jesuítas europeus sobre o barroco, mas também há um olhar guaraní que toma e transforma os elementos a partir de sua própria ótica. São circunstâncias diferentes e mudanças formais que expressam os mesmos conceitos de persuasão, mobilização e sensibilização próprias das manifestações conceituais de um mundo barroco que em tempo e espaço é capaz de assumir as obras romanas e as manifestações do sul de Alemanha, tão diversas em forma e conceito.

Por exemplo, essas gravuras são feitas por um dos indígenas das Missões, reproduzidas de um livro europeu, mas em um contexto local e com a tecnologia possível. Foram realizadas em 1705 nas Missões, impressas nas doutrinas pelos indígenas. Podemos entender o valor do que isso significava, porém temos que entender também sua causalidade, quer dizer, eram instrumentos da evangelização, uma dúzia de livros feitos nas Missões, os vocabulários, os dicionários, os elementos transmissores dessa cultura compartilhada. É uma marca singular para toda a região, portanto merece ser considerada e valorizada patrimonialmente. Há edições europeias e também missioneiras como o catecismo da língua guarani impresso na Espanha em 1630 e em Santa Maria la Mayor em 1724. Há também desenhos feitos pelos guaranis copiando notavelmente páginas de cantoriais.

O padre Buenaventura Suárez instala em São Cosme e Damião, no Paraguai, um observatório astronômico construído pelos guaranis que edita um “Lunário de um século” e tem correspondência com o de Munique e o

de Nanking, na China. A ideia de poder valorizar o que implicou cientificamente esse projeto se pode ver também na permanência de relógios de sol em São Cosme e Damião ou em La Cruz, em Corrientes. Isto demonstra que havia uma preocupação de caráter astronômico e de olhar o universo a partir do seu próprio local, como que revalorizando a importância do lugar.

Essa cultura tem outra expressão superior nas obras do Paraguai natural, do padre Sánchez Labrador, que estudou os peixes, as aves, a botânica etc. Assim, aparece outro elemento de potencial contemporaneidade, se recuperamos o que era a medicina natural que os guaranis e os jesuítas modelaram. Cabe perguntar, por que não temos nas Missões uma farmácia onde se utilizem esses elementos, e por que não somos capazes de recuperar esses saberes próprios dos indígenas que os jesuítas registraram? Da mesma forma com que transmitimos o que significava para jesuítas e guaranis a imaginária, deveríamos comunicar esses outros saberes e experiências da cultura missioneira. Temos muitas coisas pendentes no desenvolvimento e podemos nos preocupar com a qualidade da melhoria de vida que podemos oferecer.

Em relação às bibliotecas e à cartografia dos jesuítas, hoje se tem feito na Argentina o grande esforço de recuperar as bibliotecas dos colégios da Ordem e tem se formado um fundo importantíssimo com o que ficou. Há muito mais na Biblioteca Nacional ou na Biblioteca de Córdoba. A ideia de ter a capacidade de entender o mundo guarani manifesta-se na magnífica cartografia que existe e que foi gerada pelos jesuítas, às vezes manuscrita, às vezes impressa. Temos uma enorme quantidade de elementos de conhecimento em território, graças aos ditos mapas. Esses elementos poderiam ser utilizados em exposições, na criação de museus e centros de interpretação. A identificação da Rota Jesuítica, os livros e guias, mais a consagração pela UNESCO dessas Missões como patrimônio da humanidade, são os aspectos possíveis de se apresentarem num palco em que deveríamos atuar. Porém, deveríamos atuar com a acumulação de experiências tanto positivas quanto negativas. Se não acumularmos experiências, sempre estaremos começando de novo e isso faz parte do subdesenvolvimento.

Temos que aperfeiçoar a difusão e a comunicação colocando as coisas num contexto de museu adequado. Isso implica saber valorizar o que temos feito bem e o que temos feito errado. Acredito estarmos num ponto de partida do século XXI, no qual é possível recuperar muito dessa memória. Para nós, desenvolver significa também recuperar os ofícios dos artesãos, como se vê na zona de Chiquitos, recuperar os utensílios, os instrumentos musi-



Foto 6. A recuperação dos Ofícios nas Missões Jesuíticas de Chiquitos (Bolívia), uma das ações para impulsionar o desenvolvimento regional com a ativa participação da população

cais, a imagem dos antigos músicos e dos coros, os festivais e a mobilização e participação da população. Quando se recuperou San Ignacio de Mojos, os jesuítas voltaram após 200 anos e levaram um irmão religioso que sabia fabricar violinos e que começou a ensinar, como nos séculos passados, às crianças, possibilitando a recuperação dos ofícios, do amor pela música e a recriação das expressões culturais. Isto significou uma mudança substancial na busca de ratificar valores culturais que estão na descoberta de muitas partituras copiadas posteriormente, a expansão de muitos músicos indígenas e a recuperação de âmbitos e espaços. É importante recuperar, como o faz pedagogicamente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil, ações de oficinas de arqueologia para crianças, cadernos didáticos, tarefas educativas que vão integrando a população nessa valorização do seu patrimônio.

Acredito que há aqui uma tarefa postergada que implica pensar o patrimônio das Missões como um patrimônio que deve ser assumido plenamente pela comunidade.

Até agora, temos privilegiado os investimentos para os turistas talvez com a luz e o som estejamos mais perto do espetáculo que da valorização real de nosso patrimônio. Em alguns casos tem se conseguido uma aproximação do mundo guarani às Missões, e isto é muito importante. Também se conseguiu, no caso do Brasil, recuperar terras próximas às Missões para evitar o cerco que as populações adjacentes provocam.

Falta entre nós, muitas vezes, a vontade política e as decisões que implicam colocar o projeto em um plano prioritário. Temos conseguido valorizar a erva mate, sua plantação e seu reconhecimento. E, sobretudo, tem se conseguido manter o espírito solidário do trabalho, as formas de comunicação, a festa, o reconhecimento dos valores sociais e culturais desses povos.

Temos falado nesta dissertação do passado e de um processo evolutivo. Porém, cabe refletir no significado dessa experiência em nosso mundo de hoje, sobre como podemos pensar esse patrimônio para que seja capaz de melhorar a qualidade de vida, de transladar os valores implícitos nesse projeto que, com certeza, constitui o mais interessante de toda a América do Sul colonial, em termos de sua potencialidade e das possibilidades culturais e criativas que gerou.

Evidentemente, a preocupação no Brasil, como no Paraguai, na Argentina e no Uruguai, de entender este fenômeno como algo cultural, territorial e regional é o ponto de partida que exige cada vez mais uma valorização científica e um conhecimento real de como agir sobre essa realidade. Os museus, os centros de interpretação, as formas de comunicação devem ser feitas com uma qualidade e um conteúdo capazes de motivar, entusiasmar e transferir aqueles valores essenciais. Pensemos que a imagem não é o barroco. O barroco é a relação da comunidade com a imagem, o barroco era definitivamente o que gerava e motivava a imagem, e essas imagens continuam sendo hoje elementos vivos da participação coletiva, da valorização dessas comunidades e são, portanto, parte dos temas que temos que entender. Seu valor não está apenas em sua condição artística, mas também no valor imaterial do que significam as relações com as crenças, os mitos, os modos de vida.

Sobre a base da inovação, da mudança, de refletir sobre o desenvolvimento a partir desses valores que estão implícitos e cujas potencialidades são enormes, acredito que podemos pensar nas Missões Jesuíticas como um patrimônio para ajudar no desenvolvimento de nossa região guaraníca que abrange territórios de uma base cultural comum.





O PATRIMÔNIO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PLANO DE GESTÃO DE COLÔNIA DO SACRAMENTO

Virginia Pereira Corbo e Nelsys Fusco Zambetogliris***

RESUMO

O bairro histórico de Colônia do Sacramento, inscrito na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1995, apresentou em fevereiro deste ano o seu Plano de Gestão ao Comitê de Patrimônio Mundial. Este trabalho pretende expor de forma sintética o conteúdo e os principais aspectos do processo de elaboração desse Plano de Gestão, considerando como eixos do relato o papel da participação cidadã na concepção e na elaboração do documento, a visão integral do sítio patrimonial e os programas de gestão para ele propostos.

* Licenciada em Ciências Antropológicas. Comissão do Patrimônio Cultural da Nação, Ministério de Educação e Cultura, Uruguai.

** Licenciada em Ciências Antropológicas. Comissão do Patrimônio Cultural da Nação, Ministério de Educação e Cultura, Uruguai.

PALAVRAS-CHAVE

Colônia do Sacramento, Gestão, Patrimônio, Plano de Gestão, Comissão do Patrimônio Cultural da Nação, Participação da comunidade, Conservação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa dar a conhecer o Plano de Gestão da Colônia do Sacramento, apresentado à UNESCO em 25 de janeiro de 2012. Uma experiência em que a comunidade local e a acadêmica souberam encontrar um caminho de união entre as autoridades locais e nacionais em prol do bem-estar da comunidade e a conservação dos bens patrimoniais.

ANTECEDENTES

A Colônia do Sacramento alberga diferentes momentos do passado de nosso território. Os vestígios pré-históricos, os europeus e os crioulos somam-se aos contemporâneos, ilustrando-nos sobre identidade e costumes.

A presença portuguesa iniciará o protagonismo comercial do Rio da Prata; de seu porto ingressam e saem costumes e produtos. O núcleo urbano murado estende-se ao interior do território por toda a área rural portuguesa e ao exterior, pelas águas da baía e suas ilhas. A água transporta pessoas e mercadorias, é o cenário medular do comércio, dos enfrentamentos e dos combates, guardando os segredos em inúmeros naufrágios e bens perdidos ao longo do tempo.

OS PIONEIROS E A DECLARAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

“Entramos por sobre as ruínas, que indicavam que em algum tempo foi um povoado rico e opulento... Esse povoado era cercado com um fosso pelo lado do campo, mas apenas restou um portão de pedra de cantaria de granito... As ruas e quarteirões são irregulares e cortados por prédios atravessados que não configuram o plano de nossos povoados: também, as muitas portas e janelas com gelosias indicam claramente ser obra dos portugueses... Há pouca população, e acredito que não passam de cinquenta famílias: isso porque as ruas e a praça estão repletas de ervas, abundando principalmente o espinafre...”, desta maneira Dámaso Antonio Larrañaga descrevia, em 1815, a Colônia do Sacramento.



Vista do rio (Adolphe D'Hastrel, 1845)

E em 1864, a autoridade política da época solicita a seu assessor don Luis Gil a redação de um relatório sobre a origem e fundação da cidade de Sacramento e as causas do seu estado ruinoso e constante retrocesso.

Nessa oportunidade registram-se as lembranças dos poucos espanhóis da vizinhança, a tradição oral e os poucos antecedentes escritos, sabendo-se ao mesmo tempo que a maioria dos arquivos se encontram em cidades da Argentina e do Brasil (Azarola Gil, L. 1931).

Inicia-se o fim do século e com ele, em nosso território se aprofundam os estudos vinculados ao passado material e imaterial. Horacio Arredondo começa a se interessar pelos vestígios monumentais de nossa história (Fusco, N., 1995). O arquiteto Fernando Capurro descreve e documenta a Colônia do Sacramento, enquanto em 1937, o diretor do Liceu Don Carlos Westein motiva aos alunos M.A. Odriozola, E. Assandri, E. Massobrio e R. Badel a confeccionarem uma maquete onde se representava a cidade no ano de 1762, e que se encontra atualmente no Museu Municipal Prof. Bautista Rebuffo.

Sobre essas bases, em 1968 solicita-se ao Poder Executivo a formação de uma Comissão para se encarregar de sua reconstrução, que se concretiza pelo Decreto de 10 de outubro de 1968, ao se criar o Consejo Ejecutivo Honorario para la Preservación y Reconstrucción de la Antigua Colonia del Sacramento. Originalmente, “teria uma composição eminentemente técnica, mas logo a política teve um peso superior ao técnico”, manifestou Odriozola na obra de Diego Blixen.

A primeira tarefa foi acondicionar o muro, lhe seguiram o Museu Espanhol, o Português e a Casa do Vice-Rei (Blixen, D., 2005).

Culminada a década de 1980, o cenário de Colônia do Sacramento era propício para ser solicitada a sua incorporação à Lista do Patrimônio Mundial, o que se concretizaria em 1995.

Anos depois começa a exigência de um Plano de Manejo para todos os sítios do Patrimônio da Humanidade, uma solicitação da UNESCO ao Uruguai no 26 COM do Patrimônio Mundial (Budapest, 2002), que se concretizaria em janeiro de 2012.

Em novembro de 2002, a Sociedade de Arquitetos do Uruguai Filial Colônia, por iniciativa da arquiteta coloniense Mariela Armand Ugon, no exercício da presidência, organizou o II Encontro Nacional de Recuperação Patrimonial, em Colônia do Sacramento. Seus objetivos primordiais eram convocar a comunidade local e nacional para um debate de estudiosos,

profissionais, técnicos e responsáveis dos organismos públicos e ONGs sobre os valores patrimoniais, e buscar critérios para a sua gestão. A partir desse fato, houve um antes e um depois na abordagem da Gestão do Sítio. (GADBHI, 2012).

Em 2011, a organização de tarefas e a **formação de equipes técnicas**, realizadas pela Comissão do Patrimônio Cultural da Nação por meio do arquiteto Nelson Inda, permitiram o desenho da estratégia capaz de concretizar essa solicitação e sua aprovação durante a 36ª COM do Patrimônio Mundial, celebrada em São Petersburgo, em 2012.

PLANO DE GESTÃO

Elaborado de acordo com as diretrizes da UNESCO, o Plano aborda em oito capítulos e 42 anexos: os atributos que configuraram o valor universal e excepcional do sítio, o objeto do Plano de Gestão, a delimitação da Área de Atuação, um Diagnóstico da situação atual com base no olhar urbanístico, arqueológico, paisagístico, ecológico, humano e turístico. Finalmente, definem-se a Estrutura de Gestão, os Instrumentos e os Programas de Atuação necessários para a futura administração do sítio.

“O presente Plano de Gestão tem que ser entendido como parte de um sistema conceitual de desenvolvimento, que integra o Plano Local de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de Colônia do Sacramento, de natureza departamental e acorde com os planos nacionais de ordenamento territorial, que se particulariza num Plano Parcial do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento. Este, de acordo com o Plano de Gestão, será desenvolvido como “Plano Urbanístico e de Proteção Patrimonial da Cidade Histórica”. (Simon, 2012 in: Management Plan for the Historic Quarter of Colonia del Sacramento, 2012: 11).

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Em razão da solicitação de assistência do estado uruguaio ao Comitê de Patrimônio Mundial, aprovada em 2009, e atendendo às necessidades de um desenvolvimento integral do Bairro Histórico, foram contratados dois técnicos internacionais para colaborar na formulação do Plano de Gestão. Para tanto, a UNESCO designa o arquiteto Ciro Caraballo como consultor para o planejamento da participação pública e cidadã.

Além disso, em outubro de 2010, foi assinado um acordo entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC), através da Comissão do Patrimônio Cultural da Nação (CPCN), e a Intendência de Colônia (IC). Ambas as instituições comprometiam-se em colaborar mutuamente e trabalhar de forma conjunta no processo de elaboração do Plano de Gestão, para o qual se entendeu necessária a criação de uma equipe diretora formada por um titular e um suplente da CPCN, a IC e o CEHCS.

Esse acordo teria como propósito liderar a elaboração do plano em relação à metodologia, à institucionalidade e aos aspectos legais. Em atendimento ao espírito que lidera esse processo: “Nunca se deve esquecer que o patrimônio é um bairro, suas casas e ruas, uma paisagem, um subsolo com vestígios arqueológicos, onde há autoridades para o seu governo e especialistas para sua pesquisa. Porém, o essencial é seu significado para a sociedade e o apreço que ela sente pelo ‘seu’ patrimônio, herança de seus pais” (op. cit), que buscaram e geraram, nesse momento e na atualidade, todas as instâncias possíveis para assegurar a participação ativa da sociedade.

É nesse sentido que se convocaram dezenas de instituições públicas e privadas durante a elaboração do plano, para voltarem suas ideias de forma verbal ou escrita em diferentes reuniões e entrevistas com os encarregados de elaborar o plano. Em 24 de agosto de 2011 realizou-se a apresentação do manifesto do Plano de Gestão, quando as autoridades que lideraram o processo expuseram os objetivos e avanços do mesmo e estimularam a participação cidadã. A mostra, baseada em 25 painéis sobre os diferentes aspectos do Plano, foi exposta durante um mês no Bastión del Carmen – localizado no Bairro Histórico. Centenas de visitantes deixaram suas apreciações num livro disposto para esse fim, e outras pessoas, além de cerca de 48 instituições acorreram à Oficina Técnica, sede do Plano de Gestão, para participar com suas ideias, inquietações e propostas.

O assessor da UNESCO *Ciro Carballo* foi um entusiasmado mobilizador nesse aspecto orientando-nos na abordagem do planejamento com uma visão prática do patrimônio como bem social, considerando a sociedade como participante ativo e “imprimindo um sentido de pertencimento que faz mais viável as ações” (*Missão Experto* *Ciro Carballo*, 2011). Aspectos que foram plasmados nas oficinas realizadas com adultos e jovens da comunidade de diferentes bairros da Colônia do Sacramento.

OBJETIVOS

São objetivos gerais do Plano de Gestão: a proteção e revalorização do patrimônio legado; respeitar sua autenticidade e integridade; contribuir para uma visão integral do sítio; favorecer os processos de integração social e de apropriação dos valores de identidade da população coloniense. Assim, assegurar a sustentabilidade das ações propostas e incentivar a participação cidadã na tomada de decisões; requalificar e equilibrar os recursos patrimoniais, coordenar as administrações públicas com responsabilidade no sítio e somar ao setor privado com boas práticas de atuação.

“O Plano de Gestão é o instrumento mais importante com que podem contar o Bairro Histórico e seu entorno qualificado para realizar um manejo integral de desenvolvimento. Por meio do plano sistematizam-se os modos de atuar presentes e futuros, com uma proposta que integra as diferentes competências legais das instituições e responsabilidade no Sítio Patrimonial, compatibilizando-as numa Visão Integral do Polígono de Atuação. A Visão sintetiza as ideias tácitas a serem formuladas e documentadas que nossa geração imaginou e imagina o futuro. As propostas baseiam-se na convicção de que o habitat do homem é um organismo vivo e vivível, voluntário e coletivamente organizável e adaptável”. (Management Plan for the Historic Quarter of Colonia del Sacramento, 2012: 14)

ÁREA DE ATUAÇÃO: POLÍGONO DE ATUAÇÃO

A elaboração de um plano integral foi possível graças à abordagem que leva em conta a estreita relação do Bairro Histórico com o território imediato, a área fluvial, o sistema insular e alguns enclaves mediterrâneos de relação funcional, histórica e paisagística.

“O total da área é o universo territorial do Plano de Gestão: o Polígono de Atuação. É a manifestação territorial da vida cotidiana colonial desenvolvida no mar, na cidade e no campo. A Zona de Influência do Polígono de Atuação, considerada para ações eventuais, complementa o território específico do Plano de Gestão, formando em seu conjunto o Sítio Patrimonial. (Management Plan for the Historic Quarter of Colonia del Sacramento, 2012: 45)

O polígono de atuação está confirmado pelo Bairro Histórico, a área de amortecimento terrestre, a área de amortecimento fluvial e uma zona de influência. O Bairro Histórico localiza-se numa península que limita com o



“Polígono de Atuação”

Rio da Prata e a este com a Rua Ituzaingó (a poucos metros de onde levantava-se o muro, que hoje se encontra em parte reconstruído). Suas coordenadas geográficas são $34^{\circ} 28'04''$ de latitude sul e $57^{\circ}51'12''$ de longitude oeste. Compreende 9,7 hectares, com 33 quarteirões e 5 praças, modestas construções portuguesas e outras de influência popular do ecletismo europeu. De longe podem-se ver as torres da Igreja e o farol, únicas construções de altura destacada. A importância e o porte das árvores configuram parte da silhueta da paisagem. Historicamente compreende o recinto amuralhado que ocupava a praça forte, cidade-fortaleza e cidade-porto.

A área de amortecimento terrestre está delimitada pela Rua Ituzaingó, a Av. Artigas e o Rio da Prata e compreende cerca de 52 hectares. Moldada no século XIX e estruturada mediante o sistema quadriculado, adquire suas características atuais no século XX com a Av. General Flores como eixo vertebral e centro comercial. De arquitetura diversa, unificada pela presença das bananeiras plantadas no início do século XX, historicamente compreendia a zona rural próxima à cidade amuralhada.

“Durante a época colonial, a relação dialética entre extramuros e intramuros estava fundada no sistema produtivo e no sistema defensivo,

os quais cresciam ou decresciam nas épocas de paz ou de conflito, respectivamente. No que se refere ao sistema produtivo, a cartografia indica a existência, desde o primeiro quarto do século XVIII, de chácaras, quintas, hortas e um moinho. No que se refere ao sistema defensivo, a cartografia indica a existência de baterias e guardas. Tanto no sistema produtivo quanto no defensivo, implicava para seu funcionamento a existência de variadas estruturas com usos dissimiles, como lugares habitacionais, de armazenamento, de processamento de produtos e estradas. Mesmo assim, na segunda metade do século XVIII, a cartografia indica a presença de várias capelas: do Rosário, Conceição, Nazareth”. (op. cit.: 46).

A área de amortecimento fluvial proposta envolve a baía e o sistema de ilhas próximas à Colônia do Sacramento. Desenvolvem-se entre as coordenadas 34°25’ e 34°30’ de latitude sul e os 57°48’ e 57°56’ de longitude oeste, e a linha de costa em toda a sua extensão. Abrange desde o Real de Vera, ao norte, até a desembocadura do arroio El Calabrés, a sudeste. A área insular, as sete ilhas, é composta pelas ilhas São Gabriel, Farallón, Las López e as três ilhas de Hornos, às quais se somam os ilhotes dos Ingleses e os Muleques.

“São Gabriel foi ilha, espaço fluvial e nome da região. Durante os séculos XVI e XVII essa porção continental era conhecida como Praça de São Gabriel. De fato, as expedições portuguesas de 1511 e 1512 já denominavam de São Gabriel toda a costa imediata e a região que hoje ocupa Colônia do Sacramento. Ocupado o território de São Gabriel, a fundação de Colônia do Sacramento foi uma decisão que reafirmava a vontade de colonizar essa margem do rio pela parte portuguesa. É verdade, além disso, que a Colônia nasce como vocação militar e portuária e que sua relação com as ilhas, especialmente com São Gabriel, era um fato de sobrevivência.” (op. cit.:48).

A diversidade de naufrágios registrados é evidência para a zona tanto da etapa do descobrimento quanto das atividades comerciais posteriores, dos tempos de luta e dos tempos de paz.

Por último, a zona de influência compreende o território próximo às áreas descritas, “o Bairro Histórico e fundamentalmente a Cidade Histórica como conjunção unitária da Antiga e da Nova Cidade relacionam-se com o território imediato por vínculos históricos, paisagísticos, funcionais, emblemáticos e sociais, que não podem se definir numa poligonal específica. Tem se considerado que as atuações no Plano de Gestão podem abranger áreas maiores que as determinadas no Polígono de Atuação. Âmbitos

espaciais e territoriais como a desembocadura e o curso de águas do arroio La Caballada, o Real de São Carlos, os sítios arqueológicos no exterior do Polígono, ou as vias de comunicação e equipamentos urbanos e regionais, que circunstancialmente complementem ou distorcem a Cidade Histórica podem se incorporar à área de atuação do Comitê de Patrimônio de Colônia do Sacramento.” (op. cit. 49). A permanência desse polígono, mantidas a planta e a volumetria atuais, assegurará a autenticidade e integridade do sítio.

ESTRUTURA DE GESTÃO

A gestão proposta centra sua atenção na necessidade de contar com um quadro normativo eficiente e projeta um conjunto de normas capazes de abranger o acervo de atividades requeridas para a gestão de um sítio “com a sensibilidade pública e complexidade funcional e administrativa como é Colônia do Sacramento” e articular “desde o ponto de vista institucional, a confluência de competências a respeito do território em questão, e definir a legislação contemplando a mais ampla participação da cidadania.” (op. cit: 105).

No que tange às autoridades e competências, o ponto de partida é articular as competências nacionais com as departamentais no marco da Constituição da República.

Para o levantamento desta nova estrutura interinstitucional e interadministrativa, tomou-se como base a lei 18.093, “disposição legal segundo a qual os governos departamentais podem <<adotar as formas jurídicas necessárias para acordar entre si, ou com o poder Executivo, entes autônomos e serviços descentralizados a organização e prestação de serviços para promover o desenvolvimento local e a reativação do país>>” (op. cit: 105).

Para este, propõe-se a criação do “Comitê de Patrimônio de Colônia do Sacramento”, que atuará num adequado marco de autonomia em referência às competências diretamente relacionadas ao sítio, procurando uma integração plural do mesmo, com a participação de diferentes atores locais e nacionais. O Comitê proposto articula-se em três níveis: político, executivo e participativo.

O nível político estrutura-se integrado por seis membros representantes das instituições envolvidas. A presidência corresponde ao presidente da República ou a quem ele delegue e as vice-presidências ao ministro de Educação e Cultura e ao Intendente de Colônia ou também aos que deleguem. Completam o Comitê os delegados ministeriais dos três ministérios com

responsabilidade maior no sítio: MTOP, MVOTMA e MINTURD. [...] Para a ação efetiva, a Mesa Executiva complementa o Comitê e <<estará integrada pelo Presidente, os Vice-Presidentes, o Gestor de Sítio nomeado pela Comissão do Patrimônio Cultural da Nação e um representante do Conselho Consultivo Honorário>>(op. cit.: 106).

Quanto à atuação cidadã, estabelece-se sua participação nos diferentes níveis de decisão através de grupos organizados públicos e privados, instituições políticas e acadêmicas, a atuação institucionalizada através do Conselho Consultivo Honorário e à participação individual e em grupos através de oficinas. Por último, o plano urbanístico e de conservação patrimonial terá que ser aprovado pela cidadania através de duas instâncias: o lançamento do Manifesto (realizado em 2011) e uma Audiência Pública.

O plano proposto baseia-se na atuação do órgão de gestão “Comitê do Patrimônio” na área denominada Polígono de Atuação e Zona de Influência. Esse comitê começará atuar quando a Lei Nacional for aprovada. Entretanto, a responsabilidade técnica das atuações e o início dos programas propostos serão assumidos pela Equipe de Direção do Plano de Gestão, com o apoio dos departamentos Técnicos da CPCN e a IC.

Os instrumentos principais de gestão serão: a Lei de Criação do Comitê de Colônia do Sacramento, o Plano Local de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Sustentável, o Plano Urbanístico de Proteção Patrimonial da Cidade Histórica (Plano Parcial do Plano Local), a qualificação e difusão territorial das atividades turísticas, as leis, normas e ordenanças vigentes e por serem criados, os programas de atuação e as recomendações do Comitê de Patrimônio Mundial.

PROGRAMAS DE ATUAÇÃO

Para alcançar os objetivos apresentados estabelecem-se um conjunto de cinco programas; cada um deles subdividido em projetos e atividades de caráter permanente e ações pontuais.

Manejo Ambiental e Paisagístico do Sítio: São seus objetivos a realização de um Plano de Requalificação Ambiental de Sítio Patrimonial e a criação de um sistema de espaços verdes da cidade, para tal, ao inventário de espaços verdes da cidade e sua categorização somam-se o fomento de paisagens originários, espaços silvestres e naturais, parques, praças, jardins e corredores biológicos. Assim como declarar novas reservas naturais

ou áreas naturais protegidas, qualificar essas áreas mediante sinalizações, folders e planos de manejo.

Planejamento urbano e patrimonial: São seus objetivos o Plano Urbanístico e de Proteção Patrimonial da Cidade Histórica, com a promoção da reabilitação do patrimônio edificado, a implementação, recuperação e ampliação do passeio cultural costeiro sobre o Rio da Prata. Projeto de disposição paisagística. Aperfeiçoar a imagem urbana. Estimular a residência permanente na Cidade Histórica. Desenhar um Plano Geral de Trânsito, estacionamento e áreas para pedestres da Cidade Histórica.

Difusão e qualificação territorial das atividades turísticas: Seus objetivos visam fomentar atividades econômicas através do incentivo do desenvolvimento empresarial e da economia local. Releva os recursos culturais da Cidade Histórica (caracterizá-los, definir produtos potenciais e fomentar novos produtos turísticos de alto conteúdo cultural). Promove o turismo cultural de vertente patrimonial. Realiza a difusão territorial das atividades turísticas (novos circuitos culturais, itinerários às ilhas e baía, turismo científico).

Conhecimento e difusão: Têm como objetivos dar continuidade à ênfase do estudo do acervo documental, ao inventário e à base de dados (arquivos e laboratório de arqueologia, continuar com recopilação e sistematização de documentação). Prosseguir a pesquisa e as ações arqueológicas nas diversas áreas temáticas da Cidade Histórica (estudo nominal dos padrões, determinar localização da muralha, pesquisa arqueológica e valorização da área norte do centro histórico). Prosseguir a pesquisa e as ações antropológicas nas diversas áreas temáticas da Cidade Histórica. Avançar na pesquisa e valorização da baía de Colônia do Sacramento e seu território insular. No que diz respeito à divulgação (Plano de Museus da Cidade) apresentam-se como objetivos a redefinição e renovação dos Museus da Cidade (reorganizar o acervo, propostas museográficas, circuitos temáticos, exposições temporárias com resultados de pesquisa arqueológica, considerar contexto natural). Difundir a informação.

Cultura, coesão social e participação: Apresentam-se entre seus objetivos: divulgar, sensibilizar e educar para os valores patrimoniais. Impulsionar e fomentar a educação patrimonial. Sensibilizar e promover a educação ambiental. Gerar espaços de intercâmbio e reflexão, com continuidade temporal, entre vizinhos e comerciantes do Bairro Histórico (temas cotidianos). Estimular a participação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outubro de 2010, graças ao Acordo entre o Ministério de Educação e Cultura e a Intendência de Colônia geraram-se as condições para desbloquear a situação existente e delinear a estrutura básica, a fim de colocar em andamento o Plano de Gestão. Dinamizaram-se os tempos de atuação, estabeleceram-se com clareza as normas de intervenção nas áreas de arquitetura, arqueologia e médio ambiente. Esse órgão de gestão cotidiana, integrado pela Equipe Técnica da CPCN em coordenação com os Departamentos Técnicos da IC, funciona na Casa de Alicia, localizada no Bairro Histórico. Nesse sentido, tem-se elaborado as bases de atuação sistemática na área, incursionando diretamente nas políticas de conservação e incidindo na transformação da realidade, se adiantando às obrigações do Plano Urbano e às atuações de proteção ambiental. Respeitando-se os avanços dos estudos disciplinares, têm-se proposto ordenamentos cautelares com força de lei para a área histórica, que hoje já estão em funcionamento. Esse modo de acionar o Plano continuará enquanto se substancia a lei de criação do Comitê de Patrimônio de Colônia do Sacramento nas instâncias parlamentares (Management Plan for the Historic Quarter of Colonia del Sacramento, 2012).

BIBLIOGRAFIA

- AZAROLA GIL, L.E. 1931 “La Epopeya de Manuel Lobo, contribución a la Historia de Colonia del Sacramento, seguida de una crónica de los sucesos desde 1680 hasta 1828 y de una recopilación de documentos”. Madrid.
- BLIXEN, Diego. 2005 *De prostituta a señora. La Historia reciente de Colonia del Sacramento*. Ed. Del Caballo Perdido. Montevideo.
- CAPURRO, Fernando. 1928. La Colonia del Sacramento. Revista de la Sociedad “Amigos de la Arqueología,” Tomo II. “El Siglo Ilustrado” Montevideo.
- FUSCO, N. 1995 “Historia de la Arqueología Histórica en el Uruguay”. En: *Approaches to the Historical Archaeology of Mexico, Central & South America*. Ed. The Institute of Archaeology University of California, Los Angeles, 1997.U.S.A (in press).
- LARRAÑAGA, A.D. 1968. “Diario del viaje de Montevideo a Paysandú” En: *Enciclopedia Uruguaya*. Tomo II. Ed. ARCA. Montevideo Ministerio de Educación y Cultura Intendencia de Colonia. 2011 Management Plan for the Historic Quarter of Colonia del Sacramento. Montevideo Revista de Arqueología Americana. 2003. “Un diálogo con la cerámica portuguesa de la Colonia del Sacramento”. En: Revista de Arqueología Americana. Tomo XXII, pp.: 43-62. Instituto Panamericano de Geografía e Historia. OEA. 2010 Acuerdo entre el Ministerio de Educación y Cultura y la Intendencia de Colonia (IC)
- GADBHI “Colonia ya tiene su plan de gestión” en Diario El País. 26 de febrero de 2012. Montevideo
- Sesiones del Comité del Patrimonio Mundial [26COM Budapest, Hungary (2002)]/[36COM Saint Petersburg, Russian Federation (2012)]

ARQUEOLOGIA DA TERRA OBSCURA EM ENTRE RIOS

*Marcelo Weissel**, *Beatriz Rodríguez***

RESUMO

Durante o ano 2011, foram feitas intervenções em oito sítios e prospecções em outros 20, de alto potencial arqueológico, na bacia média do rio Uruguai¹. Os antecedentes arqueológicos indicam que a tradição tupi-guarani chega à porção setentrional do nordeste argentino, ao redor dos 500 D.C. No rio Uruguai, antes da chegada dos europeus, diz-se que fundamentalmente povoaram as ilhas. O arqueólogo Jorge Rodrigues trabalhou alguns desses sítios e observou a presença a um estrato rico em húmus, que classificou como possível piso de moradias, com 10cm a 20cm de espessura de terra preta e diversos artefatos culturais. Em nossa pesquisa, detectou-se a existência de um estrato com características similares em oito sítios escavados, dos quais, quatro identificados com solos de ocupação cultural. Tal sedimento, que se manifesta de forma homogênea no interior de todas as estruturas de pedra intervindas, foi interpretado como um estrato de origem utópico, vinculado diretamente com o momento de ocupação desses sítios pelos europeus.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia, terra preta, rio Uruguai, Entre Rios.

INTRODUÇÃO

Diz-se que as pessoas fazem o que faz a água; terá sido sempre assim, da mesma maneira e pelos mesmos motivos? Uma arqueologia das conexões territoriais da ribeira do rio Uruguai, durante o período histórico jesuítico-guarani, implica reconhecer e reconstruir os sistemas socioculturais que administraram a paisagem natural e antrópica. Paisagens associadas à água como recurso de transporte, de vida, de oportunidades para a produção de assentamentos estáveis e sedentários, dentro de um território mais amplo que uniu a bacia baixa do rio, assim como ambas as margens.

* Pesquisador da Fundação de História Natural “Félix de Azara” – Departamento de Ecología e Ciências Ambientais CEBBAD CONICET Universidade Maimónides.

** Especialista em arqueologia histórica do Gabinete de Arqueología da Oficina do Historiador da Cidade de Havana. Pesquisadora adjunta da Fundação de História Natural “Félix de Azara” – Departamento de Ecología e Ciências Ambientais CEBBAD CONICET Universidade Maimónides.

1. Trabalhos de intervenção arqueológica financiados pelo projeto: *Plan de recuperación para la explotación turística del Patrimonio Hispánico-Guaraní en el Corredor del río Uruguay*, Fundação TECSAL, CFI,IMAE- USAL.

As tarefas arqueológicas desenvolvidas em cinco sucessivas campanhas serviram para reconhecer a variabilidade das paisagens arqueológicas, identificando e prospectando os distritos de Puerto Yeruá, San José e Colón.

A região onde se situam os sítios estudados possui uma história de mais de onze mil anos (Rodríguez 2001), com uma mutação da paisagem cultural e natural muito grande. Não apenas integra diferentes ambientes naturais pré-existentes que ainda se mantêm, como compreende toda uma região que tem sofrido o reiterado impacto antrópico pelo desenvolvimento da modernidade em nosso país. Estas modificações ambientais produziram-se com os assentamentos de populações, que ao longo do tempo intensificaram a exploração e interagiram com os recursos do ambiente.

Desse ponto de vista, a construção do conceito de território hispânico-guarani pode ser entendido mediante o estudo do uso e da transformação da paisagem e de suas próprias definições de espaço e tempo.

Discute-se a identificação de transformações no ambiente natural, inerentes às tradições pré-colombianas, junto com as condutas, construções e transformações efetuadas na paisagem, portanto no subsolo dessa área, desde a chegada dos europeus. De maneira específica, aborda-se a análise de um sedimento escuro encontrado em vários dos sítios escavados, de origem cultural e com características de aparências similares, que o vinculam a esses dois momentos históricos. Nesse sentido, destacam-se as seguintes localidades de importância arqueológica:

1. Ubajay- Humaitá: Parque Nacional El Palmar, Estancia Ibyraty.
2. Puerto Yeruá: Escuela Bardelli, Estancia La Intolerancia.

(Figura 1).

Essas duas áreas de estudo foram trabalhadas pela nossa equipe durante 2011. Escavaram-se quatro sítios, nos quais se comprovou a presença de uma terra obscura, com manipulação pedológica cultural. Tal estrato caracteriza-se pela abundância de carvão orgânico em sua composição. Nos casos de estudos, esse sedimento localiza-se em interiores de estruturas que foram reutilizadas em vários momentos históricos, algumas delas como currais, o que reforça seu vínculo com o desenvolvimento econômico, o manejo e a domesticação de recursos naturais das sociedades complexas. Elas estão presentes na área, antes da chegada dos colonos, quando se estabelece a cultura Guarani.

Para a explicação da tese apresentada nesta monografia, é primordial destacar as características morfológicas da geologia de Entre Ríos. A mesma é o resultado de uma série de acontecimentos tanto de tipo estrutural (do baseamento cristalino) como sedimentário. A conhecida como *Formación Yerúa*, em Entre Ríos, aflora na margem esquerda do arroio Yerúa (Dpto. Concórdia) e ao longo da costa do rio Uruguay, em forma descontínua (segundo Herbst, em locais como Puerto Yerúa, Arroyo Grande, Humaitá, La Calera e, presumivelmente, ao sul de Colón)². Essa unidade apoia-se sobre os basaltos da Formação Serra Geral de forma discordante. Trata-se de sedimentares entre os quais predominam arenitos grossos e medianos, cimentados com sílice e óxidos de ferro, que lhe outorgam alto grau de tenacidade e, como veremos, são as escolhidas para a conformação de estruturas arquitetônicas históricas. Para a zona do Parque Nacional El Palmar, reconhece-se uma formação que leva seu nome, constitui uma faixa de larga variação na margem oriental da província e estende-se desde o sudeste de Corrientes até Concepción do Uruguay. A litologia é representada por pedras rolantes e cascalhos dispostos em forma de lentes de vários metros de comprimento e espessura variável entre 4 e 10 metros, numa massa arenosa de grão médio e cores avermelhada e amarelada. Sua origem é fluvial, o rio Uruguay deu origem a estes depósitos em condições semelhantes às atuais

2. <<http://www.mineria.gov.ar/estudios/irn/entrieros/ind-geo.asp>>. tomado da internet em agosto de 2012



Figura 1 - Mapa de localidades de importancia arqueológica

3. <<http://www.mineria.gov.ar/estudios/irn/entrieros/ind-geo.asp>>. tomado da internet em agosto de 2012

4. CASTRO, Juan Carlos. Informe sobre Investigaciones Arqueológicas en el Parque Nacional El Palmar. APN. Dpto. de Manejo de Recursos Culturales, 2010.

com um perfil de equilíbrio determinado por dimensões mais altas do curso fluvial (Iriondo, M.)³. No caso específico da costa do parque El Palmar, apresentam-se basicamente duas topografias diferentes. Uma zona baixa de praias de pedregulhos e areias, que vai desde a Calera Barquín para o norte até o arroio Ubajay, e uma zona alta de grandes barrancas que vai da Calera para o sul, até a desembocadura do arroio El Palmar⁴.

Em termos gerais, considera-se que as ocupações humanas foram alterando a paisagem natural, ao mesmo tempo em que sua manipulação dava forma a novas paisagens antropizadas, relacionadas a mudanças na produtividade do ambiente.

QUADRO TEÓRICO

Para conhecer as paisagens arqueológicas, o que inclui o subsolo, levantou-se um desenho de pesquisa em escala regional. Assim, o conhecimento da região arqueológica, como espaço cultural multivocal (Gnecco 1999), foi abordado mediante o estudo de conexões territoriais (Weissel 2010). Em termos arqueológicos processuais, isso implica que a ocupação humana foi construindo paisagens materiais que podem ser estudadas mediante a proposta da arqueologia distribucional (Ebert 1992) e da arqueologia por estratigrafia arqueológica (Harris 1991).

Estudou-se a inter-relação entre geologia, geomorfologia e solos, como parte primordial do processo de antropização pré-histórico e histórico do ambiente.

Dada a altíssima intensidade da ocupação moderna, consideramos a ocupação histórica como a produtora de um modo de assentamento ribeirinho, que continua hoje inserido em um sistema de conexões territoriais, para o qual o rio Uruguai foi um eixo longitudinal chave da história da produção industrial (fornos de cal, pedreiras e cascalheiras)

Frente aos restos arqueológicos reconhecidos na região, identifica-se um grande processo de formação e transformação das relações sociais durante a constituição da era moderna, de acordo com a definição a seguir, e que é fundamental compreender para situar as observações no plano das definições ontológicas e cognitivas multivocais pós-coloniais.

Entende-se a modernidade como um fenômeno europeu expresso no pensamento moderno como ideologia que justifica se sentir no centro do mundo, também chamado eurocentrismo. O eurocentrismo é um fenômeno

integrado à constituição das relações sociais no mundo moderno, dentro das histórias de formação das nações Estado, em cujo marco se expressam e registram muitas questões de iniquidade e conflito. A arqueologia do mundo moderno caracteriza seu objeto de estudo em uma economia única, colonial, internacional e em expansão, tratando de compreender e explicar as mudanças nos valores hegemônicos e heterotópicos (Foucault 1997). Como os arqueólogos trabalham com sítios europeus gerados entre os séculos XV e XX, empregam diferentes fontes de conhecimento. Por isso, delimitam estudos sobre a materialidade do capitalismo, a criação de roles de gênero, o uso de teorias racistas, a interação de indígenas com colonizadores, e as condições culturais e históricas que deram forma ao nosso mundo.

Para sua implantação nas terras encontradas, o europeu importou seus códigos em todos os sentidos, referimo-nos a sua concepção de mundo onde se inclui: concepção política, religiosa e organização sociocultural. Estas novas formas interagiram quase de maneira imediata com as existentes. Desta forma, o ambiente natural e cultural prévio à chegada dos europeus não foi substituído por outro, mas desenvolveram-se novos termos de convivência, resistência, desigualdade, conflito, relações centro-periferia, urbano-rurais e desenvolvimento socioeconômico (Barcelos 1997). Neste marco, a materialidade implica uma correspondência entre os limites terminológicos e o fenômeno arqueológico, que encontram a definição de sentidos vernáculos e institucionais complexos subsumidos na cultura material (Harris 1991, Ebert 1992).

O conceito de territorialidade também tem que ser criticado neste sentido. Consideramos que se trata de um termo que precisa ser transcendido para incorporar o multivocalismo dos povos do passado, de suas heranças e pré-existências. Da arqueologia, toma especial relevância a noção da comunicação não verbal representada na paisagem e as materialidades culturais, como componentes das cosmovisões e situações que produziram a história de ocupação arqueológica de cada espaço sociocultural. Assim, espaço, poder, autonomia podem ser discutidos com enfoques multi e transdisciplinares (Kern 2007, Souza 2005) para superar os problemas que elevam a percepção da modernidade sobre outras definições de natureza e culturas (Curtoni e Politis 2006).

PRESENCAS PRÉ-HISPÂNICAS E INVASÃO EUROPEIA, EVIDÊNCIAS NO SUBSOLO

A Tradição Tupi Guarani chega à porção setentrional do nordeste argentino por volta de 500 d.C. No rio Uruguai médio povoaram fundamen-

talmente as ilhas. Os assentamentos constituem pequenas aldeias, compostas por uma ou várias cabanas ovais ou circulares, habitadas por várias e extensas famílias. Reportam-se nos sítios registrados por Rodríguez (2001) rastros de pisos destas moradas, que se apresentam como remendos de um diâmetro de aproximadamente 10 metros e espessura de cerca de 10cm a 20cm de um chão escuro – terra preta –, que inclui diversos materiais culturais. Esses sítios situam-se próximos aos cursos de água em locais altos – a salvo das enchentes e cobertos pela floresta ribeirinha. Sua irrupção no Nordeste pode ter sido um acontecimento impactante, dado que o território já estava ocupado por outras etnias pré-existentes, descritas por Rodríguez (2001) como diversas adaptações aquáticas, entre as quais se contam a tradição Ivavípré-cerâmica, a tradição Platense da cerâmica e os tipos culturais Viera (antecedentes de Minuanos e / ou Guenoas) e Salto Grande e Ibicueña (antecedentes dos Bohanes e Yaros), com os quais, a multiplicidade da Tradição Tupi Guarani, estabeleceu diferentes relações: pacíficas e mutuamente benéficas mediante a exploração de diferentes nichos com alguns; e de intercâmbio e de hostilidade com as populações dos tipos culturais Salto Grande e Ibicueña, que se retiram do plano aluvial do rio Uruguai.

Os trabalhos de referência indicam que o rio Uruguai formou parte de circuitos de intercâmbio de bens de, e para outros espaços de curta ou longa distância no continente. Desde tempos remotos circularam alimentos, fibras animais e vegetais, peles, pedras duras, contas e metais, olaria, cestas e produtos armazenados de origem cultural, manipulados, coletados ou capturados. No início do século XVI, teria se iniciado um processo de fragmentação social étnica (Loponte2008), onde as diferenças linguísticas entre os Chaná-Mbeguá e ChanáTimbú foram menos fortes que com os

Timbú-Carcará ou com os Querandíes; e ainda maior com os Guaranis. Seguindo o estudo integrador de Daniel Loponte (2008), pode-se levantar a hipótese da presença e do desenvolvimento de mecanismos de aliança e reciprocidade, e também de confrontos. Assim, Iriarte (1997) levanta a presença de sociedades com nível organizativo de cacicado e chefaturas, devido à presença de conflitos bélicos. Porém, também a geração de jardins e hortas produtivos, em um ambiente social e tecnológico altamente integrado e competitivo, teria imposto estratégias de sinalização diferencial da paisagem que hoje encontramos com tantas denominações sobreviventes. Essas ações foram produtoras de um tipo de solo, ao qual é factível aplicar a análise realizada por Jorge Rodríguez.

O conceito de terra preta é o centro de uma intensa discussão sobre a pré-história da Amazônia do Brasil e da Colômbia, desde a década de 1980 (ver Tapia Morales 2011).

No entanto, na década de 1960, o dr. Win Sombrock, técnico holandês contratado pela FAO para mapear os solos da bacia da lagoa Merin, tinha realizado sua tese de doutorado para a Universidade de Wageningen, no Brasil, sobre os solos amazônicos, quando levanta como estes solos aparecem alternando com os oxissolos, característicos da região por seu clima tropical. Os mesmos são de coloração avermelhada pelo seu alto conteúdo de minerais. As manchas de solos negros alternantes apareciam em áreas que variam entre 30 e mais de 300 áreas; são solos esponjosos, com profundidades que chegam a dois metros, em alguns casos, e com conteúdos de C de até 8%, conhecidos no Brasil como “terra preta do índio” e muito apreciados por sua produtividade sob cultivo⁵.

A terra preta ou terra escura foi definida como um solo de origem antropogênico caracterizado pela sua coloração obscura e seu alto grau de fertilidade (...) (Shaw e Jameson, 2002, Tapia M, 2011). Com presença de vegetação carbonizada, decomposição ou queima de resíduos domésticos que favorece a formação de microrganismos que atuam como catalizadores fertilizantes, a terra preta constitui um estrato pouco ou nada ácido. Contém altas taxas de nutrientes que a fazem excessivamente fértil (Petersen y Erikson, Tapia M, 2011), elemento que contrasta com os solos naturais da Amazônia. No Brasil existe um grupo de pesquisa dedicado a seu estudo (Grupo de Pesquisa 2012). Segundo o mesmo, a terra escura arqueológica ou TPA, desenvolve-se no horizonte edáfico A, é de caráter antropogênico, com média de 40cm a 50cm, e excepcionalmente pode alcançar até 2m de profundidade. Em geral, as áreas TPA ocupam aproximadamente 2ha. a 3ha de extensão, mas também tem se registrado sítios de mais de 100há, como no caso de Caxiuanã, no estado do Pará. Existem várias hipóteses sobre a formação da TPA. Até meados do século passado, os pesquisadores acreditavam que teria se originado de fenômenos geológicos: a decomposição de cinzas de rochas vulcânicas ou dos sedimentos depositados no fundo dos lagos extintos; outra hipótese discutida hoje refere-se à formação intencional de TPA pela incorporação de nutrientes ao solo (plaggenepipedon), através de práticas de gestão como a queima; por último, a TPA teria se originado a partir da ocupação humana no passado, em relação antrópica direta, e seriam antigos assentamentos indígenas.

5. <http://www.argenpress.info/2010/01/misterios-yrealidades-de-terrapreta.html> tomado de internet em agosto de 2012.

No desenvolvimento das pesquisas arqueológicas realizadas pela nossa equipe, detectou-se um estrato de características peculiares quanto à sua morfologia. O mesmo caracteriza-se por possuir abundantes elementos orgânicos (carvão vegetal), em ocasiões, associados a cascalhos de muito pequeno tamanho, sem restos de materiais culturais em sua composição. Porém, em todas as situações, adossados à cimentação de estruturas arquitetônicas (ao interior de estruturas edilícias construídas em pedra), com espessura oscilante entre 40cm e 80cm (Figura 2). Considerando essas características, refletiu-se sobre sua presumível origem em duas etapas, uma produto da transformação do meio por decisão das culturas pré-hispânicas, e outra associada ao processo de ocupação europeia e na possibilidade de seu vínculo com o período de chegada, estadia e assentamento, durante o século XVIII das Missões Jesuíticas na área. A distribuição homogênea desses solos nos sítios prospectados superficialmente motivou o aprofundamento na indagação.

6. *Idem*

A área do Parque Nacional El Palmar (Calera Barquín) apresenta vários antecedentes de estudos arqueológicos sobre as estruturas do período colonial que a compõem. (Fernández 1979, 1980; Molinari e Cansanello 1992; Cansanello 1999, 2000; Paradela 2002; Paradela e Molinari 2001)⁶. Segundo o informe citado, no exame estratigráfico realizado em 1998, no sítio El Túnel da Unidade 3 que integra o conjunto de ruínas da Calera Barquín, recuperaram-se artefatos líticos provavelmente pré-hispânicos, em estreita relação com objetos pós-hispânicos (APN-PNEP 2002).

Durante o desempenho de nossas tarefas de campo, foram pesquisadas as estruturas que hoje se conhecem como Capilla e Almacén ou Casa de Indios, na área da Calera, e os mencionados estudos revelaram uma sequência estratigráfica correspondente a quatro momentos de ocupação, que abrangem do século XVIII até nossos dias. Os eventos de ocupação registrados indicam:

- Uma ocupação inicial associada à construção de recintos arquitetônicos em pedra (Capilla e Almacén), do século XVIII.
- Outra ocupação associada a elementos laborais e domésticos de fins do século XIX e princípios do XX.
- Ocupação posterior associada à indústria cascalheira da empresa Salvia Hnos.
- Ocupação final associada ao Parque Nacional El Palmar.

O estrato mais recente, associado a esse sedimento escuro e identificado como EU 4, caracterizado por sua compactação e coloração escura devido à presença de carvão, foi localizado no interior das duas estruturas estudadas. No estudo 1 realizado no recinto da Capilla, começou-se a identificar sua presença aos 0.1m na sequência estratigráfica,



Figura 2

7. Gastrolitos: denominam-se àquelas pedras arredondadas, normalmente ovais, que estão ou têm estado contidas na via digestiva do animal, para ajudar na trituração dos alimentos. Tal como foi estudado em outros casos arqueológicos de solos antrópicos produzidos sob o nome de presépio (Cardillo et. al 2001).

como 50cm de potência. Aos 0.17m começam a aparecer inclusões de pedregulhos rolantes muito pequenos, possíveis gastrolitos⁷ associados ao sedimento. Imediatamente depois deste estrato, localiza-se um sedimento estéril quanto a matérias culturais, de cor marrom, constituição arenosa, rico em cascalhos, que identificamos como morfológico e natural do sítio. No caso do estudo 2 realizado no interior da Casa Larga ou Almacén, identifica-se uma sequência muito parecida à interpretada para o estudo 1. Aos 0.7cm de profundidade aparece um estrato que relacionamos com o momento de ocupação da área pela empresa Salvio Hnos, associada à indústria cascalheira tanto neste estrato composto por uma massa compacta de cascalho transformada em rípio, quanto no que lhe segue assinalado com o número 3 da sequência. Aí começam a aparecer alguns vestígios de carvão vegetal, restos de materiais modernos associados a atividades produtivas (pregos, argolas de ferro, arruelas etc.) e a restos de matérias relacionadas com o uso doméstico. Tais são os casos de louças e porcelanas modernas muito fragmentadas e de um fragmento de cerâmica Grés. Tudo se encontrava coberto, na zona mais próxima ao umbral da entrada, por uma fileira de tijolos de 40cmx 20cm x4cm, cujas medidas correspondem a tipologias localizadas durante a segunda metade do XVIII. A dita fila de tijolos começa a aparecer aos 0.36m de profundidade, apoiados sobre um estrato rico em carvão vegetal, porém com micro fragmentos de pedra caliza em sua composição. Aos 14 cm de espessura deste começa a parecer um sedimento mais escuro, produto da abundância de material orgânico argiloso na sua composição, bastante compacto e sem evidência de restos de pedra caliza, nem materiais culturais. Escavaram-se 40cm do mesmo sem que aparecesse o estrato estéril característico do sítio. No caso da trincheira 1, realizada de forma transversal no interior do recinto da casa Almacén, entre o muro este e o oeste hoje inexistentes, foi possível localizar os prováveis cimentos do muro perdido. Comprovou-se a presença deste estrato húmico a partir dos 0.40m de profundidade até os 0.95 em que começa aparecer o sedimento arenoso rico em pedregulhos rolantes.

Os resultados das provas radiocarbônicas realizadas às mostras deste estrato tomadas das pesquisas 1 e 2 na área da Capilla e o Almacén, revelaram: 1170 ± 60 anos AP y 1010 ± 50 anos AP, respectivamente. Do qual se deduz uma data histórica aproximada entre os anos 720 e 780 de nossa era. Diante da aparição deste sedimento, cuja localização na estratificação encontrou-se no caso da pesquisa 1 em dois níveis diferentes, um ao início da escavação a pouca profundidade com presença de gastrolitos, do qual se

pode inferir um momento de ocupação moderna quando, provavelmente, o espaço era ocupado como curral.

Sob uma capa estéril de cascalho aparece o sedimento datado, com características similares, mas com ausência de gastrolitos. Na trincheira 1, esse sedimento aparece cobrindo o estrato arenoso com pedregulhos rolantes característicos da Formação El Palmar, com potência similar em todas as pesquisas e sempre para o interior dos recintos; observando-se sua ausência nos espaços exteriores dos mesmos, começamos por esgrimir a hipótese de uma possível manipulação ou deslocamento por parte do homem da terra procedente de uma área circundante, ou sua provável origem cultural *in situ*. Acrescenta-se a isso, sua relação direta com a cimentação das estruturas, onde parecem ter sido colocados no momento em que se elaborou a vala para seu assentamento elementos que justificam sua potência de mais de 40cm, assim como os resultados das provas de Carbono 14 realizadas. Desta forma, o interpretamos como possível ecofato⁸.

A estância Ybyraty em Humaitá é um sítio encravado na também Formação Yeruá, perto de Ubajay, pelo qual apresenta a mesma matriz de sedimentos naturais. As intervenções desenvolveram-se de forma dirigida ao setor sul e no exterior de um galpão de coleção. O galpão apresenta indícios de expansão artificial do muro da fachada frontal, construindo um estrato de ampliação de sua arquitetura. No setor sul detectaram-se diferenças sedimentares relacionadas com os recintos interiores dos restos que outrora formaram as estruturas edilícias realizadas em pedra, e supostamente vinculadas ao período em estudo. Esses sedimentos vincularam-se aos diferentes momentos de formação do depósito, no caso da pesquisa 1, localizado no ângulo sudeste da edificação. Ali no que foi o interior do recinto determinaram-se unidades estratigráficas nos primeiros dois níveis relacionadas com o momento do colapso moderno. O sedimento é de origem arenosa, não compactada, com numerosos restos de tijolos e lascas de pedra arenosa em sua composição. Tudo isso associado a uma garrafa de vidro completa, material do século XX, o que demonstra do pouco ou nulo movimento que teve o sedimento depois de sua deposição, e esse estrato aparece adossado ao estrato 2. Trata-se de um sedimento rico em húmus, mais compacto, sem materiais culturais em sua composição, que é possível relacionar ao momento de ocupação do espaço: sua data radiocarbônica o indicou como moderno. Esse estrato cobre por essa área o sedimento 4, que começa aproximadamente aos 0.40m de profundidade até os 0.76m em que aflora o estrato estéril com sua composição arenosa, composta por

8. Ecofato: termo que implica um manejo dos elementos naturais pelo homem para seu aproveitamento na construção de ambientes antrópicos

pedregulhos característicos. Esse sedimento escuro caracteriza-se pela sua compactação, pela abundância de material orgânico e ausência de materiais culturais. O datado radiocarbônico realizado na mostra tomada revelou 1400 ± 100 anos AP, o qual estabelece uma data aproximada que vai de 450 a 550 N.E. Como nos casos anteriores, comprovou-se a associação direta do mesmo no momento da elaboração e do assentamento dos cimentos da edificação com uma potência de 40cm, medida que entra no standard que encontramos no restante dos sítios deste trabalho. Paralelamente realizou-se a pesquisa 2. Neste caso, na esquina do ângulo Noroeste da edificação pelo lado exterior comprovou-se a presença da capa vegetal atual; em seguida, os estratos 2 e 3, com abundantes pedras arenosas grandes e medianas, assim como lascas do mesmo material, combinados com um sedimento arenoso não compactado. Nesta pesquisa, o estrato se mantém de 0.20m a uma profundidade que oscila entre 0.36m e 0.44m, onde começa aparecer um sedimento rico em húmus associado aos cimentos com pedras em sua composição. A 0.68m, o húmus se define claramente até 0.89m, onde finaliza a cimentação com a qual está vinculado de forma direta.

Entre as duas pesquisas interpreta-se uma evidente relação de estratigrafia antrópica que define os espaços arqueológicos exterior-interior do recinto. Os estratos superiores definem momentos de colapso da estrutura edilícia, bastante atuais, os quais cobrem variados momentos de ocupação tanto moderna quanto anteriores, do imóvel derruído. Embora o húmus se apresente no interior da estrutura mais compactamente e com maior quantidade de elementos orgânicos, no espaço exterior não aparece de forma tão compacta e é menos escuro. Tanto a compactação, como a quantidade de elementos orgânicos, assim como sua disposição primária de deposição do estrato ocorrida no tempo, são elementos que o definem como possível pavimento de:

- Ocupação inicial sem evidência arqueológica.
- Ocupação histórica em restos arquitetônicos com estruturas murais em pedra, consolidação de estratos húmicos.
- Ocupação histórica em restos arquitetônicos com estruturas murais em pedra e tijolo, restos do século XX.
- Ocupação histórica destrutiva com nivelção e maquinaria.
- Ocupação atual por empresa agropecuária.

A pesquisa 3 deu-se em outra área do sítio, perto da casa de moradia atual, cujas características respondem a tipologias dos séculos XIX e XX pelas remodelações ocorridas. A pesquisa 3 foi realizada externamente, em um galpão de coleta dedicado à armazenagem de produtos químicos para a agricultura. O galpão constitui uma estrutura confeccionada em pedra, com ampla galeria coberta na atualidade. Na zona sul da galeria, colados a seu parâmetro pelo lado sudeste, realizou-se a pesquisa 3. Os estratos 2, 3 e 4 do mesmo se correspondem com uma argila rica em cascalho no primeiro, e depois com numerosos fragmentos de tijolos. A partir de 0.37m de profundidade aparece a unidade estratigráfica 5, constituída por um sedimento negro compacto que corresponde ao húmus encontrado nos outros sítios trabalhados. A 0.50m aumenta o nível de umidade do mencionado sedimento até 0.64m, onde terminam os cimentos. A partir daí, observa-se como a construção se assentou sobre um estrato arenoso de cor marrom, com lentes de argila de coloração grisalha, que constitui o estrato estéril da área em correspondência com os solos arenosos pardos característicos desta formação para a zona do rio Uruguai. A matriz de sedimentos antrópicos indica que a ocupação da área onde se assenta o galpão realizou-se sobre a matriz sedimentária natural da mesma. A partir desse primeiro momento, começou-se a gestar um sedimento orgânico, úmido, compacto, que se relaciona diretamente com os cimentos e o primeiro momento ocupacional da estrutura. Apesar de não encontrarmos nele restos materiais culturais ou resíduos de alimentos, supomos que o estreito da margem da pesquisa propiciou esse resultado. No entanto, o datado radiocarbônico realizado na mostra tomada do estrato húmico revelou 610 ± 60 anos AP, o qual lhe dá uma localização cronológica de 1280 a 1340 de N.E.

Em Puerto Yaruá, trabalhou-se em dois sítios com resultados parecidos. Um deles constitui a chamada *Antigua Escuela Bardelli*, atualmente. Esse sítio situa-se no setor alto da bacia média do arroio *Hervidero*, sobre uma garganta que dá boa visibilidade ao entorno. Foram realizadas seis pesquisas estratigráficas, das quais, a segunda revelou resultados alentadores. A pesquisa 2 realizou-se no interior do prédio 2, construído em pedra perfeitamente afiada, enquanto a tipologia responde a estruturas mais tardias, classificadas para fins do século XIX ou princípios do XX. No interior desse imóvel, ainda em pé, realizou-se a abertura localizando-a junto ao muro oeste. A estratigrafia começa com uma capa vegetal de 5 cm de espessura, seguida de areia não compactada. Imediatamente depois, aparece o estrato 3 a uma

profundidade de mais de 10 cm, que morfologicamente responde a um sedimento de origem orgânica, compacto e úmido, que se mantém até 0.52m. A essa profundidade começam aparecer os limites do cimento, que se acha assentado sobre um sedimento de areia e pedregulhos rodantes. Sua composição é bastante úmida e típica dos solos da Formação Puerto Yerúa. A data do radiocarbônico realizado à mostra de húmus extraída do estrato 3 deu como resultado uma antiguidade de 1350 ± 80 anos AP, correspondente aproximadamente aos anos que vão de 520 a 600 de N.E. Compararam-se os anteriores com o objeto de estabelecer inferências e, apesar do vínculo direto desta unidade estratigráfica com os cimentos atuais da edificação, seria importante ampliar os limites da escavação para resolver a continuidade estratigráfica do mesmo dentro do recinto. É muito provável que a presença desse estrato e dos cimentos do prédio esteja relacionada com um momento anterior de ocupação e que o imóvel atual responda a outro momento mais recente. Remetemo-nos, para comparação, às regularidades analisadas nos casos anteriores, entre as quais se destacam a ausência de materiais culturais relacionados.

A pesquisa 6 foi realizada no interior do prédio 1. A tipologia arquitetônica característica o localiza cronologicamente como a mais antiga do conjunto. O trabalho de recorte da pedra evidencia maior irregularidade nos ângulos da mesma, elemento que por analogia nos remete às formas observadas nos paramentos dos outros sítios em estudo (conjuntos Calera Barquín e Estância Intolerância). O trabalho rústico no recorte dos dintéis dos vãos, assim como as terminações angulares dos mesmos, que diferem totalmente do observado no prédio 2 faz possível essa correlação. Nesta pesquisa, o estrato 2 constitui uma capa de sedimento arenoso com restos de carvão em sua composição, assim com o cascalho característico, composto de restos muito pequenos de pedregulhos rolantes. Esse sedimento tem baixos níveis de umidade e compactação. O contexto aparece bastante removido, motivo pelo qual não foi levado em conta para a realização de datados, nem para o estabelecimento de inferências.

Também em Puerto Yerúa encontra-se o sítio conhecido como *Estância Intolerância*, localizada próximo ao arroio *Hervidero*, em linha reta com a antiga escola Bardelli, de onde se observa um caminho que leva à desembocadura do arroio no rio Uruguai, perto da conhecida passagem do *Hervidero*. Na mencionada estância, identificou-se um conjunto de três edificações, ainda que atualmente parte do prédio 2 se encontre em ruínas. As pesquisas e provas de pá foram realizadas no interior de dois recintos. No setor

norte central de um curral de ovelhas em desuso (prédio 3) empreendeu-se a pesquisa 1. Comprovou-se uma estratigrafia rica em húmus e argila, embora de tonalidade grisalha, inferência lógica derivada do uso reiterado da área como curral. Esse sedimento aparece acompanhado do pedregulho característico da Formação Yeruá, pela presença notável de cascalho em sua composição. Neste estrato, os cimentos terminam a -27cm de profundidade, e o final da estratigrafia cultural advertida aparece a -40cm – elemento que apontou para a formação recente do depósito. A pesquisa 2 foi executada no ângulo interno de outra estrutura arquitetônica, perto do muro de 60cm de largura, em conjunção com tabique moderno, mas cimentos de pedra de 50cm x 50cm. O estrato 1 compunha-se de mato misturado com areia e materiais de alvenaria, como claro exemplo dos desmoronamentos ocorridos na área. A seguir aparece o estrato 2, que se identificou como um estrato rico em húmus, com presença de raízes e areia misturada, e embaixo, imediatamente a -40cm de profundidade, assoma o estrato 3, caracterizado por abundante material orgânico, de coloração escura e umidade característica. Como nos casos anteriores, esse sedimento aparece diretamente relacionado à construção dos cimentos e não se apresentam materiais culturais associados às estreitas margens pesquisadas. A mostra tomada desse estrato para a realização do datado de Carbono 14 revelou 480 ± 60 anos AP, aproximadamente entre os anos 1410 e 1470 de N.E.

CONCLUSÕES

O conceito de terra preta vem sendo desenvolvido há alguns anos, vinculado à análise de sociedades amazônicas pré-hispânicas, para a explicação de um tipo de sedimento rico em elementos orgânicos, distinto por sua fertilidade, pelo qual se associa ao estabelecimento de sociedades complexas, sedentárias. Tem-se sustentado que a complexidade das sociedades da Amazônia deveu-se fundamentalmente a seu sustento alimentício, com base na proteína animal (Lathrap, Carneiro, Gross e Chagnon, Tapia M, 2011). No entanto, essa tese está sendo abandonada para apoiar a de uma gestão ambiental do passado, baseada em estratégias que superam a roça e a queima da vegetação tropical, para desenvolver atividades específicas de enriquecimento orgânico dos solos produtivos capazes de sustentar a alimentação da população, como pode ser o trabalho com jardins e horticultura. Explica-se que para conseguir tal sustento se requeriam organização e distribuição de responsabilidades dentro da sociedade (Rostoker, 2005, Tapia M, 2011), de que se infere um nível

de sedentarismo e complexidade no desenvolvimento socioeconômico das mencionadas comunidades que vai além das estruturas elementares a elas atribuídas. O fato de manejar um recurso natural como a terra de formas desiguais por parte de diferentes culturas é um indicador do grau de conhecimento do ambiente circundante que a sociedade adquire, e das possibilidades que oferece. O manejo pedológico de tal recurso é o efeito imediato do reconhecimento, no caso das sociedades da Amazônia, da baixa fertilidade dos solos estéreis, rico em minerais que a caracterizam, e sua transformação em solos orgânicos férteis. Isso evidencia com clareza seu manejo de técnicas agrícolas desde etapas iniciais. Tal fato tem se trasladado à análise dos povos guaranis; autores como Rodríguez (2001), assim como Poujade, R. A. e M. dos Á. Segovia (2012), referem-se a alguns destes aspectos. As sociedades guaranis têm sido catalogadas como sociedades complexas, com desenvolvimento econômico caracterizado no domínio do meio circundante, seu estabelecimento sedentário, o desenvolvimento da agricultura e a variabilidade da construção de povoados, onde se evidencia uma distribuição dos espaços de acordo com os seus avanços e sua organização sociocultural.

Nos casos em estudo, apresenta-se como hipótese que a presença desse sedimento é o resultado direto da mudança sociocultural estabelecida e sua representação na materialidade do solo e do subsolo. É provável que a implantação de grandes construções de pedra provenha do período que vai do século XVII ao XX. Essa implantação realizou-se em torno ou sobre aqueles espaços onde culturas anteriores como a Guaraní estabeleceram seus povoados e suas hortas de cultura. Símbolo (ou não) da mudança que estava por vir, essa ação parece transformar interiormente o sistema sociocultural estabelecido. Desenvolvem-se assim as estruturas econômicas e socioculturais características das sociedades modernas ocidentais, incorporando alguns elementos da cosmogonia dos povos originários das zonas que lhes eram úteis pelo manejo do meio obtido em milênios de exploração do mesmo. Assim, impõe-se um modo de construir com amplos cimentos e altos parâmetros, no melhor estilo dos muros romanos, para o qual abriram fossas sobre o terreno, fossas que foram recheadas com esse sedimento escuro, talvez já manipulado culturalmente, procedente de alguma antiga horta. Esse depósito provavelmente se intensificara em potência, na medida em que avançava o tempo de ocupação num mesmo espaço; os novos momentos de deposição de elementos orgânicos ou a contínua necessidade de nivelar o terreno diante da erosão podem

condicionar o aumento da potência. A ausência até o momento de materiais culturais iniciais na maioria dos sítios escavados, talvez, deva-se às estreitas margens trabalhadas ou ao grande impacto que significou a implantação da modernidade europeia, com seus sucessivos momentos de chegada, estabelecimento e mudança de colonos a jesuítas, imigrantes, agricultores, madeireiros, pedreiros até o século XX. No entanto, no caso da escavação da casa Almacén de la Calera Barquin, em El Palmar, a aparição de uma fileira de tijolos característicos de tipologias mencionadas, em meados do século XVIII, colocados de forma primária, adossados ao longo de todo o muro onde encontra-se o umbral principal da entrada, pode responder a um momento de ocupação inicial, onde esse sedimento escuro, diretamente vinculado aos tijolos, constituía o chão do recinto. Escavações extensivas poderiam aportar novos dados a respeito.

Ainda não se chegou a um acordo entre pesquisadores das variáveis que condicionam o surgimento desse sedimento escuro. O que se tem acordado é a origem antrópica do mesmo. Até o momento, parece ser recorrente sua aparição vinculada às evidências de assentamentos de sociedades sedentárias, com domínio da agricultura, e de alta densidade populacional. A variabilidade na potência ou espessura deste estrato pode constituir um elemento que aponte para a magnitude e o poder de transformação do subsolo de uma cultura em relação à outra, quando nos referimos à densidade e à distribuição espacial do assentamento.

As construções típicas dos povos guaranis eram realizadas com materiais leves (madeira, barro e palha), que não necessitavam de amplas valas e recheios para seu estabelecimento, ainda que a organização do espaço evidenciasse a complexidade de sua estrutura socioeconômica. É factível então estabelecer uma variável que aponte para a pouca densidade de potência destes sedimentos nos sítios vinculados a essa cultura. Muito pelo contrário, o estabelecimento de estruturas edilícias de pedra, características dos diferentes momentos de assentamento de missioneiros e colonos europeus, demandava uma transformação maior no subsolo. O trabalho da pedra, assim como a abertura de amplas valas sobre o estrato estéril, a cimentação e o recheio desses espaços sanjados para o estabelecimento do nível do solo necessário nos recintos interiores das estruturas, condicionaram a aparição em maior escala, ou o movimento de maneira consciente de sedimentos. Portanto, dada a sua recorrência nos espaços estudados, propomos estender os estudos arqueológicos tendo em conta estas variáveis para esclarecer as hipóteses abertas.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, A. 1983. Estudio arqueológico de los antrosoles de Araracuara (Amazonas). *Boletín del Museo del Oro* N° 14. Año 6, septiembre – diciembre. Consultado agosto 2012. <http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/publicacionesbanrep/bolmuseo/1983/bol14/bosep3.htm>
- BARCELOS, Artur H. F. 1997. Espaço e Arqueologia nas Missões Jesuíticas: o caso de São João Batista. CPGH – PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2 Vols.
- CARDILLO, M.; M. Morales y M. Weissel. 2001. Integridad y distribución en el registro arqueológico urbano. Un avance en el análisis químico y tafonómico del sitio Nueva Torre Banco Galicia, Buenos Aires. X Congreso Nacional de Arqueología. Montevideo.
- CASTRO, Juan Carlos. 2010. Informe Sobre Investigaciones Arqueológicas en el Parque Nacional El Palmar. APN. Dpto. de Manejo de Recursos Culturales, Curtoni, R.P. y Politis, G. G. 2006 Race and racism in South American archaeology. *World Archaeology* Vol. 8(1): 3–108. Taylor & Francis.
- EBERT, J. I. 1992. *Distributional Archaeology*. University of New México Press, New México.
- ESCOLANO, B.; E. Mazzoni y M. Vázquez. 1998 Unidades de paisaje como metodología aplicada para la evaluación del impacto ambiental producido en la construcción de un oleoducto al sur de la provincia de Santa Cruz, Argentina. Trabajo presentado en el II Congreso Uruguayo de Geología. 13-18 de Mayo, Punta del Este, Uruguay.
- ERIKSON, Clark. 1980. Sistemas agrícolas prehispánicos en los Llanos de Mojos. *AméricaIndígena*40(4):131-156.
- ERICKSON, Clark. 2003. “Historical Ecology and Future Explorations”, en *Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management*. J. Lehmann et al. (eds.), 2003.
- FOUCAULT, M (1997). De los espacios otros. «Des espaces autres», conferencia pronunciada en el Centre d'Études architecturales el 14 de marzo de 1967. Traducción al español por Luis Gayo Pérez Bueno, publicada en revista Astrágalo: Revista Cuatrimestral Iberoamericana, n° 7:83-91, septiembre de 1997.
- GLASER, Bruno, William I. Woods (comps). 2004. *Amazonian Dark Earths: Explorations in Space and Time*. Springer
- GNECCO, C. 1999 *Multivocalidad Histórica. Hacia una Cartografía Postcolonial de la Arqueología*. Universidad de los Andes, Santa Fé de Bogotá. Grupo de Pesquisa (2012). Estudo de Terra Preta Arqueológica na Amazônia. Área predominante: Ciências Agrárias e da Terra. Museu Paraense Emílio Goeldi Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia / CCTE. Belém-PA, Brasil. http://www.museugoeldi.br/pesquisa/ecologia/tpa/paginas_imagens/publi.htm
- HARRIS, E. C. 1991. *Principios de estratigrafía arqueológica*. Editorial Crítica, Barcelona.
- HECKENBERGER, Michael J et al. 2008. “Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon”, en *Science* 29 August 2008: Vol. 321. No. 5893, pág. 1214 – 1217. Consulta en web: <http://www.sciencemag.org/cgi/content/full/321/5893/1214>

- KERN, Arno Alvarez. 2007. Do pré-urbano ao urbano: a cidade missioneira colonial e seus territórios. XXIV Simpósio Nacional de História. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. Associação Nacional de História, ANPUH. São Leopoldo: Unisinos, 15 a 20 de julho
- LATHRAP, D. 1970) *The Upper Amazon*. Praeger Publishers, New York. (haytrad. al castellano).
- LEHMANN, Johannes, Dirse C. Kern, Bruno Glaser, William I. Woods. 2004. *Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management*. Springer
- MEGGERS, B. J. y Evans , C. 1983. Aspectos arqueológicos de las Tierras Bajas de Suramérica y las Antillas. *Cuadernos del CENDIA*. Universidad Autónoma de Santo Domingo, Vol. 258 (4).
- MEGGERS, B. J. 1990. Reconstrução do comportamento locacional pré-histórico na Amazônia. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Vol 6 No. 2:183-203.
- PETERSEN, James B.; Neves, Eduardo Góes y Heckenberger, Michael. 2001. Gift from the past: terra preta and prehistoric Amerindian occupation in Amazonia. En: *Unknown Amazon. Culture in nature in ancient Brazil*, editado por Colin McEwan, Cristiana. Barreto e Eduardo Neves, pp 86-105. British Museum Press, Londres.
- POUJADE, Ruth, M.A. Segovia. 2012. Variabilidad de los sistemas constructivos en las viviendas guaraníes reduccionales. V Congreso Nacional de Arqueología Histórica Argentina. <http://www.vconarqhist.com.ar/?p=99>
- RODRÍGUEZ, J. A. 2001. Nordeste prehispánico. En: E. Berberían y A. Nielsen (Eds.) *Historia Argentina Prehispánica, tomo II*, pp. 693-736. Editorial Brujas Córdoba.
- ROSTOKER , A. 2005. *Dimensions of prehistoric human occupation in the southern Ecuadorian Oriente. Vol. 1*. Disertación de PhD, Universidad de New York.
- STEWART , J. y Faron, L. 1959. Native peoples of South America. Capítulo 11. Aldeas agrícolas de la selva tropical. (há tradução).
- TAPIA MORALES, Carmen Susana 2011. La terra preta y su asociación con los pueblos y ciudades perdidas en el Amazonas. www.amejimina.com/index_archivos/Ciudades.pdf Último ingreso diciembre 2011.
- WILLIAM I. Woods, Wenceslau G. Teixeira, Johannes Lehmann, Christoph Steiner, Antoinette M. G. A. Winkler Prins, Lilian Rebellato Amazonian Dark Earths: WimSombroek's Vision. Springer, 2008. <http://www.mineria.gov.ar/estudios/irn/entrierios/ind-geo.asp>. Tomado de internet en agosto del 2012

CONSTRUÇÕES DE PRODUÇÃO E SERVIÇO NO CORREDOR DO RIO URUGUAI:

TESTEMUNHA LATENTE DO PATRIMÔNIO HISPÂNICO- GUARANI NA ARGENTINA†

*Vivian Fernández**; *Andrea Morello***; *Carlos Moreno****
*Adriana Ten Hoeve***** e *Martín López Bustigorry******

RESUMO

Estudo particularizado, desenvolvido como primeiro projeto piloto nas localidades de San José, Ubajay e Pto. Yerúa, Prov. de Entre Ríos sobre a franja costeira do corredor do rio Uruguai, cujos vestígios construtivos em pedra, de acordo com a hipótese estabelecida, formariam parte dos postos do sistema econômico produtivo territorial aplicado pelos padres jesuítas na região, dependentes do povo de Yapeyú ou do Colégio Jesuítico de Santa Fé. A partir do assentamento missionário no território, o rio Uruguai foi se constituindo como um vetor de urbanização de cunho mais precário durante o século XVII, com estabelecimentos temporais, afirmando-se ao longo do século XVIII, e a ocupação se consolidando através de construções mais sólidas, geralmente realizadas em pedra, funcionais ao sistema produtivo e de transferência de cargas para o rio da Prata. Essa intensidade de ocupação é possível se verificar ao longo da extensão do corredor, nas passagens do rio, em ambas as margens e em locais estratégicos pelo seu domínio da paisagem ou por suas características, aptas para ancorar barcos.

† Pesquisa realizada no marco do estudo: *Plan de Recuperación del Patrimonio Cultural Hispánico Guarani en el corredor del río Uruguay, Prov. de Entre Ríos*, 2011. Assistência técnica e financiamento e 1ª etapa: Consejo Federal de Inversiones (CFI). Sede Acadêmica: Universidade de Salvador, Vice-reitoria de Investigación Desenvolvimento (VRID), Instituto de Meio Ambiente e Ecologia (IMAE), Área Interdisciplinar Patrimônio e Meio Ambiente. Direção institucional e acadêmica: dra. De Mahieu, Genoveva. Direção executiva e coordenação acadêmica: Arq. Ten Hoeve, Adriana.
Colaboração institucional:
Administração de Parques Nacionais (APN); Comissão Nacional de Museus e de Monumentos e Locais Históricos; Centro de Pesquisa e Interpretação da Parquearia Governo da Província de Entre Ríos, Secretaria de Turismo, Representação da Companhia de Jesus na Argentina e Uruguai para o Patrimônio Cultural Jesuítico; Municípios de Ubajay, San José e Porto Yerúa, Província Entre Ríos.

* Arquiteta (FADU – UBA). Especialista em Preservação, Conservação e Reciclagem do Patrimônio Monumental Urbano e Rural (UBA). Especialização em Conservação Preventiva (Instituto do Patrimônio Cultural da Espanha). Coordenadora da Área de Conservação do Patrimônio do Centro Histórico de Buenos Aires. Membro de ICOMOS Internacional.

** Arquiteta. Máster em Restauração e Reabilitação do Patrimônio (Universidade de Alcalá de Henares, Espanha). Especialista em Preservação, Conservação e Reciclagem do Patrimônio Monumental Urbano e Rural (UBA). Professora de pós-graduação e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura Desenho e Urbanismo. UBA. Membro do ICOMOS y DOCOMOMO Internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Rio Uruguai / Patrimônio Cultural Colonial / Paisagem Cultural / Patrimônio Hispânico-Guarani / Jesuítas / Construções em Pedra / Arquitetura Colonial / Itinerário Cultural

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta o estudo particularizado de uma franja territorial sobre o corredor de rio Uruguai (localidades San José, Ubajay, Pto. Yeruá), cujas construções, de acordo com a hipótese estabelecida, formariam parte de postos do sistema econômico produtivo aplicado pela Companhia de Jesus na região.

A partir de estudos prévios de pesquisa documentada em fontes primárias e bibliográficas, constatou-se que esses territórios dependiam como estâncias, desde o século XVII, do Colégio Jesuítico de Santa Fé. Em tudo relacionado com o transporte fluvial dependiam do Pueblo de Yapeyú, encarregado do transporte de cargas, devido à existência de um sistema de intercâmbio de bens entre as Missões e Buenos Aires que se realizava pelo rio Uruguai¹.

Iniciados os trabalhos de pesquisa e reconhecimento do local, localizaram-se uma série de construções com características compartilhadas. Próximas a antigos caminhos reais de carretas e de postagens, coincidem com as passagens do rio, que formaria parte das construções de apoio ou afixamentos dentro do sistema de exploração e comércio, com unidades produtivas e instalações de infraestrutura, tais como: fornos, portos, diques e moinhos hidráulicos. Em uma primeira aproximação à temática define-se um primeiro setor de estudo que abrange a franja costeira desde a cidade de Concepción do Uruguai a Concordia, pré-selecionando aquelas construções que apresentavam evidências mais contundentes de pertencer ao período de estudo. No âmbito do *Plano de Recuperação do Patrimônio Hispânico-Guarani no Corredor do rio Uruguai*, enfrentou-se a primeira fase de pesquisa e relevamento dos conjuntos de construções localizadas ao longo da franja costeira do rio Uruguai, que apresentam características comuns tanto tecnológicas quanto morfológicas que foram abandonadas ou reutilizadas ao longo do tempo. Os objetivos do trabalho foram os de registrar, analisar e demonstrar que tais construções teriam pertencido ao período jesuítico-

*** Arquiteto (UBA). Docente e Pesquisador Membro da Comissão Nacional de Monumentos. Membro do Instituto Belgraniano, Membro do ICOMOS Internacional e Membro de Investigações Históricas de Manzana de las Luces.

**** Arquitera (FADU-UBA). Especialista em Conservação de Patrimônio Cultural. Pesquisadora do Instituto de Meio Ambiente e Ecologia (IMAE) da Universidade de Salvador (USAL), coordenadora da área interdisciplinar "Meio Ambiente e Preservação do Patrimônio Cultural". Docente titular da carreira de Arte e Arquitetura, USAL. Especialista da Comissão Nacional de Museus e de Monumentos e Lugares Históricos.

***** Estudante avançado de Arquitetura (UBA). Trabalha na Área Técnica da Direção Geral Centro Histórico. Docente.

1. Plano de Recuperação do Patrimônio Cultural Hispânico Guarani no corredor do rio Uruguai, Prov. de Entre Rios. CFIUSAL- 111

guarani como parte do sistema instalado na região. Através do registro e análise desses sítios, poderá se realizar sua valorização e avaliar sua potencialidade, a fim de elaborar projetos de intervenção, cotização e sua incorporação como novos nodos de um itinerário cultural das Missões Jesuíticas.

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AO TERRITÓRIO DO ESTUDO

O território da franja costeira do rio Uruguai foi se constituindo como um vetor de urbanização, de feição mais precária durante o século XVII, com estabelecimentos temporais, sendo o rio um corredor que unia Buenos Aires aos territórios do norte. Ao longo do século XVIII, a área foi consolidando sua ocupação com construções sólidas para fortalecer e acompanhar as diferentes escalas de produção. Essa veemência de ocupação deu lugar a intensidades territoriais diferentes, possíveis de verificar ao longo da extensão do rio, que se avivam nas áreas de passagens e embarcadouros. Sobre a costa, em locais estratégicos pelo seu domínio da paisagem ou suas características aptas para ancorar os barcos, realizava-se a carga e descarga de mercadorias, e na margem oriental realizava-se a exploração de numerosas estâncias de gado.

É marcada a potencialidade da geografia para condicionar o habitat e a sistematização jesuítica-guarani é a que aproveita as condições, procurando os melhores sítios, ocupando as bacias fluviais e selecionando cuidadosamente as características dos assentamentos, buscando pontos altos de clima benigno, com fácil acessibilidade e defesa, abastecidas com água e madeira. (Gutiérrez R. 1987).

METODOLOGIA DE ABORDAGEM

Apresentaram-se, basicamente, três instâncias de trabalho:

1. Relevamento in situ do trabalho do campo

Através dos relevamentos, obtém-se um estado de situação geral dos sítios, permitindo reconhecer os componentes, sua localização e ideia preliminar sobre seu estado de conservação. Assim mesmo, apresentou-se a tomada de mostras iniciais de materiais que contribuam à futura análise de gabinete.

2. Contribuição documentária

A contribuição documentária se interrelaciona com os dados recopilados no trabalho de campo, a fim de achar correspondências ou verificações de caráter técnico.

3. Análise de gabinete

O trabalho consistiu na análise dos dados relevados no campo, a confecção de planimetrias, a elaboração de fichas de relevamento de dados técnicos e morfológicos que sintetizam e sistematizam a informação recopilada.

RESULTADOS

As construções levantadas são abordadas como integrantes do sistema econômico e territorial periférico dependente de um centro, seja este o Pueblo de Yapeyú ou do Colégio Jesuítico de Santa Fé. Se considerarmos essas centralidades como produto da consolidação e evolução de núcleos primitivos, é possível inferir as formas e a organização no espaço que orientem a busca de vestígios nos sítios analisados.

A partir de analisar os modos de apropriação e disposição no terreno, as características de implantação, morfologias e formas de construção utilizadas que se repetem sistematicamente, tem-se definido uma série de invariantes arquitetônicas, para estabelecer parâmetros comparativos:

- Características de implantação: privilegia-se como localização o lugar estratégico sobre a costa, proximidade à água, proximidade às passagens do rio, visuais privilegiados (que dominem todo o entorno), orientações preferenciais E-O, N-S, organização dos volumes, com intenção de formar um conjunto ou que pudesse se inferir com tal.

- Tipologias: a arquitetura é artefato que dá resposta a um modo de vida e resolve necessidades com os materiais e meios com os quais conta no tempo e no local – o que vai definindo tipos formais e tecnológicos. Tem-se analisado “a vontade da forma” que adquirem os lugares, buscando sinais do que seria desejável para cada época, circunstância e função. Cada lugar cumpre uma missão dentro de uma estrutura organizativa e produtiva. Na rota produtiva ao longo do rio Uruguai necessitavam-se galpões para proteger e armazenar mercadorias e moradias para postos e viajantes. As estâncias e postos tinham que contar com moradia, capela, petrechos, currais, diques e outras instalações industriais.

Desse modo, é importante assinalar que existe uma relação direta entre cada atividade desenvolvida, as dimensões das construções e a quantidade de população.

- Modos de materialização: os modos de materializar as formas e os espaços nutrem-se dos recursos disponíveis e circunstâncias do lugar,

adaptando uma tradição europeia de construções em pedra com o uso de técnicas construtivas missionárias.

Um modo de habitar que surge como expressão das capacidades socioeconômicas e tecnológicas do momento, para se prover de matérias primas, extraí-las, transformá-las e emparelhá-las, e como reflexo de organização social, política e religiosa, necessitada de articular espaços de funcionalidades e significados diversos.

Essas funcionalidades permitem-nos distinguir as construções vinculadas ao habitat e as vinculadas à produção, encontrando-se entre as primeiras as moradias, as casas dos padres, as habitações das órfãs e as capelas; e entre as segundas, os moinhos, os depósitos e petrechos, as caleiras, os currais.

Nos casos de estudo realizados para este trabalho, a reutilização das estruturas nos sítios é uma constante. Observa-se uma superposição de edificações, de diferentes períodos e diferentes usos em alguns casos, resultado das diferentes necessidades funcionais surgidas ao longo do tempo, das mudanças culturais e sobretudo do desconhecimento e da ausência de valorização do encontrado. Às superposições e reutilização das estruturas soma-se a falta de características formais definidas, que tem complicado a leitura e a interpretação dos sítios.

ESTUDOS DE CASOS

Para o desenvolvimento das tarefas de pesquisa de campo tem-se selecionado oito casos localizados nas quatro áreas de estudo:

Área Parque Nacional El Palmar (calera del Palmar, estancia Ybyraty), Área Puerto Yerná (casa Bourren, Antigua Escola Bardelli, estancia La Intolerancia), Área San José (calera Colombo, casa Richard), Área Colón (Molino e dique Jaquet).

Dos casos estudados, a Calera del Palmar e o Molino e dique Jaquet representam as testemunhas paradigmáticas com os referentes confirmados que mais se aproximam da demonstração de ocupação e assentamento jesuítico-guarani no território de estudo.

CALERA DEL PALMAR, UBAJAY

Referências:

1. Edifício 1- Moradia (casa longa)

2. Edifício 2- Capela
3. Edifício 3- Depósito
4. Edifício 4- Forno de cal 1
5. Edifício 5- Forno de cal 2

Dos levantamentos arquitetônicos realizados in situ e o contraste documentário com as tipologias pertencentes às construções próprias do período hispânico-guarani, tem se constatado numerosas correspondências.

Em primeiro lugar, as características de implantação são as investigadas já que as construções se encontram num desfiladeiro que permite boas visualizações e resguardadas de inundações. Por outro lado, os volumes orientam-se no eixo N-S e L-O como habitualmente se fazia no período de estudo e estes corpos se ordenam em ângulo reto com a intenção de formar um pátio tal como se organizavam os conjuntos jesuíticos.

Quanto ao morfológico, trata-se de construções de planta longitudinal com telhado de duas águas e a forma de composição é por método aditivo, ou seja, poderiam crescer longitudinalmente por adição.

A luz existente entre muros é equivalente às dimensões entre luzes existentes à época. Tanto a dimensão assinalada quanto o ritmo e os tamanhos dos vãos levantados no Edifício 1 determinam que o mesmo possa corresponder à tipologia de “casa de indígenas”. Terá que se constatar no futuro, através de novas escavações arqueológicas, a conformação do muro ausente que fecha os relevos da caixa mural para verificar a hipótese assinalada. Quanto ao Edifício 2, pela sua tipologia, infere-se um uso original de capela.

Com relação às técnicas construtivas, foram detectadas as seguintes correspondências:

Os muros integrantes das caixas murarias estão compostos por pedras irregulares intercaladas com lajes e pedras menores, unidas por argamassa ou mistura de assento, presumivelmente à base de cal e em alguns casos misturada com barro. As espessuras do muro correspondem às praticadas na época tanto para muros simples quanto para muros de dois paramentos com recheio. Foi detectada a presença de reboques nos interiores do Edifício 2, uma primeira capa de reboque com cal, com aspecto rugoso e duro. A segunda capa de reboque de 1cm de espessura é com cal e coberta com três capas de pintura de cores branco-amarelo ocre e que corresponderiam ao século XIX.



Jazigo arqueológico Calera del Palmar. Edifícios 1 e 2. Fonte USAL- VRID-IMAE

Em relação aos telhados, embora não se tenham encontrado restos de materiais (no Edifício 2) verificam-se os ângulos de inclinação dos declives correspondentes à tipologia de telhados de duas águas, característicos do período, e a marca correspondente à estrutura da mesma, troncos de madeira de 0.20m de diâmetro, localizados a um terço de cada lado da cumeeira.

Das prospecções arqueológicas realizadas depreende-se a existência de uma telha de tijolos (no Edifício 1) correspondente às medidas utilizadas em meados do século XVIII de 40cm de comprimento, 20cm de largura e 5cm de espessura.

A respeito dos Edifícios 4 e 6, presumivelmente fornos, não foi possível ainda realizar os levantamentos e a verificação de tipologias que permitam abordar uma análise mais profunda. Desse modo, da análise técnica arquitetônica realizada infere-se o uso de tipologias e tecnologias construtivas pertencentes ao período jesuítico-guarani, hipótese que terminará de se corroborar no momento de contar com os resultados das análises de mostras tomadas e dos contrastes com maior evidência documental.

DIQUE E MOINHO JAQUET, COLÓN

Localizado geograficamente no arroio Artalas, o relacionamos com o que inferimos como uma rede territorial de produção e movimento de mercadorias para a região de São José e Colón no século XVIII com continuidade no XIX. Essa rede abrange o período hispânico-guarani em estudo considerando a etapa de assentamento e desenvolvimento das Missões Jesuíticas, assim como os produtores crioulos que compartilhavam o território com os missioneiros e as culturas originárias. Incluímos também o período da Junta de Temporalidades a partir de 1767, com a expulsão jesuíta e a marca deixada pelos colonos imigrantes no século XIX (a partir de 1820).

O dique tem desenvolvimento superior a 130m. O conjunto se completa com os açudes, o moinho e a morada do moleiro.

O muro de contenção do dique tem pelo menos três instâncias de construção, uma etapa supostamente inicial, onde se localiza o açude que vai para o moinho, um setor voltado para o norte levantado com pedras sem argamassa e não é possível nesta instância precisar se é uma conclusão, subsistência ou reconstrução e um setor que se desenvolve para o sul com duas comportas.

Esses muros têm como característica a forma de trapézio, quer dizer na parte superior têm espessura de 0,50cm e na base chegam a medir 1m. Essa característica é típica de construções jesuíticas.

A primeira etapa de construção compõe-se de pedras grandes e medianas unidas por uma argamassa, presumivelmente de cal. A segunda etapa é um muro mais baixo e irregular, de pedras sem argamassa, que consiste em um empilhamento de peças de tamanho médio, o que poderia se dever a um novo empilhamento de muro caído ou da etapa primitiva. O setor da terceira etapa é formado por pedras de grande tamanho unidas com mistura de cal. Há muito setores dos muros que poderiam ser reconstruções ou consolidações realizadas com argamassa quase nivelada.

A construção que aloja o moinho (Edifício 2) é um recinto de forma retangular. Encontra-se quase derruído e os muros chegam à altura de aproximadamente 1m. São duplos e compostos por pedras de arenito de tamanho médio misturadas com pedras menores e concluídos com parapeitos de tijolo de 20cm x 40cm assentados na areia. O achado destes tijolos do século XVIII, que têm sido reutilizados é um dado de



Jazigo dique Jaquet. Fonte USAL- VRID-IMAE

fundamental importância. Esse tipo de tijolos também foi achado na Calera del Palmar, em sítios de Gualaguaychú, na Calera de las Huérfanas e na estância Narvona na R.O.U, e são testemunhas das construções do século XVIII.

O Edifício 3, que pode ser a moradia, evidencia características tecnológicas posteriores.

Segundo nossas referências, os moinhos hidráulicos deste tipo desenvolveram-se durante o século XVIII. Essas instalações estão associadas à produção de grãos, lã e à demanda de farinhas para consumo da população. Portanto, terá que se aprofundar no levantamento de novos dados históricos, demográficos e de alimentação, que justifiquem sua existência no período estudado. Por outro lado, podemos considerar que uma estrutura dessa envergadura só se justifica de uma perspectiva de desenvolvimento alcançado pelos jesuítas, como por exemplo, na Estância de Jesus Maria, na Província de Córdoba. É difícil entender o conjunto como um empreendimento realizado por um colono após a expulsão da Ordem, pois pode ter pertencido a uma estância em grande escala. Nesse caso, seguramente haverá documentos testamentários e cadastrais de avaliação e será motivo de uma futura pesquisa documentária particularizada.

CONCLUSÕES

De acordo com os resultados da análise de documentos históricos, a região estava povoada no período colonial e em toda a franja costeira

localizava-se grande quantidade de construções que serviam à produção e ao movimento econômico da região como parte do sistema de intercâmbio e auto- abastecimento das reduções jesuíticas. Nas passagens naturais do rio havia construções de apoio. A cada cinco léguas localizava-se uma construção para os viajantes. O rio Uruguai constituía a coluna vertebral desse fabuloso sistema de um único território onde se complementavam as duas beiras.

Sobre a costa, em lugares estratégicos pelo seu domínio da paisagem ou suas características aptas para ancorar os barcos, realizavam-se a carga e descarga de mercadorias e na margem oriental realizava-se a exploração de numerosas estâncias de gado. Toda essa infraestrutura era administrada pelo Pueblo de Yapeyú. Também está documentada a inter-relação entre os costumes e técnicas guaraníticas e os conhecimentos e tradições culturais trazidos pelos jesuítas.

Portanto, temos que considerar que muitas das mencionadas construções foram na sua origem perecedoras, seguindo a tradição construtiva guarani e o modo de fazer nos primeiros assentamentos jesuíticos e que os edificios construídos em pedra são posteriores a 1730.

Além disso, podemos inferir que essas construções são de tipo e características construtivas que fazem a arquitetura de produção ou de serviço. É uma arquitetura periférica que difere em suas qualidades da arquitetura dos povos. Às superposições e funcionalizações das estruturas soma-se a ausência de uma característica formal definida que facilite sua leitura.

Quanto ao aspecto tecnológico, não podemos ainda estabelecer um padrão de aparelho construtivo repetitivo em todos os sítios, há grande diversidade e cada locação tem características próprias tanto no tamanho das pedras quanto na sua composição.

Quanto às argamassas levantadas, também são variáveis, abrangendo misturas e reboques de cal com abundância de calça, argamassa de cal e terra ou simplesmente de terra.

Dos estudos realizados no momento surgem muitas incógnitas para serem reveladas a partir de análises mais profundas das construções. É necessário poder entender sua complexidade evolutiva desde o originalmente instável até a estabilização marcada por sucessivas funcionalizações e danos produzidos, sobretudo depois da expulsão, nas guerras no litoral e nas

sucessivas ondas migratórias. É a partir destas condicionantes que se quer aprofundar no contraste dos vestígios materiais com documentos, com novas datações e estudos específicos de arqueologia mural.

Entendemos que aprofundar na pesquisa dos sítios alenta o fortalecimento e a recuperação dos valores de identidade da comunidade, valores que têm sido apagados e esquecidos segundo os casos, ao longo dos séculos. Sua conservação e manutenção necessitam contemplar a apropriação por parte da comunidade local dos projetos futuros a serem encarados; e comprometer as autoridades locais na consecução de tais objetivos ditando um marco legal que as ampare e preserve bem como na obtenção dos recursos econômicos necessários para sustentar sua administração e conservação. Da mesma forma, o processo de monitoração é indispensável para controlar o impacto das futuras ações a serem enfrentadas.

BIBLIOGRAFIA

CARDIEL J. Costumbres de los guaraníes. En Domingo Muriel, *Historia del Paraguay*.

CARDIEL J. 1747, Carta de Relación

GEYMONAT, Jacqueline. 2009. Calera de las Vacas. Informe final del Proyecto financiado por el Programa de Desarrollo Cultural del BID.

GUTIÉRREZ RAMÓN. 1987. Las misiones guaraníes. Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Río de Janeiro, Brasil, UNESCO.

GUTIÉRREZ, Ramón. 1982. Las misiones jesuíticas, en *Summa*, Número 181, Buenos Aires.

LEVINTON , N. 2008. *La arquitectura jesuítico guaraní. Una experiencia de interacción cultural*. Buenos Aires. Argentina.

MAEDER Ernesto, PEENITZ Alfredo. 2006. *Corrientes jesuítica. Historia de las Misiones de Yapeyú, La Cruz, Santo Tome y San Carlos en la etapa jesuítica y en el periodo posterior, hasta su disolución*. Buenos Aires.

MORAES VÁZQUEZ, María Inés. 2007. Crecimiento del Litoral rioplatense colonial y decadencia de la economía misionera: un análisis desde la ganadería. *Investigaciones de Historia Económica*. Número 9, Pag. 11 a 44.

SUSTERSIC, B. Darko Pueblos indígenas y jesuitas en el surgimiento de las nuevas culturas sudamericanas.

...TÃO LIMITADAS SÃO SUAS CAPACIDADES

CONSIDERAÇÕES NEGATIVAS SOBRE A PRÁXIS MUSICAL NAS MISSÕES JESUÍTICAS

Ramiro Albino*

RESUMO

A prática da música das antigas Missões Jesuíticas sul-americanas tem alcançado durante a última década um almejado nível de profissionalismo. Entretanto, o estudo teórico e o juízo sobre essa música ainda se mantêm numa etapa que somente atende a fontes que se limitam à apologia documentada sobre o estilo, que são as mais fáceis de conseguir. O aparelho teórico em torno do tema está dominado por uma impressão emocional de constante louvor a um passado que afinal é uma fantasia. Esse trabalho nada pretende negar de bom do repertório nem de seus criadores, mas começar a completar e encerrar o vazio de informação sobre o qual se apoia a sinédoque histórica e estética sobre a práxis musical nas Missões Jesuíticas da América do Sul, que até agora supõe erroneamente que tudo o que se fazia a nível musical naqueles povos era simplesmente perfeito.

* Docente universitário, Universidade Juan Agustín Maza. Jornalista especialista em assuntos musicais. Músico e diretor de recitais de música barroca

PALAVRAS-CHAVE

Música missioneira, Bernardo Ibáñez de Echavarri, Missões, crítica

A reconstrução e interpretação do corpus musical das Missões Jesuíticas da América do Sul tiveram, durante as últimas décadas, um feliz momento de desenvolvimento e difusão. Aquilo que antes era apenas uma extravagância de alguns pesquisadores ou conjuntos interessados fundamentalmente no exótico ou sensacionalista, hoje é interpretado e gravado por afamados conjuntos e solistas nas principais salas de concerto e selos discográficos.

As causas principais de semelhante mudança estão na profissionalização dos artistas e na idoneidade dos musicólogos bem como nas possibilidades de acesso que se tem hoje às partituras. Também é fundamental, como marco, a criação do *Festival Misiones de Chiquitos*, realizado a cada dois anos na Bolívia, com a edição e comercialização de partituras dessa música a

cargo de seu diretor artístico, Piotr Navrot, mesmo quando as transcrições estão repletas de erros, se um bom músico as pega pode corrigi-las sem problemas. Esse festival tem se encarregado de promover intercâmbios para que importantes grupos reconhecidos internacionalmente visitem as reduções, interpretem e gravem ali o material para selos europeus o que garante a difusão intercontinental do repertório. Também os grupos bolivianos de nível médio aproveitam o que chamam de “discriminação positiva” fazendo concertos em turnês pela Europa e as Américas com atavios típicos que atraem um público nem sempre formado mas que, ansioso por novidades e raridades, compra seus discos, e assim se difunde essa música.

Todo esse aparato artístico fundamenta-se numa série de textos que apresentam apologias documentadas sobre o estilo. Por um lado estão os que foram escritos durante a época das reduções por autores como Cardiel, Sepp, Muratori etc., e por outro, os que vieram a lume depois de 1768, entre eles D’Orbigny, Furlong ou Navrot, para citar apenas os mais conhecidos.

Em todos esses textos transparece uma forte carga emocional, cujas constantes são o louvor aos intérpretes e uma permanente comparação com a música que se fazia na Europa na mesma época. Cito como exemplo o seguinte parágrafo de autoria de Muratori:

“Outra invenção de grande importância, para nutrir e acrescentar a devoção de novos fiéis americanos e para atrair os infiéis à verdadeira religião a se unirem com os outros nas reduções já formadas, é digna de ser aqui registrada. Consiste na música da qual esses industriais missionários têm com frequência conhecimento, e algum talvez a perfeição. É inacreditável a inclinação natural que têm aqueles povos pela harmonia, da qual se aproveitaram não pouco, no princípio, alguns daqueles atentos ministros de Deus. Porém, que se pondo a cantar sobre aquelas ribeiras as lápides da doutrina cristã e outras canções sagradas, saíam de suas covas aqueles bárbaros, e como estupefatos e encantados os seguiam; e quando o missionário reunia um bom número, começava-lhes a pregar a beleza e a utilidade da fé em Jesus Cristo, abrindo-se com isso a possibilidade de formar alguma redução. À parte da inclinação antes mencionada, encontra-se neles uma admirável habilidade para a música vocal e dos instrumentos musicais, ou seja, por aprender tudo o que se refere ao canto e ao som. Têm excelentes vozes, concorrendo para fazê-las tão e ainda mais harmoniosas que em outros países. Portanto, se habituam com especial cuidado os sábios missionários a escolher aquelas crianças que desde os primeiros anos mostram melhor timbre de voz e através da instrução fazem deles músicos expertos, para entenderem sobre notas e tempo até que suas sagradas músicas agradem não menos

*que as europeias. De tal forma, tem-se estabelecido em cada uma das reduções uma capela de músicos otimamente treinados e concordes no canto firme simples e no figurado. O mais admirável é que não há um instrumento musical na Europa que não tenha se introduzido entres os indígenas, e que eles toquem, como órgão, guitarra, harpa, cravo, alaúde, violino, violoncelo, trombone, corno, oboé e similares. E tais instrumentos não apenas são tocados finamente por eles, como são também, hoje, fabricados pelas suas mãos. As pessoas que passam por aqueles locais chegam a ouvir aquelas músicas (assim, bem concertadas), e expressam sua admiração afirmando que não são inferiores às da Espanha”.*¹

Soma-se a isto uma série de biografias de jesuítas músicos de baixa qualidade historiográfica (por exemplo, aquelas que pretendem colocar Zipoli com grandiloquência como um autor fundamental da história da música ocidental), assim como uma série de imagens que constroem um arquivo visual e que apelam, direta ou indiretamente, para difundir, interpretar ou ouvir o Barroco Missioneiro como, por exemplo, a cena de Jeremy Irons no filme *A Missão*, tocando oboé no meio da floresta, e o rápido, quase instantâneo florescimento de sua capela musical; ou aquela gravura de 1842 que Vicente Gesualdo publicou em sua *Historia de la Música en la Argentina*, na qual aparecem vários jesuítas numa embarcação tocando instrumentos que, inclusive, não existiram nas Missões, enquanto um grupo de indígenas enfeitado aproxima-se deles com docilidade.

O presente trabalho não pretende acreditar que tudo o que se fazia em nível musical naqueles povos era simplesmente perfeito. Em primeiro lugar, deve-se revisar a ideia que existe sobre os indígenas como músicos. É indubitável que alguns puderam chegar a um nível excelente, mas há que se compreender que nem todos conseguiram. Às vezes, as citações dos livros induzem à ideia pueril de se supor que tudo o que soava naqueles sítios era perfeito. Cardiel, sem rodeios, esclarece o assunto:

Da escola escolhem-se os de melhor voz para cantores da música e os de mais esforço para os instrumentos de boca. Têm seu mestre de capela, que lhes ensina sua faculdade do modo como o fazem nas catedrais da Espanha; porém, até hoje não se encontra um mestre que saiba compor. Toda sua felicidade consiste em entender o papel que lhe outorgam e cantar mais ou menos presto, pois alguns não cantam de repente, se não, vão repassando devagar e logo que aprendem cantam e tocam, e nunca acrescentam coisa alguma, nem trinado, hermosata ou coisa semelhante. Como faz qualquer músico ainda que não tenha mediano talento: cantam e tocam simplesmente como está no papel: seu entendimento não alcança a mais...”²

1. Lodovico Antonio Muratori *Il cristianesimo felice nelle missioni de padri della compagnia di Gesù nel Paraguai* (Venezia: Giambatista Pasquali, 1743), p. 60

2. José Cardiel. *Breve relación de las Misiones del Paraguay* (Buenos Aires, Ed. Theoria, 1994), p. 102.

Outro texto, de Francisco Javier Eder, louva a interpretação, mas esclarece que os indígenas não têm a possibilidade de compor:

...Porém, em minha opinião, não há nada que possa se admirar tanto quanto a perícia musical. Não havia nenhum instrumento dos mais utilizados na Europa que não o tocaram tão perfeitamente, que não provocaram os louvores e a admiração de todos os comandantes do exército espanhol. Eles mesmos constroem todos os seus instrumentos, que com frequência fazem de madeira; e não apenas os que levam cordas, mas também os que chamamos de vento, como o oboé, o fagote, a flauta transversa e outros conhecidos. Até onde têm progredido, sobretudo nestes últimos anos, os certificam as missas compostas pelos mais célebres compositores europeus, que executavam nas reduções segundo as normas mais exatas da música. Pessoalmente posso testemunhar, como entendido na matéria, que todos os concertos que me foram enviados para flauta, violinos ou outro instrumento, os tocavam com perfeição. Porém, há que se reconhecer duas coisas: em primeiro lugar, que, por toda parte da América que recorri, não encontrei um só índio que possuía voz sequer mediana para cantar os baixos; depois, conhecendo vários músicos verdadeiramente notáveis nas reduções (e também na minha), e tendo lhes ensinado com empenho a forma de compor, jamais pude conseguir que, dando a alguns deles um minueto sumamente ordinário, colocassem um segundo violino ou um baixo: tão limitadas são suas capacidades”.³

3. Francisco Javier Eder, SJ. Breve descripción de las reducciones de Moxos, trad. y ed. Josep M. Barnadas (Cochabamba, Historia Boliviana, 1985), p. 412.

4. Antón Sepp. Jardín de flores paracuário. EUDEBA, Buenos Aires, 1974

Inclusive Sepp, que permanentemente louva seus índios em seus escritos, refere-se à pouca criatividade que tinham:

Na música local e instrumental têm muito mais capacidade para apreender e aperfeiçoar-se que todos os europeus, mas como não têm ideias, ocorrências, imaginação ou fantasia, não são capazes de inventar algo novo e pô-lo por escrito, ou seja, não servem para compor música”.⁴

O que aconteceria se, em nossos concertos ou discos, seguíssemos ao pé da letra essas ideias e nenhum músico de hoje acrescentasse adornos ou trinos às melodias da partitura? Como seria a prática da música jesuítica americana, se os diretores ou solistas não retocassem os textos musicais ou compusessem vozes ou seções novas? Ninguém duvida que o que hoje se faz são versões para o nosso tempo e segundo os nossos critérios estéticos, porém temos que ser conscientes de estar traindo a possível verdade histórica.

Partindo desta análise é necessário prestar atenção a outros olhares da época sobre o papel e a prática da arte musical nas Missões.

O *livro sobre o Reyno Jesuítico del Paraguay*, do antigo padre jesuíta Bernardo Ibañez de Echavarri, expulso da Companhia de Jesus em 1757, está escrito com crueldade e rancor, ostentando uma raiva tão óbvia quanto o fanatismo empregado por Muratori em suas descrições. Tendo em conta essa premissa, atentemos para uma seleção de três parágrafos onde ele expõe sua ideia sobre a música nas reduções:

As artes da agricultura, de pastoreio, têxtil e todas as fabris, as fizeram porque eram úteis e necessárias ao fim para o qual se levantava essa máquina [refere-se ao que chama Reyno Jesuítico del Paraguay], e aos poucos a música e a pictórica: pois além de não servirem para ilustrar o entendimento, mas para recriar o ouvido e o olhar, far-se-ia soar muito aquela na Europa e a outra, persuadiria o mundo distante a consumada Cultura dos Guaranis. Para essa finalidade mesmo, a esses músicos e pintores ensina-lhes a ler e escrever. O segundo tem também suas utilidades, sem ilustrar mais o entendimento; porque como destes quando maduros formam-se os mordomos e capatazes das estâncias e de postos, era condizente que soubessem avisar por escrito os que vão e os que vêm, e dar conta exata de tudo. De outra forma, de que lhes serve saber ler, se não há na língua nativa própria mais livros além daqueles que os padres lhes quiseram escrever? É verdade que leem sem dificuldade o Missal e o *Martirologio Romano*, e disso fazem os padres grande ostentação com os passageiros, como aconteceu comigo, que lhes falei: E que utilidade teria para eu ler uma ou duas horas do alemão, do qual não entendo uma palavra? Pois a mesma substância tiram estes índios de nossos livros latinos e espanbóis, cujos idiomas ignoram.⁵

O mesmo autor explica, talvez com exagero, que o motor da música para aqueles indígenas era também o medo:

“... porque isso de louvar a Deus, e com a boca os meninos e meninas, não quando sai o sol mas muito antes, lhes fazendo, pelo temor aos açoites, vir antes do amanhecer, ainda no rigor do inverno, a cantar à porta da igreja; e como estão quase nus, o frio mata inúmeros deles, com bárbara crueldade destes missioneiros, que entretanto estão no abrigo de sua cama... ”⁶.

Por último, menciona a música como abuso dos missioneiros no seu desejo de emular com os nobres e reis:

Reconhecido por seus vizinhos e confinantes, podem faltar o lustre e a autoridade deste Reino Jesuítico, mas não que seus ministros imitem os reinos de outros reis, em comer, como se usa aqui, com trompetes! Pois,

5. Bernardo Ibañez de Echavarri, “El Reyno Jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demostrado y descubierto” (Imprenta Real de la Gazeta, Madrid, 1770). p. 58

6. Ibid., p. 57

a verdade é que essa circunstância tampouco falta; e seja-me testemunha o padre provincial Blas de Sylva, que escrevendo aos padres das Missões no ano de 1707, sobre a demasiada abundância, delicadeza e presentes de sua mesa, lhes diz o seguinte: “Mas o que com maior afeto encarrego neste ponto, é que se evite totalmente o que em alguns povos tem-se feito, acompanhando o presente da mesa com o estrondo de tiros, toque de caixas e sons de clarins. Tudo isto, padres meus amantíssimos, pede remédio; pois ainda os senhores governadores somente usam do clarim à sua mesa, e sendo esta própria regalia de governadores, se lhe acrescentam outros adereços seremos muito reparados e com toda razão muito murmurados. Para o ouvido participar também do seu lazer bastará que no tempo da comida cantem os músicos umas letras ou canções, e toquem seus instrumentos, e intercalem vários sons de charamelas, que é variedade que deleita e sem tanto ruído e estrondo recreia”.⁷

7. Ibid., p. 40

Todas as citações expostas surpreendem aos que estão habituados a ler parágrafos adocicados e sempre auspiciosos sobre a vida e a arte nas Missões. A ideia deste trabalho não é de suplantá-los nem de lhes tirar validade, mas de oferecer aos que se dedicam à música missionária, de estudo ou prática, uma visão mais completa e bem sucedida do local e grau que alcançou a mesma naquelas realidades.

Durante os cento e cinquenta anos do Barroco musical europeu não existiu uma qualidade musical constante, pois que dependia das diferentes escolas, populações e condições socioeconômicas de cada local. Observando-se que esse tempo coincide com o das reduções jesuíticas sul-americanas, podemos também começar a considerar que o nível musical das reduções não seria igual em todos os povos, nem constante ao longo da história daquele processo sociocultural. Dependia do tipo de instrumentos que houvesse em cada sítio, o número de habitantes de cada redução etc.

REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA CONVENÇÃO EM SEUS PRIMEIROS 40 ANOS.

MISSÕES JESUÍTICAS-GUARANIS E MISSÕES FRANCISCANAS
NO TEXAS

*Mercedes Garzón Maceda**

RESUMO

Desde que as Missões Jesuíticas de Guaranis foram inscritas, em 1983, a colocação em prática das Diretrizes para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial tem se adaptado a mudanças na especialidade. A evolução do conceito de patrimônio foi incorporando diferentes tipos de bens que expressam os processos sociais e constituem um desafio para o futuro. Tomando como base a análise de duas testemunhas da obra missioneira de congregações religiosas espanholas no período colonial na América, as Missões Jesuíticas dos Guaranis e as Missões Franciscanas de San Antonio, Texas, que serão denominadas pelos Estados Unidos para sua inscrição como série, analisa-se a evolução da Convenção desde sua adoção, em 1972, até nossos dias.

* Arquiteta
FADUUBA.
Especialista em
conservação
do Patrimônio.
Docente no
CBCUBA.
Membro do
ICOMOS USA e
Internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Missões Franciscanas; San Antonio, Texas; Patrimônio Mundial; Missões Jesuíticas de Guaranis; Missões; Convenção de Patrimônio Mundial

Em junho de 2012, coincidindo com o encerramento do simpósio anual dos US ICOMOS, realizado em San Antonio, Texas, sob o tema *Confluence of Cultures: World Heritage in the Americas*, o secretário do Interior anunciou oficialmente que os Estados Unidos vão apresentar a indicação de cinco Missões Franciscanas de San Antonio para sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, logo após uma consulta pública.

O tema esteve no centro do debate do simpósio, com aspectos chaves como autenticidade, identidade e continuidade cultural e histórica, entre os mais discutidos.

Como na lista da UNESCO, na comparação se faz referência às Missões Jesuíticas dos Guaranis, inscritas há mais de 30 anos, busca-se examinar a evolução de itens fundamentais, que terá que abordar essa futura indicação.

Quanto aos 40 anos da Convenção de Patrimônio Mundial e sua evolução ao longo desse período, nos temas relacionados com os critérios e na declaração do Valor Universal Excepcional – VUE é onde tem havido as mudanças mais significativas, que podem influir no resultado de um processo de indicação.

Sobre as Missões Jesuíticas dos Guaranis e também de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial se falará bastante neste encontro, com a perspectiva dos 30 anos transcorridos desde sua indicação.

As Missões Franciscanas de San Antonio talvez precisem realmente de uma breve apresentação. Trata-se de um conjunto serial de missões católicas, que inclui aproximadamente 80 estruturas construídas entre 1724 e 1782, formando acampamentos amuralhados, localizadas em ou próximas à atual cidade de San Antonio, que cresceu em torno delas. Essas missões integram o Parque Nacional das Missões de San Antonio, criado em 1978 – com exceção de El Álamo –, e foram incluídos na lista indicativa dos Estados Unidos, em 2008. Em 1983, o NPS assinou um acordo de cooperação com a arquidiocese de San Antonio para levar adiante programas de conservação e difusão.

As cinco missões são:

Missão San Antonio de Valero (El Álamo): Estabelecida em 1718, junto com a Villa de Bejar. A igreja e o convento são os prédios mais significativos que se conservam. Esse conjunto não faz parte do Parque Nacional e está a cargo da ONG The Daughters of the Republic of Texas, funcionando como sítio histórico desde 1905.

Missão San José e San Miguel de Aguayo (Missão San José): Estabelecida em 1720. É considerada “A rainha das Missões”. A igreja de pedra com uma decoração muito elaborada domina o conjunto. Contava também com um moinho de farinha, que funcionou entre 1794 e 1809, e que foi reconstruído em 1930. Nos últimos anos, têm sido executados trabalhos de conservação e restauração. Nela funciona atualmente um Centro de Assistência Social.

Missão Nuestra Señora de la Purísima Concepción de Acuña (Missão Concepción): Estabelecida em 1731. A igreja de pedra de planta

cruciforme e os quartos dos padres são os elementos mais importantes do conjunto. A igreja é a mais antiga construída em pedra que ainda funciona nos Estados Unidos. No interior conservam-se afrescos originais. Neste conjunto tem-se realizado recentemente trabalhos de conservação e restauração. Sua função atual é de centro religioso.

Missão San Juan Capistrano (Missão San Juan): Estabelecida em 1731. Esta Missão foi construída em várias etapas. Inclui a igreja atual, construída entre 1786 e 1824, e restos de cimentos das duas que lhe precederam. Também conta-se com a Represa e a Acequia de San Juan, usada para irrigação e os Labores de San Juan – quinta, entre outras construções. Em 1968, acrescentaram-se contrafortes para assegurar a estabilidade dos muros da igreja. Atualmente, funciona como centro econômico e museu.

Missão San Francisco de la Espada (Missão Espada): Estabelecida em 1731. Inclui a igreja da Missão, algumas estruturas auxiliares e sítios de apoio, como a Represa, o Aqueduto, as Labores, a Acequia e o Rancho de las Cabras, que se encontrava no que hoje é Floresville, no Condado de Wilson, e contava com uma mini- missão, hoje em ruínas. Sua função atual é de centro vocacional.

As Missões San Juan, Concepción e Espada na realidade localizaram-se em San Antonio, provenientes do Leste de Texas. Uma de suas características principais é que não se tratam de ruínas e sim de conjuntos vivos, que conservam algumas das funções originais em uma continuidade histórica do período colonial hispânico até nossos dias, nas quais, muitas tradições se mantêm. Alguns usuários das igrejas e de outras estruturas são descendentes diretos dos que as construíram e habitaram no período colonial.

O parque nacional adotou como tema de trabalho “Significado Histórico das Missões de San Antonio, na Fronteira Texas/Coahuila, durante o Período Colonial Hispânico”, e por sua vez, cada Missão tem um programa temático que se ajusta à sua situação atual.

O objetivo das missões espanholas era, fundamentalmente, de converter as tribos nativas ao cristianismo e a uma economia agrária. Nas Missões funcionaram as primeiras escolas e as primeiras indústrias na região de Texas.

Por outro lado, a conversão e a “civilização” dos diferentes grupos aborígenes serviriam como apoio ao estabelecimento da fronteira dos domínios espanhóis na região. As Missões eram, assim, parte de um sistema colonial maior, que incluía vilas ou povoados, e presídios ou guarnições



“Missão Nuestra Señora de la Purísima Concepción de Acuña (Missão Concepción): estabelecida em 1731. San Antonio, Texas”

militares, para permitir que a fronteira se estendesse e estivesse protegida das invasões, particularmente de franceses, a o leste, e de povos nômades hostis. Diferente das Missões Jesuíticas na América do Sul, as Missões no México, durante o período colonial espanhol, eram de natureza religiosa e secular, pertencendo no religioso ao Bispado de Nueva León e no secular, ao Comando Geral das Províncias Internas da Nova Espanha.

O esquema geral de organização era similar ao das Missões Jesuíticas, com uma grande praça central, sobre a qual dominava a igreja, rodeada pelas moradias dos indígenas – neste caso, convertidos. Entre as construções principais, encontravam-se também as residências dos padres, os anexos da igreja e, em alguns casos, as oficinas.

Como complemento aos edifícios principais, e para efeito de resposta ao assédio das tribos mais hostis, os acampamentos das Missões foram fortificados. Para a irrigação, construíram um extenso sistema de represas e canais de riachos, cujos vestígios podem se reconhecidos ainda hoje na cidade de San Antonio.

Dentro do sistema das Missões na região, as Missões de San Antonio serviam de estação e meio caminho entre as Missões do Rio Grande e as do leste de Texas.

O sistema previa a secularização e consistia, uma vez conseguido o objetivo da conversão da população indígena ao Cristianismo, em dar status de paróquia à Missão. Entregavam-se aos nativos convertidos a administração e propriedade da Missão, salvo o pertencente às igrejas, que era entregue ao novo pároco que chegava.

Em 1794, começou o processo de secularização parcial, já que ainda havia muitos nativos em processo de conversão, portanto, a decisão foi de entregar o gado e as terras aos convertidos, mantendo o funcionamento das Missões sem maiores mudanças.

Quatro anos antes, em 1790, o sistema das Missões tinha começado a declinar por causa das epidemias e de ataques externos, a fim de saquearem o produto das fazendas e o gado. Durante e depois do processo de secularização, os edifícios das Missões sofreram abandono, descuido e decadência e em muitos casos, usaram-se de canteiros para construções nos arredores. Com a independência, o governo mexicano ordenou que se concluísse a secularização das Missões.

Hoje se apresentam diferentes graus de preservação, restauração e reconstrução, o que pode despertar dúvidas sobre os temas-chave, para uma eventual inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, como são a Autenticidade e a Integridade.

Na apresentação da Lista Indicativa inclui-se a Justificação do Valor Universal Excepcional, onde se afirma que as Missões de San Antonio constituem uma distinta concentração de estruturas que são uma representação espetacular da influência colonial espanhola no Novo Mundo. O sistema religioso, econômico e tecnológico instituído pelos padres franciscanos transformou a sociedade aborígine nômade em estável e sedentária, que foi a base de uma sociedade etnicamente diversa que se mantém até os nossos dias em uma grande cidade como é San Antonio.

Os critérios que se consideram para reunir esse conjunto são:

(II) testemunhar um considerável intercâmbio de valores humanos durante um período concreto ou numa determinada área cultural do mundo, nos âmbitos da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, da planificação urbana ou da criação de paisagens;



“Detalhe de janela na Igreja da Missão San José e San Miguel de Aguayo (Missão San José), fundada em 1720. San Antonio, Texas”

As Missões de San Antonio são um testemunho do encontro cultural dos missionários espanhóis com os povos nômades e coletores da fronteira do Texas, do qual emergiu, na cultura local texana, uma sociedade moderna

composta por nativos americanos do Texas, mexicanos nativos, espanhóis e outros povos europeus. A inter-relação entre os missioneiros, os soldados, os técnicos e os americanos nativos em um mesmo acampamento, usando a língua espanhola, precipitou a influência hispânica sobre os nativos. O fato se manifesta nos desenhos e nas cores das fachadas das igrejas, que combinam motivos mouriscos e europeus com temas próprios das culturas do México Central. Também na música, na legislação e na religião, entre outros aspectos culturais, pode-se advertir a influência espanhola colonial.

(III) aportar um testemunho único, ou pelo menos excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida;

Nesse sentido, pode-se considerar que as Missões de San Antonio são o testemunho de um sistema de aplicação das tradições espanholas coloniais no religioso, econômico e arquitetônico, que gradualmente transformaram a sociedade dos povos originários de América, convertendo-os ao catolicismo. Além disso, o objetivo dos missioneiros era transformar os nativos nômades do corredor oriental da “Nueva España” (atual NE do México e do Texas) em comunidades estáveis rodeadas de granjas e áreas de cultura. Os testemunhos que nos chegam até hoje não são somente os edifícios principais das Missões, como igrejas e moradias, mas também obras de infra-Estrutura, como canais e represas, alguns dos quais ainda cumprem com sua função original.

(IV) ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico, tecnológico, ou da paisagem, que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana;

Tratam-se de conjuntos de prédios coloniais espanhóis que apresentam características arquitetônicas e tecnológicas únicas, complementadas com afrescos coloniais e ricas decorações. O que restou do sistema de irrigação, incluindo represas, aquedutos e açudes, que permanecem, dão testemunho de como funcionava o conjunto missioneiro.

A falta de integridade e de autenticidade é uma das razões mais frequentes para rejeitar uma nomeação, e não se refere tanto à integridade visual, mas à integridade histórica e estrutural.

Não se espera que um bem esteja intacto, já que o próprio passar do tempo produz alterações, sem levar em conta as ações do homem mais ou menos agressivas, e em muitos casos, o que subsiste é resultado de consideráveis esforços de uma comunidade.

Entre 1910 e 1920, foram realizados extensos trabalhos de restauração nas Missões de San Antonio, com orientação quanto à sua continuidade funcional. Em 1930, esses trabalhos continuaram, mas como parte do programa da administração central. Quanto à autenticidade e à integridade, algumas das igrejas das Missões estão praticamente intactas e mantêm seu uso original, enquanto as construções auxiliares ao redor delas apresentam diferentes graus de intervenção e/ou destruição. Em geral, pode-se considerar que os conjuntos do sul são os que têm maior grau de integridade.

O caso de El Álamo é diferente, já que tem recebido restaurações mais significativas devido aos danos sofridos na época da guerra com o México e com o passar do tempo.

Ao estabelecer comparações com outras propriedades similares, faz-se referência a um grande número de complexos missionários espanhóis construídos entre os séculos XVI e XVIII, que hoje constituem o sul dos Estados Unidos. Apesar de um estudo dos US/ICOMOS propor outros conjuntos para a série, não existem exemplos que tenham sobrevivido em um estado de conservação tão bom. Neste sentido, considera-se que esse grupo pode se qualificar para a inscrição por si só e que, portanto, poderia ser inscrito como o primeiro elo de uma série maior.

As Missões de San Antonio compõem uma rede de missões estabelecidas no NE do México. Seria de se esperar que esse conjunto pudesse integrar-se em uma nomeação binacional, com outras missões franciscanas localizadas em território mexicano, particularmente com as Missões Franciscanas de Sierra Gorda, inscritas na Lista de Patrimônio Mundial em 2003, sob os critérios (II) e (III). Na América do Sul já estão inscritos vários conjuntos das Missões Jesuítico-Guaranis, 1983/84 e 1993, critério (IV); Chiquitos, 1990, critérios (IV) e (V); e Chiloé, 2000, critérios (II) e (III) – e a inscrição desses sítios nos Estados Unidos contribuirá para completar esse testemunho na América do Norte.

Todos esses conjuntos bem conservados testemunham o grande valor do esforço missionário dos espanhóis durante o período colonial em vários continentes e em diferentes países.

Os critérios propostos para a nomeação das Missões de San Antonio não coincidem em sua combinação com nenhum dos casos mencionados na comparação. Como se sabe, os critérios são o marco com que se avaliam as diferentes categorias ou tipos de patrimônio cultural e natural, posto que nos

primeiros anos os países nem sempre indicassem um critério na proposta, limitando-se a apresentar justificativas muito gerais para a nomeação. Pouco a pouco, esse quesito foi sendo cumprido, chegando a 100% em 2002. O próprio ICOMOS, como Órgão Consultivo, nos primeiros anos apenas especificava os critérios nas suas avaliações, em alguns casos. De todo modo, o Comitê em geral tem adotado suas recomendações, enquanto os critérios propostos pelos países são modificados na maioria dos casos.

Na reunião do Comitê de Patrimônio Mundial em Morges, em maio de 1976, o ICOMOS apresentou uma primeira versão dos critérios (I) a (VI), para definir o VUE de monumentos, conjuntos edilícios e sítios, e o ICCROM por sua vez apresentou as definições de valor universal, incluindo os valores artísticos, histórico e tipológico.

Em um relatório de 1979 para o Comitê do Patrimônio Mundial, Michel Parent propôs uma definição das categorias para os bens e o ajuste dos critérios. Os resultados voltaram-se para a versão revisada das Diretrizes, adotada em 1980. Nela se estabelece que, para ter um VUE, um bem cultural tem que reunir um ou mais dos seis critérios especificados, além de superar a prova de autenticidade e integridade, relacionadas com a localização, a função, o desenho, os materiais, a fatura e o estado de conservação.

Os seis critérios para estabelecer o VUE de bens culturais eram os seguintes: 1) bens que representem uma conquista artística única, incluindo as obras primas de arquitetos e construtores reconhecidos internacionalmente; 2) bens que tenham importância excepcional pela influência exercida no desenvolvimento da arquitetura mundial ou dos assentamentos humanos (tanto no período dado quanto em uma área geográfica determinada); 3) bens que sejam o melhor ou mais significativo exemplo de importantes tipologias ou categorias que representem uma grande realização intelectual, social ou artística; 4) bens que sejam únicos ou extremadamente raros, incluindo os que são próprios de estilos arquitetônicos, métodos de construção e formas de assentamento humano tradicionais, que estejam ameaçados por abandono ou destruição, como resultado da irreversível mudança sociocultural ou econômica; 5) bens muito antigos; 6) bens associados a personagens, eventos, religiões ou filosofias destacadas e que são indispensáveis para sua compreensão.

Os critérios culturais foram modificados várias vezes na sua redação, desde então, em 1983, 1984, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997 e 2005.

Segundo a versão de 2005 das Diretrizes, foram reunidos em uma única lista os critérios para os bens naturais e os culturais, com a finalidade de poderem ser inscritos na Lista. Os bens nomeados têm que conter pelo menos um critério dos dez estabelecidos, onde os primeiros seis se referem aos bens culturais: (i) representar uma obra-prima do gênio criador humano; (ii) testemunhar um considerável intercâmbio de valores humanos, durante um período concreto ou numa determinada área cultural do mundo, nos âmbitos da arquitetura, da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens; (iii) aportar uma testemunha única, ou pelo menos excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida; (iv) ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana; (v) ser um exemplo destacado de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar, representativas de uma cultura (ou de várias culturas), ou de interação do homem com o meio, especialmente quando se tornou vulnerável pelo impacto provocado por mudanças irreversíveis; (vi) estar direta ou materialmente associado com acontecimentos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de importância universal excepcional (o Comitê considera que esse critério deveria se utilizar preferencialmente de modo conjunto com os outros critérios); (vii) representar fenômenos naturais ou áreas de beleza natural e importância estética excepcional; (viii) serem exemplos eminentemente representativos das grandes fases da história da Terra, incluindo a testemunha da vida, de processos geológicos em curso na evolução das formas terrestres ou de elementos geomorfológicos ou fisiográficos significativos; (ix) serem exemplos eminentemente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento dos ecossistemas terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos e as comunidades de vegetais e animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos; (x) conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, compreendidos aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que têm Valor Universal Excepcional, do ponto de vista da ciência ou da conservação.

O debate continuou e os critérios foram revisados e reformulados várias vezes, até chegarem à versão atual, publicada em 2011.

Como é do nosso interesse em particular, o caso das Missões Jesuíticas dos Guaranis vamos analisar segundo o critério (IV), que se refere às

tipologias, e que foi evoluindo em sua redação e se ajustando às mudanças filosóficas e conceituais na concepção do Patrimônio Mundial e na aplicação da Convenção.

Entre a redação de 1980 e a de 2005, foram se incorporando ou se modificando vários termos. Na edição de 1980, a definição era: “Um exemplo excepcional de um tipo de estrutura, que ilustra um período significativo da história”. O que a versão atual requer como “ser um exemplo eminentemente representativo”, no rascunho de 1976 referia-se a “bens únicos ou extremamente raros”, passando a: “um dos exemplos mais característicos”, em 1977; “um exemplo excepcional de um tipo de estrutura”, em 1980; “um exemplo excepcional de um tipo de prédio ou conjunto arquitetônico”, em 1983, quando se inscreveram as primeiras Missões Jesuíticas; “um exemplo excepcional de um tipo de prédio ou conjunto arquitetônico ou paisagem”, em 1994; “um exemplo excepcional de um tipo de prédio ou conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou paisagem”, em 1996. Em 1976, consideravam-se quase exclusivamente os bens arquitetônicos e os aspectos construtivos tradicionais, e nas versões sucessivas foram se incorporando os aspectos culturais, sociais, artísticos, científicos, tecnológicos e industriais, já não os tradicionais, mas os representativos de um ou vários períodos importantes da história da humanidade. A inclusão do termo “tecnológico” foi decidida pelo Comitê em 1995, com a reunião de expertos no Canadá, em 1994, onde se tratou o tema do patrimônio industrial, entre outros.

Os outros critérios propostos para a nomeação das Missões de San Antonio também foram evoluindo em sua redação.

O Critério (II), referente aos Valores e Influências, no rascunho de 1976 referia-se a “bens de importância excepcional pela influência que têm exercido no desenvolvimento da arquitetura no mundo ou nos assentamentos humanos”; na versão de 1980, referia-se a um bem que “tem exercido uma grande influência, num período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura, da arte monumental, ou do planejamento urbano e paisagismo”; e na sua redação atual, refere-se a um “bem que expressa importante intercâmbio de valores humanos num período de tempo ou em uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, da arte monumental, do planejamento urbano ou do desenho da paisagem”.

O Critério (III), referente ao caráter de Testemunho de um bem, no rascunho de 1976 aludia a “bens que são o melhor exemplo ou o mais significativo de importantes tipologias ou categorias que representam uma conquista intelectual, social ou artística”; na versão de 1980, a definição era “ser um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma civilização extinta”; enquanto na versão 2005 das Diretrizes, este critério requer que um bem “seja um testemunho único ou pelos menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou extinta”.

Essas mudanças na redação dos critérios refletem por sua vez a discussão conceitual ocorrida nestes anos sobre quais e que tipos de bens devem ser inscritos na Lista de Patrimônio Mundial. A partir disso, foram se introduzindo modificações à definição de Valor Universal Excepcional, surgida de um processo que se iniciou na década de 1970 e que motivou um constante debate. A discussão teve como foco principal o que significa ser “excepcional”: se “o melhor dos melhores exemplos” ou se “representativo dos melhores exemplos”. Não se trata de uma questão semântica, porque o primeiro é altamente seletivo e o segundo abre as portas a um número maior de bens, gerando preocupação em um número de especialistas quanto ao crescimento, à credibilidade e ao gerenciamento da Lista. Em 2005, numa Reunião de Expertos da UNESCO sobre o VUE, estabeleceu-se que “a definição e a aplicação do VUE foi feita por pessoas e que está sujeita à evolução ao longo do tempo”. A definição dada na versão 2005 das Diretrizes estabelece, no parágrafo 49, que o Valor Universal Excepcional signifique que um bem tem importância cultural e/ou natural tão extraordinárias que transcende as fronteiras nacionais e ganha importância para as gerações presentes e futuras de toda a humanidade, e que a “humanidade em seu conjunto” assuma a responsabilidade por sua proteção, e no parágrafo 78 expressa que “para ser considerado de Valor Universal Excepcional, o bem também deve reunir as condições de integridade e/ou autenticidade e deve contar com um sistema de proteção e gestão adequado que garanta a sua salvaguarda”.

Por outro lado, reconhece-se que alguns bens podem não ser considerados pelas pessoas em todos os lugares como portadores de um grande valor e significado. Por isso, em relação ao patrimônio cultural, o termo “universal” deve ser interpretado em termos que mostrem tratar-se de um bem altamente representativo da cultura que integra.

Em sua apresentação, o secretário de estado antecipou que a inscrição será em 2015, após um longo e árduo processo de documentação, reconhecendo que sempre há a possibilidade de uma nomeação ser rejeitada, embora, disse: “Tenho confiança que ante a história dessas Missões e El Alamo, a solicitação será aceita pela comunidade internacional. Estou muito empolgado com o que vamos ver nos próximos anos”.

Essa indicação será apresentada no momento em que se levantem as vozes entre os especialistas, para depois, quando os aspectos políticos em alguns casos pesarem mais que os conceituais, gere-se pelo menos um equilíbrio entre as duas visões quanto ao que deve ser inscrito na Lista de Patrimônio Mundial.

BIBLIOGRAFIA

KENNEDY, Roger G.: *Mission: The History and Architecture of the Missions of North America*. Houghton Mifflin Company (1993)

ICOMOS: *Monuments and Sites Vol. XVI: The World Heritage List: What is OUV? Defining the outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties*. Compiled by Jukka Jokilehto with contributions from Christina Cameron, Michel Parent and Michael Petzet. Berlin. Hendrik Bäbeler Verlag. (2008).

NEWCOMB, Rexford: *Spanish-Colonial Architecture in the United States*. Edit: Dover Publications Inc. NY. (1992)

WHC: Documentos y Decisiones varias.

WHC: Directrices para la Aplicación de la Convención de Patrimonio Mundial. Varias Versiones.

WHC: Convención de Patrimonio Mundial.

Sítios web

<http://www.nps.gov/saan/index.htm>

<http://whc.unesco.org/en/list>

Fonte das imagens

Fotografias das Missões de San Antonio por Mercedes Garzón Maceda

PAISAGEM COM MEMÓRIA VIVA MISSIONÁRIA ANCORADA NO PARAGUAI

*Isabelino Víctor Martínez Galiano**

RESUMO

* Licenciado em
Ciências da
Educação
Coordenador
regional em
Conservação e
Valorização do
Patrimônio
Jesuítico, Paraguai

Tanta riqueza religiosa cultural acha-se guardada em cada um dos espaços que coexistem no tempo em Nuestra Señora de Fe ou Santa María de Fe. Hoje constitui-se em rico patrimônio, que silenciosamente perpetua a profunda mudança social, econômica e cultural, produto do fenômeno das Missões Jesuíticas, que desafiando as animosidades próprias do tempo e da conjuntura de cada época, sobreviveu para nos permitir apreciar o sentido para o qual foram construídas e admirar a riqueza entranhada no inconsciente coletivo, que sem dúvida, compõem o patrimônio intangível. Essa dupla força pode se encontrar nesta antiga Missão, e mais ainda aonde o tempo ancorou em sua geografia, para nos deleitar com sua paisagem e seu contexto de calma e espiritualidade: Santa María de Fe.

PALAVRAS-CHAVE

Memória, patrimônio, paisagem, espiritualidade, missões, museu, praça, oralidade, cerrito, relíquia, talhas, aculturação.

Um contraste nas mãos do historiador ou da própria história é poder se situar e estar em contato direto com o patrimônio, ainda mais quando dentro dessas possibilidades se irrompe uma magia onde se pode simplesmente viver.

Essa dupla força pode ser encontrada numa antiga Missão e mais ainda aonde o tempo ancorou em sua geografia, para nos deleitar com sua paisagem e seu contexto de calma e espiritualidade: Santa María de Fe.

O conhecimento sistemático está enraizado na pitoresca cultura oral e eternizado em cada habitante da comunidade. O guarani amalgamado à cultura cristã transcreve o tempo com práticas que vão além da solidariedade ou da valorização da natureza que se encontra no interior do idioma; isto está plasmado no conjunto artístico, arquitetônico e vivencial das Missões Jesuíticas de Santa María de Fe.

Um emocionante capítulo das Missões ocorre no contraste entre esse espaço reducional com aspectos do *modus vivendi* proveniente da memória coletiva e que são práticas culturais diárias; esta vivência se traduz no relacionamento diário, em ritos caseiros, em práticas da religiosidade popular.

Assim, as talhas se convertem em objetos de piedade mística, os sinos em toques de alegria, de chamadas ou de tristeza. Sem eles, nada teria sentido.

Unidos a essa riqueza contida na memória estão sítios privilegiados, que o tempo se encarregou de guardá-los para assim se remontar, hoje, a essa fascinante empresa.

Seus nomes, alguns em guarani, como *Tapera* (ponte de pedra inacabada sobre um córrego que circunda o povoado), o Ykua Teja (antiga fonte d'água da comarca), o lago Yacarey (grande reservatório de água natural), e outros em castelhano, como Cerrito (montículo de terra utilizado nas celebrações da Semana Santa), para citar alguns, têm uma força que perpetua após três séculos.

Assim como a Igreja, os demais sítios, como o Ykua, o Cerrito e outros desse povo jesuítico, são para os membros da comunidade um bem que “diz muito”, uma energia da utopia.

UM PASSEIO PELA PAISAGEM HISTÓRICA

A incessante busca por uma literatura que permita mais provas de tanta riqueza religiosa cultural está contida em cada um dos espaços que coexistem com o tempo, desafiando tantas animosidades por causa das guerras e lutas que emaranharam a história do Paraguai, e nas quais, as Missões Jesuíticas não estiveram ausentes.

Por isso, ao falar de uma Redução (Missão, em particular) – como a de Nuestra Señora de Fe ou Santa María de Fe – hoje, podemos vê-la por meio do conjunto do rico patrimônio, que silenciosamente constituem pequenos breviários literários e que como fonte inspiram, atraem e perpetuam a profunda mudança social, econômica e cultural produzida pelo fenômeno das Missões Jesuíticas. Portanto, esses sítios podem nos permitir apreciar não apenas o sentido para o qual foram construídos, mas também a vivência entranhada em cada um dos habitantes de ontem e de hoje e que, sem dúvida, fazem parte do patrimônio intangível.



Ykua Teja (fonte ou manancial antigo)

YKUA TEJA

Um dos sítios mais memoráveis é a fonte de água conhecida pelo seu nome guarani de **Ykua Teja**. Esse local foi o sítio privilegiado que os jesuítas conseguiram valorizar pela necessidade de cuidar de um local específico para extrair água para a população e também pelo sentido do valor da água para se aproximar de Deus. Esse é o significado primeiro da palavra Karai (originalmente, o Esperado, o Senhor), que se refere a esse “esperado”, que seria cada um de nós, convertidos através da água ñemongarai (palavra reflexiva que sugere “se voltar”, “converter-se”, “ser cristão”).

Essa nascente ocupa um lugar privilegiado no povoado, pois a alma, a vida, são ensinadas como se novamente a mitologia grega quisesse replicar seus anos florescentes com o ressurgimento da ideia de que tudo provém da água. O homem guarani no seu respeito pela natureza conseguiu que fossem colocadas quatro pedras e erigiu a fonte como altar da vida. Seu nome **Ykua Teja** (fonte de telha) tem muito a ver com o sincretismo da

oralidade guarani, ou seja, por se tratar de um teto de telhas que cobria a fonte, recebeu esse mesmo nome.

A força da água não termina por nos converter unicamente ao cristianismo; no dizer da mesma e pela sua pureza, basta um gole para que o visitante tenha que voltar a Santa María de Fe ou encontrar seu namorado ou namorada ou, simplesmente, para ficar morando na cidade.

Voltando às intenções cristãs primárias do sentido missionário, essa fonte é a água abençoada das sextas-feiras santas, sem a necessidade de que o sacerdote vá até ao local. Daí surgem o respeito ao sítio e a impossibilidade de se atentar de forma alguma contra ele.

Sua valorização data dos primeiros anos de vida comunitária do povo de Santa María de Fe, ou seja, de 1659 até 1959.

Outra interpretação interessante da indicação vem quase vinculada à primeira versão. Na linha da pureza ou da possibilidade de limpeza atribuída à água, seu nome adviria de **techa**, que alude a se ver refletido na água clara como espelho. Daí então a fonte de água na qual é possível se refletir.

O Ykua Teja é um sítio privilegiado porque, além de ser um provedor do líquido vital na outrora missionária, hoje, quando o sistema de água potável deixa de funcionar por alguma falha técnica, novamente desempoeiram-se os cântaros, e pode-se apreciar uma paisagem incrível de homens e mulheres, meninos e meninas, que vão em busca do líquido vital.

Outras histórias também tecidas em torno dessa fonte são as celebrações da Semana Santa, especificamente as Sextas-Feiras Santas, quando muitas pessoas chegam ao lugar para cumprir o ritual de lavar o rosto e beber um gole d'água, antes de sair o sol. Nesse sentido, fala-se de um ritual cristão-guarani, cujo objetivo é de se purificar do pecado, que no sentido da Teologia Guarani equivale a banhar a face ao alvorecer, como preparação para a festividade ou para qualquer rito; nesta mesma linha, tomar um gole da água da nascente abençoada significa se renovar, o que, como fim pragmático e pelo concretismo da cultura guarani, seria como um novo batismo, ou retomar o compromisso do batismo no dia mais santo para o cristão. Isso é uma mostra a mais da amálgama cultural, que como processo de aculturação continua intacta em nossos tempos.

Essa nascente conserva quatro pedras de 2,50m² em suas bordas. Ao fundo, que não ultrapassa um metro, vislumbra-se areia branca, como se os oceanos e todas as profundezas marinhas tivessem um molde encaixado no tempo.

Com a restauração da casa de indígenas transformadas em museu e a amizade com o casal norte-americano Ross e Marianne Beach, de Kansas City, a comunidade se viu favorecida com seu aporte, a pedido do padre Vicente Barreto. A contribuição foi aplicada na construção de um reservatório no telhado, a fim de permitir que a enorme quantidade de visitantes do local pudesse lavar suas roupas e seus pertences pessoais.

Foi assim que, em 1982, se concluiu a construção de 20m, com o reservatório interior e os condutos saindo da boca do Ykua Teha, e essa tradição de lavar as roupas ainda se mantém.

O local se situa a 100m do arroio Santa Maria, constituindo assim a fonte provedora de água potável da cidade e, provavelmente, um filão do aquífero Guarani.

O YVYJAOKA

Na mesma linha de fortalecimento da vida reducional podem se apreciar os **yvyjaoka** (franjas divisórias ou limites de cada Missão). Este nome é também em guarani: Yvy= terreno; Ja=junto a; Oka=fora. Sua construção de origem convencional, e que em alguns casos aproveita algumas enormes baixadas ou declives do terreno ou simplesmente fossas naturais, servia de limite à zona urbana, uma forma de delimitá-la das lavouras ou dos campos que circundam o território. Esses limites cumpriam também as funções de fortalecer e marcar diferença entre a vida da urbe e os trabalhos da chácara, assim como de facilitar o traçado de ruas e os dados estatísticos da comunidade. Um claro exemplo da utilidade da mesma aconteceu na criação de uma nova paróquia, a de Santa Rosa de Lima, em 1698, que, em função do crescimento demográfico e por uma melhor organização, ultrapassou sete mil habitantes, com pessoas desta Redução fundando a 16km a leste a nova povoação.

A PRAÇA

Uma missão não teria razão de ser sem a praça central. Esse lugar, que até hoje tem um magnetismo impoluto, é importante por constituir o local privilegiado de encontros, de reuniões, de propiciar grandes e transcendentais decisões. Nele, durante o período de riqueza das Missões, eram realizados os eventos, ganhava força o Tatapy Jere, rito antigo guarani ao redor do fogo, e funcionava a escola caseira. Até hoje permanece esse conceito de praça,

que nas acepções contemporâneas tenha talvez conotações diferentes das introduzidas pelos padres nas Missões.

No ano de 1932, o povo se reuniu na mesma praça para deliberar sobre a intromissão boliviana no território paraguaio e a participação em um conflito bélico. Em outubro de 1946, uma grande reunião de toda a comunidade esperava o governo em exercício, logo depois que uma tempestade castigara o povoado e derrubara muitos dos prédios coloniais. Os suprimentos de energia elétrica e os de serviço de água potável, em 1981 e 1984 respectivamente, foram decididos e inaugurados na praça. Um caso isolado de violência cometido por estranhos e certas mudanças de conduta dos jovens são tratados na mesma praça, como se fosse um tribunal de justiça. No mesmo local e em condições não muito claras, em 2006, a população de Santa Maria de Fe, numa espécie de grito de sentido de propriedade, defendeu a riqueza das obras de arte de origem jesuítica (talhas policromadas em madeira zelosamente guardadas no Museu da cidade) – na ocasião, havia a intenção de serem levadas algumas talhas para uma exposição em Paris.

Pode-se dizer que essa área, hoje coberta por exuberante vegetação, não perdeu em absoluto o seu sentido original e, talvez, esse lugar onde o poder do povo tomava grandes decisões continue cumprindo o mesmo papel, sem esquecer sua função lúdica para entretenimentos saudáveis, especialmente durante a festa patronal, como outrora.

O ESPAÇO DA IGREJA PAROQUIAL

Não há dúvida de que os padres jesuítas aplicaram estritamente a frase: “Todos os caminhos conduzem a Roma”, pois os desenhos de cada povo jesuítico tinham como objetivo facilitar o acesso, permitir fuga fácil em caso de ataque; mas, fundamentalmente, aqueles traços conduziam preferencialmente à igreja paroquial. O acesso à casa de Deus, princípio e fim de toda a Redução, estava na primeira hora. A igreja paroquial atual ocupa um local privilegiado, pois se acha assentada sobre a primeira, majestosa e com rigoroso cuidado litúrgico. Esse lugar tem vital importância pela quantidade de restos arqueológicos que estão guardados em toda a área e sítios circundantes. Existem numerosas memórias orais contando sobre a riqueza do local que merece ser estudada, descoberta e valorizada, pois essa exposição de gerações cumpre estritamente os cânones das diversas cartas anuais, onde há descrição dos sítios privilegiados dessa Missão e em particular, do templo paroquial.



Procissão do dia da Padroeira, 8 de setembro

Além do sítio, ao redor encontram-se pedras que sem qualquer estudo foram extraídas ao longo do tempo e que faziam parte da antiga escadaria do templo, assim como os dois sinos, que até hoje convocam a população para as festividades religiosas: um em tom maior e outro em tom menor cumprem a tarefas de convidar os fiéis e também de anunciar, com o lúgubre som conhecido como “duplo”, a morte de algum filho do povo. Segundo a memória coletiva, esse cântico de quatro badaladas espaçadas e um toque do outro sino reza soletrando e-ter-ni-da-de.

Na construção atual, as dimensões correspondem à nave central da primeira, pois se ergue ao longo sobre sua base cimentada. Em seu interior, guarda-se a majestosa talha policromada de Santa Maria de Fe, de 2,31m de altura, que até hoje atrai anualmente, no dia 8 de setembro, milhares de fiéis em procissão pelas ruas do povoado, para a celebração da festa natalina da padroeira. Outra das relíquias conservadas constitui em uma única cruz ainda existente entre os povos jesuíticos, que, assentada na fundação do povoado, em 1669, encontra-se na parte sudoeste da praça. Essa cruz ostenta um formato diferente das cruzes habituais das Missões: os braços, assim com a cúspide, sugerem a forma de um pentágono, como que ilustrando um punho entrefechado.

O CERRITO

Ao se percorrer esse espaço reducional, é possível encontrar a 300m ao sul da igreja paroquial uma construção singular, um pequeno monte de terra que não supera 3m de altura, com diâmetro de 30m de largura e 50m comprimento. Neste sítio, durante a época missioneira, celebrava-se a Sexta-Feira Santa, quando se representava a crucificação de Jesus utilizando a talha conhecida como “Cristo articulado” (que pode ser apreciada no Museu). No mesmo local acham-se na cúspide três cruzeiros; uma delas, totalmente original e as outras de tamanho menor, no meio, já sendo reproduções. O santuário é muito visitado e reverenciado como um espaço de oração e de retiro espiritual.

O TAPERÂ

A Missão de Santa Maria de Fe, segundo os relatos do padre Furlong, contava com um sistema de comunicação portuária muito importante, graças à navegabilidade que apresentava nesse período reducional o riacho que contorna o povoado. Porém, e não contente com esse meio de comunicação, em 1766, durante a construção de uma ponte de pedra para ligar o povoado de Santa Maria de Fe com o de Santa Rosa de Lima, ocorre a expulsão, ficando a obra inconclusa. O fato ficou registrado com o nome em guarani de Taperâ (tape: caminho; râ: sufixo que é a marca temporal do futuro, ou seja: caminho do futuro). O riacho tem essa deindicação bem como os demais locais históricos que preservam os vestígios de pedra da ponte interminada.

No mesmo caminho, a 3km na direção de Santa Rosa de Lima, encontra-se a porta de acesso à comunidade, conhecida pelo nome de Ykuarokê (ykua: nascente d’água; rokê: porta); a tradução literal seria “porta da fonte d’água”, porque a fonte era o pórtico do povo. Existe também na memória coletiva do povo a ideia de que contar com uma fonte era, além de oferecer ao visitante ou viajante a possibilidade de sorver um pouco de água na chegada, de encaminhá-lo para a viagem – uma espécie de bebedouro moderno para a época.

LAGO YACAREY

Seguindo o percurso histórico, desta vez para o norte da igreja, há um pequeno lago, de uma extensão aproximada de 2km, localizado a 800m ao

nordeste da praça central. Conta a memória oral que no seu interior ficou ancorado um sino que foi solicitado pelo marechal López para a fundição de ferro, em seu trajeto a Ybycui, para a construção do famoso canhão Cristão, após a destruição do carro que o levava. Embora uma arma de fogo nada tenha de cristão, o nome foi atribuído por sua origem. A oralidade mariana conta que dos dez sinos que existiam no campanário missioneiro, oito foram levados até a cidade de Ybycui, onde, desde o ano de 1860, contava-se com a fundição de ferro. O lago, que além disso tem importância como fonte natural e reservatório de água, servia como local de reunião, para pesca, para lavar roupas e para banhos compartilhados. Fala-se também que pela sua posição prestava-se à irrigação e a serviços utilitários para o povo através de sistemas de aquedutos.

O CERRO SANTA MARÍA

Localizado a 8km do povoado, é local de grande peregrinação às Sextas-Feiras Santas, para onde acodem em torno de cinco mil pessoas, a fim de venerar a antiga cruz situada na cúspide do Cerro, a 527 metros acima do nível do mar. É também conhecido como o Mirante das Missões, pois do cume tem-se uma vista panorâmica de todo o departamento das Missões. Também se pode observar a coesão das culturas cristã e guarani, já que o local era um antigo centro de oração dos indígenas e um refúgio nas épocas difíceis.

MUSEU JESUÍTICO DIOCESANO DE ARTES JESUÍTICAS

Prédio convertido em Museu em 1981, tinha sido moradia de famílias indígenas (data de 1672-1675), onde se conservam 56 talhas da Grande Oficina das Missões Jesuíticas, o tesouro maior: obras realizadas em sua maioria pelos indígenas guaranis, sob a direção do mestre jesuíta Joseph Brassanelli (artista considerado o Michelângelo das Reduções), assim como sob a influência do gênio das Reduções, Anton Sepp. É o prédio mais visitado, conhecido e inventariado. Mas há que se destacar que em seis salas divididas expõem-se uma quantidade de obras cuja policromia está intacta, é original e caracterizada por elementos e ornamentos naturais do contexto cultural Guarani. Finalmente, hoje, Santa Maria de Fe é conhecida como a “Capital da Espiritualidade das Missões Jesuíticas”, pelas razões expostas e pela riqueza material e espiritual de seu povo.

UMA VERSÃO PORTUGUESA DAS ALDEIAS PARA OS GUARANIST†

*Luisa Durán Rocca**

RESUMO

Este trabalho relata una experiência urbanística da história brasileira pouco divulgada: a formação por parte da Coroa Portuguesa de cinco assentamentos, concentrando a população proveniente das aldeias missioneiras pouco depois do final da Guerra Guaranítica, em territórios do atual Estado de Rio Grande do Sul. O fenômeno enquadra-se como um processo de planejamento regional para garantir o controle do território incorporado e como projetos de desenho urbano, seguindo a pauta do ordenamento espacial das aldeias missioneiras. Por ser a única população que perdurou até nossos dias, apresenta-se uma síntese da evolução de Gravataí, cidade de aproximadamente três mil habitantes, integrante da área metropolitana de Porto Alegre.

*Arquiteta (Universidad de los Andes, Bogotá). Especialista em conservação e restauração de monumentos e conjuntos históricos (UFBA, Salvador). Doutora em urbanismo (UFRGS, Porto Alegre). Professora adjunta e pesquisadora do Departamento de Arquitetura da UFRGS.

PALAVRAS-CHAVE

Urbanismo colonial português, Urbanismo de Rio Grande do Sul, aldeias indígenas, Gravataí.

Entre 1753 e 1762, na Capitania de São Pedro, território do atual Estado de Rio Grande do Sul, a Administração Portuguesa fundou cinco aldeias, concentrando a população indígena dispersa e principalmente transferindo famílias guaranis provenientes dos denominados sete povos missioneiros da banda oriental do Rio Uruguai.

O contexto destas atuações urbanísticas esteve determinado pelos litígios para a definição de fronteiras depois do fracasso do Tratado de Madri (1750), acordo pelo qual a Espanha entregou os Sete Povos em troca da Colônia de Sacramento. Com é sabido, os indígenas, inconformados

† Essa comunicação é resultado parcial da pesquisa que concluiu numa tese de doutorado em Urbanismo intitulada Açorianos em Rio Grande do Sul, antecedentes e formação do espaço urbano, apresentada em setembro de 2009, na Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

1. Em 1753, os Sete Povos tinham uma população de 29.368 índios; em 1765 era de 19.410. Manuscrito da Coleção de Angelis que apresenta os dados das Missões da bacia do Uruguai da Província de Buenos Aires, 1708/1765. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Seção Manuscritos, 1.8. apud Santos (2006).

2. Não há consenso em relação ao total de imigrantes que chegaram no Rio Grande do Sul. Segundo correspondência do governador da Província de Santa Catarina, entre 1747 e 1753 entraram pelo Porto de Desterro (atual Florianópolis) em torno 1.300 famílias que somavam 6.500 pessoas, das quais foram para o sul 278 famílias ou 798 pessoas, sem contar com várias famílias desadaptadas de origem açoriana, provenientes da Colônia de Sacramento.

com as decisões rebelaram-se e geraram a denominada Guerra Guaranítica (1754/1756). Os jesuítas foram acusados de liderar o conflito, o qual foi motivo para acrescentar às já tensas relações entre a Ordem e ambas as Coroas; terminaram expulsos dos domínios espanhóis (1765) e portugueses (1769). Por conseguinte, o sistema missioneiro entrou num ciclo irreversível de decadência que levou à sua extinção, e a população guarani, por perda ou por êxodo, em apenas 12 anos diminuiu em 44%.¹

O momento era de muita tensão pela reação armada dos guaranis; preocupava também o trânsito dos índios minuanos pelos pampas. A solução encontrada pela administração portuguesa foi a criação das aldeias sob sua tutela, nas quais, além de introduzir os indígenas ao modo de vida europeu, empregava-se sua mão de obra nas empresas da Coroa ou alugava-se aos estancieiros. Somava-se e esse complexo quadro a chegada dos casais ou famílias de açorianos e madeirenses, introduzidas pela administração portuguesa, a partir de 1747, no marco de um ambicioso programa de migração subsidiada. Esse foi delineado para garantir o quanto antes a ocupação efetiva dos territórios recentemente anexados e foi articulado com um plano de repartição de terras, fundação de vilas e fomento da agricultura².

Quando as tropas portuguesas entraram nas Missões não expulsaram os guaranis; os persuadiram a ficar do seu lado e ir em direção a Rio Pardo, porto sobre o rio Jacuí, fronteira, nessa época. Segundo Moraes (1959, p. 83), a política do governador-geral do Brasil Gomes Freire de Andrade, que pessoalmente comandava as tropas (...), *reverteu o fluxo natural de assentamento. (...)*. A bacia do Rio Jacuí era fértil, mas desabitada; apenas através do assentamento da população indígena e açoriana seria consolidada a definitiva ocupação dessa região.

Com mais de 700 famílias dos Sete Povos e a concentração de alguns grupos de índios Tapes e Minuanos formaram-se as aldeias de Nossa Senhora da Conceição do Estreito (1753), de São Nicolau de Rio Pardo (1757), da Patrulha ou Guarda Velha de Viamão (1758), de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí (1762); de Nossa Senhora da Cachoeira (1762) ou São Nicolau do Jacuí (Langer, 2006).

Ocupação e assentamento do território rio-grandense do sul 1750-1776. Desenho da autora com base em: Souza (2002) e JOR, João Campomar. Continente de Viamão ou do Rei ao ser instalado o Senado da Câmara de Rio Grande de São Pedro, 16 de dezembro de 1751. Reconstrução histórica

e cartográfica. Departamento Estadual de Estatística, 1942. AHRS. M%-G2 E6.

As aldeias foram produto de um sistema de planejamento territorial e urbano de acordo com o ideário iluminista e o sistema mercantilista que caracterizaram a administração de Pombal (1750/1777) e com a política indigenista do denominado *Diretório*. Também representam a maturidade de um dos três tipos de aglomerado da tradição urbanística lusa-americana. Segundo Katinsky (2004), os tipos eram: as cidades reais promovidas pela Coroa, os povoados espontâneos desenvolvidos por particulares e as aldeias projetadas pela Ordem Jesuítica, para concentrar a população indígena e integrá-la ao mercado colonial. Invariavelmente, as aldeias configuraram-se em torno de uma grande praça precedida por um templo e delimitada por casas de um andar ou térreas, recolhendo e sintetizando o modo de organização espacial dos nativos.

Para os ilustrados, o espaço urbano e o trabalho eram instrumentos pedagógicos para acabar com a suposta barbárie, instaurando a civilização europeia e desenvolvendo a economia. O *“Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão (...)”*, elaborado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi um verdadeiro plano de aculturação que substituiu o modelo de doutrinação jesuítico. Teve vigência entre 1758 e 1798, e por força de lei foi imposto a todas as aldeias de Brasil, com alguns ajustes e variações regionais, como aconteceu com as aldeias sulinas, objeto deste artigo. Os indígenas recebiam o status de cidadãos, reconhecendo-se sua igualdade e liberdade nominalmente e lhes sendo permitido ter propriedades. O responsável pela sua aplicação era o diretor ou comandante da aldeia, subordinado ao governador da Capitania. Suas funções consistiam em fomentar a produção agrícola e o comércio; proteger os índios do abuso dos comerciantes; cobrar o dízimo; controlar as modalidades de trabalho e o número de índios habilitados para as diversas tarefas. (Langer, 2006). Se por um lado o Diretório liberou os índios e fomentou a mestiçagem, por outro, obrigou-os a viver concentrados e submetidos ao trabalho assalariado. A educação segundo moldes ocidentais, ter um nome cristão e o ensino do português para que esquecessem suas línguas maternas, eram obrigatórios.

A administração e a manutenção das aldeias ficavam a cargo da Coroa e incluía também a responsabilidade de alimentar e vestir os índios. Os primeiros anos das aldeias sulinas devem ter sido de penúrias, a julgar pelo manifestado a respeito na correspondência do engenheiro militar José

3. José Marcelino de Figueiredo é o nome fictício de Manoel Jorge Gomes da Sepúlveda, governador da Capitania de São Pedro, de 1769 a 1771 e de 1773 a 1780. Militar de origem nobre, depois de ter problemas com a justiça peninsular, foi protegido pelo Marquês de Pombal e enviado clandestinamente para prestar serviço no Brasil.

4. Alqueire: unidade de medida de volume equivalente a 13,8 litros.

Custodio de Sá e Faria, por essa época, governador da Capitania de São Pedro. Em carta de 10 de janeiro de 1768 dirigida ao Vice-rei do Brasil, comentava a situação de miséria em que se vivia em todas as aldeias (Neis, 1987, p.72-73).

Para dar sustentabilidade ao projeto, criaram-se as Estâncias Reais. A mais importante foi a Estância dos Povos, formada em 1771, pelo governador José Marcelino de Figueiredo³, no denominado *Rincão de Cristóvão Pereira*, nas proximidades de Mostardas.

A invasão da Vila de Rio Grande (1763/1776), então sede do governo da Capitania de São Pedro, comandada pelo governador da província de Buenos Aires, Pedro de Ceballos, provocou a saída imediata dos habitantes da área urbana e a transferência da Aldeia de Estreito. Nesse local, terminaram se assentando irregularmente 114 famílias – 81 açorianas e 37 luso-brasileiras – redefinindo caoticamente a espacialidade da aldeia – (Torres, 2000, p.45). Segundo trabalhos de arqueologia realizados por Tagliani e seus colaboradores, “vestígios materiais desta ocupação são bem abundantes, reflexo da alteração cultural que se verifica”. (2000, p.34).

Apesar de não se conhecer documentos sobre a convivência entre índios e açorianos, tudo indica que não foi nada fácil. A aldeia como tal foi formalmente extinta e, em 1765, frente à persistência da ocupação, formou-se a freguesia ou paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito (Torres, 2000), que passou a ser um aglomerado com a maioria de sua população branca de origem açoriana. Laytano (1956) não relaciona a formação da paróquia com a aldeia. Segundo esse autor, em 1764, o engenheiro militar em exercício capitão Alexandre de Montanha instalou famílias de açorianos nos campos da Fazenda Real de Bojurú, que, nesse momento já se encontrava em decadência, dando origem à Paróquia. A presença açoriana trouxe o desenvolvimento da agricultura na barra de Rio Grande. Em 1780, iniciou-se a cultura de trigo e sete anos mais tarde, Estreito ocupava o primeiro lugar na produção, com 15.848 alqueires por ano⁴. No século XIX, o núcleo urbano entrou em decadência e em 1872, houve uma segunda transferência devido ao soterramento causado pelas dunas do local, alertado, desde 1820, pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire:

A aldeia de Estreito ficava antes mais ao leste, mas como as casas foram soterradas pelos turbilhões de areia das margens do mar, que o vento movimentava sem cessar, as habitações foram transferidas para o local onde se encontram atualmente, embora em breve virão a ter a mesma sorte. (1999, p.50)

Atualmente Estreito é um pequeno aglomerado com categoria de distrito do município de São José do Norte, e o sítio da aldeia inicial está a 500m ao sudoeste do atual. É muito provável que sua configuração em torno de uma praça retangular seja uma referência ao modelo espacial das aldeias indígenas.

A aldeia de São Nicolau de Rio Pardo teve o seu início em 1757, quando Gomes Freire de Andrade instalou, provisoriamente, parte das famílias guaranis em um sítio conhecido como o Paso de Boticuari, próximo ao forte e acampamento militar de Jesus Maria e José, que deu origem à população de Rio Pardo. Deste aglomerado inicial não restaram vestígios nem maiores informações. A aldeia de Nossa Senhora da Cachoeira formou-se em 1769, quando José Marcelino de Figueiredo ordenou deslocar a referida aldeia do Paso de Boticuari ao local conhecido como Paso do Fandango, na ribeira do Jacuí. Ali foi construída uma capela consagrada a São Nicolás e, em 1779, o núcleo obteve o status de paróquia, com o nome de *Nossa Senhora da Cachoeira*. A aldeia extinguiu-se e em seu lugar nasceu o bairro A Aldeia, da atual cidade de Cachoeira, constituída a partir de 1793, quando foi colocada a primeira pedra da igreja paroquial, erigida segundo o projeto do engenheiro militar Francisco João Roscio. Em 1800, em consequência dos conflitos de demarcação de limites, habitantes da região concentraram-se no povoado. Nesse mesmo ano, o engenheiro militar português José de Saldanha, comandante das Missões que viriam a ser definitivamente conquistadas em 1801, elaborou o traçado urbano a partir de uma malha quadricular, tendo o templo paroquial como centro.

Da Aldeia da Patrulha, também denominada Guarda Velha de Viamão, não há maiores referências. No município de Santo Antônio da Patrulha há um bairro chamado Aldeia Vieja.

As aldeias da Patrulha, de Rio Pardo e Cachoeira tiveram vida curta e terminaram extintas, pois a administração portuguesa temia uma eventual fuga dos indígenas para o outro lado do rio Uruguai. Eles foram reunidos em uma única aldeia que teve maior duração: a Aldeia dos Anjos de Gravataí, localizada a 60km de Porto Alegre, e que deu origem à cidade de Gravataí, atualmente um município com cerca de 300 mil habitantes.

Gravataí teve um extraordinário desenvolvimento durante o governo de José Marcelino de Figueiredo. Segundo Porto (1954), em abril de 1763, o capitão Antônio Pinto Carneiro, com mais de dois mil indígenas, chegou ao local e fundou a aldeia. No livro de registro de batismos, aberto em 1765,

constam os nomes em guarani e em português dos primeiros habitantes: 569 famílias, 2.619 indígenas, dos quais 256 eram viúvos ou viúvas. (Neis, 1987)

O aglomerado foi implantado sem indenização ao proprietário dos terrenos onde se situou, e, em 1770, as áreas adjacentes foram adquiridas com recursos públicos para formar a Estância que daria suporte econômico ao empreendimento, mediante culturas comunitárias, indústrias cerâmicas e moinhos de cereais. Os indígenas eram divididos em dois grupos, o primeiro para alugar mão de obra e o segundo para trabalhar nas culturas coletivas, onde se plantavam trigo, mandioca, milho, arroz, algodão, tabaco e erva mate.

Em 23 de abril de 1769, José Marcelino de Figueiredo publicou o regimento para as aldeias⁵, de acordo com as pautas do já citado Diretório, dando instruções sobre o espaço urbano, a administração e as normas de comportamento. Pediam-se aos habitantes para plantar legumes, laranjeiras e pessegueiros nos lotes de suas casas; ensinar às crianças a ler e escrever em português; distribuir diariamente a ração de carne; formar milícias, uma de infantaria e uma de cavalaria; e se proibiam as danças e festas, para afastar os nativos de seus hábitos tribais, sendo permitidas somente nos dias festivos. Em 22 de dezembro do mesmo ano, o governador expediu as instruções específicas sobre o espaço urbano da Aldeia de Gravataí, que deviam ser atendidas pelo seu comandante:

“No fim do mês de fevereiro que entra, também hão de estar feitos os ranchos arruados, para cuja planta mandarei o Capitão Engenheiro ao primeiro aviso de V. Mercê”. (AHRS, Registros diversos. Cód. D-1, f.4-5)

Planta atual do centro de Gravataí. Convenções: 1. Igreja paroquial; 2. Sítio do cemitério; 3. Sítio do colégio de meninos; 4. Sítio do colégio de meninas; 5. Sítio da Capela do Espírito Santo (1825/1923); Local de repartição de alimentos. Desenho da autora com base na planta de levantamento cadastral escala 1: 2000 - 2007.

É provável que o referido capitão seja o engenheiro militar Alexandre José de Montanha, já que esse funcionário esteve ativo durante o governo de Figueiredo. Em 1773, a aldeia passou a ser uma paróquia que, em 1780, contava com 2.355 moradores, dos quais 1.890 eram indígenas (equivalente a mais dos 80%); 210 brancos e 255, negros. Um fato pouco documentado e, portanto desconhecido, é a chegada e o estabelecimento dos açorianos. De acordo com o Diretório e com as experiências contemporâneas no norte

5. A transcrição do texto encontra-se disponível em Rosa (1987, p.25-26).

do Brasil, a convivência entre as duas etnias era pretendida para acelerar a imposição da cultura ibérica.

Com a saída de José Marcelino de Figueiredo do governo em 1780, a aldeia começou a declinar e a população indígena a se dispersar. Provavelmente isso aconteceu por conta da chegada dos açorianos e pela consequente ocupação dos espaços inicialmente projetados para os indígenas.

O Código F-1231 do AHRS (In: Barroso, 2002) apresenta 20 registros de terras em 1791, realizados nos arredores da aldeia a favor de pessoas de origem açoriana, que declararam ser habitantes do local. Em 1794, começaram a ser vendidas as casas dos funcionários, as escolas, o quartel, o moinho e a tijoleira. O fim do projeto se formalizou em 1803, quando a Junta da Real Fazenda de Porto Alegre dissolveu a administração. (Neis, 1987). Segundo o censo de 1814, a paróquia contava com 2.653 indivíduos, dos quais apenas 256 eram nativos que já tinham trocado seus nomes indígenas por portugueses.

A seguir, apresenta-se uma breve análise formal do projeto inicial:

Situação e sítio: a implantação da aldeia nas proximidades de Viamão e Porto Alegre, mas afastada de seus núcleos urbanos, mantinha os indígenas excluídos da sociedade luso-brasileira, porém a uma distância conveniente para dispor de sua mão de obra. Esta situação é semelhante a dos bairros operários e cidades dormitórias atuais, e não é coincidência que Gravataí seja hoje um município da área metropolitana de Porto Alegre e um importante polo industrial. A escolha do local, parecida a dos povos missioneiros, foi invariavelmente uma colina entre dois riachos que facilitavam a disponibilidade de água potável, porém preservado de inundações.

Tipologia e morfologia urbana: durante seus primeiros anos, a aldeia devia ser um aglomerado provisório feito de toldos de couro bovino. Em 1777, conforme as instruções do governador executou-se o traçado e deu-se início à construção dos principais prédios em pau-a-pique⁶ e cobertura de gramíneas. Com a instalação da tijoleira em torno de 1777, paulatinamente as edificações foram sendo aprimoradas. O traçado ortogonal configurou-se no sentido do caminho, que passou a formar a rua direita. A praça, centro físico e simbólico que ocupa o ponto mais alto, originalmente era uma grande área descampada e gramada, com capacidade para receber todas as atividades coletivas, entre elas a distribuição diária de carne e alimentos para as famílias indígenas.

6. *Pau-a-pique*: técnica de construção tradicional, com estrutura de madeira e vãos preenchidos com argila crua.

7. *Braça*: unidade de medida utilizada em Portugal e nos territórios luso-americanos, antes do sistema métrico decimal, equivalente a 2,2m ou 10 palmos.

O tamanho e o formato retangular, na proporção de 1:1,5, assemelhavam-se ao traçado da aldeia com a prescrição das Leis das Índias espanholas para uma cidade de tamanho médio, mas com a prescrição para os povoados dos açorianos prevista na Provisão de 9 de agosto de 1747, que “dá providências para a condução e o estabelecimento de casais de açorianos no Brasil”.

Atualmente, a área da praça inicial está dividida pela prolongação da rua do meio perpendicular ao lado maior e onde, desafortunadamente, é realizada de forma precária e improvisada a atividade de terminal do transporte interurbano. Os lados da praça eram delimitados por prédios coletivos e residências das pessoas mais influentes. O traçado viário consta de ruas principais no sentido norte-sul, acompanhando a topografia, e cruzadas perpendicularmente por travessas de menor desenho. Em consequência, os quarteirões são retangulares e divididos em duas fileiras de lotes modulados em braças⁷, de acordo com o padrão milenar de loteamento do urbanismo português, não havendo evidências de casas coletivas sem formar quarteirões, como era constante nos aldeamentos missioneiros.

A igreja, como um elemento verdadeiramente primário, e tal como nos aldeamentos missioneiros, destaca-se em volume presidindo a praça e posicionada no meio de um dos lados menores. A edificação original, de 1774, era em taipa. O bispo do Rio de Janeiro, em visita à aldeia em 1815, afirmou: (...) é grande, bela e tem cinco altares bem ornamentados, e toda ela está muito bem conservada. (Neis, 1987, p.86). Essa igreja foi demolida na metade do século XIX e em seu lugar foi construída a atual.

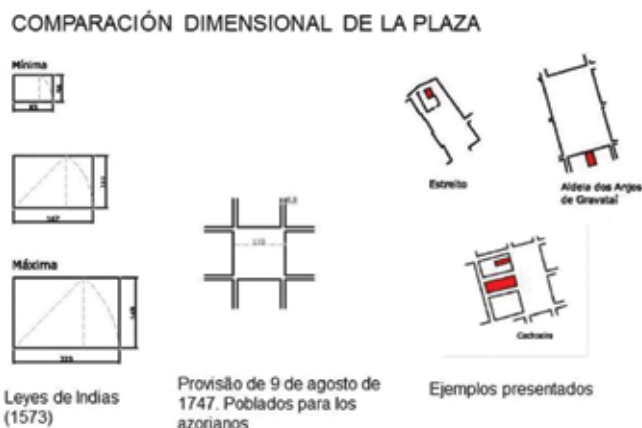
A maior importância da aldeia, em termos urbanísticos, está na inovação do programa. Em um momento em que nenhum assentamento do Continente de São Pedro contava com instituições de ensino e saúde, Gravataí tinha duas escolas para as crianças indígenas, a de meninos ou “Aula das Primeiras Letras”, inaugurada em 1770, e a de meninas ou “Recolhimento das Servas de Maria”, estabelecida em 1776. Tinha também o Hospital das Famílias Guaranis, a farmácia e o cemitério, inaugurado



Gravataí, vista da praça a partir da Igreja Paroquial, antes de 1920. Fonte: Costa, 1922. 2v, p. 315

em 1777. As escolas eram de pau-a-pique; a de meninos, provavelmente, situava-se onde atualmente está a Escola Pública; a de meninas, segundo informe do Visitador Eclesiástico Bento Cortez de Toledo, em março de 1800, estava ao lado da igreja (Neis, 1987, p.91).

Na cidade atual, da aldeia do século XVIII só perdurou a forma urbana da área fundacional; a centralidade da praça, a estrutura viária e a pauta de loteamento, assim como a situação dos principais prédios coletivos. Em nível arquitetônico pode-se afirmar que, com a chegada dos açorianos, as edificações da aldeia foram sendo substituídas por construções representativas da tradição luso-brasileira.



Comparação dimensional das praças dos aglomerados estudados e dos referenciais teóricos. Desenho interpretativo da autora, com base na cartografia atual

CONCLUSÕES

As aldeias estudadas, do ponto de vista sociocultural, representam um sistema paternalista de aculturação e uma forma legal de camuflar o servilismo, erradicado apenas em teoria. Pretendiam manter os indígenas concentrados, para sua inserção no modo de vida lusitano e para justificar a ocupação dos territórios anexados, e ao mesmo tempo, segregados da sociedade.

Essas aldeias representam a continuidade do tipo urbano empregado pelos jesuítas, configurando o aglomerado em torno de uma grande praça, seja da variante portuguesa desenvolvida a partir do início da colonização do Brasil, seja da variante espanhola, representada na configuração dos povos missionários.

Comparando o exemplo de Gravataí com os povos missionários, observa-se que em ambos os casos, o território rural circundante organizava-se como propriedade coletiva para desenvolver a agricultura, que a escolha do lugar para implantar o povoado é semelhante, e que a praça é o centro físico e simbólico, origem do traçado e suporte de valores socioculturais que outorgavam coesão e identidade à população residente.

O caso de Estreito prova a força da memória coletiva nas práticas urbanísticas, e no de Gravataí, o traçado urbano inicial é perfeitamente identificável devido ao maior grau de permanência que o fenômeno urbano apresenta em relação à arquitetura, se confirmada a tese de Lavedan (1959) sobre a lei da persistência do plano.

BIBLIOGRAFIA

AHRS (Arquivo Histórico de Rio Grande do Sul) Registros diversos. Cód.D-1,f.4-5.

BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002. 1152 p.

COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado*. Porto Alegre: Liv. da Globo, 1922. 2 v.

DURÁN ROCCA, Luisa. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano no século XVIII*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Tese para obter o título de Doutor em Planejamento Regional e Urbano, orientada pelo Dr. Arq. Günter Weimer. 647p.

KATINSKY, Júlio. Povoados, vilas e cidades coloniais do Brasil. *Desígnio. Revista de História da Arquitetura e Urbanismo*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 1, p. 81-92, mar. de 2004.

LANGER, Protásio Paulo. Projetos civilizatórios e sobrevivência étnica: os guaranis missionários. In: *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 135-152. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v. 1)

- LAVEDAN, Pierre. *Geographie des Villes*. Paris: Gallimard, 1959. 341p.
- LAYTANO, Dante de. Os Açorianos. In: BECKER, Klaus (Org.) Enciclopédia Riograndense. Canoas: Ed. Regional, 1956. p. 41-73.
- MORAES, Carlos Dante de. *Figuras e Ciclos da História Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora Globo. 1959. 230 p.
- NEIS, Monsenhor Ruben. A aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. In: Simpósio Estadual sobre cultura gravataiense, 1., 1987, Gravataí, RS. *Gravataí: História e Cultura*. Gravataí: SMEC, 1987. p. 70-97.
- PORTO, Aurélio. *Historia das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach. 1954. 2 v.
- ROSA, Jorge. *História de Gravataí*. Porto Alegre: Edigal, 1987. 120p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1779-1853). *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999. 215 p.
- SANTOS, Corcino Medeiro dos. Importância da Capitania do Rio Grande para o Brasil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Coord.) *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 65-84. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, v.1)
- SOUZA, Célia Ferraz de. *Contrastes regionais e formações urbanas*. Porto Alegre: Ed. da UFGRS, 2000. (Síntese Riograndense, v.14). 94 p.
- TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini; TORRES, Luiz Enrique et al. *Arqueologia, história e socioeconomia da Restinga da Lagoa dos Patos: uma contribuição para o conhecimento e manejo da Reserva da Biosfera*. Rio Grande: Fundação U.F.R.G, 2000. 174p.

AS MISSÕES JESUÍTICAS GUARANIS. UM ECÚMENO

*Luis Bisio**, *Carlos María Gutiérrez*** e *Gerardo Sanguinetti****

* Engenheiro
Agrônomo.
Facultad de
Agronomía
Universidad
Mayor de la
República Oriental
del Uruguay
(UDELAR).

** Diploma
Historia – Cultura
– Patrimonio
(Facultad de la
Cultura, Centro
Latino Americano
de Economía
Humana) Asessor
do Departamento
de Cultura da
Intendência
Municipal de
Montevideu (IMM)
Coordenador
acadêmico do
Diploma Historia –
Cultura Patrimônio.
(Facultad de La
Cultura, Centro
Latino Americano
de Economía
Humana).

*** Arquiteto,
Facultad de
Arquitectura y
Urbanismo,
Universidad
Mayor de la
República Oriental
del Uruguay
(UDELAR).
Gerente de
Estudios y
Proyectos,
Dirección Nacional
de Arquitectura,
Ministerio de
Transporte y Obras
Públicas (MTOP).

RESUMO

O trabalho estuda as Missões Jesuítico-Guaranis como uma experiência social e religiosa que se configura na construção da matriz cultural do território em que se desenvolve, desde sua geografia, a história de sua paisagem natural e cultural, a história de seus habitantes e seus assentamentos, os fatos políticos, econômicos, jurídicos e administrativos que o vão delineando. Por essas características, a expressão “ecumene” define da melhor maneira esse território, que com diversas realidades políticas, jurídicas e administrativas através de sua história foi se consolidando e hoje conhecemos como a Cuenca del Plata.

Descrevemos essa experiência missioneira na história do território do centro do continente, onde a mesma se inicia em 1609, para depois continuar seu processo na bacia do rio Uruguai e na margem oriental do mesmo: a futura Banda Oriental. Complementa-se com a valorização das Missões Jesuítico-Guaranis como Patrimônio Mundial, sua gestão e a história religiosa-missioneira da Companhia de Jesus no mundo conhecido, desde sua aprovação pelo Papa Paulo III, em 1540.

PALAVRAS-CHAVE

Território, matriz cultural, Ecúmeno, Patrimônio Mundial, Companhia de Jesus, território missioneiro Jesuítico-Guarani, rio Uruguai, margem oriental do rio, gestão do patrimônio.

INTRODUÇÃO

A comunicação que apresentamos neste Seminário Internacional, *Las Misiones Jesuítico Guaraníes. Una ecúmene*, integra as diferentes linhas de pesquisa desenvolvidas no Uruguai sobre a História e o Patrimônio Cultural das Missões Jesuítico-Guaranis. A História e o Patrimônio Jesuítico-

Guarani em nosso país, os valorizamos no marco de nossa História e nosso Patrimônio Cultural em geral, da História e do Patrimônio Cultural religioso em particular e especificamente o da Igreja Católica¹.

O universo missioneiro nos integra a um vasto território, ampliando o nosso olhar insular e incorporando o centro do continente.

Esse vasto território em que estivemos e ainda estamos agregados é a razão para o uso da expressão “ecúmeno” no título de nossa apresentação. Ecúmeno definido como o território habitado e conhecido que tem unidade geográfica, cultural e histórica.

Unidade populacional, geográfica, cultural e histórica do território Missioneiro Jesuítico-Guarani em seu tempo e hoje presente na matriz cultural de regiões dentro dos Estados-nações que a herdaram: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai.

PATRIMÔNIO MUNDIAL E MISSÕES JESUÍTICAS-GUARANIS

Em 1972 é aprovada pela Conferência Geral da UNESCO a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. A Convenção compreende que certos sítios naturais e culturais possuem um valor universal excepcional e como tais constituem um patrimônio comum de toda a humanidade. Portanto, sua identificação envolve toda a comunidade internacional para serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial e preservados. As deliberações têm consequências jurídicas e de cooperação internacional.

As deliberações da Mesa e do Comitê do Centro do Patrimônio Mundial de UNESCO sobre as Missões Jesuíticas começam a partir do ano 1983.

As Missões de San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria Mayor (Argentina), São Miguel das Missões (Brasil)². As Missões Jesuíticas de Chiquitos (Bolívia)³. As Missões Jesuíticas de La Santísima Trinidad de Paraná e Jesús de Tavarangue (Paraguai)⁴.

Nas deliberações incluem-se conceitos sobre cada um dos sítios, assim como decisões da Mesa e do Comitê ao longo do tempo. É interessante reparar nas resoluções e em suas decisões ao longo do tempo e no processo seguido. A identificação do sítio, de forma individual, mas vinculado ao conjunto. As características que se expõem como seus valores arquitetônicos, arqueológicos. As situações nas quais se encontram as ações para sua

1. Gutiérrez, Carlos Maria; Padrón Favre, Oscar; Sanguinetti, Gerardo: *“El Patrimonio Religioso en el Uruguay: el estado del Arte del Patrimonio de la Iglesia Católica”*. Seminário Internacional: Difusión y protección del Patrimonio Religioso en América Latina. Cátedra Unesco de Turismo Cultural, Unref, Aammba. Buenos Aires, Argentina. Octubre de 2011.

2. <<http://whc.unesco.org/en/list/275/documents/>>

3. <<http://whc.unesco.org/en/list/529/documents/>>

4. <<http://whc.unesco.org/en/list/648/documents>>

preservação. Em alguns casos, a ação de uma natureza agressiva sobre os bens, em outros casos, sua proximidade à “modernidade” urbana e os riscos que ela pode representar.

Recomendações para considerar “todo o grupo de monumentos” como uma representação ilustrativa das Missões Jesuíticas. A proposta em breve de uma “sub-região”, que inclua Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai.

MISSÕES JESUÍTICAS E MISSIONEIROS JESUÍTAS

As Missões Jesuíticas na América e as Missões Jesuíticas-Guaranis têm sido tema de interesse para os estudiosos de nossa história e para os responsáveis por nosso Patrimônio Cultural.

A história, a geografia, a antropologia, a linguística, a arqueologia, as artes, a arquitetura são algumas das disciplinas que participam da produção do conhecimento sobre o tema.

A obra missioneira da Companhia de Jesus se encontra em outro plano. A história religiosa, a teologia não são disciplinas que se integram plenamente às antes citadas para a produção de conhecimento no assunto. E são fundamentais para compreender motivações e razões que levaram ao desenvolvimento de empreendimentos missionários. A título de exemplo, a forma de se relacionar com as populações com as quais tiveram contato tem um denominador comum na ação evangelizadora da Companhia de Jesus. Mas, as formas aplicadas têm sido diferentes naqueles locais do mundo conhecido e habitado onde os Jesuítas missionaram, desde que a instituição foi aprovada pelo papa Paulo III, em 1540.

A Companhia de Jesus constrói-se na base de suas constituições e de seus exercícios espirituais: “Os Exercícios são a medula íntima, o núcleo substancial do Espírito Santo. As Constituições vivem o mesmo espírito, mas com o corpo concreto, ao qual dá vigor e energia”⁵.

Os Exercícios processam um discernimento que terá seu final na escolha ou na aceitação de um envio. Envio que como corpo apostólico desde os seus primórdios fora assinado pelas autoridades da Igreja à Companhia de Jesus: levar a fé com ações de evangelização em “terras de missão” e a educação com a criação de colégios nas cidades.

A aprovação da Companhia de Jesus ocorre em 1540. Um ano depois, em 1541, um de seus fundadores, Francisco Javier, encontra-se como

5. P. Ignacio Iparraguirre sj e outros “*Obras Completas de San Ignacio de Loyola*” Biblioteca de Autores Cristãos. Madrid, España. 1952.

missioneiro na Índia. Como breve exemplo de datas, missioneiros e missões, em 1582, Matteo Ricci admitido na China começa aí seu périplo; em 1609, temos a primeira redução missioneira no Paraguai⁶.

Com um ano de aprovado o instituto estão como missioneiros na Índia; com 42 anos, na China; e com 69 anos, no Paraguai. Até aqui o vigor de suas ações.

Alguns dos peculiares princípios e métodos evangelizadores de suas empresas: “A evangelização se concebe e através da imersão na cultura local”⁷.

“Na China, essa imersão chegará em busca dos pontos comuns entre os ensinamentos de Cristo e os de Confúcio e a adoção de ritos locais, que mais tarde serão condenados pela Igreja”⁸.

A alteridade ou a mudança da própria perspectiva pela do outro, considerando seu ponto de vista, vai ser uma constante de busca e desafios dos membros da Companhia de Jesus através de sua história, desde Ignácio de Loyola que, estudante em Paris, assume o desafio que significa o pensamento de Erasmo de Rotterdam. Eram tempos de debates entre a Reforma e a Contrarreforma e colocam Loyola entre dois períodos históricos: a Idade Média e a Renascença. Francisco Javier com suas Missões na Índia, Matteo Ricci sacerdote e mandarim, com suas Missões na China, os missioneiros Jesuítas em terras Guaranis. Michel de Certeau no século XX com seu trabalho de recapitulação missioneira: “O lugar do outro: História religiosa e mística”⁹.

As Missões Jesuíticas-Guaranis são Patrimônio Mundial da Humanidade pelo seu aporte material e imaterial à cultura e à história em terras americanas. Também o são pela fidelidade dos seus membros a um carisma, que tentamos expor aqui e que tem por base sua espiritualidade, sua história religiosa, sua teologia. Carisma que os dirige, com melhor ou pior sorte, através de sua história.

UM ECÚMENO

O TERRITÓRIO MISSIONEIRO JESUÍTICO-GUARANI

As Missões Jesuíticas foram uma experiência em toda a América, desenvolvendo características próprias em cada local do continente e em especial, no território Missioneiro Jesuítico-Guarani.

6. Jean Luis Luxen. “Los jesuitas en China en los siglos XVII y XVIII. Intercambios intelectuales, artísticos y científicos con Europa” Primeiro Encontro do Mercosul. Patrimônio Jesuítico. CICOP, Secretaría de Cultura / Presidencia de la Nación. Buenos Aires, Argentina. 1997

7. Jean Luis Luxen. Op. cit

8. Jean Luis Luxen. Op. cit

9. Jean Lacouture. “Jesuítas. I. Los conquistadores” y “Jesuítas. II. Los continuadores”. Editorial Paidós. Barcelona, España. 1993.

Retomemos a nossa definição de ecúmeno: território habitado e conhecido que tem unidade geográfica, cultural e histórica.

O historiador francês Fernand Braudel contribui com o desenvolvimento da definição de Ecúmeno apresentada, em seu trabalho “El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II”¹⁰.

No mesmo, encontramos um objeto de estudo: o Mediterrâneo, que podemos reproduzir no nosso próprio: as Missões Jesuíticas-Guaranis.

Encontramos também no trabalho de Braudel uma visão singular do tempo histórico, de longa duração, o da estrutura: os marcos geográficos e do meio ambiente, os aspectos genéticos da flora, da fauna e dos humanos, a linguagem, as mentalidades, as concepções espirituais, as comunicações. De média duração, o da conjuntura: os processos sociais, econômicos, políticos, demográficos. E o de curta duração, o dos acontecimentos, o do evento.

Podemos ensaiar tempos de longa, média e curta duração, sobretudo de longa duração, do período que começa com as Missões Jesuíticas-Guaranis, que continua com a administração do Vice-Reino do Rio da Prata para depois passar ao governo federal das Províncias Unidas e assim, até a atual formação dos Estados-nações e seus permanentes projetos de acordos multilaterais? Sabendo que a geografia física tem sido um fator determinante – a Cuenca del Plata, suas sub bacias e seus afluentes em todos estes períodos; sabendo que a geografia cultural, que a história cultural e o patrimônio cultural, dentro desta última, são fatores determinantes na origem e na matriz dessa sub-região. Ecumene e sub-região fragmentada pela ação política, mas integrada por sua população, geografia, cultura e história.

Uma resposta foi ensaiada pelos próprios jesuítas: estabelecer assentamentos missioneiros. Isso implicava explorar o território, e essa exploração ser plasmada em relevamentos cartográficos, determinando sítios e meios de comunicação. “Os mapas iníguistas são muito próximos, porque havia a obrigação de delimitar “governos de províncias jesuíticas...” Os padres andaram por esses espaços arriscando vidas para catequizar indígenas, mas ao mesmo tempo fazendo relevamentos. Na metade do século XVII, a cartografia jesuítica permitiu precisar limites, localizar rios e afluentes, assinalar serras e florestas.¹¹

Nos séculos XVII e XVIII, período de maior desenvolvimento, o entre rios do Paraná e do Uruguai foi o território onde se assentaram os 30 povos missioneiros, divididos em dois agrupamentos – um na bacia do Paraná (13

10. Braudel, Fernand. “El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II”. Fondo de Cultura Económica. México. 1953

11. Crawford, Leslie. “La Provincia uruguayana del Tape”. Ediciones Geosur. Montevideo, Uruguay. 1983.

povos) e o outro, na bacia do Uruguai (17 povos). Nesta área geográfica foi levada a cabo a tentativa de construir um modelo de cristandade americana por parte da Companhia de Jesus.

Em 1767, com a expulsão da Companhia de Jesus, não se fez um corte radical. Os povos assentados nas Missões emigram e conservam a cultura mestiça criada, mas não deixam de ser comunitários e já não têm como guia o dom da Companhia de Jesus. São párias em sua terra.

O RIO URUGUAI

Foi a coluna vertebral do território ocupado pelas Missões Jesuíticas-Guaranis assentadas a oeste e a leste do seu leito.

As Missões foram pioneiras em aproveitar sua bacia mediante “uma economia coerente com o seu tempo”¹², *que se apoiou no Rio da Prata como grande via de comunicação dos territórios missioneiros no centro do continente com os portos do rio.*

12. Crawford, Leslie. Op. Cit

“Um caminho ambulante”, que cumpria o papel de ponto de união com a costa oceânica e daí com o universo conhecido.

A sociedade missioneira foi quase a única usuária do rio, com finalidade de comunicação e transportes comerciais e militares. Os missioneiros o usaram como caminho seguro de penetração no território.

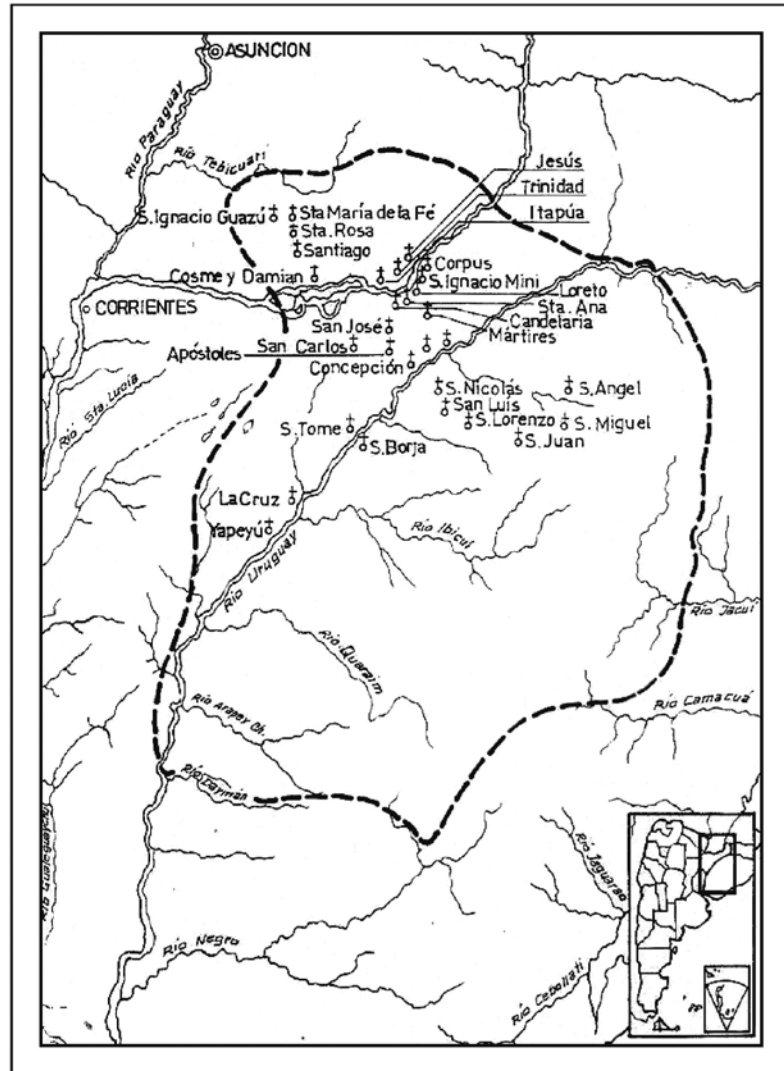
Em duas histórias dos séculos XVII e XVIII encontramos descrições dos deslocamentos com balsas pelo curso do rio Uruguai e a dificuldade ao passar pelo Itú, hoje Salto Chico e Salto Grande.

Numa dessas histórias, o padre Antonio Sepp s.j., que partiu de Cádiz em 1691, chegou a Buenos Aires em abril desse ano e daí empreendeu a viagem para a Missão de Yapeyú.

Em 26 de maio ele escreve: “Chegamos a um local onde o rio Uruguai deixa de ser um tranquilo curso d’água e precipita-se entre as pedras, correndo quase meia hora sobre grandes rochas. Por tal motivo, tínhamos que desmontar nossas canoas, sobre as quais se achavam as choças, e transportar para cima tronco a tronco. Os nativos fizeram esse trabalho em meia jornada”¹³.

13. Vidart, Daniel. “El Uruguay visto por los viajeros” Ediciones de la Banda Oriental. Montevideú, Uruguay. 2000.

“Essa queda do rio com seus arrecifes apertados e acidentados foram colocados no local pela Providência do Criador, para



Río Uruguai

maior benefício de nossos pobres indígenas. Todos os padres missioneiros estão firmemente convencidos disso. É que até aqui chegaram os espanhóis em seus navios, carregando seu insaciável apetite por dinheiro. Mas quando chegaram a esse ponto, escutaram: “Non plus ultra, adiante, nenhum passo a mais”. Tiveram que retornar a Buenos Aires, e até hoje não puseram o pé em nossas reduções. Por conseguinte, não podem fazer comunicação, negócio, intercâmbio algum com nossos indígenas, e isto constitui um indescrevível benefício”¹⁴.

14. Vidart, Daniel.
Op. cit

A segunda história foi extraída de uma carta do padre G. Cattaneo s.j., que partiu de Buenos Aires em 13 de Julho de 1729, 40 anos depois da viagem do padre Sepp s.j

Em sua correspondência, descreve-nos a epidemia que ataca os guaranis e a decisão dos sacerdotes de enviar por terra um pedido de ajuda à Missão de Yapeyú. “As outras balsas, entretanto, com as poucas pessoas sadias que ficavam se ajudando mutuamente, passaram pouco a pouco o Itú”. Essa difícil passagem, que chamavam “Itú ou Ariciffe”, é uma fila encadeada de perigos que atravessam o rio Uruguai, por meio dos quais o rio faz uma grande queda, semelhante ao Lago de Mantua, e com tal ímpeto que as ondas se levantam espumosas e sente-se o seu estrépito a várias milhas de distância;... e é necessário que as balsas passem por aí, porque não há outro lugar. É verdade que desembocando a água por várias partes entre aquelas pedras, os indígenas que são práticos buscam os canais com muitos degraus e que moderam a queda, não permitindo ao rio se precipitar. Contudo, é inacreditável o quanto trabalham os pobres indígenas nessa travessia, porque é preciso um ou dois dias inteiros, puxando com várias cordas a balsa, alguns, da praia, outros, da ponta de algum recife, sobre o qual se possa subir para puxar. A maioria pula na água puxando a balsa pelos lados e por trás, ou levantando-a nas costas de vez em quando, até colocá-la sobre uma pedra, depois sobre outra, e finalmente liberá-la a custa de muitos e longos esforços daquele ponto perigoso¹⁵.

15. Vidart, Daniel. Op. cit

Pelo rio Uruguai deslocaram-se de Norte a Sul, em embarcações construídas nas Missões, os sacerdotes jesuítas vindos da Europa com os produtos que exportavam.

O TERRITÓRIO NA MARGEM ORIENTAL DO RIO URUGUAI

A presença neste território deveu-se a razões produtivas e começou como campo de recolhimento de gado das pastagens dos povoados localizados na bacia do rio Uruguai. Com o estabelecimento das primeiras estâncias, majoritariamente da Missão de Yapeyú, esse território passou a formar parte da área produtiva missioneira. O desenvolvimento e o crescimento populacional obrigaram a buscar fontes de alimentação.

“Os principais obstáculos com o qual tropeçou a expansão pecuária nesta primeira etapa foi a carência de fosfatos e de carbonatos dos solos próximos dos povoados e a impossibilidade de complementar essas

de Corrientes como local estratégico do patrimônio missioneiro. Sua abordagem apoia-se na do padre Guillermo Furlong S.J., da qual transcreve:

“Já antes dessa resolução, Yapeyú era um importante centro pecuário, como também era a próxima Redução de La Cruz; uma e outra enviavam gado bovino e ainda equino aos diversos povos, sendo a rota: Yapeyú, La Cruz, Santo Tomé, São Carlos e Candelária; desta última Redução, que ficava a poucos quilômetros do que hoje é Posadas, arreava-se o gado aos diversos povoados que ali se espalhavam como um leque aberto, ainda que cortado por dois caudalosos rios”.

Depois de 1750, sobre a costa oriental do Rio Uruguai, nas imediações do “Itú”, foi dividido um povoado entre as Missões de Yapeyú e San Borja e abandonado em 1754. O povoado de Salto era conhecido em 1755 como o “porto dos Tapes”. Nas imediações da hoje cidade de Paysandú estabeleceram-se uma estância e um porto, que chegou a ter um forte, e nas suas proximidades funcionou uma atafona, destruída em 1754 pelos Tapes.

O Salto Grande não foi um obstáculo para a economia da região, *“teve um sistema portuário de transbordos até a altura de Paysandú em períodos de estiagem”*¹⁸. Não foi obstáculo tampouco para o deslocamento das embarcações em tempos de enchentes ou da altura normal do leito.

18. Crawford, Leslie. “La Provincia uruguaya del Tape”. Ediciones Geosur. Montevideo, Uruguay. 1983.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL JESUÍTICO-GUARANI

Em coerência com a abordagem conceitual e o informe histórico realizado, tentaremos nos localizar no centro do continente, no coração da Cuenca del Plata, no coração do Ecúmeno Missioneiro Jesuítico-Guarani: na cidade de Assunção, a chamada “mãe de cidades”. É ali que, em 1609, o governador Hernandarias convida o provincial dos jesuítas, o padre Diego de Torres, a assumir o trabalho de conversão dos indígenas. Esse episódio marca um dos princípios da experiência missioneira nessas terras. Retornamos a ele como ponto de partida da proposta de gestão do Patrimônio Cultural Missioneiro Jesuítico-Guarani, Patrimônio Mundial Cultural e Natural da Humanidade.

Nossa proposta consiste em devolver importância à cidade de Assunção por meio desse patrimônio específico, convertendo-a em sede de um Centro do Patrimônio Cultural Jesuítico-Guarani.

Para efetuar essas ações, é necessário consolidar uma rede com todos os atores envolvidos e um centro de documentação nas áreas de investigação,

capacitação, preservação e comunicação do Patrimônio Cultural Missioneiro Centro, que desenvolva em alguns casos, coordene ou difunda em outros, mas sempre em rede, atividades presenciais e virtuais de natureza acadêmica, profissional, técnica, de divulgação e de turismo cultural com seus itinerários e serviços.

Como ponto específico da proposta de gestão e na margem oriental do Rio Uruguai, atualmente a República Oriental do Uruguai, que teve sua inserção no território maior das Missões Jesuítico-Guaranis, propõem-se três itinerários a ser desenvolvidos: o “caminho andante” do Rio Uruguai; o “caminho Jesuítico do gado”, que relaciona num primeiro momento as Missões de Yapeyú e as pastagens localizadas nestas terras; e “o êxodo do povo guarani ao Uruguai” ao ser expulso dos assentamentos missioneiros.

É importante determinar o caráter transnacional deste projeto, com a integração dos países envolvidos e dos organismos internacionais competentes.

A proposta, como esboço de gestão que realizamos, dá relevância a um centro significativo do universo missioneiro-guarani: a cidade de Assunção, vinculada em rede aos diferentes lugares desse universo e que tem já o seu desenvolvimento ou que promete cobrir os vazios. Recria-se a ecumene e desenvolvem-se ações, para ser considerada como Paisagem Cultural pelo Comitê do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO.

MISSÃO JESUÍTICA GUARANI DE LA SANTÍSSIMA TRINIDAD DEL PARANÁ†

*Ana Rosa Lluís O'Hara**

RESUMO

O projeto Trinidad-2005 1ª Etapa, realizado em Casas de Indígenas da Missão Jesuítica- Guarani da Santísima Trinidad del Paraná, tem sido executado com rigor científico e enfoque multidisciplinar, aplicando critérios básicos de preservação patrimonial e tendo sempre presente a importância do sítio como Patrimônio Mundial.

Além disso, todas as ações foram realizadas com o foco no principal objetivo, de chamar a atenção das comunidades indígenas do setor e dos vizinhos em geral, a fim de restabelecer sua vinculação com o sítio. Foram realizadas tarefas de gestão e de intervenção física, fomentando a participação comunitária e das autoridades locais, e com ampla difusão na mídia, antes, durante e depois de concluídas as obras.

PALAVRAS-CHAVE

Guaranis, Admiração, Multidisciplinar, Respeito, Participação, Comunidade, Rigor Científico, Reversibilidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui no relatório final das ações executadas na Missão Jesuítica-Guarani da Santísima Trinidad del Paraná, no marco do projeto de referência.

O Projeto Trinidad-2005 1ª Etapa consta de dois componentes:

Projeto plano de gestão de Trinidad - Parte I: procedeu-se à redação de um documento guia, o Instrumento Metodológico para o Desenho e Implantação do Plano de Gestão de Trinidad – IMPMT.

Projeto piloto de restauração: conservação física das unidades arquitetônicas mais comprometidas dos sítios em relação a seu grau de

* Arquitecta (Universidade Nacional de Assunção, Paraguai). Coordenadora do Projeto “TRINIDAD 1ª Etapa – 2005” implementado na Missão Jesuítica-Guarani da Santísima Trinidad del Paraná, Itapúa, Paraguai. O projeto contou com o apoio do World Monuments Fund e Fundos da American Express.

† Projeto Trinidad 1ª Etapa – 2005. Centro de Conservação do Patrimônio Cultural (CCPC).

deterioração, que abrangeu tarefas de consolidação ou contingência estrutural, prospecção arqueológica, implementação de um sistema de âncoras metálicas, recomposição de elementos constitutivos, (pedras) das chaves e tratamentos iniciais de biodeterioro, em dois setores selecionados:

SETOR 1: Casa de Indígenas N° 10 - Arco N° 19

SETOR 2: Casa de Indígenas N° 8 - Arcos N° 4 e N° 5.

AÇÕES REALIZADAS

1. PROJETO PLANO DE GESTÃO DE TRINIDAD. PARTE I

- Apresentação às autoridades governamentais: A proposta do *Instrumento Metodológico para o Desenho e Implantação do Plano de Gestão de Trinidad (IMPMT)* foi apresentada às instâncias governamentais competentes: Vice-Ministério de Cultura/Ministério de Educação e Cultura e Secretaria Nacional de Turismo (Senatur), em 18 de outubro de 2005. Ambas as instituições deixaram constância de sua conformidade com a mesma.

- Apresentação à comunidade local: O IMPMT foi submetido à consideração da comunidade de Trinidad, na Abertura regional do *Terceiro Encontro Regional para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas-Guaranis* (WMF/UNESCO). O ato foi realizado em 26 de outubro de 2005, no Hotel Tirol do Paraguai, localizado no Departamento de Itapúa. Participaram representantes dos governos federal, estadual e municipal do Centro de Conservação do Patrimônio Cultural, instituições educativas e sociedade civil em geral.

2. PROJETO PILOTO DE RESTAURAÇÃO

• No setor 1: Casa de Indígenas N° 10. Arco N° 19

Mesmo quando a pesquisa histórica e as prospecções arqueológicas realizadas deram por resultado a não originalidade do arco em questão, foram executadas nele **várias intervenções a fim de preservar a história do sítio, tendo em conta que esse elemento construtivo já faz parte da memória coletiva.**

Processo de execução

- Pesquisa histórica

- Apontamento de contingência
- Prospecção arqueológica
- Tratamentos do biodeterioro
- Reposição da chave no local exigido pela geometria do arco. Um macaco hidráulico foi utilizado para essa tarefa, com o devido cuidado para não danificar as pedras que o constituem. Quanto à argamassa utilizada, a mesma foi elaborada com terra do sítio; não se aplicou qualquer tipo de cimento, mesmo se *o morteiro utilizado para construir o arco na década de 1980 possuísse esse material.*
- Calço preliminar e retiro do arco de ferro provisório.
- Calço definitivo da estrutura.
- Instalação de pontais de perfilaria metálica (ferro galvanizado).

Resultado: Arco Nº 19 da Casa de Indígenas Nº 10, com chave reconstituída e escoramento estrutural de tipo reversível.

• **No setor 2: Casa de Indígenas Nº 8. Arcos Nº 4 e Nº 5.**

Foi selecionado esse setor em função:

- do estado de iminente colapso estrutural em que se encontrava.
- da localização estratégica dentro do conjunto da Missão de Trinidad: no acesso principal ao sítio, sobre o eixo formado pela praça maior e o prédio da igreja.

A proposta de solução inicial para esse setor foi a consolidação estrutural do canto norte por meio do suporte da fundação do Pilar nº 5, onde concorrem os Arcos nº4 e nº5, com ações de desmonte e reintegração por anastiloses. Essa ideia teve que ser modificada devido aos resultados do estudo de Geotecnia, que revelaram que a Casa de Indígenas nº8 está localizada sobre um banco de areia e detectou o terreno firme a mais de 9 metros de profundidade.

Diante desse novo cenário elaborou-se uma segunda proposta: não intervir de forma pontual no pilar do canto para onde convergem os arcos em questão, pois poderiam se gerar maiores problemas estruturais. A problemática tinha, por isso, que ser abordada na totalidade da casa remanescente para se obter a estabilidade desejada.



Setor 2, Autor: Mario Franco

A impossibilidade de executar nessa etapa do projeto uma ação integral de consolidação, por não se contar com os recursos requeridos para o efeito, obrigou a decisão final de realizar ações de contenção estrutural de toda a arcada da Casa de Indígenas N° 8.

O método empregado é um sistema de ancoradouro, de tubos e cordas metálicos, mais um sistema de monitoração; com isso cumpre-se provisoriamente com o objetivo de evitar o colapso estrutural da mesma.

Processo de execução

A. Ações de contingência estrutural, com as seguintes tarefas:

- Reconstituição da fundação existente, completando os elementos que faltam, incluindo a recomposição dos vestígios arqueológicos removidos (piso de galerias e terraços, e esgoto pluvial). A reintegração da terra extraída foi realizada por compactação manual, por capas de 30cm.
- Escoramento, instalando-se uma estrutura de madeira, de caráter provisório, para consolidar o Pilar n° 5. A mesma conta, além disso, com uma chapa colocada em forma horizontal que suporte o peso desse pilar em forma vertical.

B. Suporte de arcos, incorporando-se um sistema de ancoragem metálico que reconstituiu o apoio lateral das arcadas erguidas nas fachadas norte, leste e sul, adjacentes ao pilar afetado. Essa ação permitiu “amarar” o conjunto de pé, para prevenir também futuros deslocamentos laterais e posteriores desajustes de chaves.

O sistema de ancoragem foi desenhado de forma tal que possa preservar a integridade superficial dos muros e que permita o ajuste variável de tensão, segundo recomendam as futuras e periódicas inspeções de esforço e deformação.

Por outro lado, essa solução é totalmente reversível, permitindo sua retirada se mais adiante decidir-se aplicar outra medida de maior alcance e/ou eficiência.

As tarefas realizadas como parte dessa medida foram:

- Colocação de um sistema de ancoragem, consistente em um conjunto de peças metálicas com amortecedores de fricção (borrachas em cada ponto de contato) e tensores de cabos de aço de 10mm de dimensão. Após sua localização no local previsto e realizada a verificação correspondente, foram recolocadas as esquadras de tensão (chapas) para impedir que os cabos de aço passem diante das rosetas dos arcos, já que estes são seus principais elementos decorativos. Igualmente, estudaram-se as particularidades do sistema de ancoragem na cara interna da arcada.
- Soldagem; uma vez definida a localização do sistema de ancoragem, soldou-se cada uma de suas partes.
- Ajuste de tensão realizado de forma sucessiva, e em alguns casos simultaneamente; ajustaram-se os cabos de aço, monitorando a tensão exercida e o comportamento das peças descalçadas (chaves), a fim de evitar deformação e/ou quebras.
- Encaixe de peças novas, realizada uma vez, ajustada a tensão dos cabos de aço.

Nesta parte do processo, foram efetuadas as seguintes ações:

- * Reinstalação dos macacos pneumáticos sob cada chave afetada, a fim de ajustar sua posição relativa com o perfil de meio ponto e sua projeção em relevo tanto exterior quanto interior.

- * Encaixe preliminar com pequenos componentes de pedra basáltica, a fim de permitir o retiro das faixas metálicas que mantinham unidos os componentes de cada chave.
- * Inserção das lajes de pedra arenito, especialmente selecionadas, cortadas e especificadas para cada fenda.
- * Liberação das chaves do escoramento.
- Pintura, utilizando-se a cor marrom vermelha, com antiferrugem. A intenção é de que o sistema de amarração da arcada seja pouco perceptível ao espectador a distância, para não alterar a leitura do conjunto do sítio. No entanto, uma vez que o visitante se aproxime da Casa nº 8, as peças metálicas podem ser distinguidas de forma clara e definida.

C. Aplicação do sistema de Monitoração para realizar acompanhamento e medição de possíveis deformações na arcada e detectar deslocamentos verticais ou horizontais. Consta de cristais de laboratório de 1.5cm para 10cm, que por serem muito quebradiços se fez primeiro um ensaio com adesivo plástico (multipropósito UHU).

D. Ensaios para tratamento do biodeterioro através de provas de dosagem de morteiros, com as seguintes características:

- * Morteiro original da intervenção da década de 1980 (com cimento)
- * Morteiro a cal
- * Morteiro com cal e areia de tacurú (formigueiro)

Resultados

- Arcadas norte, leste e sul da Casa de Indígenas Nº 8 sujeitas a um sistema de apoio lateral de ancoragens metálico (cabos e braçadeiras), de tipo reversível. (Ver Adjunto Nº 7 e Anexo Nº 1)
- Pilar de esquina Nº 5 sustentado.
- Arcos Nº 4 e Nº 5 com as chaves reconstituídas recolocadas em sua posição original.

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA A 2ª ETAPA DO PROJETO

As recomendações são apresentadas como ações para uma segunda etapa do projeto, em nível de proposta preliminar elaborada com a colaboração da arq. Graciela Valletta (Uruguai), especializada em Conservação de

Estruturas Patrimoniais e restauradora de Obras de Arte Cristina Lancellotti (Argentina).

Para ambos os setores

Quanto à infiltração das águas de chuva e risco de enfraquecimento das fundações:

- Implantar sistema de desague pluvial em todo o sítio.
- Capeamento para os muros: dar solução às infiltrações superiores de origem pluvial, já que os muros atualmente não têm nenhuma proteção nesse sentido.

Para o setor 2

• Colocação de suplemento estrutural: propõe-se complementar as ancoragens metálicas com um suplemento estrutural que recrie o apoio das arcadas com os muros interiores da galeria, que antigamente era exercido pela cobertura e já não mais existe.



Equipe multidisciplinar. Setor 1, Autora: Silvia Bogado.

• Reforço de fundações: propõe-se conseguir a consolidação do terreno com elementos de tipo pali radice, que aumenta a densidade do solo e, assim, sua resistência.

UMA APOSTA NO TURISMO CULTURAL. MISSÕES GUARANI-JESUÍTICAS DE TRINIDAD, JESUS E SÃO COSME E SÃO DAMIÃO

*Ana Burró***

RESUMO

A herança cultural material jesuítica de incalculável valor para os países da região tem sofrido grave deterioração devido a diversos fatores, sendo o de maior destaque o desconhecimento de sua importância por parte da população local e regional. A declaração da UNESCO na década de 1990 dos sítios missionários como Patrimônio da Humanidade representou um extraordinário apoio para o reconhecimento nacional e internacional. O turismo cultural no Paraguai não contava com uma particular categoria até alguns anos, e atualmente isso mudou. O Patrimônio Missionário Paraguaio é constituído fundamentalmente por três importantes conjuntos de ruínas: Trinidad, Jesus e São Cosme e São Damião. Por meio da análise estatística temporal nos três sítios considerados (conta-se com estatística destes sítios), observa-se um significativo aumento do número de visitantes nos sítios intervindos e isto impacta no desenvolvimento econômico das comunidades através das atividades de suporte: alojamento, guia de turismo, gastronomia e artesanato.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio, turismo, conservação, história, identidade.

INTRODUÇÃO

A herança cultural material jesuítica de incalculável valor para os países da região tem sofrido e sofre grave deterioração devido a fatores diversos, sendo o maior destaque o desconhecimento de sua importância por parte da população local e regional. A declaração da UNESCO na década de 1990 dos sítios missionários como Patrimônio da Humanidade representou um extraordinário apoio para o reconhecimento nacional e internacional.

O turismo cultural no Paraguai não contava com uma categoria especial até alguns anos, e atualmente isto mudou. Hoje se constitui em importante fator diferenciador da oferta turística paraguaia, não se dava crédito ao potencial do patrimônio missioneiro em sua capacidade geradora de um movimento cultural e econômico. Pouco a pouco, a população local e regional vai se identificando com seu patrimônio, fator fundamental para sua defesa.

O Patrimônio missioneiro paraguaio é constituído fundamentalmente por três importantes conjuntos de ruínas: Trinidad, Jesus e São Cosme e São Damião; museus diocesanos em San Ignacio, Santa Maria, Santa Rosa e Santiago, coleções privadas e alguns outros vestígios.

Entre as causas que poderiam motivar esse despertar, podem-se citar as intervenções de valor efetivadas nos últimos cinco anos:

1. Viagem Cultural de Luzes, Sons e Imagens, em Trinidad (2009);
2. Centro de Interpretação Astronômica Buenaventura Suarez (2010);
3. Centro de Visitantes e de Interpretação, em Trinidad (2012);
4. Museu de Sítio, em Jesus (2012).

Através da análise estatística temporal nos três sítios considerados (por contraste com suas estatísticas), observa-se um importante aumento do número de visitantes e isso tem impacto direto no desenvolvimento econômico das comunidades, através das atividades de suporte, que são:

- Alojamento. Pousadas Turísticas;
- Gastronomia;
- Guia de turismo;
- Transporte turístico (modalidades não convencionais).

As atividades de promoção organizadas sem dúvida também têm contribuído.

TURISMO CULTURAL

A primeira definição de Patrimônio de Turismo Cultural data de 1976 da Carta do Turismo Cultural. Nela se diz que “essa forma de Turismo tem por objetivo, entre outros, a descoberta de monumentos e locais de interesse, e exerce sobre eles um efeito muito positivo, graças à contribuição

1. Ferreira, Ana Maria. Turismo Cultural. UNIA - Sede la Rábida, Cursos de Verão - Turismo Industrial. 2006

para sua preservação e proteção¹. Essa forma de turismo justifica, de fato, os esforços de preservação e proteção que demanda a comunidade, graças aos benefícios socioculturais e econômicos que tais medidas proporcionam a todas as populações envolvidas”.

A Atlas (Associação Europeia para a Educação em Turismo e Lazer), em seu relatório de 1992 sobre o Turismo Cultural na Europa, compartilha a definição em dois componentes – conceitual e técnico.

A definição conceitual diz que se trata de “um movimento temporário dirigido para uma atração localizada fora de sua área de residência habitual, com o objetivo de satisfazer necessidades de índole cultural”.

Sua vertente técnica defende que “todos os movimentos de pessoas, voltados para atrações culturais específicas, como locais de patrimônio, manifestações culturais e artísticas, arte e drama, fora de sua área de residência” constituem práticas de turismo cultural.

Perfil do Turista Cultural²

- Jovens (35% têm menos de 35 anos e apenas 25% têm mais de 50 anos).
- Elevado nível de educação (44% possuem diploma de estudos superiores).
- Rendimentos acima da média europeia.

2. Atlas (Richards, 2001, pp.34- 35

SANTÍSSIMA TRINDADE DO PARANÁ

Antecedentes Históricos

A Santíssima Trindade foi fundada no ano de 1706, no distrito do Rio Uruguai, de onde, por não serem boas as suas terras, foi forçada a se transmigrar em 1712 para onde hoje se encontra, a cinco léguas do povoado de Jesus e a três léguas do rio Paraná ao Poente. O fundador, padre Juan de Anaya, chefiava um grupo de 608 famílias, às quais se agregaram cristãos novos e neófitos. Eram procedentes do povoado de São Carlos, fundado em 1631, “que por ser muito grande e numeroso e não poder governar tantas pessoas juntas, nem ter terras suficientes para suas lavouras, teve que se dividir”.

Segundo Oliver, “a igreja de cadeirados, construída pelo irmão Primoli (...) era a maior e melhor das Missões. Toda de pedra, com abóboda muito bela de meia laranja e lanterna; tudo com grande claridade, proporção

e adornos. A fachada e a torre eram majestosas. O interior da igreja era também muito belo e glorioso por suas pinturas. Faltavam-lhe apenas os altares laterais, já que os que havia eram emprestados”.

Iniciada a construção da igreja em 1744, atribui-se o projeto da obra a Juan Bautista Primoli, que faleceu em 1747. Segundo Gutiérrez, em sua construção teriam intervindo Antonio Forcada , José Grimau ou Juan Antonio de Ribera. Em 1759 faltava unicamente a meia laranja e no ano seguinte a igreja estava terminada.

Depois da expulsão dos padres da Companhia de Jesus em 1768, ao ser designado, o administrador de temporalidades da Coroa Real “derrubou os arcos que davam consistência à oficina e o prédio desabou totalmente”³.

As Escavações

As escavações arqueológicas tiveram início em 1981 com a Igreja nº 1 e foram realizadas em quatro etapas, com o apoio econômico da Fundação *Alemana Paracuaria*, a OEA e a *Dirección General de Turismo* do Paraguai.

Intervenções efetivadas nos últimos cinco anos

- Viagem Cultural de Luzes, Sons e Imagens, em Trinidad (2009)
- Centro de Visitantes e de Interpretação, em Trinidad (2012)
- Intervenções periódicas de manutenção

3. Perasso, José Antonio. Interpretación de Estructuras en Arqueología Histórica. Sitio Trinidad. Recopilación. Pág.131.



Percorrido Cultural de Luzes, Som e Imagens em Trinidad

JESÚS DE TAVARANGUE

Antecedentes históricos

A Missão foi fundada em 1685 pelo padre jesuíta Jerónimo Delfín. A estrutura urbana é constituída pelo templo, que ficou interminado, a praça maior, o colégio anexado à igreja e as casas de proteção para órfãos e viúvas, chamadas “Coty Guazú” ou casa grande. Também contava com uma horta de onde tiravam os produtos para seu abastecimento e o cemitério, local sagrado para o indígena. Assim mesmo, podem se observar os restos de muros das casas indígena, que não chegaram a ser erguidos.

O templo foi considerado um dos maiores da época, com estrutura principal de 70m de comprimento e 24m de largura. Na sua concepção interviram o irmão Joseph Grimau e o irmão Antonio Forcada. Jesus foi declarado, junto com Trinidad, Patrimônio Universal da Humanidade pela UNESCO, em 1993, e é considerado uma das mais importantes edificações dos 30 povos jesuítas estabelecidos na região.

Intervenções efetivadas nos últimos cinco anos

- Museu do Sítio, em Jesus (2012);
- Intervenções periódicas de manutenção.



Igreja Maior

SÃO COSME E SÃO DAMIÃO

Antecedentes Históricos

No ano de 1632 é fundada a Missão de São Cosme e São Damião. Seu primeiro assentamento foi na serra do Tapé (atual Brasil), mas durou pouco neste local pela perseguição de que era objeto por parte dos paulistas.

Seis anos depois, muda-se para mais ao Sul, passando a depender da Missão de Candelária. O encarregado dessa nova transferência a uma légua do anterior foi Buenaventura Suárez. Novamente, em 1740, volta a emigrar para bem perto de Encarnación, até finalmente se assentar, em 1760, onde hoje se encontra, no Departamento de Itapúa.

O padre Suárez chegou em São Cosme em 1706, quando a Missão contava com cerca de 1.500 habitantes. Desde essa data até 1739, quando publicou seu Lunario e até que em 1745 não havendo chegado os elementos da Europa, trabalhou com aparelhos e instrumentos astronômicos construídos por ele mesmo.

Intervenções efetivadas nos últimos cinco anos

- Centro de interpretação astronômica Buenaventura Suárez (2010).
- Intervenções periódicas de manutenção.

PROGRAMA FUNCIONAL DO CENTRO ASTRONÔMICO BUENAVENTURA SUÁREZ

O prédio proposto conta com um planetário e um observatório astronômico, além de albergar funções de apoio, como sala de projeção multimídia, estação meteorológica e bloco de serviços.

O Planetário, com cobertura em forma de cúpula, conta com as equipes necessárias para seu funcionamento e sistema de áudio. A Sala de Observação Astronômica, na qual foi instalado o telescópio, conta com um teto deslizante.

A sala de projeção multimídia e de usos múltiplos, como para palestras educativas e cursos de formação, é equipada com um projetor multimídia, computador com conexão à internet, mobiliário para exposição e armazenagem de materiais didáticos, tela de projeção, lousa acrílica e ambiente climatizado.

Prevê-se, além disso, o escritório de pesquisadores, que estará localizado em área restrita, onde, quase que de forma exclusiva, serão realizadas as pesquisas de especialistas mas também de pesquisadores convidados⁴.

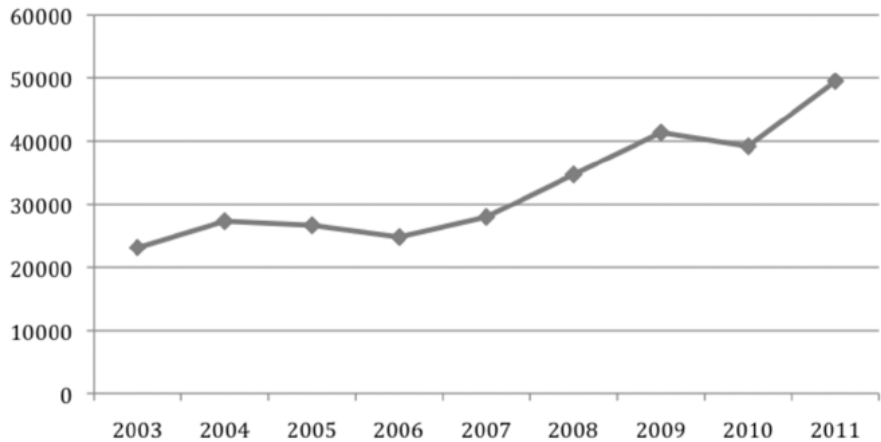
4. Assistência Técnica. Prof. Blas Servín Bernal / Arq. Griselda Servín Bernal

ENTRADA DE VISITANTES

ANÁLISE ESTATÍSTICA⁵

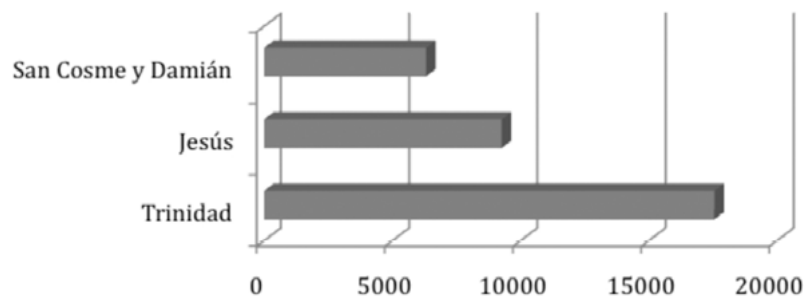
5. Fonte: Boletos de Valores Fiscais - SENATUR

O gráfico a seguir mostra a evolução do número de visitantes, desde 2003 até 2011, às Missões Jesuíticas-Guaranis consideradas. O número de visitas tem se duplicado e foi aumentando em um período de oito anos.



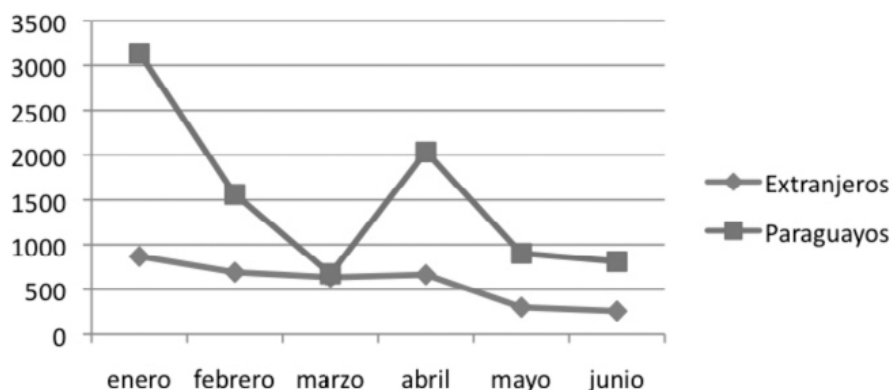
Número de visitantes às Missões Jesuíticas-Guarani

A capacidade de atração do Patrimônio Jesuítico foi tardiamente compreendida pelos tomadores de decisões. No período das intervenções dos anos 1980-90, de caráter mais arqueológico, pouco tinha se feito em relação à dotação de serviços e oferta complementar nos sítios e, menos ainda, em relação a um trabalho de conscientização e envolvimento da população local.



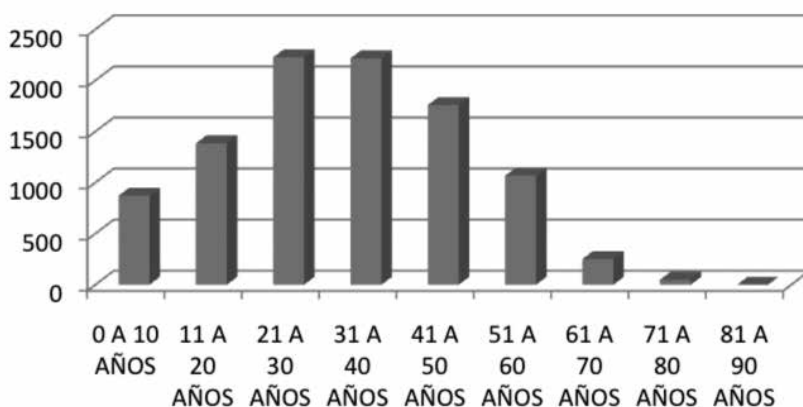
Janeiro a Julho de 2012 – Total de Visitas

Este gráfico mostra a relação de visitantes entre as três Missões consideradas, durante 2012, sendo a mais visitada a Missão de Jesus de Tavarangue. Pode-se ver, também, que as três superam os seis mil visitantes na metade do ano, somando um total de quase 30 mil visitantes. Digno de destacar é que, nos anos anteriores à implementação do Centro de Interpretação Astronômica Buenaventura Suarez, o número de visitantes de São Cosme e São Damião era muito inferior ao das outras duas Missões.



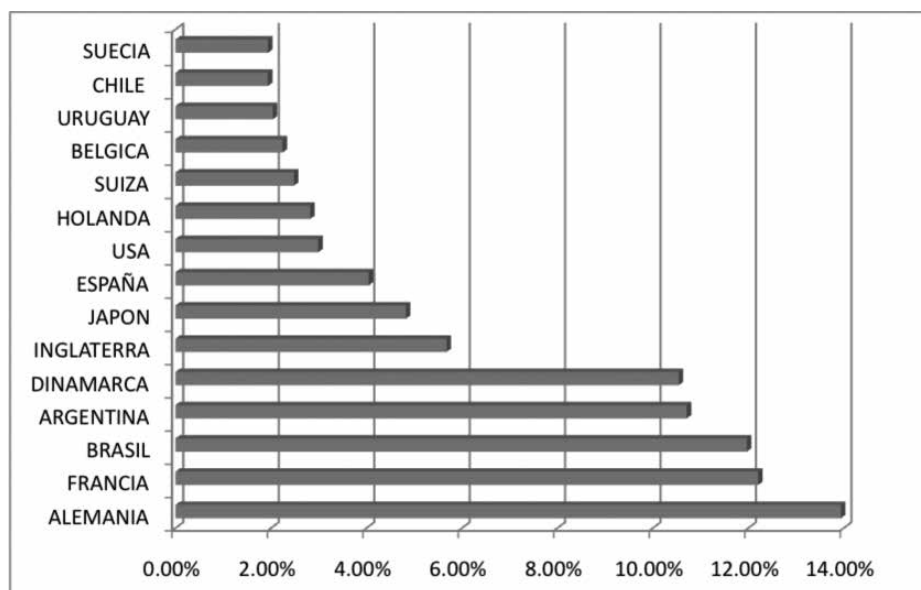
Procedência. Janeiro a Junho 2012

Como mostra eloquentemente o gráfico, pode se apreciar a predominância de visitantes nacionais aos sítios, com valores que superam três vezes os visitantes estrangeiros. Por um lado, isso mostra o crescente desenvolvimento do turismo interno no Paraguai, assim como também um maior interesse no turismo cultural. Pode-se ver também que o ápice das visitas se deu no mês de janeiro e na Semana Santa.



Grupos etários. Janeiro a Junho de 2012

Pode-se ver a predominância dos visitantes entre 20 e 50 anos de idade. Como revelou a pesquisa do Atlas, grande parte dos consumidores do turismo cultural é de jovens.



País de residência dos visitantes. Janeiro a Junho de 2012

No total, os visitantes provêm de 43 países de todos os continentes. No gráfico podem se observar os primeiros 15. No período considerado predominam os visitantes europeus, da Alemanha e da França, seguidos por Brasil e Argentina. A composição é variada, mas mostra certa predominância dos países europeus como consumidores do turismo cultural, acompanhados pelos países da região e dos Estados Unidos.

ALIANÇAS COM O SETOR PRIVADO

CÂMARA PARAGUAIA DE TURISMO DAS MISSÕES JESUÍTICAS

A Câmara é uma organização de Mipymes ao longo do território da Rota Jesuítica, que permite oferecer serviços ao turista com parâmetros de qualidade internacional, além de envolver diretamente as comunidades.

Seu objeto primordial é a promoção e o desenvolvimento do turismo sob o sistema da livre empresa, agrupando os diferentes setores da atividade

turística e respeitando suas estruturas e objetivos próprios, bem como outorgando-lhes apoio e respaldo para fazê-los mais competitivos.

FUNDAÇÃO CIDEAL

A Fundação Cideal trabalha há mais de 20 anos no âmbito da cooperação internacional, realizando atividades de pesquisa, formação e assistência técnica, e executando projetos de desenvolvimento em diversos países do Sul. Criada em Madri, em 1983, como uma organização privada sem finalidade de lucro, hoje conta com delegações e experts permanentes na América Latina e Caribe, na África e Ásia, e no Oriente Próximo.

Projeto específico: desenvolvimento de iniciativas de oferta de produtos e serviços vinculados ao turismo natural e ecológico, por parte da população camponesa rural vulnerável, nas localidades de Trinidad e Jesus (Departamento de Itapúa). (2009-2011).

PROJETO POUSADAS TURÍSTICAS

O projeto foi concebido e executado com a cooperação do Vice-Ministério de Turismo da Colômbia, país onde funcionários do Senatur receberam capacitação e assessoramento técnico, através do programa Pousadas Turísticas da Colômbia –Infraestrutura Turística e de Ação Social. Sua experiência serviu de base para a realização do projeto piloto em São Cosme e Damião.

As Pousadas Turísticas são típicas vivendas acondicionadas para o alojamento de turistas com os serviços mínimos, além de oferecer gastronomia local.

Nas três Missões objeto deste estudo programaram-se Pousadas Turísticas.

CAMPANHA PUBLICITÁRIA 2011

“Sim, é Paraguai”

Objetivo

Posicionar a marca Paraguai nos segmentos médio e médio alto, onde o destino oferece alternativas para escapadas de fim de semana, ou, por sua diversidade, natureza, cultura, tradições e história, alternativas para o desfrute de férias integrais.

CONCLUSÃO

A soma das intervenções de revalorização e as iniciativas de dotação de serviços, promoção e envolvimento da população circundante, representa um importante incremento da quantidade e qualidade das visitas aos sítios patrimoniais, com o conseqüente impacto na economia local. Como demonstrado, não se trata de um turismo massivo, o que de alguma forma minimiza o impacto negativo que poderia ter o turismo. Aham-se em execução e revisão os Planos de Manejo dos Sítios com as respectivas análises de capacidade de carga, que no momento está vigente.

A cooperação interinstitucional nacional e internacional e o envolvimento e a conscientização da população local são as chaves para prosseguir pelo caminho da valorização e conservação do Patrimônio Jesuítico. A tarefa não é simples, mas, na medida em que se consiga uma cooperação entre os países da região, será possível minimizar as dificuldades e multiplicar as realizações.

O WORLD MONUMENTS FUND E O PROJETO SAN IGNACIO MINÍ.

UM APORTE À CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO JESUÍTICO-GUARANI.

*Marcelo L. Magadán**

RESUMO

Há uma década, o World Monuments Fund envolveu-se no trabalho de preservação das Missões Jesuíticas-Guaranis da Argentina, do Brasil e do Paraguai, junto com a UNESCO, os governos e organizações locais. Dentro deste marco, em San Ignacio Miní levou-se a cabo um projeto que, além dos trabalhos de restauração realizados, introduziu no país um novo enfoque no modo de abordar a conservação e a gestão de sítios com construções em estado de ruína. Mais do que realizar e administrar, buscou-se ainda otimizar os recursos disponíveis, contribuir para colocar o sítio e sua problemática na cena pública e ajudar aos responsáveis locais a melhorar as condições e as ferramentas de conservação.

* Arquiteto.
Mestre em
Restauração de
Monumentos

PALAVRAS-CHAVE

Conservação, gestão, relevamento, registro, pesquisa, patrimônio jesuítico-guarani.

INTRODUÇÃO

Em 2002, o World Monuments Fund (WMF)¹ interessou-se pela situação das Missões Jesuíticas da região e patrocinou uma comissão técnica integrada por experts internacionais. O grupo visitou dez sítios da Argentina, do Brasil e do Paraguai e manteve encontros com representantes das instituições locais responsáveis por suas gestões, sob o acordo de trabalhar conjuntamente em sua conservação.

Dessa forma, em colaboração com a UNESCO e os governos respectivos, o WMF iniciou o Programa de Capacitação para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas Guaranis, que contou com a participação de experts de diferentes países. Entre os objetivos do

1. O World Monuments Fund é uma organização privada internacional com sede em Nova York, escritório em Paris e afiliados independentes na Espanha, em Portugal, Inglaterra e Peru. O WMF iniciou suas atividades em 1965. Nos últimos 15 anos, financiou cerca de 400 projetos, em mais de 80 países, vinculados à conservação do patrimônio cultural imóvel de todas as épocas.

2. De forma conjunta, foram desenvolvidos oficinas e cursos em São Miguel das Missões, em 2003, e em Pousadas e San Ignacio, em 2004. No Paraguai essas ações se desdobraram: no ano seguinte, foi realizada a terceira oficina em Capitán Miranda, e dois anos mais tarde, o último curso, em Trinidad.

3. Desde 1996, a cada dois anos é definida a lista do programa World Monuments Watch (Observatório dos Monumentos do Mundo), que inclui os 100 sítios em perigo que requerem urgente intervenção. É o programa de defesa do Patrimônio mais importante da organização.

4. O Projeto SIM contou com o apoio do Governo da Província das Missões, do WMF, do Centro para o Patrimônio Mundial da UNESCO e das fundações American Express; Bunge e Born; Antorchas; e Acindar.

5. O Governo da Província de Missões, entre outras obras, assumiu o aperfeiçoamento dos acessos à Missão de Santa Ana e da recuperação do prédio do Centro de Interpretação

programa constava o estabelecimento de pautas comuns para a preservação desses monumentos e de seu entorno natural, a promoção de estratégias sustentáveis para o desenvolvimento do turismo cultural e a capacitação dos responsáveis pelos sítios em conservação, gestão e uso turístico. Com essa finalidade, foram organizadas três oficinas de intercâmbio para especialistas e cursos práticos destinados a aprimorar a formação de técnicos e operários, realizados no Brasil, na Argentina e no Paraguai, nesta ordem².

No Brasil, essas e outras ações foram coordenadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que, paralelamente, faria intervenções nas ruínas dos povoados de São Miguel Arcanjo, São João Batista e São Lourenço. No Paraguai, o Centro de Conservação do Patrimônio Cultural (CCPC) coordenou as atividades, que incluíram a intervenção na Missão da Santísima Trinidad del Paraná. Trinidad, San Ignacio Miní (SIM), na Argentina – ambas declaradas Patrimônio da Humanidade – e São Nicolau, no Brasil, integraram a lista Watch 2004³.

Essa inclusão permitiu que o WMF, com o patrocínio da Fundação American Express, fornecesse uma ajuda financeira que possibilitou a implementação de trabalhos prioritários de conservação em campo.

Em SIM, com a assinatura de um convênio de cooperação, trabalhou-se de forma conjunta com o programa Missões Jesuíticas do Governo da Província das Missões (PMJ) e por outro lado, firmou-se com a Fundação Bunge e Born um convênio destinado a administrar os fundos do projeto. Outras fundações e empresas colaboraram com doações⁴, como contrapartida de investimentos realizados na infraestrutura específica, pelo governo municipal⁵. O projeto entrou em andamento em 2003, limitado então à restauração do portal leste da igreja. Com o passar do tempo, seu alcance foi crescendo, abrangendo diferentes aspectos da conservação de SIM (pesquisa, relevamentos, obras, capacitação, assistência técnica e treinamento) e de outros povoados jesuíticos-guaranis, e sua duração se estendeu até 2010. Essa expansão mostrou a necessidade de o projeto vir a ser administrado de forma integral, somando os aspectos técnicos, financeiros, administrativos, operacionais e logísticos. Cabe mencionar que, em SIM, entre 2005 e 2007, também com recursos da American Express, o WMF apoiou a modificação do Centro de Interpretação, tarefa coordenada localmente pela Direção Nacional de Patrimônio e Museus, da Secretaria de Cultura da Nação, que contou com o apoio da UNESCO⁶.

BREVE HISTÓRIA DE SIM

SIM está localizado em San Ignacio, província das Missões, a 60km de Posadas, sua capital. Foi fundado pelos jesuítas em 1696, quando foi transferida a população de um assentamento anterior. O sítio ocupa uma área de 7ha. Nele subsiste o núcleo central composto pela praça, parte das moradias, a igreja, a casa dos padres, o colégio e as oficinas, o cemitério, o cotiguazú e a horta (foto 1). Parte das moradias e das instalações periféricas foi invadida pela atual cidade, que envolveu a área protegida.

A igreja possuía três naves de planta retangular, de 74m de comprimento e 24 de largura, constituindo uma das construções relevantes do sítio. Os muros laterais, construídos com adobes de arenito vermelho, de 1.80m de espessura na base, tinham embutidas 20 colunas de madeira que sustentavam a cobertura e teriam contado com um cruzeiro e uma cúpula de “meia laranja”. Há aberturas em todos os muros. A fachada encontrava-se emoldurada por duas torres de pedra junto com a abóboda e o cruzeiro. Todas as inovações foram atribuídas ao irmão José Brasanelli⁷. SIM foi paulatinamente abandonado e saqueado a partir de 1767, quando a Companhia de Jesus foi expulsa dos domínios espanhóis⁸. Entre fins do século XIX e começo do século XX, a área voltou a ser ocupada, e as autoridades permitiram a reutilização dos materiais da Missão em novas edificações, aumentando sua deterioração.

Em 1899, o agrimensor Juan Queirel realizou a primeiro relevamento do povoado. Em 1938, o arq. Mario J. Buschiazzo ocupou-se de sua situação⁹ e em 1940, o arq. Jorge Cordés iniciava a intervenção mais importante do sítio, continuada pelo arq. Carlos L. Onetto, encarregado da mesma entre 1941¹⁰ e 1948¹¹. Seu trabalho baseou-se na consolidação das “ruínas mantendo sua autenticidade”¹² e recorrendo à anastilose – “desarme e reposição dos entabuamentos”¹³ – para restaurar a fachada principal da Igreja e “as portas e janelas das fachadas laterais”¹⁴.

Seu trabalho foi muito importante, configurando a imagem do sítio que conhecemos atualmente.

Nas décadas seguintes foram concretizados alguns trabalhos de manutenção: transferiu-se a localização do acesso ao sítio, criou-se o Centro de Interpretação no prédio da antiga escola, construída em um setor de moradias a nordeste do sítio, e instalou-se o equipamento para o espetáculo de luz e som¹⁵.

em SIM. Desta forma, o Projeto SIM recebeu recursos adicionais do programa de contrapartidas Robert W.Wilson Challenge to Conserve Our Heritage, do WMF.

6. A UNESCO promoveu a Oficina para Jovens das Comunidades Mbya Guarani: Memória e Criatividade: lembrando o passado, construindo o futuro, realizada em San Ignacio, em 2005. Os resultados foram incorporados no curso-oficina de Trinidad e na reforma do Centro de Interpretação de SIM.

7. SUSTERSIC, B.D. “Templos Jesuíticos-Guaranis. A história secreta de seus escritórios e ensaios de interpretação de suas ruínas”, Série Monográfica N° 3, Instituto de Teoria e História da Arte “Julio. E. Payro”, FFyL-UBA, Buenos Aires, 1999, p. 59

8. *Ibidem*; p. 15

9. ONETTO, C. L. “San Ignacio Miní. Un testimonio que debe perdurar”, Dirección Nacional de Arquitectura-Ed. Valero S.A., Buenos Aires; 1999, p. 149

10. *Ibidem*; p. 151

11. CABEZAS, R. L. E.: Carta do Eng. Rafael L. E. Cabezas, oficial maior, chefe da VIIª Zona da Direção Nacional de Arquitetura, Seção de Construções, 3ª Região, dirigida à Comissão Nacional de Museus e Lugares Históricos, Corrientes, 31 de março de 1948
12. ONETTO; Op. cit., p.154
13. Ibidem; p. 157
14. Ibidem; p. 158
15. Esse equipamento foi substituído pelo do novo espetáculo de imagem e som, inaugurado em 31 de julho de 2009.
16. A lousa decorada mede 3.40m de frente, 1.53m de altura e 19cm de espessura.
17. As vigas de madeira eram de 20cm de comprimento e 30cm de altura.
18. O dintel tinha sido escorado tempo antes. Entretanto, os escoramentos metálicos sustentavam o fundo das vigas podres e não as lousas de pedra, que, se ajudaram em algo, não conseguiram frear o processo.

A importância patrimonial de SIM foi reconhecida em níveis local e internacional. Em 1943, foi declarado Monumento Histórico Nacional; em 1969, Monumento Histórico Municipal e em 1984, entrou na lista de Sítios do Patrimônio Mundial. Em 1996, foi incluída pela primeira vez na lista Watch do WMF. Assim, com recursos da American Express, foi concedido um subsídio à Comissão Nacional de Museus e de Monumentos e Lugares Históricos (CNMMYLH) para a restauração do portal leste da igreja. Parte desse subsídio foi empregado em uma experiência piloto, mas a restauração não chegou a se concretizar.

RESTAURAÇÃO DO PORTAL LESTE (IGREJA-PÁTIO DOS PADRES)

A fim de concretizar aquela demorada restauração, em 2003 foi firmado um convênio de cooperação entre o PMJ e o WMF, dando origem ao projeto SIM que, ao longo dos quatro anos seguintes, conseguiu ir somando ações. Realizar essa intervenção era imprescindível para evitar a queda do dintel que contém uma lousa de arenito, cuja decoração em relevo, a mesma que inclui a insígnia da Companhia de Jesus, é de grande importância artística¹⁶ (Fig. 2). Trata-se de um muro duplo apoiado sobre as lousas de pedra que descansavam em quatro vigas de madeira colocadas por Onetto¹⁷. Do lado da nave há um muro; o restante é um recheio de pedras, cascalho e terra. Não há dados que permitam determinar se esse sistema de vigas e lousas condiz com o original ou se foi um recurso adotado durante a obra, ao não se encontrarem lajes de grande porte no local. Há que se ter em conta que o contato das vigas com a umidade do muro propiciou sua putrefação, levando à perda de resistência. O dintel estava deformado, rachado e voltado para o interior da nave¹⁸.

Tendo em conta a informação de campo e os antecedentes históricos, definiram-se os critérios e procedimentos para sua restauração. Desconhecíamos a situação da qual partiu Onetto, mas, em função da forma que trabalhou, ponderamos que os adobes desabados tinham sido recolocados, respeitando as evidências encontradas.

Era claro que o dintel era resultado de sua intervenção, enquanto que o restante do muro é original (Foto 1). Na época, não tínhamos dados do dintel original e estávamos frente a uma intervenção que dava conta do modo de abordar a conservação em seu determinado momento histórico, deixando um resultado coerente com o restante do sítio. A partir disso, decidiu-se seguir o realizado por Onetto, desmontando o dintel mediante



Foto 1: Portal lateral final

anastilose, para substituir as vigas de madeira e alguns poucos adobes que estavam muito deteriorados, mas mantendo os componentes originais em sua posição, incluindo a laje decorada¹⁹. Essa decisão foi consensual entre os responsáveis do PMJ e da CNMMYLH.

Isso levou, no início do projeto, em abril de 2003, a reforçar o escoramento.

19. MAGADAN, M. “La cuestion de la autenticidad y la integridad en la consolidacion de la portada templo-patio de los padres, en San Ignacio Mini”. Nuevas Miradas sobre la Autenticidad y Integridad en el Patrimonio Mundial de las Américas. ICOMOS, México, 2006, pp. 155-162

20. Um aparelho manual, a corrente, de uma 1 ton., foi adquirido para mover verticalmente os elementos de maior peso. Para cargas menores empregou-se um sistema de polias e uma roldana. Com essa combinação otimizou-se o tempo de trabalho.

21. MAGADÁN, M. L. “Misión jesuítico-guaraní de San Ignacio Miní. Restauración del portal lateral este del templo. Informe final”, Buenos Aires, fevereiro 2005.

22. *Astronium balansae*. Trata-se da mesma madeira empregada na construção de SIM.

23. Lembremos que, como consequência da deformação das vigas de madeira, a lousa colocada por Onetto havia se partido em vários pedaços, alguns de tamanho muito pequeno. Foi substituída por ser uma pedra fundamental na estrutura do conjunto.

24. Foi feito com um morteiro a cal, preparado com areia obtida no local, incluindo uma malha de fibra de vidro, como reforço.

Na primeira fase da intervenção foi necessário substituir parte dos escoramentos de madeira existentes (ver Anexo). Já na obra, começou-se por proteger os pisos originais da área de trabalho e montou-se uma estrutura tubular que permitia subir ao portal e sustentar um guindaste com seu aparelhamento²⁰.

O desmonte se deu de forma sistemática, identificando-se cada componente e registrando sua posição para facilitar a recolocação²¹.

Ao fim da desmontagem, as vigas foram substituídas por outras de Urunday²², aplicando pintura asfáltica e uma lâmina de chumbo para isolar as áreas de contato com o muro. As faces expostas foram tratadas com um protetor transparente para madeira.

Colocadas as vigas, rearmou-se o muro substituindo as lajes de apoio²³ e reintegrando os silhares segundo a sequência original. No recheio e nas juntas empregaram-se os materiais originais removidos, guardados no interior da nave. O coroamento protegeu-se com um capeamento que facilita o escoamento de água da chuva para os lados e fora do portal²⁴. Os relevos decorativos da chapa e dos batentes foram limpos e se consolidaram. Sua superfície encontrava-se coberta por uma grossa capa de líquens que geravam um impacto visual negativo, alterando a leitura das figuras. Para isso, fez-se o procedimento descrito para o portal principal.

RESTAURAÇÃO DO PORTAL PRINCIPAL DA IGREJA

Ao se expandir o projeto, trabalhou-se a fachada da igreja, também atribuída a Brasanelli. Ricamente ornamentada nas cornijas, colunas e bases, foi realizada com silhares de Itaqui, um arenito da região. Com a perda do acabamento, chega a 9,60m de altura e se apresenta fragmentada em quatro partes, duas isoladas e duas vinculadas às estruturas adjacentes. Sua restauração se concretizou entre fevereiro e junho de 2007²⁵. Apresentava diversos danos derivados de condições construtivas e da falta de manutenção. Boa parte dos paramentos estava coberta com líquens que dificultavam a leitura da ornamentação. A falta de proteção nos coroamentos, de recheio nas junções e a presença de vegetação invasiva contribuíam para reter a umidade, facilitando a degradação dos silhares. Além disso, a água da chuva lavava o material de sustentação restando apoio aos silhares e desestabilizando ainda mais os muros, cuja resistência apresentava certa fragilidade, gerada pela falta de ancoragem. Havia raízes que causavam fraturas e deslocamentos.

Alguns silhares estavam soltos e outros tinham caído, contribuindo para a perda de sustentação do muro. Marcas e inscrições nos muros, como consequência de atos de vandalismo, eram visíveis no fundamento. Foram encontrados remendos com cimento colorido e parafusos metálicos que uniam fragmentos de muros, resultado da intervenção de Onetto.

O trabalho foi dividido em duas etapas. A primeira envolveu a metade leste e a segunda, o portal a oeste. Começou-se tirando a vegetação invasiva. Depois se procedeu ao tratamento da superfície, primeiro a seco e após a húmido, com um bactericida²⁶ para retirar a sujeira superficial de forma controlada, evitando deixar uma imagem contrastante com o entorno. Para eliminar os microrganismos subsistentes aplicou-se bactericida em compressas, empregando pasta de celulose. Também se removeram as chapas soltas ou desagregadas, consolidaram-se com água de cal os restos de reboques originais e se reintegraram aqueles silhares cuja ausência colocava o muro em risco estrutural. Os novos foram preparados com o material obtido na pedreira, da qual foram extraídos os originais²⁷, e identificados talhando-se a data de intervenção: “R.07”. Os silhares quebrados foram unidos com parafusos inoxidáveis e resina epóxi. Os apoios de alguns muros foram melhorados colocando cunhas de pedra. As placas desprendidas ou separadas foram substituídas utilizando morteiros similares aos existentes, procurando melhorar as condições de assento e a estanqueidade do muro.

Os remendos antigos que se encontravam aderidos e em bom estado foram mantidos, evitando-se retirá-los para não danificar a superfície de ancoragem. Quando havia diferenças cromáticas com o restante da fachada, procurou-se nivelá-las aplicando uma veladura. Para melhorar a estanqueidade, os coroamentos foram protegidos com um *capping*²⁸, evitando que a água penetrasse ou que escorresse sobre o paramento decorado. Com igual fim, os planos superiores das saídas foram hidrofugados²⁹.

Nas partes centrais do portal, entre os silhares das batentes encontraram-se “buracos” que, presume-se, estiveram ocupados pelos dintéis de madeira das portas. Tínhamos que ocupar esse espaço vazio para melhorar a estabilidade do muro, descartando o uso da pedra para não gerar um falso histórico nem apagar a marca dos pilares. Foi assim que colocamos tacos de madeira³⁰, isolando as superfícies que ficaram em contato com o muro mediante a pintura asfáltica e uma lâmina de chumbo. As superfícies expostas, nas quais se gravou a legenda “R.07”, indicando a intervenção, foram tratadas com um revestimento protetor transparente para madeira.

Como terminação, sobre o capeamento aplicou-se um impermeabilizante.

25. MAGADÁN, M. L. “Misión Jesuítico-Guaraní de San Ignacio Miní. Restauración del portal principal de la iglesia. Informe final”, Buenos Aires, setembro de 2007.

26. Cloro de benzalcônio.

27. A pedreira está localizada sobre o rio Paraná, a 3km do sítio.

28. Da mesma forma que no portal lateral, utilizou-se um morteiro de cal preparado com areia obtida do local e uma malha de fibra de vidro, como reforço.

29. Empregou-se uma emulsão de silano e siloxano, de base aquosa, incluindo a superfície do *capping*.

30. Ao não dispor no mercado de Urunday do porte requerido, usou-se Anchico (*Parapiptadenia Rigida*), que se caracteriza por sua alta resistência mecânica e durabilidade.

RELEVAMENTO ARQUITETÔNICO E DE ESTADO DE CONDIÇÃO

Ao encarar o projeto SIM, sabíamos que para planejar, implementar e monitorar uma intervenção ou um plano de gestão é fundamental contar com um registro confiável das características formais, construtivas, de localização, de relação com o meio, do estado, etc. das edificações. Sobre o sítio, a informação disponível era escassa, contando apenas com plantas gerais baseadas no relevamento de Queirel, de 1899. Foi então que se decidiu atualizar esse plano e gerar um inventário das construções subsistentes – visíveis e enterradas – e dos silhares dispersos.

Dada a limitação dos recursos disponíveis, foi necessário aplicar um método simplificado para obter a maior quantidade de informação no menor tempo possível, fazendo-o de forma sistemática para permitir atualizar periodicamente esse registro e comparar os resultados. Adotou-se um sistema de relevamento baseado em fotos digitais e fichas de registro. A planta geral existente serviu de base para um primeiro levantamento topográfico realizado com nível ótico, determinando com precisão a localização das edificações, os níveis do terreno e o perímetro do sítio. Isto é um tema importante, porque a horta histórica ficou fora do cercado que encerra o conjunto protegido e está sendo invadido por construções contemporâneas.

As edificações receberam designação alfanumérica. Para relevá-las, empregou-se um sistema de eixos auxiliares, a partir dos quais se levantaram os dados, recorrendo às fotos digitais como ferramenta de apoio. As escadas gráficas localizadas nos extremos de cada fotografia dão dimensão da estrutura e ao mesmo tempo assinalam a colocação dos eixos verticais de referência. Esses dados foram apontados na ficha de registro para facilitar a repetição da tomada. A sequência de imagens foi armada como um mosaico, mostrando a totalidade do ornamento relevado. Nas fichas também foram anotadas as características dimensionais, construtivas e o estado.

Por meio de um programa de desenho assistido por computador (AutoCad), a partir do sistema auxiliar de eixos de referência aplicado no mapa de relevamento, e escalando as imagens dentro dos limites indicados pelas escalas métricas, obtém-se as vistas requeridas. Evita-se assim realizar uma medição exaustiva, adobe por adobe, no campo³¹. O nível de precisão é muito aceitável para o destino que têm estes planos, empregados para identificar deterioração ou apoiar intervenções.

31. Essa forma de trabalho de trabalho aplicou-se para obter os planos requeridos para as restaurações da Portada Leste e a Portada Principal da Igreja aos que se refere no presente escrito.



Foto 2: Portal principal da igreja ao final da intervenção

Desabamentos, rachaduras, deslizamentos, e aquela vegetação que podia comprometer a estabilidade dos muros, também foram registrados nas fichas³².

Esse registro foi importante, já que o sítio aparecia na planta com duas de suas dimensões: largura e comprimento. Nesse momento incorporava-se a altura, melhorando a compreensão do conjunto e obtendo uma representação real das estruturas. Além disso, gerou uma imagem de conjunto tomada em um momento determinado, criando uma ferramenta fundamental que permitirá seguir a evolução do sítio no tempo, estudar o desenvolvimento da degradação, elaborar um prognóstico do comportamento dos mesmos, sugerir procedimentos para a gestão e a conservação das estruturas, e contrastar seus resultados no tempo. Por último, cabe mencionar que o método proposto resultou efetivo, e que em sete semanas e com quatro pessoas (um profissional e três operários) foi recolhida a informação das 32 edificações que ocupam atualmente uma extensão de 7 hectares.

32. Ao não contar com registros anteriores não foi possível realizar uma análise comparativa do deterioro

MAPA DE RISCO

O Mapa de Risco foi resultado do relevamento do estado de conservação. Ao interpretar o relevamento, estabeleceu-se que o compromisso estrutural das construções era importante, reconhecendo uma direta relação entre a vegetação invasiva e as falhas encontradas. Ao contrário do que se acreditava, os problemas estruturais não tinham origem na deficiência do solo: 70% dos desmoronamentos encontrados relacionavam-se com árvores ou arbustos que invadiam cimentos ou muros. O restante das falhas originava-se majoritariamente na degradação de alguns elementos do sistema, como os dintéis (por putrefação da madeira) ou os muros (por fratura, desagregação, desmoronamento etc.).

Observou-se também que, como esses elementos trabalham de forma solidária, as falhas estruturais em um muro repercutiam sobre a totalidade da construção. Foi assim que no Mapa de Risco registraram-se as situações de maior conflito encontradas no sítio. Marcas de cores mostraram a gravidade de cada ponto que requeria atenção, permitindo determinar o tipo de ação demandada e escaloná-las no tempo³³.

33. Marcas vermelhas indicavam que a falha era grave e requeria urgente atenção. Marcas alaranjadas e amarelas assinalavam a necessidade de monitoração por períodos mais extensos e que variavam em função do risco.

RELEVAMENTO DE SILHARES DISPERSOS

Quando Onetto restaurou SIM recuperou silhares caídos – muitos deles decorados – que não chegou a realocar, ficando em montículos dispersos no interior do sítio. Não se sabia quantos nem como eram, nem onde se localizavam. Foi assim que se decidiu inventariá-los, registrando 320 silhares decorados, reunidos em 11 montículos.

34. Essa chapa foi doada ao Museu, em 1901, por Carlos Pellegrini. Em 2010, tentativas para reintegrar a placa ao sítio, e que não prosperaram, foram feitas com autoridades do PMJ, do Museu Histórico Nacional, da Secretaria de Cultura da Nação e da Fundação Bunge e Born.

Entre as peças inventariadas encontravam-se as que formavam parte das janelas hexagonais, circulares e quadradas da parte alta do muro da galeria da casa dos padres. Também foram localizados silhares decorados que pertenceram às batentes das janelas do muro leste da igreja e outros do muro contíguo a sacristia. Um desses silhares reintegrou-se na batente sul do portal leste à qual tinha pertencido. No portal principal elaborou-se uma hipótese de localização de alguns silhares dos arcos colocados sobre as portas, descartando-se sua reintegração por faltarem outros elementos que configuravam esses dintéis. Como parte do relevamento, foi encontrada no Museu Histórico Nacional uma grande chapa, talhada com a insígnia da Companhia de Jesus, que pertenceu ao portal principal da igreja³⁴.

A PESQUISA DO SUBSOLO

A respeito do subsolo, concretizaram-se pesquisas com objetivos particulares em dois momentos do projeto SIM, todas aportando ao conhecimento histórico do sítio.

Numa primeira fase, duas escavações complementaram as restaurações do portal leste e do portal principal da igreja. A finalidade era descobrir as causas do afundamento e dos vazios embaixo dos pisos, em locais muito próximos aos setores a intervir. Soube-se assim que, na nave, o afundamento coincidia com o vazio deixado pelo apoio de uma das colunas da cobertura. Frente ao portal constatou-se “a presença de estruturas – cuja existência era ignorada até então –, como uma coluna de madeira, um possível desmoronamento do telhado, de telhas e dos restos de uma parede”³⁵.

A segunda fase da pesquisa buscava contrastar a existência de estruturas enterradas ao sul e a oeste do Centro de Interpretação e nas áreas do Tambo e da Huerta. A partir da informação disponível especulava-se que ali tinham existido construções que já não eram visíveis. Usando métodos de geofísica aplicada³⁶ – sem escavar –, confirmou-se a existência de cimento nesses locais, informação que se somou ao inventário de estruturas arquitetônicas do sítio³⁷. Essa informação serve para determinar onde escavar, no caso de se concretizar uma pesquisa arqueológica e onde evitar, em caso de outro tipo de obras (canalizações, cimentações etc.).

CARACTERIZAÇÃO ARBÓREA

Com referência ao Mapa de Risco, antecipamos que a vegetação era a causa mais importante da degradação estrutural das construções. Por isso, realizou-se um estudo das espécies de “porte arbórea ou arbustiva”, que deu conta das 1.206 árvores existentes na área delimitada, estabelecendo nome, altura, perímetro, condição de saúde e nível de risco para as construções próximas. Determinou-se assim que, desse total, “88,08 % estão em bom estado de saúde”. De resto, encontraram-se “126... espécies doentes e 19, mortas”³⁸. Como corolário do estudo, sugeriu-se “erradicar 44 árvores que poderiam afetar direta ou indiretamente” as estruturas. Essa informação permite desenhar um plano de manutenção que, aplicado sistemática e periodicamente, permitirá reduzir a deterioração causada pela vegetação.

35. MARSCHOFF, M. “Intervenciones arqueológicas en San Ignacio Mini. Segunda etapa. Informe final”, Buenos Aires, junho 2006.

36. Aplicaram-se métodos geoeletricos e de indução eletromagnética, que trabalham a partir da detecção de variações ou anomalias, através das quais, verificando corpos ou estruturas enterradas, pode-se identificar a constituição do solo.

37. GRUPO DE GEOFÍSICA APLICADA E AMBIENTAL, DPTO. DE FÍSICA-FCEN-UBA, “Estudios Geofísicos nas Missões Jesuíticas de San Ignacio Mini”, Buenos Aires, junho 2006. Foram empregados métodos geoeletricos e de indução eletromagnética.

38. BALDO, J. D. e KRAUCZUK, E., “Caracterización arbórea do Conjunto Jesuítico San Ignacio Mini”, Posadas, abril 2007.

CAPACITAÇÃO

Como já abordado, o *Programa de Capacitação para a Conservação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável das Missões Jesuíticas Guaranis* foi um dos eixos do trabalho desenvolvido pelas equipes de Argentina, do Brasil e do Paraguai. No SIM, foram realizadas oficina e curso em 2004, quando se montou um laboratório de campo, no prédio do Centro de Interpretação. Também, em todas as instâncias do projeto (relevamentos, pesquisas, restaurações etc.), o pessoal local foi majoritariamente incorporado e capacitado durante as tarefas.

O Projeto SIM forneceu apoio técnico à equipe do CCPC que trabalhou em Trinidad, em 2005, e contribuiu com a organização do curso prático realizado nessa Missão, em 2007.

A experiência acumulada nos cursos, nas oficinas e nos trabalhos de campo foi reunida em um manual de conservação, publicado em versão bilíngue (espanhol-português) no final de 2009 e distribuído um ano mais tarde³⁹.

CONCLUSÕES

O Projeto SIM permitiu desenvolver uma experiência integradora que, além dos resultados pontuais alcançados, introduziu um enfoque novo no país, no modo de abordar a conservação e a gestão de sítios com construções em estado de ruína. Tratou-se de um projeto onde, além do fazer e administrar, buscou-se aperfeiçoar os recursos disponíveis, contribuir para inserir o sítio e sua problemática na cena pública, e ajudar os responsáveis locais, por intermédio das equipes de trabalho, a melhorar as condições e as ferramentas de conservação e proporcionar formação e treinamento de pessoal. Nesse sentido foi fundamental o apoio do WMF, cuja participação começou em 1996 com um portal e foi crescendo, até incluir o primeiro sítio e os 30 povos, através das ações de capacitação citadas.

Por último, cabe mencionar que, como corolário do esforço realizado, a restauração do portal lateral e da porta principal da Igreja recebeu o Prêmio Nacional de Melhor Intervenção em Obras que envolvam o Patrimônio Edificado 2008, concedido pela Sociedade Central de Arquitetos – SCA e pelo Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio – CICoP, da Argentina.

39. CHAROLA, A. E. e MAGADÁN, M. L. (Ed.). Manual básico de conservação para as Missões Jesuíticas-Guaranis, WMF-UNESCO, New York, 2009. Versão digital disponível em: www.wmf.org

ANEXO I

Ao longo do Projeto SIM, entre 2003 e 2007, trabalharam 40 pessoas entre especialistas, profissionais, técnicos, operários e administrativos. Os responsáveis das diferentes áreas foram:

- Pesquisa Histórica:
Dr. Darko Sustersic e Dr. Alfredo Poenitz
- Pesquisa Científica:
Dra. Elena Charola e Lic. Marcela Cedrola
- Estudos Geofísicos:
Grupo de Geofísica Aplicada e Ambiental, Depto. de Física, FCEN-UBA, dirigido pela Dra. Ana Osella
- Pesquisa Arqueológica e Relevamento Topográfico:
Lic. María Marschoff
- Caracterização Arbórea:
Dr. Juan Diego Baldo e Lic. Ernesto Krauczuk
- Restauração e Decoração do Portal Lateral Leste:
Prof. Cristina Lancellotti
- Coordenação Geral dos Trabalhos de Campo:
Arq. Gisela M. A. Korth
- Assistência na Restauração do Portal Leste:
Arq. Adriana Hermida
- Assistência em Relevamento Arquitetônico:
Arq. Carola Herr
- Colaboração nos Trabalhos de Campo:
Arq. Myriam Ayala (PMJ)
- Direção Geral e Gestão:
Arq. e Mestre em Restauração Marcelo L. Magadán
- Supervisão Técnica:
Arq. Norma Barbacci, Diretora de Programas para América Latina, Espanha e Portugal, WMF
- Inspeção de Obra:
Arq. José L. Pozzobón, Diretor do PMJ e Delegado da CNMMyLH

* Professora de História (Instituto de Professores “Artigas”, Uruguai). Licenciada em Educação. Mestre em Políticas Públicas. Professora da Universidade ORT (Uruguai) no curso “Patrimônio, Turismo Cultural e Educação”. Tutora de cursos virtuais na OPS. Consultora nacional e internacional em temas educativos. Diretora do espaço cultural Al pie de la Muralla, no centro histórico de Montevideu, Uruguai. Presidente da Associação de Amigos das Fortificações. Membro da Comissão diretora do Paseo cultural Ciudad Vieja. Integrante da mesa de museus do Conglomerado de Turismo de Montevideu.

** Professor de História (Instituto de Professores “Artigas” – IPA do Uruguai). Assessor cultural do Ministério de Turismo e Esporte. Assessor do espaço cultural Al pie de la Muralla. Secretário da Associação de Amigos das Fortificações.

VISITA GUIADA DE CUBO A CUBO: UM DISPOSITIVO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE CIDADÃ

Adriana Careaga e Alejandro Giménez Rodríguez***

RESUMO

O circuito turístico de CUBO a CUBO consiste num walking tour cujo principal objetivo é dar a conhecer os restos das fortificações que estão à frente da terra da Montevideu colonial (construída no século XVIII com a participação de índios tapes das Missões Jesuíticas), para revisitar o passado ressignificando o presente da cidade. O percurso se faz a pé por 12 estações que apresentam restos da antiga muralha da época hispana. Cada estação encerra uma história desvelada por meio de atores que tecem um relato articulado e sujeito à precisão histórica. É organizado pelo espaço cultural Ao Pé da Muralha, instituição privada que abriga 13 metros da antiga muralha da cidade. O objetivo fundamental é a educação em patrimônio e a preservação dos restos das fortificações, objetivando recuperar e ressignificar um território com avaliação (limpeza, segurança, sinalização) através de relatos de personagens da época e de experts que despertem conhecimentos e emoções, além de música de candomblé.

PALAVRAS-CHAVE

Fortificações – Muralha – Montevideu – Educação – Patrimônio – Ressignificação.

MONTEVIDÉU: O COMEÇO

A Banda Oriental, região marginal do império espanhol, desde sua descoberta no século XVI, foi “terra de nenhum proveito”, até o início do século XVII. A partir daí, a análise histórica dessa região no período colonial pode se articular a partir da equação histórica que marcou o seu destino: a pradaria, a fronteira e o porto. Segundo os historiadores Washington Reyes Abadie, Oscar Bruschera e Tabaré Melgón, “enquanto para (...) o mundo da pradaria a fronteira era o horizonte aberto da terra comum e livre, para

a mentalidade mercantil de Montevideu o horizonte de esperanças estava no rio e nos caminhos do mar, sendo a terra – ‘afora de suas muralhas’– a ampla possessão do seu domínio feudal...”¹.

Região de disputa entre os impérios ibéricos, o gado introduzido pelo governador de Assunção, Hernandarias, em 1611 (cumprindo neste ano o seu segundo bicentenário), converteu esses campos em verdadeiras “minas de couro”. A primitiva e desorganizada produção do gado foi a primeira forma de exploração econômica, e interagindo com o porto – centro de um intercâmbio que foi ampliando seus horizontes com o contrabando e mais tarde, com o comércio legal.

As reformas promovidas por Carlos III, mais conhecidas como “Reformas Bourbonicas”, fazem de Montevideu um porto privilegiado para o império hispânico. Estação Naval espanhola para toda essa região até as Ilhas Malvinas em 1776, um dos 23 portos habilitados pelo Regulamento de Livre Comércio de 1778 e porto para o comércio negreiro em 1791, seu vigoroso comércio de intermediação pauta a passagem de aldeia pastoril e militar a empório mercantil.

Na segunda metade do século XVIII, o oficial espanhol Francisco Millau não vacilou em chamar Montevideu de “principal ancoradouro do Prata”², destacando seu porto como “figura de ferro de cavalo”, ou ferradura. Dada a sua importância estratégica, era fundamental fortificá-lo.

LEVANTANDO MURALHAS

Ocupada a baía de Montevideu somente em fins de 1724, o governador portenho Bruno Maurício de Zabala, responsável por constituir o novo povoamento, ordena levantar uma bateria provisória de seis canhões, a de São Felipe, que logo se transformaria no Forte São José; e um forte onde mais tarde erigiu-se o Forte de Governo (atual localização da Plaza Zabala). A mão de obra para essas construções foi fornecida por mil índios tapes oriundos das Missões, sob a concepção do engenheiro Francisco Petrarca, também autor da primeira urbanização.

Aquelas fortificações montevidéanas antecederam a cidade tanto quanto o gado bovino tinha precedido o colono. Foram construídas para defender a baía da ameaça de potências estrangeiras, mas também para assegurar o domínio do território e salvaguardar os interesses econômicos que na Banda Oriental tinham ganhado força.

1. Abadie W, Bruscherá O., Melogno T. (1966) “Banda Oriental. Pradera, frontera y puerto”, Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental.

2. En Giménez Rodríguez A. (2003) “Breve Historia de Montevideu”, Montevideu: Ediciones El Galeón

3. Canessa de Sanguinetti M. (1976) “La Ciudad Vieja de Montevideo”, Montevideo.

4. Wagner Seguel A. J. (2010) “Fortificaciones Históricas de Valdivia”, Valdivia, Chile: Ediciones Universidad San Sebastián.

Porém, em tempos do século XVIII, já não eram mais como antes. À respeito, a historiadora Marta Canessa de Sanguinetti assevera que “São Felipe e Santiago de Montevideu levarão a marca da Espanha desse século, a de uma Espanha já em plena crise, não a do conquistador de armadura brilhante, cobiça e valor desenfreados diante da descoberta das riquezas americanas, mas a da Espanha vencida e empobrecida dos reis franceses, que tentam, com gestos desesperados, deter uma decadência econômica que engole as últimas moedas de ouro do Novo Continente”³.

Daí as dificuldades para encarar a construção então titânica da muralha ao redor da nova aldeia. Diego Cardozo, sucessor de Petrarca, falecido em 1736, inicia essa obra com a Cidadela como principal edificação, encurtando o projeto proposto pelo seu antecessor, por razões econômicas. A mesma não estaria localizada nas imediações das atuais avenidas 18 de Julho e Rio Negro, mas no local atual, ocupando meia Plaza Independencia de hoje.

Em outubro de 1741 colocam-se as primeiras pedras da Cidadela, pequeno forte conectado com a cidade pela Porta, que mediante restaurações encontra-se hoje no seu sítio original aproximado. Constava de quatro baluartes, de acordo com o modelo de construção que o engenheiro militar Sebastián Le Preste, mais conhecido como Mariscal Vauban, tinha idealizado, combinando “os métodos italianos do século XV com as experiências holandesas do século XVIII”⁴.

Da Cidadela partiam em forma oblíqua, para ambas as margens onde estava o traçado de ruas, as linhas de muralhas que constituíam o frente de terra, cercavam a aldeia colonial e marcavam sua vida. As mesmas arrematavam ao norte e ao sul com sendas artilharias defensivas de forma semicircular, chamadas “Cubos”. A cada muitos metros, baluartes e artilharias reforçavam a linha de defesa em torno de todo o perímetro da península.

Ingressava-se no recinto fortificado por dois portões: o de São Pedro, o primeiro erigido e por isso chamado “Viejo” (hoje esquina de 25 de Mayo e Bartolomé Mitre), e o de San Juan, perto da esquina, a poucos metros da atual localização do Templo Inglês, na hoje Rambla Sur.

Quando ocorreu a invasão inglesa de fevereiro de 1807, a muralha foi perfurada onde hoje uma rua (Brecha) é testemunho desse momento histórico, e couros serviram para cobrir o orifício. Após outras ocupações sucessivas (bonaerense, patriota, portuguesa e brasileira), o fim da guerra

da independência, em 1829, marcou o momento em que a muralha foi a grande parte demolida e a Cidadela transformada em mercado. Outra vez a produção relacionada com a fortificação.

Quando as muralhas caem, num diário de 1829 se diz que: “Ao fim desaparecerá esse monumento que apenas oferecia à imaginação lembranças ameaçadoras”, e que era “uma espécie de dique que tinha como represa o progresso da população de Montevidéu”⁵, o prócer José Artigas tinha querido derrubá-las em 1816. A cidade, liberada do espartilho que lhe impedia crescer, começa a buscar novos horizontes e gera sua primeira expansão.

Em 1876, os ruinosos sinais de um passado colonial sumiram definitivamente, ao serem demolidos a antiga Cidadela para ampliar a Plaza Independencia e dois anos mais tarde, o Forte San José. A Porta da Cidadela foi desarmada, e após instalada na sede da Escola de Artes e Ofícios, retornou ao seu lugar original 80 anos depois, em 1959.

Em meados do século XX, com algumas restaurações, como a do Cubo do Sul, e reconstruções simbólicas (Cubo do Norte e a Porta da Cidadela), o tema das fortificações parece reflutuar. No final da década de 80 do século passado, o trabalho de relevamento dos restos das fortificações de Montevidéu, realizado pelo pesquisador Raúl Baroffio Burastero⁶, incentivou o estudo de uma temática esquecida pela historiografia nacional, ao detectar 341,70 metros de prédios públicos e privados, até 1994.

Em 2006, por empenho de um espaço cultural privado, Al pie de la Muralla, que abriga restos da antiga muralha colonial, foram colhidas e entregues mil assinaturas à Comissão do Patrimônio Cultural da Nação para que todas os restos fossem declarados monumento histórico. Alguns lanços públicos foram declarados, mas todos gozam de vigilância arqueológica. Hoje se encontram em processo de declaratória.

UM TERRITÓRIO COLONIZADO E RESSIGNIFICADO

Há mais de cinco anos, o espaço cultural Al pie de la Muralla vem realizando a visita guiada “De Cubo a Cubo”, na qual se caminham pelos restos das fortificações montevidéuanas do frente de terra durante quase duas horas. Parte-se do Cubo do Norte, na Avenida Portuária, ao Cubo do Sul, na Avenida Sul.

O que é um cubo? É um elemento arquitetônico em formato de balde ou cubo invertido que fechava a dupla linha das muralhas em seus extremos: no norte e no sul.

5. Diário El Universal, 25/9/1829, citado por Alfredo Castellanos em “Historia del desarrollo edilicio y urbanístico de Montevideo (1829-1914)”, Edição da Junta Departamental de Montevideo, Biblioteca José Artigas, 1971

6. Baroffio Burastero R. (1994) “El Rescate de las Murallas de Montevideo”, Montevideo: Apartado del Boletín Histórico del Ejército N° 287-290.

O propósito principal é que os participantes possam ver, tocar e imaginar as muralhas coloniais, ressignificando o nosso passado, contemplando com os olhos do presente. Nas palavras de uma senhora que já o percorreu três vezes, “agora posso olhar o cotidiano da cidade de maneira diferente, posso ver o que antes não via, porque compreendo muitas coisas que ignorava”. Esse passeio visa tornar visível o cotidiano para o turista nacional como dar a conhecer o nosso passado interpelado pelo presente ao turista estrangeiro.

Como pensar os bens que podem ser patrimoniais?

O território que recorremos são oito quadras no extremo leste do centro histórico montevideano. Nele encontramos elementos e aspectos desiguais. Para nosso pesar, persistem os barracos, os assentamentos, o lixo, a ausência de sinalizações orientadoras. Isso nos remete a repensar que um território pode se transformar em um patrimônio a partir de um conjunto de vontades coletivas, ou seja, de uma construção social. No entanto, um quadro de atores, como os municípios, está apoiando o empreendimento com o trabalho de limpeza ou de polícia turística com reforço de segurança.

Cada sociedade, no seu contexto histórico social, decide o que vai considerar como objeto do seu patrimônio. Isso significa que um bem para ser patrimonial necessita de um acréscimo de valor ou uma valorização como primeira medida, que implicaria uma categorização dos elementos patrimoniais e em segundo termo, uma “ativação patrimonial”, que consiste na construção de discursos baseados em um saber científico⁷.

Ambos os processos se alimentam com o maior consenso entre os diversos atores sociais, tanto públicos quanto privados, e esse percurso muitas vezes não é fácil porque os tempos e interesses podem ser diferentes. Numa palavra, o território pode ser âmbito de conflitos e de disputas pelo poder⁸.

Parece-nos atraente repensar essa faixa de território montevideana como uma espécie de palimpsesto, aquele antigo documento em que se reescrevia constantemente nas diversas épocas históricas, por estar em permanente mudança, afetado tanto por processos “naturais” quanto sociais⁹.

Esse percurso histórico cultural de CUBO A CUBO pretende ajudar à cidadania a dispor de elementos teóricos através da construção que lhes permita ler a realidade com outras lentes e compreender a projeção do presente no futuro.

Ao simples relato histórico dos primeiros anos acrescentamos a participação de atores em diferentes partes do percurso e uma corda de tambores ao

7. Prats, L. (1997) “Antropología y patrimonio”. Ariel, Barcelona

8. Mançano Fernández, B. (2005) “Movimientos socioterritoriales e movimientos socioespaciais” OSAL .Año VI N° 16, Junio, CLACSO, Buenos Aires. 273-283

9. Corboz, A. (2001) El territorio como palimpsesto. En: Corboz A. (coord.) Le territoire comme palimpseste et autres essais. Besancon, Paris, pp. 15-36



“Mapa do trajeto de Cubo a Cubo”

final do trajeto, na área da Rambla Sur (Avenida Sul), local onde se reuniam os escravos africanos para praticar suas danças na época colonial. Também acrescentamos informação escrita e um mapa que possibilita fazer o trajeto.

O trajeto dos restos de fortificações ainda sobreviventes supõe uma “musealização” da cidade, procurando criar uma proposta que permita continuar aprofundando na criação de cidadania e no conhecimento de uma cidade através de seus vestígios mais antigos, visando alcançar um produto turístico atraente.

A gestão do produto turístico se baseia na multiplicação do público dessa atividade (de 20-30 pessoas em 2005 passamos atualmente a 90-100), mas se desenvolve em um mercado não muito propenso a esse tipo de produtos.

O objetivo institucional é transformar essa visita guiada em um produto turístico sem perder o rigor histórico, buscando a autossustentabilidade e a geração de ingressos, explorando o interesse e até o mistério que gera o tema.

O que entendemos por produto turístico? “Produto é qualquer coisa que pode ser oferecida a um mercado, para a atenção, aquisição, o uso ou consumo, para satisfazer um desejo ou uma necessidade (...); cada componente ou combinação de componentes do destino (turístico) (quanto ao produto Turístico Global) pode ser concebido como um Produto Turístico Específico no mesmo. Esse Produto Turístico inclui objetos físicos, serviços, sítios, organização e ideias”¹⁰.

Outro conceito: “... é uma combinação de prestações e infraestrutura que os turistas consomem em prol da consecução de algum benefício...”¹¹.

10. “Manual de Productos Turísticos” (2011). Programa de Mejora de la Competitividad de los Destinos Turísticos Estratégicos, Montevideo: Minturd BID.

11. Capece G.(2008) “Turismo, la esencia del negocio”, Buenos Aires: Cengage Learning.

Mas...“Para que existam produtos, como primeira medida necessitamos recursos. Porém, para que os mesmos se transformem em ofertas, junto com elas é imprescindível visualizar seus atributos, e que haja vontade e capacidade de aproveitá-los e além disso, que se detecte a vontade e a capacidade de consumi-los”¹².

12. Ibidem

Esse recurso compõe-se de 12 estações:

1. Las Bóvedas (saída)
2. Cubo do Norte (reconstrução simbólica).
3. Muralha entre o Baluarte de San Pascual e o Cubo do Norte; e Contra escarpa del Baluarte de San Pascual (espaço cultural Muralla Abierta).
4. Espaço cultural Al pie de la Muralla
5. Portón de San Pedro (cruzamento das ruas 25 de Mayo e Bartolomé Mitre).
6. Baluarte de San Luis (local da ex-empresa Lancer e Consejo de Educación Secundaria).
7. Porta da Cidadela.
8. Baluarte de San Luis (Bartolomé Mitre e Buenos Aires).
9. Contraescarpa del Parque de Artillería (Reconquista e Juan Carlos Gómez).
10. Parque de Artillería (Plaza España).
11. Portón de San Juan (Plaza España).
12. Cubo del Sur (Rambla Sur).

CONHECER, VISITAR, EDUCAR, CUIDAR DO PATRIMÔNIO

Esta proposta do espaço da educação não formal baseia-se em despertar a sensibilidade para a construção de uma cidadania plena, prazerosa, com espírito crítico. Desde o final do século XX, a UNESCO define a educação em uma ampla perspectiva, como um processo ao longo de toda a vida e um instrumento que permitirá alcançar os ideais de paz, liberdade e justiça social onde os cidadãos aprendam através do diálogo a viver com suas diferenças. (Delors, 1999 La educación encierra un tesoro).

A educação em patrimônio ou educação patrimonial adquire importância como ancoragem em uma época onde convive uma sociedade marcada pelo imediato, o presente, o efêmero que gira em torno do espaço e da dimensão individual inseridos em uma dinâmica global (Lipovetsky, 1996)¹³ e a reivindicação do local com uma reafirmação de identidades.

Coincidimos com García Valecillo (2009) quando define a educação patrimonial como “o processo pedagógico centrado nas percepções, nos conhecimentos e valores que subjazem numa sociedade. Dessa forma, o bem patrimonial converte-se num recurso para a aprendizagem, capaz de conectar o cidadão com sua diversidade cultural e seu entorno social”¹⁴.

Dessa forma, o desenho de programas e ações de educação terá como centro as pessoas, e não o bem cultural, trabalhando em torno dos valores culturais próximos a elas, para assim chegar aos valores universais.

O modelo de aprendizagem que subjaz está baseado na construção ativa do conhecimento do patrimônio, focado na compreensão e interpretação deste, da perspectiva de uma aprendizagem situada em um contexto real de forma dialógica.

Seguindo García Valecillo (2009), abordamos a educação patrimonial de quatro dimensões pedagógicas, entendidas como espaços de referência para a sistematização dos conteúdos e estratégias educativas, segundo os cenários a serem aplicados. Assim, as dimensões pedagógicas estariam atuando de forma transversal às mesmas e ao próprio processo educativo. Por sua vez, as dimensões e as áreas se retroalimentam ao ponto de partida das experiências dos participantes, geradas fundamentalmente através de uma aprendizagem dialógica entre eles. No quadro seguinte de García Valecillo, visualizam-se as diferentes dimensões pedagógicas contextualizadas. As dimensões pedagógicas de conhecer, compreender, valorizar e atuar, segundo a autora, correlacionam-se com os pilares da educação propostos pela UNESCO (Delors, 1999). A primeira dimensão, conhecer, pretende gerar processos de aprendizagem baseados nos conhecimentos do patrimônio cultural que abrangeriam desde os científicos-acadêmicos até as vivências e conhecimentos populares.

Será necessária uma abordagem integral de várias disciplinas que permitam gerar aprendizagens significativas.

A segunda dimensão, de compreender, coloca sua ênfase nos usos, significados e dinâmicas sociais que denotam os bens patrimoniais em uma

13. Lipovetsky G. (1996) *La era del vacío. Ensayos sobre el individualismo contemporáneo.* Barcelona, Anagrama.

14. García Valecillo Z. (2009) *¿Cómo acercar los bienes patrimoniales a los ciudadanos? Educación Patrimonial. Un campo emergente en la gestión del patrimonio cultural.* Pasos Revista de turismo y patrimonio cultural. Vol. 7, N° 2 págs. 271-280. 2009

comunidade. Dessa forma, a práxis educativa deveria ser orientada para ajudar aos aprendizes a desvelar as tramas sociais que o patrimônio tem mantido ao longo da história.

A dimensão de valorizar consistiria em ajudar a configurar uma cidadania responsável pelos bens culturais quanto à sua sustentabilidade. As atividades educativas deveriam estar centradas em visualizar possíveis caminhos de uma gestão cidadã participativa, tanto quanto em identificar e desenvolver as competências necessárias para levá-las a cabo.

A quarta dimensão, de atuar, significa poder desenvolver as competências requeridas para uma gestão patrimonial, tendo como objetivo intervir individual ou coletivamente na preservação dos bens patrimoniais. Isso se traduz em ações específicas de capacitação em destrezas ou ofícios, em qualquer dos âmbitos de atuação: formal, informal ou não formal.

Em síntese, entenderíamos a educação patrimonial, então, como o processo educativo permanente e sistemático centrado no patrimônio como fonte primária de conhecimento, enriquecimento individual e coletivo, para atuar como instrumento de “alfabetização cultural” que permita à pessoa interpretar o mundo que lhe rodeia e guiar suas intervenções. (Teixeira em Cantón Arjona, 2009)¹⁵.

Em nosso caso particular, se vemos as reações de regozijo dos visitantes ao contemplar as ruínas da muralha, não acreditamos que o objeto “muralha” fale por si mesmo, e sim que o nosso ofício de mediadores, comunicadores, deva se desenvolver para que o receptor construa sua própria trajetória de aprendizagem.

De nossa ótica, se queremos que o visitante desfrute e compreenda, torna-se imperioso criar um cenário habilitador com forte potência comunicativa. Projetar essa mediação interpretativa nos exige compreender os mecanismos de aprendizagem do receptor para produzir uma relação significativa entre a mensagem que pretendemos enviar e a realidade individual do visitante.

Visitar monumentos e educar para o patrimônio pode dar uma boa parceria, que provoque a emoção do visitante e uma vivência significativa, porque, como observa Lombardi: “Os novos produtos turísticos relacionados com a oferta cultural devem gerar uma experiência no visitante e para isso, a autenticidade, a estética e a sustentabilidade passam a serem valores inevitáveis do objeto e seu entorno”¹⁶.

15. Cantón Arjona V. (2009) La educación patrimonial como estrategia para la formación ciudadana. Correo del Maestro N° 154. 2009

16. Lombardi, O. Seminário em Montevideu

Como reflexão final e em geral, fica claro que devemos caminhar para uma interação entre patrimônio, turismo e educação em um processo que pretenda a revalorização do passado e a geração de um produto histórico cultural sustentável, e que se mostra vital para conseguir a sobrevivência de propostas culturais de grande potencial.



Ministério da
Cultura





Fundación Ortega y Gasset
Argentina



Organización
de las Naciones Unidas
para la Educación,
la Ciencia y la Cultura

Sector Cultura

Cluster Mercosur



Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA